



Universidade Federal de Campina Grande
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

O trabalho na Assistência Social como uma “missão de vida”: Dinâmicas de poder e identidades profissionais de Assistentes Sociais e Psicólogos

Marcos Pablo Martins Almeida

Campina Grande – PB, agosto de 2019

O trabalho na Assistência Social como uma “missão de vida”: Dinâmicas de poder e identidades profissionais de Assistentes Sociais e Psicólogos

Marcos Pablo Martins Almeida

Tese apresentada como cumprimento aos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pela UFCG, sob a orientação da Professora Doutora Mércia Rejane Rangel Batista.

Campina Grande – PB, agosto de 2019.

A447t

Almeida, Marcos Pablo Martins.

O trabalho na assistência social como uma 'missão de vida': dinâmicas de poder e identidades profissionais de assistentes sociais e psicólogos / Marcos Pablo Martins Almeida. - Campina Grande, 2020.

270f. : il. Color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista".

Referências.

1. Assistência Social. 2. Identidade Profissional. 3. Poder Pastoral.
4. Psicologia. I. Batista, Mércia Rejane Rangel. II. Título.

CDU 364.3(043)

Marcos Pablo Martins Almeida

O trabalho na Assistência Social como uma “missão de vida”: Dinâmicas de poder e identidades profissionais de Assistentes Sociais e Psicólogos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Sociais da Universidade Federal de Campina Grande
(PPGCS/UFCG) como requisito para a obtenção do título de
Doutor em Ciência Sociais

Prof Dra. Mércia Rejane Rangel Batista (orientadora)
PPGCS/UFCG

Prof Dr. Luís Henrique Cunha
PPGCS/UFCG

Prof Dr. Lemuel Dourado Guerra
PPGCS/UFCG

Prof Dr. Thelma Maria Grisi Velôso
PPGPS/UEPB

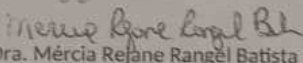
Prof Dr. José Gabriel Silveira Correa
UACS/UFCG

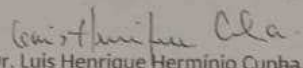
Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese de Doutorado do aluno Marcos Pablo Martins Almeida do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

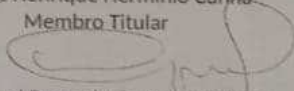
Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às 14:00 horas, no Auditório Fábio Freitas - CH/UFCC, campus de Campina Grande, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFCC, Resolução nº 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCC, a Banca Examinadora, composta pelos professores: Dra. Mércia Rejane Rangel Batista - PPGCS/UFCC, na qualidade de Presidente e Orientadora, Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha (PPGCS/UFCC - examinador interno), Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (PPGCS/UFCC - examinador interno), Dra. Thelma Maria Grisi Veloso (PPGSS/UEPB - examinadora externa) e Dr. José Gabriel Silveira Corrêa (UACS/UFCC - examinador externo), na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da Tese de Doutorado do aluno Marcos Pablo Martins Almeida, intitulada "O TRABALHO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO UMA 'MISSÃO DE VIDA': dinâmicas de poder e identidades profissionais de assistentes sociais e psicólogos". A sessão pública foi aberta pela professora Dra. Mércia Rejane Rangel Batista. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, o candidato iniciou a exposição do seu trabalho, sendo este seguido das arguições dos examinadores. A professora Dra. Mércia Rejane Rangel Batista convidou a professora Dra. Thelma Maria Grisi Veloso para iniciar a arguição e os professores Dr. José Gabriel Silveira Corrêa, Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha e Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho prosseguiram com as arguições. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da Assembleia para, em sessão secreta, avaliar o candidato. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito Aprovado, conforme o artigo 65 da Resolução 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCC. Nada mais havendo a tratar, eu, Rinaldo Rodrigues da Silva, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, assino com os membros da Banca Examinadora.

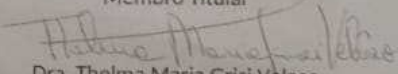
Campina Grande, 25 de setembro de 2019

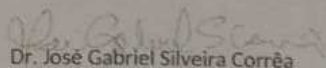
Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico

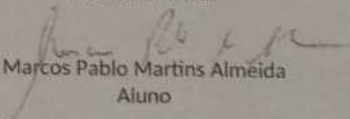

Dra. Mércia Rejane Rangel Batista
Orientadora e Presidente da Banca


Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha
Membro Titular


Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Membro Titular


Dra. Thelma Maria Grisi Veloso
Membro Titular


Dr. José Gabriel Silveira Corrêa
Membro Titular


Marcos Pablo Martins Almeida
Aluno

Dedico esse trabalho aos que resistem diante desse cenário político desolador, aos que mesmo abatidos, não deixaram apagar a chama e que “envoltos em tempestade, decepados, entre os dentes, seguram a primavera”.

Agradecimentos

“Eu estou muito cansado do peso da minha cabeça”. Esse verso de Belchior que martelou nos meus ouvidos quase como mantra nos últimos tempos, revela que não foi fácil chegar aqui. Me sinto, ao final dessa trajetória, fustigado pelo cansaço e desesperançoso. A desesperança é, em parte, fruto das frustrações com a conjuntura política, e por outro, um traço que carrego comigo, bem pertinho da fogueira da coragem que andar junto com pessoas com quem compartilho a “crença nas infinitas possibilidades humanas” acende.

Sobre essa fogueira-crença, aprendi em diversos lugares e com experiências várias. Agradeço à Thelma por isso, minha orientadora de graduação e amiga, que grafou na dedicatória de um livro o chamamento à esperança de que falo aqui.

Agradeço também aos inúmeros e valorosos companheiros de movimento estudantil e movimento social que tive ao longo da minha trajetória de militância. Hoje estamos em campos diversos, dispersos pelo cenário da batalha, mas ainda nos reconhecemos e sabemos que por trás da aparente opacidade dos olhares, nutrimos a ideia de que “amar e mudar as coisas (nos) interessa mais”.

Agradeço a todos os amigos com quem dividi os aperreios, a todos da *família goodvibes*, em especial à Gabriel Pereira, com quem compartilho reflexões sobre a prática profissional na Assistência Social há alguns anos e que além de tudo, tem sido um amigo a quem por bem-querência chamo de irmão. Ao *cumpade* Jones, pela longa trajetória de mútuo-apoio, pelas longas e boas conversas partilhadas ao longo de mais de uma década. Ao *cumpade* Sandro, pela amizade e cuidado que nutrimos, mesmo à distância, pelos deboches e as rodas lúdicas compartilhadas. Ao *cumpade* Nilton César, nosso matuto pós-moderno, que integra tão bem a firmeza e liquidez, de tal modo que daria um nó na cabeça de Bauman. À *cumade* Malu, parceira no incentivo ao início dessa trajetória, agradeço pelo apoio de sempre e pela disponibilidade afetiva com que enfrenta a vida. Você sabe voar, mantenha as asas abertas. Aos meus companheiros do Apartamento 003, em que me alojo em Caruaru, desculpem a chatice, é que a seriedade é uma companheira insistente quando temos grandes tarefas.

Aos meus irmãos Buba e Del, continuo aprendendo muito com vocês, grato pela parceria, pela intimidade com que brigamos e reatamos, me fazendo lembrar

sempre que família é um emaranhado de afetos alinhados pela disposição para amar. Aos meus pais, o velho índio e dona Rita, vocês são inspirações muito latentes em mim. A distância não apagou isso. Ao meu sobrinho Gabriel, que você cresça bem e feliz e que realize toda a sua potência amorosa e criativa. Ao meu filho Cainã, você não sabe, mas me mudou radicalmente. Aliás, ainda continua me mudando diariamente e me desafiando a ser melhor, mais amoroso e cuidadoso. Desculpa pelas ausências desse período, um dia você entenderá a importância disso tudo para mim. Agradeço também à Gabi, mãe de Cainã, pela compreensão diante do meu momento, e pela parceria nessa empreitada desafiadora da paternidade.

À Mércia, por não sei quantas vezes, acho que perdi a conta, me estimular nos momentos em que eu já tinha entregado os pontos, por acreditar em mim, por ter paciência e compreender os meus silêncios e bloqueios. Você não sabe como foram importantes os seus *e-mails* cuidadosos, os seus empurrões respeitosos. Sabe a fogueira de que falei no início dos agradecimentos? Você me ajudou muito a colocar lenha nela durante esses tempos. Que essa parceria possa continuar e a gente possa “botar fogo no mundo”.

À Lemuel e Gabriel pelas leituras cuidadosas do seminário de tese e da qualificação, pelas correções de interpretação e pelas indicações de referência. O resultado final desse trabalho tem a mão de vocês também.

Ao meu amor, Camila, companheira na caminhada, que me induz à firmeza e sensibilidade no dia-a-dia. Preta, sem você não teria chegado até aqui. Você sabe de todas as vezes que me dissuadiu da desistência. Além disso, se não fosse o seu senso de organização e de planejamento, como meu funcionamento caótico iria dar conta desse trabalho? A minha ausência, não física, mas a ausência do que sou inteiro, foi suportada por você com compreensão e carinho. Desejo uma longa e intensa trajetória contigo. A viagem só está começando.

E por falar em viagem, gostaria de agradecer ao fortuito, aos ventos que sopram sem ter porquê, aos impulsos de coragem que me mobilizaram sem explicação. Com diz o protagonista do Conto da Ilha Desconhecida de Saramago: “(...) às vezes naufraga-se pelo caminho, mas, se tal me viesse a acontecer, deverias escrever nos anais do porto que o ponto a que cheguei foi esse”. Aqui estou de chegada, mas poderia bem dizer, aqui estou de partida.

E se o “bom” encerrasse em si um sintoma de retrocesso, um perigo, uma sedução enganosa, um veneno, um narcótico que desse a vida ao presente em detrimento do futuro? (Nietzsche, Genealogia da Moral, p. 18).

RESUMO

A presente tese se debruçou sobre a dimensão do trabalho de técnicos (psicólogos/as e assistentes sociais) da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE), de média complexidade, de serviços socioassistenciais do município de Caruaru-PE, com a finalidade de compreender as dinâmicas de poder e as elaborações identitárias que guiam as intervenções sobre a vida dos usuários desses serviços. Para tanto, entrevistamos 16 técnicos, sendo 14 mulheres e 2 homens, dos quais 9 eram psicólogos(as) e 2 eram assistentes sociais; além das duas gerentes, da PSB (assistente Social) e PSE (advogada), ambas mulheres. Entrevistamos também 2 ex-gerentes das PS's, ambos psicólogos, uma mulher e um homem; 1 ex-técnica de Casa de Acolhimento, psicóloga, 1 ex-estagiária de psicologia de Casa de Acolhimento e 1 ex-membro de instituição socioassistencial do terceiro setor. Os resultados da pesquisa apontaram para um cenário de precarização extrema do trabalho, configurado como um serviço de baixa remuneração, intensificação da carga e vínculos precarizados. Por outro lado, embora a própria estrutura normativa dos serviços e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), provoque a necessidade de valorização o saber técnico, é possível notar que, em virtude das péssimas condições de trabalho, o investimento na formação e aperfeiçoamento para o trabalho não são valorizados pela maioria dos técnicos. Foi perceptível também uma intensa responsabilização, inclusive judicial, introduzida nas tarefas. Nesse cenário os técnicos constroem representações negativas sobre os usuários que não se engajam nos processos de acompanhamento, reforçando interpretações que culpabilizam as famílias. Estão propensos também, a interpretações salvacionistas da atuação, que amparam a identidade profissional, ao tempo em que ancoram, em torno da ideia de *vocação*, a permanência e engajamento no trabalho, mesmo em condições precárias. A intervenção no âmbito da PSE, por outro lado, se justifica muitas vezes como ato de “salvar vidas”, e nesse ínterim, os profissionais são levados ao exercício do poder pastoral, como fórmula *benfazeja* do cuidado com as famílias, considerando a vontade dos usuários como empecilhos. Em suma, as identidades profissionais nos serviços socioassistenciais municipais, se apresentam como guiadas pelo senso de *ajuda* e de *missão*, o que dispõe os profissionais a aceitar as condições precarizadas e a instaurar, na relação com os usuários, práticas pastorais de poder. Vivencia-se então um paradoxo fundamental, pois parece ser pouco possível desenvolver uma prática comprometida e engajada nesse setor, distante da ideia de *missão*, ao tempo em que esse *modus operandi* aprisiona subjetivamente os técnicos em condições de trabalho precárias e os condiciona a “guiar a vida dos usuários”, desconectando-se do amparo técnico e das reflexões científicas sobre os problemas que assolam a vida das pessoas atendidas pelos serviços socioassistenciais.

Palavras-chave: Identidades; poder pastoral; Assistência Social; Psicologia; Serviço Social.

ABSTRACT

This thesis focused on the dimension of the work of technicians (psychologists and social workers) from Basic Social Protection (PSB) and Special Social Protection (PSE), of medium complexity, from social assistance services in the municipality of Caruaru-PE, in order to understand the dynamics of power and the elaborations of identity that guide interventions on the lives of users of these services. To this end, we interviewed 16 technicians, 14 of whom were women and 2 men, of whom 9 were psychologists and 2 were social workers; in addition to the two managers, PSB (social worker) and PSE (lawyer), both women. We also interviewed 2 ex managers PS's, both psychologists, a woman and a man; 1 ex technician at Shelter House, psychologist, 1 ex psychology intern at Shelter House and 1 ex member of a third sector socio-assistance institution. The results of the research pointed to a scenario of extreme precarious work, configured as a service of low remuneration, intensification of the workload and precarious payment. Although the normative structure of services and the National Social Assistance Policy (PNAS), provokes the need for valuing technical knowledge, it is possible to note that, due to the terrible working conditions, investment in training and improvement for work does not are valued by technicians. It was also noticeable an intense responsibility, including judicial, introduced in the job. In this scenario, technicians build negative representations about users who do not engage in the monitoring processes, reinforcing interpretations that blame families. They are also prone to salvationist interpretations of performance, which support their professional identity, while anchoring, around the idea of vocation, permanence and engagement at work, even in precarious conditions. Intervention within the scope of the PSE, on the other hand, is often justified as an act of "saving lives", and in the meantime, professionals are taken to the exercise of pastoral power, as a beneficial formula for caring for families, considering the will of the users as obstacles. In short, professional identities in municipal social assistance services are presented as guided by a sense of help and mission, which disposes professionals to accept precarious conditions and to establish, in the relationship with users, pastoral practices of power. There is then a fundamental paradox, as it does not seem possible to develop a committed and engaged practice in this sector, which is not mobilized by the idea of mission, at the time when this modus operandi subjectively imprisons technicians in precarious working conditions and conditions them to "guide users' lives", disconnecting from technical support and scientific reflections on the problems that plague the lives of people served by social assistance services.

Keywords: Identities; pastoral power; Social assistance; Psychology; Social service.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 - A CONSTITUIÇÃO DO SETOR SOCIAL E A QUESTÃO DO PODER: PENSANDO SOBRE AS “LINHAS DE FORÇA” QUE PESAM SOBRE AS PRÁTICAS E IDENTIDADES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	19
1.1 - A ASSISTÊNCIA AOS POBRES NA IDADE MÉDIA E A TRANSIÇÃO DE MODELO: DA CARIDADE LOCAL À INTERVENÇÃO DAS AUTORIDADES CENTRAIS.....	20
1.2 - A ESTRATÉGIA DO GRANDE CONFINAMENTO E A EMERGÊNCIA DE NOVAS DINÂMICAS DE PODER	29
1.3 - A INTERVENÇÃO DE UM PODER CENTRALIZADO, A EMERGÊNCIA DE NOVAS MODALIDADES DE PODER E A CONSTITUIÇÃO DO SETOR SOCIAL.....	33
2 - IDENTIDADE, <i>HABITUS</i> E PRÁTICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	44
2.1 - “AQUI NESSA TRIBO NINGUÉM QUER A SUA CATEQUIZAÇÃO”: A INVENÇÃO DO “OUTRO” E DO “NÓS” DA INTERVENÇÃO.....	45
2.2 - INTERVENÇÃO SOCIAL, IDENTIDADE E <i>HABITUS</i> : A BUSCA DA LEGITIMIDADE DO TRABALHO SOCIAL.....	50
2.3 - TRAJETÓRIA DO TRABALHO SOCIAL: ELEMENTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL QUE AUXILIAM NA COMPREENSÃO DO <i>HABITUS</i> E DA IDENTIDADE PROFISSIONAL.....	54
2.4 - A PSICOLOGIA E AS APROXIMAÇÕES DO SOCIAL: UMA RELAÇÃO RECENTE E FRAGMENTADA.....	67
3 - UM BREVE HISTÓRICO DAS PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	77
3.1 - NOVOS CENÁRIOS? A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPOIS DA IMPLANTAÇÃO DO SUAS.....	85
4 - METODOLOGIA	93
4.1 - ENTREVISTA ABERTA <i>NARRATIVA</i>	97
4.2 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	97
4.3 - ANÁLISE.....	97
4.4 - PARTICIPANTES	99
5 – CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	112
5.1 - COMO SE TORNAR TÉCNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL? ENTRE INDICAÇÕES ELEITORAIS E A CAPACIDADE TÉCNICA.....	112
5.2 - VÍNCULOS PRECÁRIOS E EMPOBRECIMENTO DOS TÉCNICOS	121
5.3 - INTENSIFICAÇÃO E DESVIO DE FUNÇÃO NO FAZER POR “ORDEM JUDICIAL”: MEANDROS DO IMPACTO DAS AÇÕES DA JUSTIÇA NA PRÁTICA PROFISSIONAL	134
6 - ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGAS: REPRESENTAÇÕES, DISTINÇÃO E MARCAS “PESSOAIS” NO TRABALHO.....	141

6.1 - A PERSPECTIVA DE GESTORES SOBRE OS TÉCNICOS.....	143
6.2 - A PERSPECTIVA DE TÉCNICOS SOBRE A IDENTIDADE PROFISSIONAL	149
7 - AS LÓGICAS DE PODER E OS PERCURSOS DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NA ESFERA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.	157
7.1 - A BUSCA PELA INTEGRAÇÃO DE TEORIAS SOBRE O PODER E OS “SENTIDOS” DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.	157
7.2 - A DÍVIDA E A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA.	160
7.3 - BENEFÍCIOS OU DIREITOS: TENSÕES E PODER SIMBÓLICO NAS PRÁTICAS DE TÉCNICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	162
7.4 - ACOMODADOS, INDISCIPLINADOS E DISSIMULADOS: A VIDA DAS FAMÍLIAS POBRES COMO “TERRA DE MISSÃO”	171
7.5 - PODER PASTORAL E IDENTIDADE PROFISSIONAL: GUIAR, DESENVOLVER POTENCIALIDADES E CUIDAR.	180
8 - “O NOSSO TRABALHO SALVA VIDAS”	208
8.1 - RELAÇÕES DE PODER E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES EM UM CENÁRIO DE CAPILARIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO.	208
8.2 - O MECANISMO DA DENÚNCIA E O PANOPTISMO DA VIZINHANÇA.	211
8.3 - PUNINDO FAMÍLIAS E CRIANÇAS: EXERCÍCIOS AUTORITÁRIOS DO PODER.....	222
8.4 - VISITAS DOMICILIARES: SOBRE CHEIROS, ORGANIZAÇÃO, FALTA DE CUIDADO E NEGLIGÊNCIA.	226
9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	246
REFERÊNCIAS.....	257
APÊNDICES	262
ANEXOS	266

INTRODUÇÃO

A presente tese intencionou compreender como a dimensão das identidades, percebida a partir da ótica das relações de poder, repercute e modela as formas de atuação do “corpo técnico” do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em seus diversos níveis de Proteção Social, praticados no Brasil. Ventilou-se aqui a possibilidade de que a dinâmica das imagens sobre si (técnico) e sobre o outro (usuário), tenha um peso importante na composição das práticas realizadas. Compreendemos que essas representações são possíveis dentro de um contexto histórico mais amplo, de longa duração, e que estabeleceu dinâmicas regulares, muito embora transponíveis e atualizáveis pelas práticas. Nesse ínterim, optamos por considerar a Assistência Social e o conjunto de práticas que engendra a partir da ideia de *campo social*. Buscamos também a compreensão das relações de identidade na Assistência Social, levando em conta o peso dos *habitus* profissionais (e de classe) na estruturação das práticas de intervenção psicossocial nos serviços.

Nos três níveis em que esse setor organiza os seus serviços, temos Assistentes Sociais e Psicólogos/as na composição das equipes mínimas. Isso revela que são profissões nucleares para o “sentido” dos serviços que se instauram com a implantação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social em 2005 (SUAS). Podemos descrever rapidamente a hierarquização dos três níveis que organizam a oferta dos serviços da seguinte forma: 1 - Proteção Social Básica (PSB), que oferece serviços de cunho preventivo contra o agravamento dos riscos sociais e a fragilização dos vínculos, e Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade, que intervém em situações em que os direitos foram violados e os vínculos sociais e familiares estão muito frágeis ou rompidos. Na Proteção Social Básica (considerada a porta de entrada do sistema), temos esses profissionais como equipe mínima, ou seja, os técnicos são (quase que exclusivamente) Assistentes Sociais e Psicólogos/as¹. Na Proteção Social Especial, embora os Assistentes Sociais e Psicólogos/as continuem representando o núcleo dos

¹ A composição deve obedecer ao critério da Equipe Mínima, assim sendo, as gestões municipais precisam garantir que os serviços da PSB, tenham no mínimo Assistentes Sociais e Psicólogos/as. Entretanto, alguns municípios podem incorporar profissionais de outros domínios científicos para compor a equipe.

serviços, teremos obrigatoriamente a adição de outras categorias profissionais, a exemplo de advogados/as.

Considerando que Assistentes Sociais e Psicólogos/as exercem um papel “central” na condução e no tom das práticas da Assistência Social brasileira, dada a presença obrigatória dessas duas profissões nas equipes técnicas de todos os serviços socioassistenciais e ainda, que atuam no âmbito do comportamento, ou seja, interferem diretamente nos “modos de vida” dos usuários, configurando-se como profissões marcadas pelo “cuidado” e pela “gestão da vida”, a presente pesquisa restringe o seu campo de estudo a essas duas especialidades.

Quanto à hierarquia da organização dos serviços, mesmo que as repercussões sejam diferentes no que diz respeito ao nível e recorte da intervenção (PSB ou PSE), a dimensão das identidades e das relações de poder, enquanto referência da intervenção sobre a vida dos usuários constitui, a nosso ver, um importante condicionante da prática. Compreendemos que a existência dessa tendência, pode ser fruto das práticas sociais historicamente modeladas, das disciplinas envolvidas (Psicologia e Serviço Social); e do campo do setor social, ou seja, da sua composição e função histórica e das lógicas de poder que aí se estruturaram. Não adotamos porém, uma postura que hierarquiza história e conjuntura, assim sendo, sabemos da importância das condições de trabalho, da teia de representações associadas à Assistência Social no Brasil contemporâneo e dos significados tecidos pelos técnicos e usuários, como nos orienta Clifford Geertz (1973).

Nesse sentido, nos deparamos com interrogações importantes sobre a atuação de técnicos que realizam processos de orientação, aconselhamento, atividades socioeducativas em grupo e visitas domiciliares: Como representam a si mesmos enquanto profissionais da Assistência Social? Como representam aos usuários desses serviços? Quais os impactos dessas representações na condução da intervenção profissional? Essas são algumas questões norteadoras que mobilizaram esse estudo.

Pode-se dizer que a relevância da identidade enquanto elemento de produção da prática no setor social é vigorosa, pois, mais do que qualquer outro, o setor social demanda um esforço contínuo de legitimação (VERDÈS-LEROUX, 1986), assim sendo, os elementos que circundam a auto representação se tornam fundamentais no processo de compreensão do sentido da intervenção profissional.

É importante salientar que a identidade profissional nesse contexto, e os elementos que a modelam - como a necessidade de legitimar a prática - não devem, em nossa compreensão, serem considerados como produção de indivíduos, únicos e singulares, sem que antes levemos em conta a própria gênese do campo social e suas dinâmicas.

Sobre o campo social, partimos do ponto de vista de Bourdieu (1974), e entenderemos campo como um espaço regulado, que exerce condicionamentos e pressiona interpretações e práticas, e assim sendo, apresenta dinâmicas próprias de poder e legitimação, expressas na dialética da divisão social e da justificação de uma ordem social arbitrária. O próprio campo não é por si fruto de um investimento puramente racional e estratégico. É resultado de uma série de forças e suas dinâmicas, embora sejam resultantes de modelos bastante estruturados e introjetados de significação social, tem na sua gênese uma sorte de elementos e movimentos que escapam ao domínio e consciência dos seus membros. Falar de campo social significa também reconhecer as dinâmicas de acúmulo de capitais e a relevância qualitativa de alguns tipos de capitais em detrimento de outros.

Diante da reflexão sobre o Campo da Assistência Social não podemos deixar de pensar que será composto de formas diversas, embora relativamente similares na estrutura, a depender das redes socioassistenciais municipais. Virtualmente, mesmo não atuando diretamente na Assistência Social do município estudado, me vejo inserido no Campo, inicialmente como professor e formador de parte dos psicólogos que atuam na referida rede de serviços municipais socioassistenciais; em um segundo plano, a partir de uma modalidade excepcional de inserção, como pesquisador, um estranho interessado que escarafuncha e bisbilhota uma realidade social, diante de quem as pessoas pesquisadas se inclinam a revelar ou proteger “segredos” das práticas sociais e dinâmicas institucionais.

Sobre os “segredos”, ou seja, tudo aquilo que precisa ser revestido de uma linguagem institucional, estilizada e justificativa, com a finalidade de dar uma aparência racional a práticas sociais cujos efeitos revelam lógicas perversas e mantenedoras da exclusão, não são novidades, nem surpresas para mim, uma vez que tenho um caminho trilhado na Assistência Social, inicialmente como profissional de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), em 2010, depois como professor de Psicologia Social, com foco na atuação de psicólogos/as nas políticas públicas de Assistência Social, à partir de 2011 e finalmente como supervisor de

estágio acadêmico em Psicologia Social, acompanhando estagiários de psicologia nos serviços da Assistência Social de diversos municípios do agreste pernambucano.

Em meados de 2010 atuei em um município do estado do Ceará, como psicólogo de um Centro de Referência da Assistência Social. A experiência curta de 10 meses foi intensa e veio ao encontro da ânsia de exercer a Psicologia Social, ainda bem pulsante. Na época, eu tinha grandes inspirações pela prática e pelas leituras de Psicologia Social Comunitária e Educação Popular, e as levei muito latentes no exercício da profissão. Compreendo que parte da leitura que orientava a minha prática era bastante idealista e carregada de um bonito e militante romantismo, ao tempo que, a realidade limitada, atravessada por interesses eleitorais e por barreiras de ordem prática, escancaravam condições sabotadoras de uma prática voltada para a transformação social.

Nesse sentido, enquanto técnico da Assistência Social vivenciei um trabalho de profunda complexidade, do qual extraio a compreensão de que o cenário de misérias e vidas em risco, com o qual se entra em contato através do trabalho nos serviços desse setor, o papel atribuído socialmente e apropriado pelos profissionais, a fragilidade de orientações de cunho procedimental e técnico, a precariedade de salário e de condições de trabalho, e a impossibilidade de dar conta de demandas pessoais e familiares dos usuários, cuja origem é estrutural, é um precipício existencial/social que confronta os ideais e o sentido da prática, em suma, põe em xeque a própria identidade profissional.

Noutro âmbito, desde o ano de 2015, atuo como supervisor acadêmico de estágio de Psicologia Social, em uma instituição de ensino superior em Caruaru-PE, e nessa condição pude escutar e orientar a prática de estágio de muitos estudantes em serviços da Assistência Social nos diversos níveis da Proteção Social, em muitos e diferentes municípios do agreste pernambucano.

A escuta em supervisões e as experiências da minha prática profissional me trouxeram pistas que permitiram intuir os seguintes elementos como condicionantes e modeladores do campo e das práticas nesse setor: O poder político utiliza esse espaço como estratégico na sua reprodução eleitoral; A interpretação do desenvolvimento dos usuários não é lida pelos profissionais – em sua maioria - a partir de critérios técnicos, mas de expectativas pautadas na identidade social; Há uma crescente exploração da intimidade, no sentido da gestão da vida e do cuidado com a

educação familiar, com a limpeza e organização da casa, que seguem quase sempre uma moral exógena ao grupo/família intervencionado.

Para explicitar a maneira como a pesquisa foi delineada apresento alguns elementos da metodologia, em especial, os instrumentos de coleta de dados. Como a tese trata de identidade profissionais, entendeu-se ser possível compreender o fenômeno a partir de entrevistas aos profissionais da Assistência Social. Optamos por entrevistas de cunho narrativo, aproximadas do que se entende por entrevistas abertas (MINAYO, 1992), mas alinhadas à perspectiva da história oral e do estímulo à narração de histórias e acontecimentos vivenciados (QUEIROZ, 1988). A nossa compreensão metodológica é de que ao responder a questões, numa lógica de entrevista semiestruturada, por exemplo, as/os entrevistados/as tendem a optar por abstrações e idealizações e assim sendo, se distanciam dos acontecidos e racionalizam a experiência. A narrativa, embora também marcada pela intencionalidade, permite explorar as contradições e adentrar no universo do que, não sendo necessariamente reconhecido pelo narrador, compõe a sua identidade social.

É importante reforçar que não estabelecemos um recorte específico por nível ou serviço da Assistência Social, assim sendo, buscamos entrevistar técnicos de equipes da PSB e PSE de média complexidade. Seguimos para tanto o critério de tipicidade, acessibilidade e disponibilidade para a participação na pesquisa. Escolhemos o município de Caruaru como lócus da pesquisa, cidade de médio porte do Agreste Central pernambucano, que apresenta uma rede socioassistencial com serviços dos três níveis de complexidade. Além de abarcar a condição mencionada de uma rede socioassistencial bastante ampla, a escolha da cidade deveu-se também à minha inserção em campo, já que na condição de psicólogo e professor, mantive aproximações e desenvolvi parcerias importantes com diversos serviços e com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH) nos últimos anos. Visamos assim evidenciar lógicas regionais próprias, mas também estruturas que podem ser generalizadas como disposições que impactam sobre a prática profissional de Psicólogos e Assistentes Sociais no âmbito da Assistência Social brasileira.

O campo do “setor social” e a dinâmica das forças deve parte da sua organização à dinâmicas históricas, e assim sendo, possui *modus operandi* que foram frutos de uma longa trajetória social de formação do setor. Essa história e as disposições sociais que engendram, serão discutidas no capítulo 2. Nesse, apresentaremos as lógicas mais gerais da intervenção na vida dos pobres, a exemplo

da lógica da “caridade” praticada pela igreja católica, especialmente durante a idade média (SWAAN,1992), e da lógica da filantropia, que exerce predominância a partir da modernidade, (DONZELOT, 1986) envolta em discursos científicos preocupados com a modelagem da vida do pobre, especialmente do operário, para caber na interpretação de mundo e nos projetos da burguesia.

Dessa forma, é importante apontar que Donzelot (1986) em seu debate sobre a constituição do setor social na França, utiliza-se de uma analítica foucaultiana do poder e apresenta o entrelaçamento entre discursos médicos, jurídicos e pedagógicos, como elementos que auxiliam na fundamentação e legitimação desse campo e dos especialistas que o constituem. Assim sendo, é inevitável tomar Foucault e seu debate sobre o poder como uma das vias na análise da formulação institucional da Assistência Social no mundo e no Brasil. Nesse sentido, apresentaremos alguns elementos para pensar a genealogia do poder no campo da Assistência Social ainda no capítulo 1.

Discutiremos no capítulo 2 sobre a prática profissional e a dimensão das identidades, considerando fenômenos como a necessidade de legitimação do trabalho social e o seu impacto no setor social (VERDÈS-LEROUX, 1986), a ética da compaixão (FASSIN, 2014), as identidades profissionais e seus *habitus* e a exploração da intimidade como técnica de gestão da vida dos pobres. Tendo em vista a impossibilidade de falar de identidades e *habitus* profissionais sem mencionar a constituição das práticas e das profissões no Brasil, exploraremos, ainda que brevemente a história das duas profissões e as possíveis correlações com o desenvolvimento da questão social e das intervenções sobre a pobreza em nosso país.

No capítulo 3 refletimos sobre a história de desenvolvimento da Assistência Social no Brasil, mapeando as origens históricas e suas fases e culminando na descrição sobre a implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004. Nesse capítulo caracterizamos também os objetivos, os princípios e as diretrizes da Política, além de apresentar a hierarquização (divisão em níveis) e a conceituação dos serviços.

No capítulo 4 apresentamos a metodologia, buscando tanto discutir sobre o universo da pesquisa, as condições de acesso aos participantes, o cenário das entrevistas e os instrumentos de produção de dados e análise utilizados, como também apresentar um perfil socioeconômico dos entrevistados, permitindo ao leitor

a identificação de condições que se relacionam com os repertórios de interpretação e intervenção apontados nos capítulos posteriores.

No capítulo 5, por sua vez, apresentamos as condições de trabalho, chamando a atenção para a vulnerabilização das/dos profissionais, produzida pelas condições de acesso aos empregos, pelos vínculos fragilizados, pelos baixos salários e pela intensificação do trabalho e judicialização das tarefas cotidianas.

O capítulo 6 é dedicado a apresentação do jogo das identidades profissionais nesse campo de atuação. Para tanto discutimos sobre as representações de gestores acerca do trabalho de técnicos, como também sobre as representações auto atribuídas acerca da profissão e das marcas pessoais de cada participante, além das representações da alteridade, ou seja, de assistentes sociais sobre psicólogos e de psicólogos acerca de assistentes sociais.

No capítulo 7 apresentamos uma análise sobre as interpretações e práticas profissionais na Proteção Social Básica (PSB), discutindo sobre a lógica clientelista-paternalista e o sentido persistente dos benefícios enquanto *ajuda*. Também apresentamos nesse capítulo, reflexões sobre a circulação de capital simbólico e a produção da legitimidade do trabalho, ao tempo em que mapeamos as possíveis rupturas com as disposições sociais *assistencialistas* do campo e a sua continuidade através do poder pastoral.

No capítulo 8 apresentamos o esforço de análise e estranhamento das práticas profissionais na Proteção Social Especial (PSE), buscando a compreensão do impacto da judicialização nessa esfera da atuação e da decorrente questão que se coloca para as identidades profissionais, que fundamentadas na ajuda e no cuidado, precisam, nesse cenário, lançar mão de intervenções que promovem a (des)possessão da vontade e da autonomia. Por fim, apresentaremos as considerações finais.

1 - A CONSTITUIÇÃO DO SETOR SOCIAL E A QUESTÃO DO PODER: PENSANDO SOBRE AS “LINHAS DE FORÇA” QUE PESAM SOBRE AS PRÁTICAS E IDENTIDADES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Os Deuses vendem quando dão
Compram a glória com desgraça
Ai dos felizes, porque são
Só o que passa!
(Fernando Pessoa)

A intervenção social na vida dos pobres não é uma invenção do Sistema Único da Assistência Social, nem uma prática que pode ter sua constituição atribuída somente ao estado de coisas do mundo contemporâneo. Entretanto, pode-se afirmar que a direção dessa intervenção, as suas modalidades e objetivos, muda consideravelmente com o advento da modernidade.

A pobreza é historicamente objeto de diversos, heterogêneos e poderosos discursos. Tentando lançar luz a algumas linhas de força, constituintes dos discursos sobre a pobreza, enxergamos pelo menos duas lógicas da “preocupação social” com os pobres. A primeira é a lógica da caridade, mediada pela igreja católica, com forte influência durante toda a idade média, e alimentada por uma relação em que a prática enobrece o praticante e “salva” o assistido. O sentido da prática da caridade contém, portanto, além do trânsito econômico (de dinheiro, bens ou serviços), o trânsito de capital simbólico, destinado sempre a enobrecer os doadores e envergonhar os assistidos.

A caridade exerceu dominância na maneira como as classes sociais abastadas se relacionaram com a pobreza até meados do século XVIII. Um exemplo disso é a “roda dos expostos”, estrutura de madeira instalada nos muros dos mosteiros, com a finalidade de oferecer a possibilidade de famílias pobres deixarem os filhos que não podiam criar, e para as famílias ricas, a possibilidade de encontrar um destino para os “filhos” de relações não consagradas pelo casamento, conforme nos conta Donzelot (1986). Uma das características importantes da caridade, é que apesar do evidente trânsito de capital simbólico, o “sentido” da ação visava a promoção do bem social tendo em conta a ascensão ao plano divino, sem vincular a ajuda a condições a serem cumpridas pela pessoa assistida. Os que eram auxiliados muitas vezes nem ao mesmo eram identificados, como nos revela o mecanismo da “roda dos expostos”.

A outra lógica é a da filantropia e se estrutura *pari passu* com o desenvolvimento do capitalismo. É impulsionada pela força motriz da necessidade de moldar os comportamentos dos pobres, constituindo na classe trabalhadora, as disposições necessárias para o trabalho fabril e para a vida no sistema capitalista. Essa lógica investe fortemente na família, com o sentido de constituir uma referência estável, pautada no modelo da família nuclear burguesa, na instituição do matrimônio e na cultura da poupança (DONZELOT, 1986).

Também se instaura, diante das práticas provenientes da lógica da filantropia e de suas variações, uma política da relação, entre os atores da ação da Assistência aos pobres, e o “objeto” ou beneficiários dessa ação. Nessa política são introduzidos discursos disciplinadores, especialmente da medicina e do direito. A lógica da relação continua a privilegiar – do ponto de vista identitário – o realizador da assistência em detrimento do recebedor. Em nome da ciência e da moral burguesa, o ator da Assistência passa a estar legitimado a conduzir mudanças na vida dos “assistidos” com a finalidade explicitada de promover melhorias sanitárias, econômicas e morais.

1.1 - A ASSISTÊNCIA AOS POBRES NA IDADE MÉDIA E A TRANSIÇÃO DE MODELO: DA CARIDADE LOCAL À INTERVENÇÃO DAS AUTORIDADES CENTRAIS.

As leituras históricas sobre o desenvolvimento desse “campo” nos permitem, assim, mapear as duas grandes modalidades de intervenção (caridade e filantropia), entretanto, percebemos também como uma tarefa importante, a identificação dos motivos que levaram ao surgimento das práticas de assistência e dos elementos que mobilizaram a transformação de intervenções localizadas, pautadas na caridade cristã, em uma política centralizada, desenvolvida pelo estado.

Para responder a estas questões recorreremos a Abram de Swaan (1992). Para esse autor pelo menos quatro processos, de grande impacto no surgimento da modernidade, se desenvolvem ao mesmo tempo em que a Assistência aos pobres passa por um processo de generalização, tornando-se política sistemática: 1 – Formação do estado; 2 – Desenvolvimento do capitalismo; 3 – Secularização; 4 – Urbanização. Ainda assim não é possível explicar a assistência social apenas como

um desdobramento da modernidade, é o que nos revela o autor ao debruçar-se sobre o seu desenvolvimento durante a idade média.

A questão da interdependência entre ricos e pobres será um grande motor para o desenvolvimento das práticas de Assistência durante a idade média na Europa. Obviamente que referimo-nos aqui a um tipo de interdependência alimentado pela desigualdade de condições, algo como revelam as imagens poéticas nos versos de Tom Zé: “[...] Você inventa a lei / e Eu invento a obediência / Você inventa a deus e eu invento a fé/ Você inventa o trabalho e eu invento as mãos/ Você inventa o peso e eu invento as costas/ Você inventa a outra vida e eu invento a resignação/ Você inventa o pecado e eu fico aqui no inferno”.

Mas os pobres não são polos passivos, também inventam, resistem, sobrevivem, desobedecem, desacreditam, negam-se ao trabalho nos moldes dos patrões. É justamente essa margem de desobediência que pressiona o equilíbrio supostamente promovido pela interdependência. Assim sendo, no que diz respeito à idade média, especialmente entre os séculos XIV e XVII, a fragilidade que os feudos enfrentavam na relação com os despossuídos, sob a ameaça das grandes ondas de fome que incitavam o saque e a violência, das hordas de “vagabundos” constituídas por pobres robustos que aterrorizavam as estradas e invadiam as vilas, e dos pobres incapacitados que migravam de cidade em cidade, buscando lugares que fossem mais sensíveis à prática da esmola, acabará por constituir um problema que se generaliza pelas diversas localidades. Ao mesmo tempo, a organização feudal precisava dos pobres robustos, que poderiam vir a se integrar como força de trabalho ou como soldados na defesa do território (SWAAN, 1992).

Em grande medida, é nesse contexto que começa a ser desenvolvida a consciência da necessidade de generalizar as práticas de assistência aos pobres, e nesse sentido, os feudos e suas localidades, distanciadas geograficamente, começam a se ver diante da necessidade de algum tipo de articulação, de sincronização das ações, e assim sendo, tomam consciência de sua interdependência. “(...) los sectores más favorecidos de la sociedade no podían defenderse por sí solos de la amenaza que emanaba de los pobres, y tampoco podían aprovechar individualmente las oportunidades que les permitia su presencia” (SWAAN, 1992, p. 11). Nesse sentido, para o autor, o processo de coletivização da assistência social, da saúde e da educação “surge principalmente de los conflictos existentes entre las elites en cuanto

a la creación de bienes colectivos y la distribución de costes entre ellas” (SWAAN, 1992, p. 11).

A prática da assistência aos pobres, já existente antes de sua coletivização, se guiava – como já dito - pela caridade cristã. Nesse sentido, para Swaan (1992), embora a caridade se apresente como uma disposição individual e as medidas e recompensas dessa ação se constituam discursivamente pela igreja no nível espiritual, se trata, além disso, de uma ação coletiva, que produz uma expectativa de que os outros membros abastados da comunidade também façam o mesmo. A caridade e a participação dos clérigos na regulação desse sistema inicial é, portanto, fundamental para a organização da ação coletiva e da consciência da interdependência entre os ricos.

A caridade terá, inclusive, um papel importante na justificação da ideia de propriedade. Nesse sentido, aponta-se que a propriedade se desenvolve enquanto sistema de proteção contra os pobres despossuídos, e por isso, é necessário também justificar a sua existência e a exclusão do pobre, sendo que, para Swaan (1992, p. 24):

Ninguna justificación puede evitar el definir también alguna forma de derecho para los pobres. Una orden moral que abarque a los pobres, a los que debe persuadir de la justicia de la propiedad, también establece, al justificar su exclusión, la exigencia de éstos sobre una parte del excedente. El mismo Dios que prohíbe robar (e assim justifica a ideia de propriedade), también exige caridade. Una sociedade que pretenda recompensar el éxito, también debe compensar la falta de oportunidades. Así pues, la existencia de la propiedad y la pobreza impone a los poseedores la obligación de dar a los pobres o ayudarles a mejorar su situación (grifo nosso).

A questão que se coloca é, portanto, a de uma Política de equilíbrio². Pois, se apresentava a necessidade de distribuir uma quantidade mínima do excedente, de modo que as mazelas produzidas pela pobreza como os saques e as epidemias não ameaçassem a corrosão do sistema como um todo. Entretanto, essa quantidade do excedente distribuído não deveria alterar os modelos de dependência e exclusão necessários para que existissem ricos de um lado e pobres de outro, e que sua relação

² O termo “Política de equilíbrio” está sendo utilizado aqui enquanto processo social que visa manter relativamente estáveis as relações entre classes sociais, de acordo com os parâmetros de uma visão de mundo disseminada pelos grupos sociais dominantes e intencionada à promoção de representações favoráveis sobre as elites, ao tempo em que inclinada à justificar a desigualdade social e apaziguar os conflitos provenientes dela.

de interdependência assimétrica continuasse, de modo a favorecer os ricos (SWAAN, 1992).

A assistência aos pobres apresentava, no entanto, algumas desvantagens se fosse realizada de forma isolada. Se somente uma determinada localidade em uma região oferecesse esmolas e ajudas aos pobres, o desdobramento mais comum seria a migração dos pobres regionais para lá, o que poderia levar a localidade ao colapso (SWAAN, 1992).

Se instala, portanto, um dilema para a ação coletiva, que somente poderia ser resolvido pela confiança de que uma vez que determinada localidade investia na assistência aos pobres, outras da mesma região também investiriam, equilibrando o sistema e diminuindo regionalmente as possibilidades dos pobres despossuídos causarem problemas, ou morrerem, escasseando assim a força de trabalho necessária para as semeaduras e colheitas (SWAAN, 1992).

É importante pensar também que uma vez que os seres humanos se instalam e se desenvolvem em determinado território, no processo histórico de concentração da posse da terra que se desdobra principalmente no início da idade média e do enriquecimento com base na comercialização dos bens produzidos pela agricultura sedentária, se constituem inúmeras redes de interdependência, desde aquelas mobilizadas pelo parentesco, até as que são atravessadas por uma lógica de domínio patrimonial, como a concessão da ocupação da terra, construção de morada e usufruto, em troca do trabalho e da defesa da propriedade. Existe, portanto, na própria lógica da ocupação rural e da constituição das propriedades e dos feudos, uma sustentação do sistema baseada na lógica da interdependência, e se assim não fosse, como os ricos conseguiriam constituir e sustentar a defesa de suas propriedades?

Portanto, a pressão para a adoção de medidas de caridade se dá também a partir dos pobres que constituem a força de trabalho ativa das propriedades, pois, diante da ameaça de se tornarem pobres incapacitados ou de não conseguirem alimentar a si e às famílias, que sempre pairava sobre as consciências em virtude das tragédias naturais que poderiam ocorrer sobre as plantações, dos acidentes de trabalho e das disputas por propriedade entre os ricos, a maneira como os pobres despossuídos eram tratados pela localidade, apresentava uma importância considerável também para os pobres incorporados e ativos.

En la sociedad agrícola sedentaria, con sus conexiones de propiedad y exclusión relativamente duraderas, los propietarios y los pobres tenían una relación complementaria de derecho y exclusión, cuyo mantenimiento servía al interés común de los propietarios y los pobres de una zona determinada (SWAAN, 1992, p. 32).

O que se coloca em questão é que os pobres robustos, capazes de caminhar, ao tempo em que eram possíveis constituintes da força de trabalho necessária pelas propriedades rurais, também poderiam forjar-se enquanto ameaça, se somando aos bandos de saqueadores e incendiários, e nesse sentido, tanto a sua periculosidade quanto a sua utilidade afetavam não somente a uma propriedade mas a toda uma região. A ação coletiva se coloca, pois, como uma necessidade, guiada pela caridade e com impacto sobre a região.

Mesmo diante dessa necessidade de estabelecer uma política de equilíbrio, algumas localidades se aproveitavam da situação e sempre que podiam, desertavam das práticas de caridade e expulsavam os seus pobres, pois isso apresentava benefícios imediatos como a economia com os custos da caridade. No entanto, à medida que algumas localidades desistiam de oferecer assistência aos seus pobres e os expulsavam, o sistema todo se mostrava ameaçado, pois, os sistemas locais poderiam ser colapsados com a chegada de grupos cada vez mais numerosos de pobres, além do que, diante da desistência dos vizinhos, e do senso de que outros poderiam oferecer a assistência da qual todos se beneficiariam, havia um claro estímulo à deserção. É nesse ponto que se desenvolvem formas de coerção contra a deserção e diante do que as paróquias e os clérigos cumprirão importante papel, estabelecendo obrigações e tributos (SWAAN, 1992).

Os clérigos começam a se encarregar das coletas e distribuições de esmolas entre os necessitados, e um pouco mais à frente, a estabelecer e coordenar asilos para os pobres. Há que se registrar e discutir também sobre o aspecto ritualístico que a caridade eclesial vai assumir nesse período e a própria função que esta estética ritual terá na regulação da adesão à caridade. As doações passam a ser realizadas em eventos públicos – que ao tempo em que proporcionavam a legitimação da igreja perante a comunidade – evidenciava também os doadores e os não-doadores, tendo como consequência que estes últimos passassem a ser vistos com maus olhos pela comunidade, não somente pela dimensão espiritual e religiosa, mas porque desequilibravam o sistema, o tornavam injusto e usufruíam da paz social produzida pelas doações de outros (SWAAN, 1992).

Nesse período os clérigos locais cumpriram a função de empresariar a caridade e de torná-la visível. Era possível saber *se e quanto* cada um doava, assim como era possível identificar quem não o fazia e destinar a este a depreciação e o ódio. Ao mesmo tempo, a publicização da caridade atuava no sentido de conceder honra e prestígio àqueles que doavam grandes quantias, produzindo e reforçando assim hierarquias sociais e apontando aqueles que deveriam ser tomados como exemplo da fé cristã e da caridade, e assim sendo, dignos de respeito e deferência.

Llegó así el momento em que la negativa de una persona a dar dejó de considerarse como una insensibilidad individual com respecto a um pobre en particular, para convertirse em uma afrenta contra el sentido de comunidade sobre el que se basaba el sistema colectivo de la caridade (SWAAN, 1992, p. 39).

Entretanto, os senhores feudais e a igreja tinham dificuldades para cobrar as contribuições voluntárias. A questão da voluntariedade é fundamental na concepção de caridade da igreja, afinal “El significado teológico de esta voluntariedade consistía em que sólo uma ofrenda realizada de corazón era un verdadero acto de caridade y podía contribuir a la salvación del alma del donante” (SWAAN, 1992, p. 35). No entanto, a voluntariedade se converteria em um problema à longo prazo, pois, com a dificuldade de manter os doadores a nível local e de fortalecer o pacto de assistência, a nível regional, todos os ricos estavam ameaçados pelo desequilíbrio eventual do sistema.

Por outro lado, mesmo que o desenvolvimento da ação coletiva estivesse a todo momento ameaçado pelas deserções, as coisas aconteceram de tal modo que a um nível mais geral, as ações de assistência se mantiveram, fundamentadas na confiança mútua de que os vizinhos também o fizessem, incorporando o espírito da ação coletiva ou seja, o esforço de uma Política de equilíbrio (SWAAN, 1992).

A questão que se coloca como fundamental aqui é sem dúvida, a superação dos dilemas dessa ação coletiva através de um esforço de coordenação das ações, ou seja, da passagem de uma figuração de seres humanos interdependentes, porém descoordenados, para a regulação em termos de interdependência coordenada.

A coordenação das ações, muito embora isso não possa ser entendido simplesmente como estratégia racional e desde sempre orientada para determinado fim, acabou por criar a necessidade de parâmetros, que também passam a ser seguidos em um nível regional. É o caso dos critérios para determinar o pobre decente

e para separar aqueles que mereciam a assistência dos que representavam um perigo, por serem indóceis e violentos. Estes parâmetros já eram adotados de maneira implícita, entretanto entre os séculos XVI e XVII começam a ser objeto de intenso debate.

Diante do desenrolar desse cenário histórico, é possível inferir que não houve uma passagem estanque da lógica da caridade para a filantropia. As práticas supostamente desinteressadas, justificadas pela ascensão espiritual aos olhos de uma divindade, sempre estiveram sustentadas em interesses sociais fundamentais à sustentação das elites políticas e econômicas. A inserção de critérios e condicionalidades, que definem a passagem para uma “economia social”, enfim, para a forma de intervir orientada pelo paradigma da filantropia, é algo que começa se definir ainda durante o paradigma da caridade, em função da racionalização decorrente do desenvolvimento de um sistema regional de Assistência aos pobres.

Abreu (2010, p.349) apresenta uma leitura parecida sobre o desenvolvimento de critérios para a caridade em Portugal já a partir do século XVI. Para a autora, a coroa quinhentista “(...) foi capaz de impor regras a todo o país e organizar, sob pressupostos orgânicos comuns, as tradicionais formas de provimento e recursos caritativos”. Abreu (2010) afirma ainda que é possível identificar uma importante eficiência do estado português na centralização das ações ainda no século XVI e que, embora seja possível perceber mudanças importantes a partir do século XVII, no sentido da secularização e da lógica utilitarista das ações, em alguma medida parte dos critérios e da lógica organizativa surge ainda na idade média.

Para Swaan (1992) tais critérios não revelam muita coisa sobre as condições de vida dos pobres, por outro lado, explicitam o que os ricos pensavam sobre os pobres, e assim sendo, são elementos fundamentais para pensar as representações sobre os “pobres” e a “pobreza”, especialmente sobre a maneira como se desenvolverão na história ocidental. Esses critérios são a *incapacidade, a proximidade e a docilidade*.

A incapacidade está relacionada com a impossibilidade de participar ativamente da economia do trabalho, sobretudo, de oferecer uma atividade que possa constituir o direito de exigir uma parte dos recursos. Para compensar essa nulidade econômica, se esperava que os pobres inválidos retribuíssem a caridade recebida, sobretudo a nível da economia moral, prestando deferência, tratando com respeito os ricos, os bendizendo e evitando os atos de violência e maldição contra esses.

Lembremos que se acreditava que os pobres incapacitados, como idosos e deficientes, eram capazes de pronunciar maldições que marcariam os ricos que não fossem generosos com a prática de esmola (SWAAN, 1992).

O segundo critério visa definir uma área social de responsabilidade, ou seja, estabelece um recorte territorial sobre o qual seria responsável determinada localidade e diante do que, todos os pobres que ali nasceram ou fixaram residência teriam que ser assumidos, desde que necessitassem, pelo sistema de assistência local. Vale salientar, que de acordo com Swaan, o critério original de altruísmo se dá em função das relações de parentesco. Entretanto, com o estabelecimento da agricultura sedentária e das relações de propriedade que daí se derivam, fundando obrigações e direitos, a lógica da proteção e da assistência passa a ter como critério a propriedade. A vantagem desse critério é que se estrutura de maneira inequívoca a delimitação das responsabilidades. O critério da responsabilidade local pelos pobres, se estabelecerá principalmente através das leis isabelinas para os pobres, das quais falaremos mais à frente, e visará dentre outras coisas, evitar que eles vagassem de uma localidade a outra (SWAAN, 1992).

O terceiro critério aponta para o desenvolvimento ainda débil de uma estrutura moral e jurídica que permitiria apontar o grau de violência e de possibilidade de adaptação dos pobres: o critério da docilidade. “Se refiere al grado de pasividad o actividad com que los pobres intentan conseguir la redistribución del excedente, una vez que han quedado excluidos” (SWAAN, 1992, p. 27). Esse critério servia para definir e demarcar os que eram compreendidos como *pobres decentes*, que se envergonhavam e esperavam esmolas, daqueles que se mostravam ativos e agressivos, empunhando ameaças e a força física, ou mesmo, somente pedindo esmolas, de forma implicitamente exigente. Para Swaan (1992), como sinalizado anteriormente, é possível que diante dessa condição, alguns pobres desenvolvessem estratégias para que o pedido de esmolas se convertesse implicitamente em uma exigência.

Una petición de limosna puede convertirse en exigencia, mediante sutiles cambios de comportamiento y expresión, en una maldición contra el tacaño, o en una amenaza velada de ataque, robo o incendio provocado. También había otros que no se limitaban a amenazar, sino que realmente robaban y destruían. En el caso extremo se encontraban los pobres que se agrupaban en bandas para aterrorizar a los campesinos de la región (SWAAN, 1992, p. 28).

Esses três critérios, como dito antes, revelam as representações dos ricos sobre os pobres e o intento de regular que os serviços da assistência também deveriam se abater sobre os desvalidos como uma chancela moral que deslegitima e desonra determinadas ações, ao tempo em que reforça e recompensa outras. Entretanto, o problema da pobreza e da ameaça dos pobres rebeldes, que desprovidos de alimento, teto e trabalho horrorizavam os ricos e estabelecidos, perdura como algo irresolúvel durante a idade média, mesmo diante do esforço de constituir sistemas locais de assistência.

Daí que a criação das cortes e abadias cumpre um importante papel na Política de equilíbrio regional da assistência. A presença dessas instituições, dada a sua legitimidade e a desvinculação de interesses puramente locais, pressiona através de chamamentos à lealdade feudal, a diminuição do número de deserções das localidades. As próprias abadias e cortes aplicavam recursos excedentes na criação de instituições de assistência, que passam a servir de referência para o sistema como um todo (SWAAN, 1992; ABREU, 2010).

Nesse ínterim, as grandes cidades europeias passam a ocupar papel cada vez mais importante a partir do século XVI, assumindo uma parte considerável da assistência aos pobres e instaurando instituições com essa finalidade. É importante notar que diante dessa concentração das tarefas da *assistência* cada vez maior nas grandes cidades, muitas localidades rurais se viram estimuladas a abortar seus sistemas locais, cortando os custos com os pobres e expulsando todos aqueles que podiam se locomover, com a esperança de que as grandes cidades abarcariam e assumiriam o problema.

Por outro lado, as grandes cidades se viam condicionadas a constituir uma rede de assistência, sobretudo, porque dependiam do abastecimento da zona rural e qualquer desventura que os logradouros produtores sofressem, se desdobraria inevitavelmente na administração das próprias cidades. Ao mesmo tempo, se viam diante do desafio de conter os grupos de pobres errantes, que uma vez expulsos de seus domicílios buscavam os grandes centros em busca de alimento e acolhida. Esse inevitável desequilíbrio fez com que algumas cidades – as que eram cercadas por muros – fechassem os portões e controlassem a entrada, devolvendo à região de origem os pobres que não eram dali. O reconhecimento da origem do pobre vagante se tornou, portanto, um problema, pois nenhuma localidade almejava reconhecer a

origem de seus pobres, e alimentava-se a expectativa que outros o fizessem e assumissem os custos (SWAAN, 1992).

1.2 - A ESTRATÉGIA DO GRANDE CONFINAMENTO E A EMERGÊNCIA DE NOVAS DINÂMICAS DE PODER

É nesse contexto que emerge o Grande Confinamento, como movimento de criação de instituições asilares, ou para ser mais preciso, a emergência do asilo enquanto instituição central na organização da assistência aos pobres. O asilo ascende diante do problema do *vagabundo* e de sua ameaça aos ricos, como uma solução quase que mágica. A estrutura dos antigos leprosários é utilizada na constituição destas instituições que se constroem, sobretudo a partir da França, ainda no século XVI. Foucault (1997) documenta e reflete sobre esse grande movimento que antecede e faz germinar as instituições disciplinares da modernidade. Entretanto, podemos considerar a alternativa asilar para os pobres e outras categorias sociais interpretadas como perigosas, desviantes e inadequadas, como a expressão de um poder ainda sedimentado na lógica da repressão e exclusão. É o que aponta a compreensão de Foucault (2010, p.38):

Em todo caso, quando, em meados do século XVII, deu-se início à grande caça aos mendigos, aos vagabundos, aos ociosos, aos libertinos, etc., e sancionou-se, seja pela rejeição para fora das cidades de toda essa população flutuante, seja por seu internamento nos hospitais gerais – acho que ainda era a exclusão do leproso, ou esse modelo, que era politicamente ativado pela administração real. Em compensação, existe outro modelo de controle que me parece ter tido uma fortuna histórica muito maior e muito mais duradoura.

O autor se refere aqui à transição do modelo repressivo e excludente para uma fórmula disciplinar, positiva que se constitui como um poder que se enraíza nas finas tramas da vida privada. Essa lógica atinge fortemente a maneira de conduzir as práticas de assistência aos pobres, como veremos mais à frente na introdução da economia moral e da filantropia.

Diante da empresa de regulação da vida e dos corpos dos pobres, começam a surgir também instrumentos jurídicos que visam orientar e organizar a intervenção. A lei dos pobres cumpre, como já dito, um importante papel na estruturação e

equilíbrio dos regimes de assistência na passagem para o século XVII. As duas importantes novidades são a de que cada paróquia poderia estipular tributos obrigatórios dos proprietários para a instauração de instituição de auxílio aos pobres, além de que, regulamenta-se também o critério de proximidade, reforçando o direito de expulsar pobres vindos de outras regiões. As comunidades se veem então respaldadas para expulsar os pobres chegantes, antes que se estabeleçam e se convertam em um peso para o sistema local (SWAAN, 1992).

Aqui já se evidencia elementos da transição de um sistema voluntário, regulado pela interdependência entre os ricos, para um sistema de participação obrigatória, voltado à resolução dos dilemas da ação coletiva caritativa. Também se vivencia a partir desse contexto, mudanças no próprio significado da ação assistencial, que passa aos poucos a ser entendida como dever cívico. Esse movimento acompanha o processo de secularização e de constituição das instituições modernas.

La Ley dos Pobres isabelina y sus derivaciones en la América colonial, así como los asilos urbanos em Francia, contribuyeron en gran medida a resolver los dilemas de la caridad dentro de cada comunidad. También supusieron una secularización, una *laicisation* de la asistencia, tal y como ha argumentado Foucault, y una represión sistemática de los pobres. [...] Estos cambios de concepto pudieron haber estado estrechamente relacionados con la transición desde un equilibrio de la caridad, basado em las donaciones voluntarias y al bajo el control social mutuo, a un equilibrio de la asistencia logrado mediante tributos impuestos legalmente. El nuevo sistema obligatorio tendía a debilitar el espíritu de la caridade religiosa y a sustituirlo por un sentido del deber cívico (SWAAN, 1992, p. 48).

Essa transição de grande impacto sobre os moldes da assistência, ao tempo em que altera o sentido de caridade, também modifica a finalidade do ato. Há nesse período a introdução da ética do trabalho como guia das intervenções, e assim sendo, espera-se que os asilos – como dito antes, principal instituição na organização da assistência aos pobres nesse estágio – auxiliem na tarefa civilizatória da moralização. O trabalho começa a ser entendido aqui como um meio para a educação e ressocialização dos assistidos, um percurso para enfrentar os vícios e a preguiça, hábitos que produziram a situação de desgraça dos pobres (SWAAN, 1992). A instauração dessas novas interpretações sobre o sentido da prática da assistência aos pobres, parece anunciar, como dito por Foucault (2010) a emergência do poder disciplinar.

Nesse sentido, o trabalho enquanto tratamento moral, auxiliará na legitimação dos asilos. Especialmente porque no início paira a expectativa de que os asilos se auto sustentariam, através da comercialização da produção resultante do trabalho dos pobres asilados. Por outro lado, a ética do trabalho e da disciplina, que se institui nos asilos do século XVIII, será evidenciada ao longo da história como um recurso preparatório para o capitalismo, sendo incorporada em diversas instituições da modernidade. “Los asilos para pobres del siglo dieciocho pretendían convertir a los pobres em ciudadanos a través de la disciplina del trabajo y eso, al menos, daba por supuesta su humanidade essencial, su potencial para convertirse em seres humanos como los demás” (SWAAN, 1992, p. 58).

É possível perceber aqui que se instaura uma lógica de intervenção positiva, ou seja, a lógica da exclusão vai transformando-se aos poucos em uma lógica inclusiva de disciplinamento e docilização. Como dito por Foucault, os asilos ainda representam o poder repressivo, entretanto, a modificação no sentido da intervenção sobre os pobres, com a introdução da ética do trabalho, por exemplo, revela, o que parece ser o engendramento de novas tecnologias de poder (FOUCAULT, 2010).

Swaan (1992) concorda que se demarca uma mudança importante no sentido e nas práticas da assistência, apontando que é característica do século XVIII uma política de assistência aos pobres orientada não mais pela exclusão ou pela caridade, mas pela regulação do comportamento e da vida. É essa talvez a grande função dos asilos. Entretanto, os asilos apresentavam péssimas condições e assim sendo, não eram atrativos para os pobres, em especial para os pobres robustos. Os pobres desabrigados que se negavam a se instalar nos asilos eram tomados como indecentes, indóceis e assim sendo, eram desprovidos de qualquer assistência e considerados ameaça. Mesmo assim, os asilos – criados para superar o problema do pobre robusto com capacidade de se locomover, trabalhar e ameaçar a paz social – não atingiram exatamente esse público, acolhendo em grande medida os pobres incapacitados, as crianças órfãs, as mulheres viúvas, os loucos, doentes e outras categorias (SWAAN, 1992).

Assim sendo, a doutrina do trabalho e a expectativa de que os asilos se auto sustentariam não puderam ser realizadas. Mesmo assim, conforme aponta Swaan (1992) os asilos continuaram como solução dominante de meados do século XVII até o início do século XIX, pois, as elites regionais viam nessa instituição – mesmo que depois isso viesse a se estabelecer como uma ilusão – uma solução para o problema

dos pobres robustos e da equilibração do sistema de caridade de modo geral (SWAAN, 1992).

Talvez mais do que isso, os asilos configurem durante o tempo em que foram a alternativa hegemônica, um espaço de experimentação das práticas disciplinares, classificação dos indivíduos e estudo sobre a pobreza. Se assim for, a prática asilar, na medida em que cumpre uma tarefa higienista, também promove o avanço da secularização e da produção de saberes sobre os pobres, incapacitados e desviantes de modo geral. “Passou-se de uma tecnologia do poder que expulsa, que exclui [...] a um poder que é enfim um poder positivo, um poder que fabrica, um poder que observa, um poder que sabe e um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos” (FOUCAULT, 2010, p. 41).

Por outro lado, pode-se dizer que é justamente o modelo asilar, e a necessidade crescente de instalar instituições do tipo em diversas localidades e regiões, que leva o poder central, que estava em vias de constituir-se no século XVII, a subsidiar a implantação e manutenção dessas instituições em diversas localidades. Assim sendo, ao tempo em que as autoridades centrais assumiam cada vez mais a manutenção e a organização do sistema de caridade, mais se esperava que cumprissem esse papel, o que contribuiu significativamente para a generalização e a centralização das ações de assistência à cargo do estado emergente (SWAAN, 1992).

A partir do século dieciséis, las autoridades centrales reaccionaron ante el creciente problema del vagabundeo regional, promulgando una legislación <<focal>>, que delegaba en las autoridades locales la tarea de perseguir y detener a los vagabundos, así como la financiación y dirección de los asilos para pobres. No obstante, estas instituciones centrales se vieron arrastradas de un modo casi imperceptible y creciente hacia una intervención más directa, debido a las súplicas esporádicas, pero no por ello menos insistentes, de comunidades locales em peligro. Las propias subvenciones estatales tentaron a las autoridades locales receptoras a renunciar a sus propios esfuerzos, e incitaron a otras a exigir la misma ayuda. Este mecanismo incremento gradualmente la intervención del Estado central en la lucha contra el problema de los vagabundos y la asistencia a los pobres (SWAAN, 1992, p. 65).

Em suma, na perspectiva de Swaan (1992) o dilema da ação coletiva e da consciência de interdependência dos ricos, sempre ameaçados pela deserção de vizinhos diante das ações de assistência aos pobres, leva as autoridades centrais a uma intervenção cada vez mais direta na organização, administração e financiamento

das ações. Esse movimento ocorre em virtude da fragilidade da ação coletiva e das ameaças de desmoronamento, mas também por causa da mudança do modelo de intervenção e da necessidade de implantação generalizada de asilos.

De acordo com Abreu (2010), por exemplo, a análise do papel da coroa portuguesa quinhentista, aponta o papel preponderante e centralizador que a instituição monárquica adquire já a partir do século XVI na organização e generalização das práticas assistenciais.

Nesse sentido, ao assumir uma função cada vez mais proeminente na gestão e sustento das ações de assistência aos pobres, o estado fragiliza o equilíbrio do sistema voluntário e regional de assistência e assim sendo, reforça a necessidade de intervenção estatal. Pode-se dizer, por outro lado, que o conjunto de problemas que levou inicialmente à ascensão dos sistemas locais de assistência, e as dificuldades para equilibrar e manter esses sistemas livre da ameaça de deserções, impulsiona (junto a outros importantes processos) a constituição de um poder centralizado e burocrático (SWAAN, 1992).

Como viemos apontando, mesmo considerando a consistência da compreensão sociológica da interdependência entre ricos e pobres, que explica de acordo com Swaan (1992), a constituição dessa rede de sistemas de assistência aos pobres regionais, durante a idade média na Europa, e também o processo de centralização estatal das ações de Assistência, que tem curso a partir do século XVI, é possível ampliar a perspectiva sobre a centralização e crescente intervenção do estado nas ações nesse campo, pensando na emergência de dinâmicas mais sofisticadas de poder.

1.3 - A INTERVENÇÃO DE UM PODER CENTRALIZADO, A EMERGÊNCIA DE NOVAS MODALIDADES DE PODER E A CONSTITUIÇÃO DO SETOR SOCIAL.

A formação dos estados modernos está na base da estruturação de uma série de instituições e formas de saber que ainda se apresentam fundamentais na estruturação da vida social no mundo contemporâneo. O processo de secularização, ou seja, de expulsão gradativa das interpretações religiosas do conjunto de ideias que fundamentam as instituições modernas, trouxe novas perspectivas e mobilizou a

constituição de ciências de estado. A primeira das ciências que visa viabilizar e fundamentar o controle estatal e a centralização do poder é a medicina.

Para Foucault (1979), de forma contraditória, com a emergência do capitalismo impulsiona-se um movimento de coletivização das intervenções, dentre elas da própria medicina, que passa de intervenções na vida privada e familiar (características da medicina da idade média) a uma intervenção de cunho estatal, fundamentada na preocupação social. Assim sendo, nasce na Alemanha ainda em meados do século XVII a Medicina de Estado ou Polícia Médica, que visava o controle do território, o mapeamento de informações de natalidade e mortalidade, e a intervenção sobre os modos de vida da população pobre.

A esse fenômeno de coletivização das medidas médicas Foucault (1979) chamou de “Medicina Social”. Além da Polícia Médica (ou Medicina de Estado) na Alemanha, pode-se mapear mais outras duas modalidades de Medicina Social que se desenvolvem em países da Europa: a Medicina Urbana na França (XVIII) e a Medicina da Força de Trabalho na Inglaterra (XIX). O mapeamento dessas grandes e importantes modalidades de intervenção na saúde, fazem sentido aqui pois visam controlar e disciplinar os pobres e assim sendo, são desdobramentos da preocupação social com a pobreza.

Sobre a Medicina Urbana é importante considerar que foi mobilizada pelo mesmo conjunto de motivos que suscitou o desenvolvimento das práticas de assistência aos pobres na idade média, da maneira como as concebe Swaan (1992): a ameaça que os pobres representavam aos ricos. Aqui, alguns elementos são deveras diferentes, no que diz respeito às características dos problemas encontrados na idade média, afinal não se trata mais da vida rural pulverizada e com pouco adensamento populacional, ao contrário, consiste em uma vida em cidades inchadas e com problemas graves relacionados ao saneamento, à escassez de trabalho e às epidemias que assombravam a Europa (FOUCAULT, 1979).

A Medicina Urbana consistiu então em intervenções sobre a cidade e sua conformação. O esquadrinhamento do espaço urbano, a sua divisão em quarteirões e o seu mapeamento, permitiria – por exemplo – que em situações de revoltas populares a força policial tivesse acesso viável para realizar o estrangulamento do movimento. Ao tempo em que tal medida, era justificada com base na saúde social, tendo em vista a ampliação da circulação do ar, ou seja, o arejamento das áreas urbanas. Foucault (1979) evidencia, nesse sentido, que as práticas estatais em saúde

visavam o controle e o disciplinamento dos pobres, embora, do ponto de vista discursivo apresenta-se a ideia de melhoria da qualidade de vida da população da cidade – inclusive dos pobres.

A “melhoria da qualidade de vida” é também o argumento para a Lei dos Pobres (já mencionada) e do conjunto de transformações associadas à medicina da Força de Trabalho na Inglaterra, preocupada com a manutenção de trabalhadores ativos e úteis, ao tempo em que se refinam os mecanismos de controle ao se delinear bairros destinados aos pobres e serviços de base territorial (FOUCAULT, 1979). Vale lembrar que a divisão da responsabilidade governamental a partir de territórios circunscritos é também algo que influenciará as intervenções no campo da assistência aos pobres, como nos mostra Swaan (1992).

Esse cuidado com a “força de trabalho”, já evidenciado na idade média como um dos motivos que permite a construção de um sistema regional de assistência (SWAAN, 1992), é a mola propulsora para o desenvolvimento da filantropia e da preocupação social da burguesia com a produção de disposições sociais para o trabalho fabril. Para Donzelot (1986), esse investimento no corpo atinge todas as classes, embora, de forma desigual, e será sustentado especialmente pelo discurso médico.

É importante salientar que as grandes intervenções nomeadas por Foucault (1979) como Medicina Social, podem ser caracterizadas a partir da emergência do biopoder. Enquanto o poder disciplinar ocupa-se das finas tramas do cotidiano, do controle e da regulação minuciosos e excessivos das práticas e dos corpos, o biopoder orienta-se para a intervenção sobre o corpo-espécie, preocupando-se com o controle da população e com o processo de normalização em massa. A ascensão do biopoder se dá, no entanto, de forma articulada com o poder disciplinar. É como se essas lógicas fossem complementares e atuassem em dimensões diversas da vida, com fórmulas diferentes, mas finalidades estratégicas similares, em suma, ambas contribuem com a crescente normalização, como aponta Vieira (2013, p. 19): “[...] o elemento comum e de sobreposição entre as tecnologias de disciplina e as de regulamentação é a *norma normalizadora*, que se estende tanto sobre o corpo que se quer disciplinar quanto sobre a população”.

A questão da normalização aparece para Foucault (2010) como um amplo processo imbricado com a constituição das instituições modernas. Nesse sentido, o autor refere-se ao texto *normal e patológico* de Canguilhem (1993 apud Foucault,

2010) para anunciar que assistimos a partir do final do século XVIII a um processo profundo de normalização, o qual manifesta suas expressões na educação, na medicina, na organização hospitalar, na produção industrial e nos exércitos. Seguindo a compreensão foucaultiana, somos obrigados a considerar que as práticas de assistência social também fazem parte desse processo, cumprindo semelhante função normalizadora.

Nesse sentido, a aliança entre o discurso médico e a educação doméstica terá grande influência na conformação da família nuclear burguesa e seus quadros referenciais morais. Nas famílias ricas, a criança passa a ser objeto de cuidado e controle incessante e os serviçais, passam a ser objeto de desconfiança e vigilância, dada a possibilidade de contaminar as crenças e práticas dos “pequenos”. No âmbito dessas classes sociais, a mulher/mãe será posicionada como parceira estratégica da medicina doméstica na modelagem das práticas – em especial de crianças e adolescentes. Por outro lado, a mulher/mãe passa a ser encarada como responsável pela educação e conservação moral dos filhos e do cônjuge. Diante dessa configuração é possível apontar a distância entre as intervenções estatais na vida dos ricos e dos pobres no século XVIII:

(...) O que se instala nessa época é uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois polos bem distintos, cada qual com uma estratégia bem diferente. O primeiro tem por eixo a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais. O segundo poderia agrupar, sob a etiqueta de “economia social” todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejado de trabalhadores com o mínimo de gastos públicos, em suma, o que se convencionou chamar de filantropia (DONZELOT, 1986, p. 21-22).

A medicina, ao que parece, passa a investir na família e na educação das crianças. Isso reforça a tese de Foucault (1979) que aponta a emergência da coletivização da medicina atrelada ao desenvolvimento do capitalismo. Nesse processo de coletivização figuram temas como a necessidade de regular os horários, criar espaços exclusivamente reservados às crianças e a introdução da lógica da vigilância, como estratégias que revestem a entrada da medicina no interior das famílias (DONZELOT, 1986).

No mesmo período, a intervenção no interior das famílias pobres também vivencia uma onda de intensificação. Na aparência trata-se da extensão das mesmas lógicas, higienistas e morais, que foram implantadas – através da *medicina doméstica* - no seio da família burguesa. No entanto, a orientação da *economia moral* (que conduzirá a lógica das intervenções sobre os pobres) produzirá efeitos bem diferentes dos que a medicina doméstica produziu com as famílias ricas. A intervenção da *economia moral* (que podemos entender como gênese da fórmula filantrópica) cerceará liberdades e determinará responsabilidades parentais rígidas. Limitará, por exemplo, o abandono de crianças em instituições, controlará as uniões livres (introduzindo a cultura do matrimônio), e buscará impedir a vagabundagem. “Em tudo isso não se trata mais de assegurar proteções discretas, mas sim, de estabelecer vigilâncias diretas” (DONZELOT, 1986, p. 27).

Um exemplo do investimento no controle e na vigilância, e assim sendo da mudança do *modus operandi* da Assistência aos pobres é a extinção do mecanismo da *roda dos expostos*. Esse mecanismo é instalado em conventos, em meados do século XVIII, e visa evitar a prática de abandono dos filhos nos átrios das igrejas. As rodas eram sistemas que permitiam deixar as crianças nos conventos, com segurança e certeza de que seriam levadas ao interior, com o giro do mecanismo. À priori esse mecanismo tem como finalidade expurgar da família os objetos de escândalos sexuais, filhos de relações indesejáveis que viriam a manchar a reputação de núcleos familiares burgueses (DONZELOT, 1986).

Entretanto, as rodas acabam se convertendo em uma alternativa para famílias pobres, o que passa a ser visto como um problema social. Diante desse problema, e do aumento acelerado dos abandonos que poderia vir a colapsar o sistema das rodas, surgem inúmeras preocupações. Uma delas é a de que instituições de abrigo (como as rodas), poderiam estar estimulando o enfraquecimento das responsabilidades parentais. Como parte desse problema, denuncia-se nesse período que muitas mulheres pobres lançavam mão de estratégias sofisticadas para fazer os filhos serem sustentados pelo estado, e os receberem de voltas como nutrizes - assalariadas na forma da lei (DONZELOT, 1986).

[...] essas mulheres do campo acreditaram que teriam grande vantagem em expor os seus recém-nascidos; se através de entendimento com os mensageiros, pudessem se reapossar de seus

filhos, isso significaria garantir meses de salário como nutrizes e, mais tarde, uma pensão (IBID, p. 32).

Esse tipo de situação e as repercussões negativas de intervenções que visavam impedir as fraudes – uma delas resultará na morte de dezenas de milhares de crianças ao serem deslocadas para longe de suas *mães-nutrizes* – produz a necessidade e as condições para a substituição do recolhimento velado das “rodas” por um investimento aberto e direto nas famílias de origem.

Assim sendo, o pagamento às nutrizes, realizado pelo estado e pelas instituições de caridade, passa a ser realizado (agora oficialmente e como estratégia disciplinar) às mães das crianças, que regressam para as suas casas. No entanto, esse sistema que a priori poderia representar somente a substituição das rodas, amplia-se enormemente, já que a intervenção que nasce focalizada nas mulheres que padeciam de “problemas” para criar os filhos, acaba sendo generalizada, “[...] para não se correr o risco de ser acusado de atribuir um prêmio ao vício” (DONZELOT, 1986, p. 33).

A perspectiva de Swaan (1992), que sugere olhar para as práticas de assistência social, compreendendo-as a partir da relação de interdependência desigual entre pobres e ricos, de um lado, e da relação de interdependência e dos dilemas da ação coletiva entre os ricos, do outro, talvez nos ajude a compreender os motivos da ampliação do investimento das elites políticas e econômicas na gestão da Assistência Social durante o século XIX. O investimento revela-se alto, sobretudo se pensarmos que não foi somente econômico e representado pelo salário-família. Busca-se penetrar o denso véu da moradia popular e realizar um grande primeiro empreendimento refinado e disciplinador no cotidiano das famílias pobres (DONZELOT, 1986).

Estabelece-se assim a entrada do discurso médico no interior das famílias pobres. Como dito por Foucault (1979), a medicina erige-se como a primeira grande ciência de estado e tem sua intervenção ligada ao projeto de controle, higienização, disciplinarização e docilização dos corpos. A mudança da assistência aos pobres (nessa transição de um sistema caritativo para um sistema filantrópico), é investida pelo saber médico que opera dentre outras coisas, a secularização das práticas de assistência, ao tempo em que auxilia, em aliança com o saber jurídico, o campo da assistência social a estruturar-se como regime de verdade (FOUCAULT, 2014) ou, em

outro aspecto, a costurar a legitimidade e utilidade social da intervenção (VERDÈS-LEROUX, 1986).

Vieira (2013) concorda que na emergência da Assistência Social, enquanto política de intervenção estatal sobre a vida da população pobre, incorpora-se através da articulação de saberes, um regime de verdade que visa justificar a pobreza e encontrar as “falhas” dos pobres, e assim sendo, apontar os *remédios* que devem guiar a intervenção. Sobre a produção dos regimes de verdade e sua relação com o governo e a política, Foucault (2014, p.15), compreende o seguinte:

[...]o que vemos se desenvolver no século XIX, na ordem dessas reflexões sobre a maneira de vincular verdade e governo nada mais é, no fundo, do que desenvolvimento ou dissociação dessa ideia fisiocrática. De fato, vocês encontram no século XIX essa ideia [...] de que, se a arte de governar é fundamentalmente vinculada à descoberta de uma verdade e ao conhecimento objetivo dessa verdade, isso implica a constituição de um saber especializado, a formação de uma categoria de indivíduos especializados nesse conhecimento dessa verdade, e essa especialização constitui um domínio que não é exatamente próprio da política, que define antes um conjunto de coisas e de relações que, como quer que seja, devem se impor à política.

Feitas essas observações sobre a relação entre os regimes de verdade e a emergência de saberes/práticas que legitimam as intervenções, pode-se dizer que o saber médico faz-se acompanhar nesse contexto de um crescente investimento do saber jurídico, apontando os delitos de “não-vigilância” dos pais (DONZELOT, 1986). A interessante ligação entre o que começa a instituir-se nesse período (meados do século XIX) e a interpretação sobre a “violação de direitos” e suas repercussões sobre o “poder familiar” nos dias atuais, evidencia regularidades históricas importantes. É o caso, por exemplo, das situações em que famílias são acusadas de negligência e através de denúncias e intervenções de serviços da assistência social e do poder judiciário, vivenciam a suspensão ou perda do poder familiar sobre suas crianças.

A questão da *judicialização* da Assistência Social, nesse período, evidencia a ascensão de uma fórmula de saber/poder cuja força será utilizada (ao lado da medicina) para justificar as intervenções no interior da família pobre. Em sua constituição enquanto setor, o campo social produzirá enquanto “linha” para a intervenção, o modelo de uma prática educadora e preventiva, que ao fim e ao cabo, será uma transcrição “eufemizada” do poder jurídico. Assim sendo, seguindo as pistas

do autor, podemos dizer que o poder jurídico – ao lado da medicina - se institui como um dos princípios geradores que orientam as práticas das/dos trabalhadoras/es sociais³ (DONZELOT, 1986).

Nesse sentido, a vigilância que se estabelece (e se possibilita) a partir da adoção de um sistema de assistência fundamentado no salário-família, permite que esses saberes (medicina e direito) adentrem o universo da família pobre e intencionem a regulação das práticas, ao tempo que, legitimem (com o discurso de melhoria da saúde e elevação moral) a intervenção social. À mulher pobre, distante muitas vezes do esquema moral que compunha a expectativa de modelagem de sua vida, é lançado um olhar de desconfiança. Dentre as intervenções sobre os modos de organização e comportamento das famílias pobres está a preocupação com o casamento.

Os homens situados na chefia dos negócios e na administração sabem o quanto é urgente diminuir e restringir, não somente as despesas de polícia e com processos judiciais provocados pelos excessos a que se abandonam as classes corrompidas, como também as que resultam para os hospícios e para os hospitais, do abandono recíproco de pais, de mulheres e de filhos que deveriam se ajudar mutuamente como membros de uma mesma família e que, não estando unidos por nenhum vínculo social, tornam-se estranhos uns aos outros. Trata-se não somente de uma necessidade social e de uma obra de elevada moralidade como ainda, para o Estado, os Departamentos e as Municipalidades, de um excelente negócio, de uma evidente e imensa economia. O homem e a mulher do povo quando vivem na desordem, frequentemente não têm nem eira nem beira. Sentem-se bem somente onde o vício e o crime reinam livremente. Nada economizam; a fome e a doença os separam. Normalmente não possuem nenhuma preocupação com seus filhos e, se entretêm com eles algum vínculo, é para perverte-los. Ao contrário desde que um homem e uma mulher do povo unidos ilicitamente se casam, abandonam as casas de cômodos infectas que eram seu único refúgio para constituírem domicílio próprio. Sua primeira preocupação é retirar dos hospícios os filhos que aí colocaram. Esses pais e mães casados constituem uma família, isto é, um centro onde os filhos são alimentados, vestidos e protegidos, mandam-nos à escola e os colocam em aprendizados (Resolução da academia das ciências Morais, 1847 apud DONZELOT, 1986, p.35-36).

Um salto temporal e geográfico, pode nos levar a pensar a eficiência da introdução da cultura do casamento e da poupança no seio das expectativas e ideais morais das classes populares, conforme nos mostra o estudo de Sarti (1996) sobre

³ Os termos *trabalho social* e *trabalhadores sociais* é utilizado por Verdès-Leroux (1986) para se referir às diversas especialidades, em especial ao serviço social, que se desenvolvem como profissões *paripassu* à emergência do setor social na França.

famílias pobres de migrantes nordestinos em São Paulo na década de 1990. Essa autora aponta a regularidade de um ideal de família, pautado no tripé Casa-Casamento-Cria, e em uma divisão sexual do trabalho rígida, que prevê que o homem seja responsável pelo sustento e pela honra da família, e a mulher pela administração da casa e cuidado com os filhos. Mesmo diante da impossibilidade material de reproduzir esse ideal, essa estrutura simbólica permanece como parâmetro, orientando a transferência de obrigações familiares e alimentando o sentimento de incompletude que as jovens famílias – sem condições de sustentarem uma casa – experienciam na morada nas casas de parentes.

Mas esse cenário – a que se chega em meados do século XX – é resultado de uma série de investidas diversas sobre a família pobre, sua casa e sua vida. Nesse sentido, o investimento sobre a casa dos pobres parece fazer parte desse projeto de modelagem dos comportamentos. Assim, devemos considerar a emergência entre o final do século XIX e o início do século XX de intervenções de cunho urbanístico e sanitário no interior das moradas populares.

Sobre isso, Rago (2014) evidencia como forjou-se, nesse contexto, uma aliança entre discursos de urbanistas e médicos, orientados pela concepção burguesa de moradia e família, visando desqualificar a moradia dos pobres, a posicionando discursivamente como produtora de doença e de práticas imorais. A sujeira, o mal cheiro, a imoralidade e o crime, aparecem no primeiro quarto do século XX como imagens da moradia popular, sobretudo, os cortiços do centro da cidade.

A vida miserável, o odor fétido do trabalhador mergulhado dia e noite nas fábricas, a falta de hábitos regulares de higiene corporal, a imundície de sua casa traduzem a incapacidade de o proletariado gerir sua própria vida e pedem a intervenção redentora da ação dos especialistas civilizadores. Na habitação popular, os indivíduos se amontoam assim como o lixo; os fluxos não circulam, os miasmas pútridos estagnam. A aglomeração da gente, de cheiros fétidos, de detritos e de animais domésticos congestionam o cortiço e o bairro operário, impedindo a livre circulação do ar e da água, além da penetração salutar dos raios solares, elementos fundamentais para garantir a saúde do organismo. Dão origem às epidemias como a cólera-morbo ou a febre amarela, que ameaçam atingir inexoravelmente toda a cidade, rompendo a linha que progressivamente vai dividindo os bairros ricos dos pobres. A ameaça da peste sobre os novos bairros elegantes da burguesia [...] reforça a vontade de evacuação do lixo e dos pobres para longe dos espaços refinados da cidade (RAGO, 2014, p. 216-217).

Busca-se introduzir assim, como já apontado por Donzelot (1986) sobre a cultura do casamento na França, padrões culturais burgueses, que permitam a emergência de uma nova sensibilidade. Os cheiros e a sujeira ocuparão lugar central nos discursos dos higienistas sociais brasileiros, que também associarão a moradia coletiva popular com a imoralidade, promiscuidade e degeneração dos comportamentos. À essa preocupação estético-política com o interior da moradia dos pobres, Rago (2014) chamará de desodorização do espaço urbano.

Retomando a narrativa de Donzelot (1986) sobre a *familização* das camadas populares na França, encontramos também o registro sobre a moradia dos pobres e a crescente intervenção estatal nesse cenário durante o século XIX. O conceito de habitação social começa a ser introduzido em contraposição com a concepção de moradia enquanto lugar de abrigo, defesa e autonomia. “Queriam substituir a força autárquica pela força de trabalho, fazer da habitação um espaço sanitário e não mais um espaço “militar”, banir o que nela havia de propício a alianças ocultas e fusões suspeitas” (IBID, p. 43, grifo do autor). A intervenção avança sobre dimensões cada vez mais pormenorizadas da constituição da casa popular, além da higiene, a organização do espaço e até a decoração são objeto de suspeita. Avança também uma desconfiança crescente sobre as moradias coletivas (como os casebres), de que seriam espaços de promiscuidade e potenciais núcleos incubadores de revoltas populares.

Assim sendo, uma alternativa de que o estado e as elites econômico-políticas lançam mão é a constituição dos bairros e habitações sociais populares. Como já dito anteriormente, essa estratégia também está contida na lei dos pobres inglesa, descrita como uma das medidas fundamentais da Medicina da Força de Trabalho (FOUCAULT, 1979)

A solução consiste em fornecer habitações em função das condições de admissibilidade que garantam a moralidade dos habitantes, sob pena de despejo. [...] Taillefer, médico do bairro Napoleão de Paris, anuncia que o bairro será o “túmulo da revolta” relatando, para confirmar suas palavras, o comportamento dos membros do “seu” bairro durante os acontecimentos de 2 de dezembro, no momento em que os insurretos vêm conclamá-los: “Após proferirem algumas palavras amigas a meu respeito, todos se retiraram para suas habitações respectivas e os perturbadores foram obrigados a partir” (DONZELOT, 1986, p. 44).

No Brasil, em meados do século XX, a estratégia da constituição de bairros operários (para melhor dizer vilas operárias) também foi utilizada. Nesse sentido, Vieira (2013) e Rago (2014) demonstram como a instalação de vilas operárias se traduzirá como uma importante estratégia das grandes indústrias, no sentido de refinar o controle sobre a vida doméstica dos seus trabalhadores. Argumentos médicos, jurídicos e urbanísticos fundamentarão esse tipo de intervenção, entretanto, esse investimento contará com importantes aliadas: as visitadoras sociais.

Estas profissionais serão essenciais para a implantação das finas relações de controle da vida dos operários, e o farão, sobretudo, a partir do contato com as mulheres/mães/donas de casa (VIEIRA, 2013). A constituição estratégica da mulher como dispositivo de acesso e modelagem da família não é uma invenção do século XX, como vimos nos argumentos de Donzelot (1986), muito embora a profissão de visitadoras sociais e a sua utilização como recurso para o controle da vida dos operários estivesse, na primeira metade do século XX, ainda em emergência no Brasil.

2 - IDENTIDADE, *HABITUS* E PRÁTICA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Foram os "bons" mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons, ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar e plebeu. (Nietzsche, F. Genealogia da moral, p. 25).

No percurso apresentado até este capítulo imprime-se o esforço de apresentar uma leitura histórica sobre as práticas de intervenção sobre os pobres e a pobreza. A opção por um largo período histórico dá-se em acordo com o objetivo de compreender quais são as linhas de força que compõe o campo social das práticas da assistência, para além do que está determinado e regulamentado nos documentos governamentais e nas orientações dos órgãos de representação profissional. Com a articulação entre autores de origem teórica diversa, visando apreender as suas interpretações históricas sobre o desenvolvimento do setor social, buscamos as regularidades que estruturam, pressionam e dinamizam as práticas nesse campo.

A busca dessas regularidades tem a função de nos oferecer um pano de fundo, que possa iluminar a composição dos *habitus* profissionais e a política das identidades e das relações de poder que os atravessam. Assim sendo, embora considere-se nessa tese, amplas dinâmicas estruturantes e reflita-se também sobre como elas atravessam e são atravessadas por relações de interdependência (SWAAN, 1992) e de poder (FOUCAULT, 2010; DONZELOT, 1986), a dimensão que nos interessa circunscreve-se no âmbito da prática e de sua justificação.

Sendo assim, começamos esse capítulo apontando uma composição teórica que nos auxiliará a costurar as emergências históricas com a conjuntura e as dinâmicas próprias das estruturas estruturantes que produzem disposições e interpretações sobre a prática. Também nos preocuparemos com o jogo das identidades que atravessam a relação entre intervencionistas e intervencionados, tendo em vista que a prática da Assistência Social parece se pautar historicamente, na elevação moral e legitimação da capacidade técnica da prática e dos praticantes da intervenção social, em detrimento da depreciação e exploração da tragédia humana contida na vida dos pobres.

2.1 - “AQUI NESSA TRIBO NINGUÉM QUER A SUA CATEQUIZAÇÃO”: A INVENÇÃO DO “OUTRO” E DO “NÓS” DA INTERVENÇÃO.

As reflexões iniciais desse tópico seguem a trilha da “invenção do outro” como elemento fundante de certo imaginário social sobre a pobreza. Entendemos como Castro-Gómez (2005) que essa “invenção”, além de abarcar um complexo de representações sobre como um grupo representa mentalmente a si e aos outros, vincula-se aos dispositivos de saber/poder que dão início a essas representações. Além disso, “(...) o problema do “outro” deve ser teoricamente abordado da perspectiva do *processo de produção material e simbólica* no qual se viram envolvidas as sociedades ocidentais do século XVI” (CASTRO-GÓMEZ, 2005, p. 81). Obviamente essa questão não está congelada no passado colonial, ao contrário, estende-se através de linhas de força (muitas vezes invisíveis) até os dias atuais. Nesse ínterim, um dos elementos fundamentais para pensar a “invenção do outro” em cenários de recente democracia é a própria noção de cidadão e cidadania.

A referência à “invenção do outro” abordada aqui, alinha-se aos estudos sobre identidade (HALL, 1994, CIAMPA, 1990, PENNA, 1992, WOODWARD, 2000) que apontam esse fenômeno como fundamentalmente relacional, ou seja, produzido nas relações desiguais entre os grupos sociais. Assim sendo, à depreciação moral do grupo sobre o qual se intervém, corresponde a elevação moral do grupo que intervém. Óbvio que isso se realiza em função da divisão desigual da simbolização dos atos envolvidos na intervenção, diante da qual o domínio se apresenta regularmente nas mãos dos especialistas.

Podemos, assim, nos perguntar sobre a invenção da cidadania e dos cidadãos na América Latina. Tendo como referências as *constituições, manuais de urbanidade e gramáticas do idioma*, constituídos a partir do século XIX, González Stephan (1996 apud CASTRO-GÓMEZ, 2005, p.81) sinaliza que estes dispositivos, cuja legitimidade se assenta na escrita, respondiam

(...) à necessidade de ordenar e instaurar a lógica da “civilização” que antecipava o sonho modernizador das elites criollas. (...) Por isso o projeto fundacional da nação se leva a cabo mediante a implementação de instituições legitimadas pela letra (escolas, hospitais, oficinas, prisões) e de discursos hegemônicos (mapas, gramáticas, constituições, manuais, tratados de higiene) que regulamentam a conduta de atores sociais, estabelecem fronteiras

entre uns e outros e lhes transmitem a certeza de existir dentro ou fora dos limites definidos por essa legalidade escriturária.

A invenção do outro (síntese do encontro colonial) e a *invenção da cidadania* estariam desta forma geneticamente relacionadas, pois, a criação da identidade de cidadão moderno na América Latina implica a produção de uma contraluz, a partir da qual essa identidade pode ser medida e confirmada. Assim, a produção do imaginário da civilização exigiria a produção de seu oposto necessário: o imaginário da barbárie (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Nesse sentido vale sinalizar como essa questão foi manifesta e praticada desde o “encontro colonial” nas terras de Pindorama. A ordem jesuíta constituiu nesse sentido, o primeiro grande empreendimento de “moralização” do povo brasileiro, tendo como finalidade última, como é sabido, a aceitação de um sistema religioso europeu e de seus inerentes controles de impulsos e de normas corporais e comportamentais. Assim sendo, as primeiras intervenções sociais no Brasil, partem da concepção dos “intervencionados” como bárbaros (MARTINS; BRITO, 2001 apud CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Devemos nos perguntar se o imaginário da barbárie ainda continua posicionando o olhar do estado e da ciência para a vida dos pobres, e se estes, os desajustados, os indesejados da ordem social, são (re)capturados nas tramas das instituições modernas (inclusive das políticas públicas) pelos resquícios das representações oriundas do encontro colonial.

Se assim for, o imaginário dualista do colonialismo e o processo de invenção do outro reaparecem nas políticas públicas de inclusão social. Dessa forma, os indesejados necessitam ser adaptados, reciclados, “de forma que a sua anômala estranheza e exclusão sejam rapidamente reintegradas através dos “cuidados” e da reabilitação” (PUSSETI; BRAZZABENI, 2011, p.473).

Nesse sentido, os “indesejados” são vistos como associados ao perigo (precisam ser controlados, ordenados) ou como vítimas (que precisam de ajuda). Para Pussetti e Brazzabeni (2011, p.474) “Esta ambivalência justifica uma intervenção maciça nos segmentos precários e indesejáveis da sociedade, que visa ajudar os sujeitos na construção dos seus próprios projetos de vida para se tornarem cidadãos bem integrados na ordem social e moral dominante”.

Talvez, adentrando no universo dessa relação, possamos pensar sobre o *ethos* que orienta esse encontro. É justamente isso que sugerem Pusseti e Brazzabeni (2011, p. 472):

Seguindo a proposta de Fassin (2005,2006) um dos maiores desafios atuais consiste em investigar as políticas contemporâneas, não tanto nas suas instituições e técnicas, quanto no *ethos* que as anima e que Fassin (2005) define como “*ethos da compaixão*”: trata-se de políticas que se empenham em aliviar o sofrimento, afastando o olhar das suas próprias causas.

Tendo em vista que Didier Fassin, desenvolve o conceito de *ethos da compaixão*, a partir das relações do estado francês com os imigrantes (sobretudo de origem africana e árabe), poderíamos utilizar esse mesmo conceito para pensar nos princípios éticos organizadores da prática dos técnicos da assistência social no Brasil?

Segundo Fassin (2014, p.5) o *ethos da compaixão* pode ser caracterizado como uma maneira de intervir, que se constitui “(...) oscilando entre sentimentos de comiseração, por um lado, e de preocupação com a ordem por outro lado, entre uma política de piedade e políticas de controle”. Ao que parece o conceito de *ethos da compaixão* pode ser articulado com o conceito de poder pastoral de Foucault (2008, p.170), tendo em vista que o poder pastoral se configura como um poder benfazejo:

Sendo o poder pastoral, a meu ver, inteiramente definido por seu bem-fazer ele não tem outra razão de ser senão o bem. É que, de fato, o objetivo essencial, para o poder pastoral, é a salvação do rebanho. Nesse sentido, pode-se dizer, é claro, que não se está muito distante do que é tradicionalmente fixado com o objetivo do soberano – a salvação da pátria -, que deve ser a *lex suprema* do exercício do poder.

Como vimos no capítulo anterior a lógica da caridade exerceu dominância sobre as relações de assistência entre ricos e pobres durante a maior parte da idade média. O poder pastoral, enquanto força empunhada especialmente através da autoridade da igreja, voltada para a condução, cuidado e controle dos rebanhos, parece governar e governar-se pela fórmula da caridade, e assim sendo, marca a dinâmica do poder que se exerce nesse período e que conforma uma das linhas estruturantes das práticas de assistência social. É sobretudo do cristianismo que advém o modelo do poder pastoral, como “[...] uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e

individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo de sua existência” (FOUCAULT, 2008, p. 218-219).

Sendo o poder pastoral presente na lógica das relações de caridade, pode-se perguntar se a mudança das práticas de assistência social, documentadas por Swaan (1992) e Donzelot (1986), com a emergência do capitalismo e das instituições modernas, e com as intensas transformações que os estados, as intervenções e a vida social passam nesse período, findam o poder pastoral e a lógica da caridade.

Acreditamos que, ao contrário, o poder pastoral será uma das dinâmicas presentes nas práticas filantrópicas de assistência social, e perdura como uma importante dimensão da estruturação das práticas e das representações contemporâneas dos profissionais desse campo. Como sugere o próprio Foucault (2010) a dinâmica de poderes que se instaura a partir do século XVIII e mais fortemente no século XIX, evidencia modelos imbrincados: a persistência do poder pastoral, mas também a emergência de um poder disciplinar, e em outra dimensão, mais ampla e voltada para a população, o biopoder.

O conceito de poder pastoral exerce centralidade nas discussões dessa tese, conforme veremos nos capítulos de análise. Assim sendo, vale investir em uma conceituação mais detalhada, apresentando as características dessa tecnologia de poder. De acordo com Foucault (1990, p.80), o *pastor* “[...] exerce o poder sobre um rebanho não sobre uma terra”; “[...] reúne, guia e conduz o seu rebanho”; sendo o seu papel “[...] garantir a salvação do seu rebanho” e ofertar uma “[...] benignidade constante, visto que [...] proporciona alimentos ao seu rebanho; diariamente mitiga sua fome e sua sede”. “[...] O pastor tem um desígnio para seu rebanho. É preciso conduzi-los a boas pastagens ou levá-lo de volta para o aprisco”. Também é importante apontar que o exercício desse poder produz uma dívida, uma obrigação de velar, por parte do pastor.

Pode-se dizer também que o poder pastoral expressa uma política de piedade/controlado, denominada por Fassin (2014) como *ethos da compaixão*. Essa tecnologia do poder não encontra outros meios de exercer-se senão adentrando na esfera da intimidade daqueles que são objeto da intervenção. Esse avanço sobre o íntimo será chamado de *Psicologização do Social* por Fassin (2005 apud PUSSETI; BRAZZABENI, 2011), e será configurado como:

(...) um dispositivo que favorece uma vasta empresa de exploração da intimidade das pessoas”: O destinatário da intervenção social deve, quer expor a sua própria infelicidade, quer dispor-se a repensar o passado e a imaginar o futuro, para mudar a precariedade do presente e para obter, o apoio esperado” (ASTIER, 1996, p. 99 apud PUSSETI; BRAZZABENI, 2011, p. 474).

A exploração da intimidade e a busca por causas singulares que explicam a pobreza e oferecem percursos para a superação, servirão, de acordo com Verdès-Leroux (1986) para legitimar o trabalho social em um período histórico em que o setor e as/os praticantes sofriam com o crescente descrédito por parte daqueles que eram objetos da intervenção e da sociedade de modo geral. A psicologia oferecerá, nesse sentido, um aparato técnico cuja finalidade e estrutura se encaixa com as expectativas de legitimidade das/dos trabalhadoras/es sociais: o *case-work*. Para a autora essa técnica ajuda a confirmar uma disposição já existente entre os agentes, assim, as lições de moral (advindas da origem católicas das trabalhadoras sociais), encontram no *case-work* uma forma de dissimulação de seus interesses.

O *case-work* possibilitará o estabelecimento de relações causais entre a situação de desamparo e miséria em que um determinado indivíduo se encontra e sua história de vida (VERDÈS-LEROUX, 1986). A sustentação teórica dessa prática advém da psicanálise e assim sendo, tendo em vista a origem médica de Freud e o investimento dessa vertente psicológica no estudo do desvio, pode-se dizer que de algum modo, representa mais uma vez a medicalização dos problemas sociais como sugerem Swaan (1992) e Donzelot (1986).

É possível que o *case-work*, no que diz respeito à sua aplicação como prática organizativa da intervenção na assistência social durante o século XX, esteja ligado ao saber psiquiátrico. Assim sendo, deve-se notar que o saber psiquiátrico surge da “(...) insidiosa invasão da instituição judiciária e da instituição médica, exatamente na fronteira entre as duas, por certo mecanismo que, justamente, não é médico e não é judiciário” (FOUCAULT, 2010, p. 35).

Essa prática se difunde especialmente porque encontra terreno fértil. Falamos aqui da escassez de fundamentos técnicos consolidados para o trabalho na Assistência Social no período em que o *case-work* se desenvolve como prática ampla, no contexto francês. O modelo que impera até meados da década de 1950, ainda é o modelo da intervenção moral e da vigilância doméstica, fornecido pelo trabalho das visitadoras sociais. Entretanto, esse conjunto de práticas carece de justificação frente

àqueles que são objeto da intervenção e frente aos poderes públicos e essa fonte de legitimidade advirá da ideia de neutralidade que a técnica do *case-work* oferece (VERÈS-LEROUX, 1986).

A introdução dessa suposta neutralidade (mesmo considerando que é um efeito da eufemização ou do disfarce da ajuda), logrará sucesso e ajudará a compor o *habitus* do trabalho social e, por desdobramento à própria imagem das profissionais do Serviço Social. O usuário das práticas de Assistência Social também sofrerá, a nível do discurso, uma modificação nas suas representações: “Já percebido, não como um “pobre” ou como uma pessoa que tem, antes de tudo, dificuldades socioeconômicas, e, sim, como uma pessoa em quem algo não está indo bem, o “cliente” carece de tratamento (VERDÈS-LEROUX, 1986)”.

Diante desses movimentos que impactam diretamente na auto representação do campo profissional, Fassin (2014, p. 17) nos apresenta a ideia de que há uma relação da *psicologização do social* e do *ethos da compaixão* sobre a composição das identidades dos técnicos que atuam em serviços de apoio, de modo que: “Expressar comiseração pelo solicitante de asilo ou pelo imigrante indesejado traz menos benefícios a essas figuras que a nós mesmos, uma vez que demonstramos o quão humanos realmente somos”.

2.2 - INTERVENÇÃO SOCIAL, IDENTIDADE E *HABITUS*: A BUSCA DA LEGITIMIDADE DO TRABALHO SOCIAL.

Além dos elementos já apresentados, a exemplo do *poder pastoral*, do *ethos da compaixão* e da *psicologização do social* que nos revelam o complexo jogo afetivo nesse cenário e da dimensão estrutural e histórica, que nos orienta sobre as linhas de força e a decorrente pressão exercida na modelagem da práticas e identidades, entende-se aqui que a relação entre os conceitos de *Habitus* de Bourdieu (1983), de Definição da Situação de Erving Goffman (1985) e de Identidade Profissional de Claude Dubar (2005), podem ser articulados para compor uma “lente interpretativa” desse fenômeno.

A opção por uma abordagem histórica, que considere os elementos constitutivos da prática da assistência social, dentro e fora do exercício dos serviços oficiais da Assistência Social brasileira, se dá como efeito do entendimento de que as

identidades são em parte, resultado da “história incorporada”, ou seja, expressam o efeito do *habitus*, na perspectiva de Bourdieu (1983). Os *habitus* são incorporados a partir da prática e da reprodução e são constituídos e reforçados por representações sociais, coletivamente criadas e sustentadas. Nesse sentido, a história das práticas profissionais, terá efeitos importantes sobre a constituição do fazer no agora, justamente porque constitui imagens de si sustentadas por posições sociais.

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Sobre o *habitus* do trabalho social Verdés-Leroux (1986) chama a atenção para a presença do militantismo católico e de uma constituição profissional que privilegia o ser (características pessoais ou vocacionais da/do profissional) em detrimento do saber. Além disso, a autora afirma que a composição do setor social dá-se a partir de “uma fração dominada, mas objetivamente integrada, no plano cultural e moral, à classe dominante” (p.10). Outra característica relevante é a necessidade recorrente de justificar-se e legitimar a prática profissional e o praticante, e isso fornece à dimensão da identidade (dos jogos de representação sobre si e sobre o outro) a importância de dinâmica estruturante do *habitus*.

Ao mesmo tempo, a definição da situação (GOFFMAN, 1985) em que as identidades estão em jogo, em que os técnicos psicossociais dos serviços da Assistência Social estão face a face com os usuários, pode atualizar esse *habitus*, provocar fissuras e transformações nas crenças e práticas. A definição da situação, por um lado, é dada pela própria constituição do campo, em que a experiência se exerce, e por outro, pela interação face-à-face, que nunca é simétrica em termos do poder de definir.

Possivelmente os profissionais da Assistência Social, em suas intervenções sobre a vida dos usuários, manejam a definição da situação em seu favor. Somente

assim é possível legitimar o fazer profissional e a si mesmo na relação com aqueles que são objeto da sua intervenção. Talvez ocorra de forma parecida com o que Goffman (1985, p. 13) descreve:

Independente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam. Este controle é realizado principalmente através da influência sobre a definição da situação que os outros venham a formular. O indivíduo pode ter influência nessa definição expressando-se de tal modo que os levará a agir voluntariamente de acordo com o plano que havia formulado.

A própria definição da situação, no sentido de Erving Goffman, vai obedecer (em uma parte considerável das interações nesse campo) aos elementos que compõe o olhar do “interventor” sobre o “intervencionado”. Estes elementos possivelmente estão sustentados por representações sociais, e assim sendo estão recheados de estereótipos e fórmulas, que funcionam como explicação não somente para a intervenção, mas para o papel de cada um dos polos dessa relação. Por outro lado, é possível indicar que a definição da situação e a decorrente apreensão de si e do outro, implicada nessa relação, será também guiada pelo regime de verdade que sustenta e legitima os serviços da Assistência Social.

A partir desse ponto, podemos apresentar como esquema conceitual para essa análise, justamente por compreender a dimensão sincrônica (interacional) e diacrônica (histórica) da composição das identidades profissionais, a perspectiva de Claude Dubar (2005). Para esse autor, é recomendável aos estudiosos das identidades profissionais que considerem que os atores não são resultado simplesmente do campo (das estruturas, classe social, papel profissional), como também não o são somente da interação face-a-face, do jogo de forças que se trava no “agora” em torno da definição da situação.

Para Dubar (2005) a socialização será pensada enquanto “construção de um mundo vivido” em oposição à concepção de “incorporação”. Nesse sentido, esse autor busca discutir enquanto elementos da dimensão diacrônica, não a história da composição de um campo ou setor profissional, mas a trajetória dos sujeitos profissionais. Sem deslegitimar a importância do olhar para a experiência, da maneira como ela se dá como desdobramento de uma trajetória ao longo da vida, podemos discutir a própria noção de trajetória, não como algo restrito à dimensão individual, mas como algo socialmente pressionado pela dimensão social e material

(BOURDIEU, 1998). Talvez seja nesse sentido, que Dubar (2005, p. 195) anuncie as “profissões” como organizações voltadas à reprodução, e assim sendo, nos leve a problematizar a própria composição histórica das mesmas. “Assim, de “profissão” aberta a todos os que sentem a vocação para a realização de um ideal do serviço (função manifesta), o grupo profissional passa a ser, nesse modelo, uma “organização fechada”, preocupada antes de tudo com sua própria reprodução (função latente)”. O autor complementa:

Esse mecanismo básico, centrado na formação e na carreira, é complementado por outro, que conduz “de forma natural” o grupo profissional a multiplicar as regulamentações, as normas estatutárias e os privilégios diferenciados para seus próprios membros. Desse modo, a profissão se torna um “corpo” às vezes mais preocupado com seu funcionamento interno e com o respeito a seus procedimentos burocráticos do que com a qualidade dos serviços prestados aos clientes. (DUBAR, 2005, p. 195)

Contudo, embora tenhamos o entendimento de que os condicionantes históricos e sociais da constituição das profissões ligadas ao “trabalho social” e do próprio setor social, devam ser considerados como elementos estruturantes da interação que se dá no universo das práticas e da constituição das identidades profissionais nesse contexto, devemos por outro lado atentar para a importante ponderação que o autor faz, ao nos alertar para o reducionismo que nos leva a entender e explicar as identidades profissionais como meros reflexos do campo, sem considerar o sujeito vivo e complexo que dá “corpo” a esses processos.

A partir do momento em que se recusa a reduzir os atores sociais - inclusive e primeiramente as pessoas concretas que constituem o objeto das pesquisas empíricas - a uma “categoria” preestabelecida, seja ela socioeconômica (sua CSP [categoria socioprofissional] ou sua origem social), seja sociocultural (seu nível escolar ou sua origem étnica) - ou, às vezes, a uma combinação das duas -, a questão central, para o sociólogo que aborda um “campo” qualquer, torna-se a da maneira pela qual esses atores se identificam uns com os outros. Essa questão é indissociável da definição do contexto de ação que é também contexto de definição de si e dos outros. Como ator (tomado como tal), cada um possui certa “definição da situação” em que está inserido. Essa definição inclui uma maneira de se definir a si próprio e de definir os outros. Ela recorre a categorias que podem ter origens diversas e toma a forma de argumentos que implicam interesses e valores, posições e posicionamentos. O primeiro procedimento do sociólogo de campo, parece-me, é coletar, nas melhores condições possíveis, essas diversas “definições de situação”, que são condições

de sua compreensão das regras da ação situada, tais como são subjetivamente definidas pelos atores. (DUBAR, 2005, XIX).

Diante do esquema proposto por Dubar (2005) para pensar as identidades profissionais e, fazendo as pontes e costuras possíveis com a noção de definição da situação de Goffman (1985) e a noção de *habitus* de Bourdieu (1983), e de poder pastoral (Foucault, 2008) acreditamos que encontramos um caminho que nos permite pensar sobre o jogo das identidades no campo das práticas da Assistência Social.

2.3 - TRAJETÓRIA DO TRABALHO SOCIAL: ELEMENTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL QUE AUXILIAM NA COMPREENSÃO DO *HABITUS* E DA IDENTIDADE PROFISSIONAL.

O trabalho social pode ser analisado a partir das denominadas *protoformas* do serviço social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014), ou seja, do conjunto de práticas que são considerados como importantes para a gênese dessa profissão. Nesse sentido, vale reforçar que a constituição do setor social e do serviço social – enquanto profissão – são processos imbricados e mutuamente dependentes.

Como vimos no capítulo 1, as práticas de assistência social têm, em sua origem a marca das relações de caridade, e assim sendo, a presença da igreja católica enquanto instituição orientadora e reguladora. Fazer caridade significa assim, fazer o bem e se aproximar da salvação espiritual. Vimos no capítulo 1 também que essa é uma das primeiras formas de dissimular a função essencial da assistência aos pobres: que seria manter equilibrado o sistema desigual de interdependência entre classes sociais opostas (SWAAN, 1992). Esta é uma das disposições sociais relevantes na consideração da constituição histórica das práticas, e revela uma política das identidades que enobrece o praticante e reforça a incapacidade, fraqueza moral ou desvio do assistido, como sugere Nietzsche em sua genealogia da moral:

[...] descobri que, em toda a parte “nobre”, “aristocrático”, no sentido de ordem social, é o conceito fundamental, a partir do qual se desenvolve necessariamente “bom” no sentido de “que possui uma alma de natureza elevada”, de que “possui uma alma privilegiada”. Esse desenvolvimento se efetua sempre paralelamente a outro que acaba por evoluir de “comum”, “plebeu”, “baixo” para o conceito de “mau” (NIETZSCHE, S/D, p. 27).

A presença da igreja e das práticas de moralização permanece ainda por longo tempo como guia da assistência aos pobres, entretanto, à medida que se modificam os problemas sociais com a crescente urbanização e o desenvolvimento da economia capitalista impulsionada pela revolução industrial, as práticas de assistência se reinventam e incorporam novos propósitos e disposições.

Nesse sentido, a preocupação com o interior da residência dos pobres, com sua forma de morar e suas práticas culturais mobilizam um investimento na construção de bairros populares, impulsionados pela lei dos pobres, como sugerem Swaan (1992), Foucault (1979) e Donzelot (1986). Os autores citados afirmam que esse investimento é sustentado pelo medo das revoltas e das epidemias, em suma, pela representação dos pobres enquanto ameaça ao sistema social que se estabelece com o capitalismo e estrutura a nítida distância entre classes proprietárias e classes trabalhadoras.

De forma coerente com a intervenção estrutural na conformação de bairros populares, também se produzem novas tecnologias de intervenção. No primeiro momento essa intervenção é sobretudo feminina e praticada por uma fração aristocrática da classe dominante, ou por delegadas eleitas junto ao povo, “[...] solteiras na sua maior parte, oriundas da burguesia abastada, culta, dentro dos limites julgados convenientes para o familiar” (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 12).

Embora a influência moralista e religiosa na conformação das práticas e da interpretação sobre o trabalho social tenha grave importância no estudo sobre a história desse campo profissional na França, Verdès-Leroux (1986) chama a atenção para o fato de que, apesar de católicas em sua maioria, as praticantes da Assistência Social, na passagem do século XIX para o século XX, mobilizarão uma independência no que diz respeito à igreja e conduzirão intervenções que se distanciavam da fórmula da caridade cristã. Para a autora essas profissionais aliam um conservadorismo profundo com um reformismo social limitado e defendem discursivamente a instauração de relações de paz social entre as classes.

Nascem da crítica à caridade, “[...] por não ter servido para nada, a não ser manter a pobreza, reproduzi-la, e por ter sido incapaz de opor-se à luta de classes [...]” (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 13) e à assistência pública, representada, por exemplo, pelo que mencionamos no capítulo 1 sobre a instalação do salário-família para mulheres pobres (DONZELOT, 1986), por considerar-se “[...] que ela não

somente é impotente, mas nociva – já que baseada no reconhecimento dos direitos sociais” (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 13).

Assim sendo, na sua constituição, a Assistência Social representa uma descontinuidade com as práticas anteriores de assistência, revelando um novo foco para a intervenção. Enquanto em toda a idade média o sistema era voltado para os pobres desvalidos (SWAAN, 1992), com a instauração da centralização burocrática em torno de um poder estatal, volta-se para o desenvolvimento de disposições sociais na classe operária urbana.

O processo de industrialização e urbanização crescente deslocou o foco da assistência da população pobre para o grupo constitutivo da força de produção capitalista: os trabalhadores assalariados urbanos e suas famílias. O exercício da caridade realizada pelo Estado Laico passa prioritariamente a ser destinado, como assistência social, ao trabalhador assalariado com vínculos estreitos de colaboração com representantes das indústrias (VIEIRA, 2013, p. 34).

A assistência aos pobres e indigentes é abandonada às obras da igreja e da caridade, enquanto a Assistência Social se desenvolve de uma maneira diversa, mesmo que o campo profissional não estivesse livre da influência da caridade e da assistência pública. Nesse sentido, para Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social começa a ser gestado no Brasil através da criação de instituições sociais no período posterior à primeira guerra mundial.

As instituições sociais que surgem nesse momento, como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, possuem já – não apenas no nível da retórica – uma diferenciação em face das atividades tradicionais de caridade. Desde o início são obras que envolvem de forma mais direta e ampla os nomes das famílias que integram a grande burguesia paulista e carioca e, às vezes, a própria militância de seus elementos femininos. Possuem um aporte de recursos e potencial de contatos em termos de Estado que lhes possibilita o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnicas (p. 176).

Para os autores, esse movimento acontece no bojo das transformações vividas no que se denominou de “reação católica” e visa propagar o *pensamento social* da igreja e a formação das bases do apostolado laico. Já não tem em vista o socorro dos indigentes, que constituíam um “[...] um grupo improdutivo e [...] politicamente inofensivo” (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 14).

Com os operários urbanos em mira, a assistência social parece constituir-se como uma importante força-tarefa ideológica para a hegemonia cultural da classe dominante, voltada para o projeto de imposição de sistemas de representações e comportamentos, que atuariam na correção de práticas de moralidade, desenvolveriam a racionalidade e os arranjos da economia dos orçamentos domésticos, disciplinariam os trajés, os horários, a organização dos lares e as práticas familiares (VERDÈS-LEROUX, 1986).

Como representantes desse tipo de ação, encontramos as iniciativas das residências ou colônias sociais, como serviços instalados em bairros populares dos subúrbios de Paris, com a finalidade de ofertar asilo diurno, práticas educativas, formação doméstica e orientações morais, especialmente para mulheres e seus filhos pequenos (VERDÈS-LEROUX, 1986). A educação moral envolvia a limpeza da casa, o cuidado dos filhos, e a superação das dificuldades pelo trabalho. Do ponto de vista da política das identidades, as colônias sociais, representavam um interessante traço. Eram casas, cujas moradoras eram aquelas que prestavam os serviços à população, e assim sendo, a própria casa, a organização do seu interior e a relação entre as mulheres que ali residiam, serviam de referência moral e legitimidade para o trabalho desempenhado.

Tendo em vista que as residentes eram constituídas por “senhoras da sociedade”, “criadas dentro de um horizonte estreitamente limitado”, a experiência para as trabalhadoras sociais pioneiras se constituía como uma tarefa complexa. Nesse sentido, essa operação envolvia alguns cuidados importantes que ajudaram a determinar os sujeitos para os quais as ações eram determinadas. Em primeiro lugar, como já antecipado, as ações quase nunca ocorriam com os próprios operários, sendo voltadas para as mulheres e crianças. Também as mulheres de operários militantes e as mulheres de setores mais explorados das classes operárias não costumavam ser convidadas para o trabalho. Essa antecipação estratégica permitia que as pioneiras, controlassem minimamente os riscos e a legitimação do seu trabalho (VERDÈS-LEROUX, 1986, p.16).

No início do século XX, o serviço social, que até então não era amplamente reconhecido nem pelo estado nem pelos grandes proprietários, ganha notoriedade. Em virtude da mudança na correlação de forças do conflito entre as classes sociais que se desdobra em diversos cenários, no contexto pós primeira guerra mundial, como na fábrica e nos bairros habitacionais operários, o trabalho social assume a

tarefa essencial de produzir a paz social entre as classes, moralizando e livrando os operários e suas famílias das ameaças dos ideais comunistas. É constituído nesse período o “[...] serviço social das empresas, o das caixas de compensação da região parisiense, o das HBM (Habitações à preços módicos) da cidade de Paris, o da caixa de seguro social, etc” (VERDÈS-LEROUX, 1986, p.20).

Esse período é marcado pela imposição da hegemonia das elites dominantes, que até então não havia alcançado tal patamar. Avançam nesse momento as imposições da exploração ao trabalho, com o aumento da carga horária e a diminuição ou congelamento dos salários. Enquanto essas mudanças são implementadas, produzindo um agravamento da condição de vida dos operários urbanos, avançam as iniciativas de cunho assistencial, voltadas para a promoção da paz social. Fazendo uma comparação, as residentes (pioneiras do serviço social) esperavam que os membros da classe operária se voluntariassem para receber educação moral e orientação para lidar com o sistema jurídico emergente, as trabalhadoras sociais que se constituem nesse segundo momento buscam o objeto de sua intervenção nas fábricas e nos bairros operários (VERDÈS-LEROUX, 1986).

Não à toa, como já dito, as primeiras instituições de serviço social vinculadas às mulheres das elites dominantes brasileiras, se desenvolvem no contexto posterior à primeira guerra mundial (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Compreende-se desse paralelismo histórico entre as iniciativas assistenciais na Europa e no Brasil que, as regularidades vivenciadas em países como a França, também serão vivenciadas aqui, obviamente guardadas as singularidades regionais e as respostas das elites e do poder estatal aos resíduos do conflito entre as classes sociais.

Os autores evidenciam nesse sentido que em período similar ao desenvolvimento de uma forma mais institucional da assistência, tanto na França como no Brasil se desenvolve uma preocupação com a justificativa técnica da intervenção. Nesse sentido, explica-se a instalação dos Centros de Estudo de Ação Social (CEAS) de São Paulo na década de 1930. Nesses Centros as senhoras da elite paulistana ligadas ao movimento das práticas filantrópicas de intervenção sobre os operários e suas famílias, puderam estudar os “problemas sociais”.

Até dezembro de 1932 fundou 4 centros operários onde suas propagandistas, por meio de aulas de tricô e trabalhos manuais, conferências, conselhos sobre higiene etc., procuraram interessar e atrair as operárias e entrar assim em contato com as classes

trabalhadoras, estudar-lhes o ambiente e necessidades (CEAS, 1934 apud IAMAMOTO; CARVALHO 2014, p. 181).

Os interesses dessa instituição se voltavam, portanto, para a compreensão e o controle sobre a vida dos operários, especialmente a partir das intervenções sobre as mulheres e a gestão da casa e da família. Essas ações serão estruturadas em torno dos centros operários, que, de acordo com documento do CEAS (1933 apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.181).

São núcleos de formação de elites que irão depois agir na massa operária. Com esse intuito não somente cuidamos de estimular nesses jovens uma fé viva e esclarecida, o sentimento do exato cumprimento do dever, como também despertar-lhes o espírito de apostolado da classe pela classe, com a noção das responsabilidades que lhes incumbem nesse terreno.

Não eram somente intervenções sobre a vida das operárias, eram intervenções realizadas exclusivamente por mulheres. Podemos dizer então, que essa protoforma do Serviço Social têm como marca a constituição de uma profissão eminentemente feminina e elitizada. Constituía-se quase como “missão” social e espiritual, cuja execução cabia às mulheres da elite.

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, 181-182, grifos dos autores)

Como toda experiência humana, em especial por ser estruturada em torno de uma relação bem demarcada entre grupos sociais, essa prática emergente à época também será atravessada e alimentada pela dimensão da identidade. Nas palavras de Iamamoto e Carvalho (2014, p. 182): “(...) sua posição de classe lhes faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção”.

É importante salientar que as práticas de instituições como a CEAS estavam, como já dito, relacionadas ao controle/intervenção sobre a vida dos operários. O trabalho social, de ênfase caritativa, que marca boa parte das ações da igreja junto

aos pobres e desvalidos parece seguir uma outra ordem, bem diferente desta. No contexto da emergência da Assistência Social enquanto setor e profissão, os operários, serão tomados pelas elites como um perigo social a ser disciplinado nas primeiras décadas do século XX (VIEIRA, 2013).

É nesse contexto que surgem as superintendentes e as visitadoras sociais. Percebe-se aqui uma acentuada mudança quanto ao patrocínio do serviço social já que, uma parcela importante do patronato passa a investir nessas práticas como tecnologias de controle e disciplinamento capazes de aumentar e melhorar a produção nas fábricas. Para Verdès-Leroux (1986) o serviço social das empresas surge a partir da conciliação de dois grandes interesses, na segunda década do século XX. O primeiro diz respeito à produtividade das operárias nas indústrias de armamento e o segundo ao interesse das agentes de ação social no deslocamento da mão de obra feminina para a indústria bélica.

Diante da demanda estatal e do patronato pela ação da assistência social nas fábricas, surgem escolas para superintendentes de fábrica, entretanto as vagas não eram abertas a qualquer pessoa, sendo necessário um exame sobre a origem social para determinar a aceitação. As superintendentes buscarão legitimidade no saber médico, de caráter higienista, entretanto, a análise de suas ações aponta uma prática frágil em conhecimentos técnicos e fortemente orientada por uma vigilância moral (VERDÈS-LEROUX, 1986).

As representações sobre os operários urbanos que visavam legitimar a prática da assistência social, produziram a ideia de que se tratava de uma classe decaída moralmente. É o que sinaliza a autora ao indicar “[...] o vigor e a frequência das condições morais dos relatórios escritos ou verbais das superintendentes” (IBID, p. 25). As trabalhadoras sociais se colocam assim (a partir de sua origem burguesa) como horizonte moral da intervenção. Sendo jovens criadas a partir de uma educação embasada na repressão, na vigilância, na exaltação do sofrimento, no sacrifício e na proibição dos prazeres, não encontram outro quadro referencial para intervir senão o da sua própria vida.

Aqui opera-se um primeiro esforço de exploração da intimidade das/dos assistidas/os, embora ainda de um modo diferente do que vai acontecer com a incorporação da técnica do *case-work* de que falamos em tópico anterior desse capítulo. Esse movimento de adentrar à intimidade faz-se nesse momento pela preocupação com a depravação sexual das operárias, consideradas impulsivas,

descontroladas e libidinosas, em contraposição com a elevação moral da classe “superior” (VERDÈS-LEROUX, 1986).

O passo posterior, estrutura uma importante protoforma do serviço social, e erige-se a partir dessa necessidade, já aventada, de sofisticar a vigilância sobre a vida dos operários: a invenção das visitadoras sociais. Pode-se dizer que as visitadoras são efeito das intervenções de cunho higienista sobre a organização das cidades e a moradia dos pobres, conforme mencionamos a partir da obra de Rago (2014).

Dessa aliança com o saber médico-higienista essa categoria de trabalhadoras sociais retirará a sua legitimidade, ao ponto de incorporar nas metáforas sobre a vida social o repertório discursivo da higiene social e patologia social. Esse amparo discursivo será utilizado para justificar as intervenções autoritárias das visitadoras, contra o perigo das infecções sociais de diversas ordens (VERDÈS-LEROUX, 1986). A autora salienta, entretanto, que as assistentes sociais ocupam na relação com o saber médico um papel subalterno, embora estratégico na imposição dos modos burgueses de organização e gestão da vida.

As visitadoras sociais fornecem como traço diferenciado as observações e classificações dos visitados, estabelecendo uma linha entre os “recuperáveis” e os “irrecuperáveis”. Para isso utilizam-se da pesquisa social, através de enquetes à família e aos vizinhos. Antes mesmo de investir na descoberta das intimidades da história de vida da família, as assistentes sociais buscam informações com a vizinhança que a permitam estabelecer de antemão uma referência classificatória e determinar, o que depois viria a ser confirmado pelas entrevistas à família (VERDÈS-LEROUX, 1986). Esse trabalho instaura a vigilância como uma das disposições sociais das práticas na Assistência Social que, como veremos nos capítulos de análise, persiste no cotidiano dos serviços desse setor no Brasil atual, tendo em vista que as equipes se utilizam das visitas domiciliares como uma modalidade importante da prática.

Nesse ínterim Vieira (2013) documenta o surgimento dessa prática no Brasil, em meados da década de 1930. Sob a égide do discurso médico higienista, as fábricas são estimuladas pelo estado a instaurar vilas operárias para os seus funcionários em troca de isenção de impostos. A justificativa associa-se ao perigo de epidemias e convulsões sociais que a sujeira e imoralidade das residências dos operários poderia produzir, entretanto, os objetivos não assumidos dizem respeito à instauração de uma fina trama de controle da vida.

Dá-se no bojo dessas práticas, voltadas para a intervenção sobre a vida dos operários, a constituição da primeira escola de Serviço Social no Brasil, através do esforço do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social). Iamamoto e Carvalho (2014) alertam que essa escola não é fruto exclusivo das iniciativas da igreja e do Apostolado Social, mas também em grande medida, das demandas – já relatadas - que começam a surgir por parte do Estado e do patronato.

Não é possível, para os autores mencionados, separar o CEAS e o próprio desenvolvimento da institucionalização da Assistência Social no Brasil, no contexto vivenciado no estado de São Paulo. Há nesse cenário um esforço por adaptar a formação técnica às demandas da iniciativa estatal, assim sendo, as escolas de serviço social produzem mudanças importantes nos currículos de seus cursos. O convênio firmado com o Departamento de Serviço Social do Estado, em 1939, para a organização dos Centros Familiares, impulsionou “[...] um curso intensivo de Formação Familiar: pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 188).

No movimento em que se aumenta a demanda pela ação social especializada, também se transforma a composição social das trabalhadoras sociais. Não era mais “[...] *uma moça da sociedade* devotada ao *apostolado social*. Progressivamente se transformará num componente de Força de Trabalho, possuindo uma determinada qualificação, englobada na divisão social-técnica do trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 190).

Sobre essa mudança na composição social das trajetórias e posições de classe das trabalhadoras sociais, Jeannine Verdès-Leroux (1986) também faz algumas referências ao contexto francês, indicando que o aparecimento de referências ao modo correto de vestir-se das assistentes sociais, revela uma preocupação das profissionais de origem burguesa (ainda em atividade) com a incorporação de mulheres oriundas de outros setores sociais.

Outro traço que permite compreender essa mudança é a emergência de reclamações entre as assistentes sociais francesas de que as primeiras gerações de trabalhadoras desse campo eram mais cultas, em detrimento das que se incorporaram à profissão posteriormente. Vale salientar que, conforme sinaliza a autora, ser “culto” não é uma referência à educação formal, mas à transmissão de valores morais e éticos de uma origem social supostamente superior, já que, na prática as assistentes sociais pioneiras tinham uma formação educacional inferior.

Retomando o debate sobre a institucionalização da Assistência Social no Brasil é importante sinalizar que o Estado se posiciona de maneira coadjuvante até meados da década de 1930. Compreendia que esse papel cabia à igreja e assim era feito, nos moldes da relação caritativa/filantrópica. Entretanto no período do final do século XIX e início do século XX a “questão social” brasileira ganhou contornos mais robustos, uma vez que

[...] aproximadamente meio milhão de escravos transformaram-se em mão de obra assalariada, provocando mudanças nas relações de trabalho e na economia agrícola. Soma-se a isto o grande contingente de imigrantes europeus que vinham substituir a mão de obra escrava, cujo crescimento demográfico (negros libertos, nacionais migrados do campo, estrangeiros, mulheres e crianças) acarretou no saturamento do mercado de trabalho. Como consequência, as cidades cresceram de forma desordenada em áreas em processo de modernização. E o êxodo não se deu acompanhado de proporcional aumento de empregos, nem de serviços públicos voltados à educação e à saúde (CRUZ; GUARESCHI, 2009, p.21-22).

É neste cenário de instabilidade política, conflitos sociais e descontentamento popular, especialmente nas cidades, que Getúlio Vargas ascende ao poder provisório (1930-1934), via golpe armado, apoiado pelo Exército Brasileiro. Vargas inaugura então um período de importantes mudanças na relação do Estado com a “questão social”.

Nesse contexto ampliam-se as instituições voltadas para a formação em serviço social e cresce a legitimidade do conjunto de práticas ligadas a esse setor. Sobre isso, registra-se a presença da Sra. Darcy Vargas, “primeira dama da nação” e de sua comissão de honra na Primeira Semana de Ação Social do Rio de Janeiro em 1936. Esse investimento estatal também demarcará e modelará a institucionalização da assistência social, em torno de um projeto político conservador de retomada da influência da igreja, e da sua parceria com o estado, modificando através das primeiras leis do governo provisório, o caráter leigo da educação e realinhando as práticas com a preocupação cristã (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Mesmo com a reinvestida da igreja católica e a legitimidade dada pelo governo federal a esse movimento, o *apostolado social* não consegue abafar a crescente necessidade de especialização técnica que o campo profissional desenvolveu em sua trajetória. Um dos espaços de intervenção que também requererá esse esforço de

incorporação técnica do Serviço Social será o juizado de menores e as práticas em torno da delinquência (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Para Verdès-Leroux (1986), na trajetória de busca por saberes e técnicas que permitissem o amparo e a justificação das práticas, as trabalhadoras sociais francesas encontram-se com a psicanálise e a psicologia, em um movimento que já foi mencionado aqui de *psicologização do social*. Isso fornece à intervenção uma forma de “transformar o julgamento em fato científico, e os determinismos econômicos em particularidades de comportamentos” (p. 41).

Em suma, as marcas iniciais do trabalho social na França e no Brasil são associadas ao controle moral, à vigilância, ao conservadorismo, ao julgamento religioso e à fragilidade técnica. Essas marcas perdurarão na constituição do Serviço Social no Brasil, que passará somente a partir da década de 60 a viver um movimento de reconceitualização, orientado por uma forte crítica advinda da leitura marxista da questão social (VIEIRA, 2003; IAMAMOTO; CARVALHO, 2014; MARTINELLI, 2000). Esse movimento, que se inicia de uma forma contra hegemônica acaba se expandindo e ganhando grande espaço na formação em serviço social no Brasil até os dias atuais.

A *reconceitualização* do Serviço Social na França, reflete desdobramentos da crise desse campo profissional no mundo. Nesse sentido para Verdès-Leroux (1986), uma fração não-hegemônica dos agentes sociais começa em meados da década de 1960 a contrapor-se à aliança submissa à burguesia e ao trabalho social em sua função adaptativa. Os argumentos apontam para a busca da autonomia profissional, da verdadeira natureza da profissão. Para a autora embora inicialmente proferida por um conjunto pequeno de agentes do trabalho social, o chamado a uma reinvenção do sentido da prática ganha força.

Na América Latina esse processo se desenvolve também a partir da década de 60, conforme sugerido por Lima e Rodrigues (1980, p.19), em publicação do CELATS (Centro Latino-americano de Serviço Social):

A década de 1960 testemunhou o processo de reconceitualização em Serviço Social. Na esteira (e sob a influência) de uma série de fenômenos do modelo de desenvolvimento urbano-industrial latino-americano, bem como do surgimento de movimentos sociais e políticos que pressionavam em busca de uma nova estrutura de poder, as Ciências Sociais começaram a deixar transparecer suas próprias limitações em seu projeto de se constituir em

instrumentos adequados às transformações assinaladas no curso do processo histórico.

Segundo Lima e Rodrigues (1980), o movimento de *reconceitualização* se origina da tomada de consciência de trabalhadoras/es, estudantes e professoras/es do Serviço Social, estimulada pela inserção do materialismo histórico-dialético nos currículos das escolas profissionais. Esse movimento alterou, na ótica dos autores, a estrutura dos objetivos da profissão de Serviço Social, que passam a apontar para o desenvolvimento da conscientização e da organização e mobilização de classes populares. Na compreensão dos autores em questão, as/os assistentes sociais são empurrados à estranhar a sua prática profissional e questionar formas de explicações de cunho individualista.

Destarte, aparece o fortalecimento de uma linha mais exigente de estudo, cada vez mais social (em posição ao individualismo), cada vez mais complexa (as feições estruturais dos processos econômico-sociais) e não apenas parcial (i. é, o comportamento e as atitudes dos <<clientes>>), cada vez mais objetiva (relações sociais de produção, desenvolvimento de forças produtivas e controle do poder político) ao invés de subjetiva (i. é, a boa vontade e a <<nobreza>> do assistencialismo ou a inteligência dos governantes de ocasião, etc.). (LIMA; RODRIGUES, 1980, p. 23).

Ao que parece, embora diametralmente oposto no sentido, o movimento de *reconceitualização* apontará para a busca de uma racionalização, tal qual a *psicologização do social*, exemplificada pela introdução do *case-work* na década de 60 na França. Entretanto, há no movimento em questão, um esforço para se distanciar da ciência tradicional, questionando a neutralidade e rejeitando o trabalho institucional, tendo em vista a compreensão de que as instituições representam os interesses das classes dominantes. Assim sendo, as práticas da parcela profissional que se mobiliza pela *reconceitualização*, se desenvolvem especialmente na perspectiva dos setores populares (LIMA; RODRIGUES, 1980). Ao contrário disso, a racionalização de que se reveste o *case-work*, busca o discurso da neutralidade e da legitimação científica da profissão e investe na institucionalização da profissão.

Isso produz um problema de caráter pragmático para a perspectiva materialista histórico-dialética. Ao desocupar os espaços institucionais perderá força na composição dos “sentidos” das práticas profissionais, pois há uma frequência e investimentos muito maiores (na época e atualmente), em serviços paliativos e

focalistas, do que em políticas promocionais, de cunho comunitário, voltadas ao desenvolvimento da capacitação, organização e criação de grupos de pressão política. Diante desse impasse, os autores afirmam que, ao tempo em que concordam com as graves dificuldades de atuar em instituições, dada a subserviência ideológica aos interesses dos dominantes, percebem possibilidades interessantes, inclusive de desenvolvimento da dimensão científica da profissão: “Os assistentes sociais possuem[...] no interior das instituições, possibilidades de manter e aprofundar o contato com a população, estimular a reivindicação de seus direitos e obter algumas formas de organizações independentes” (LIMA; RODRIGUES, 1980, p. 30).

O texto dos autores citados acima serve tanto como fonte para importantes reflexões, como cumpre também a função de documento histórico, auxiliando na compreensão dos debates que movimentavam pensadoras/es, que orientados pela perspectiva materialista histórico-dialética no Serviço Social, enfrentavam os dilemas do desenvolvimento da profissão na virada para a década de 1980. É importante ressaltar que essa década é decisiva pois foi durante esse período que se intensificaram a luta e a organização em torno de direitos sociais, movimentos que alcançaram o seu auge com a promulgação da constituição federal de 1988 e a redemocratização do país.

Precisamos refletir, por outro lado, sobre os porquês de o materialismo histórico-dialético parecer figurar tão ausente das interpretações e práticas desenvolvidas atualmente em instituições socioassistenciais. Olhando para as narrativas produzidas durante essa pesquisa, por exemplo, foram raras as interpretações dos profissionais entrevistados, que evidenciaram algum tipo de alinhamento com a perspectiva que funda a *reconceitualização*. O que aparece com maior frequência e que também incorpora um sentido de “transformação social”, é a perspectiva de *desenvolvimento de potencialidades*. A transformação social aparece assim, sob o prisma das mudanças promovidas na vida de famílias, quase como uma aquisição de cunho psicológico.

Sobre o discurso do *desenvolvimento de potencialidades*, como perspectiva que atravessa a Assistência Social, pode-se dizer que se expressa como elemento contraditório e complexo da Política de Assistência Social. Mostraremos que, através desse ideário teórico, é possível a reprodução de algumas disposições sociais bastante estruturadas nesse campo. Por outro lado, podemos inferir que a ampliação do olhar, no sentido da fuga à perspectiva individualista, permite ver os arredores da

vizinhança, das redes sociais comunitárias e da cidade, como conjunto complexo de estruturas sociais e econômicas e interações simbólicas. Essa dilatação do olhar, pode oferecer ao *desenvolvimento de potencialidades* novos horizontes.

2.4 - A PSICOLOGIA E AS APROXIMAÇÕES DO SOCIAL: UMA RELAÇÃO RECENTE E FRAGMENTADA.

Nesse esforço de compreender as identidades profissionais no campo social, cabe pensar sobre a Psicologia e os porquês de sua aproximação desse cenário, ou mais precisamente, quais as “utilidades” da inserção dessa categoria profissional para a realização dos projetos de poder e dominação que atravessam esse espaço de intervenções sobre a vida dos pobres. Por outro lado, assim como fizemos no que diz respeito ao desenvolvimento da profissão de Serviço Social, esse tópico intenciona evidenciar também os movimentos de contraposição ao status quo da profissão que impulsionaram a constituição de projetos de compromisso social na Psicologia.

No esforço de posicionar a emergência histórica da Psicologia dentro do escopo do seu intento de autonomização enquanto ciência, Figueiredo e Santi (2008) e Figueiredo (2007) sugerem que a emergência da ciência psicológica esteve atrelada à processos sociais de grande impacto, condicionados pela ascensão e crise do iluminismo, e por diversos acontecimentos associados, como a emergência do capitalismo. Esses processos fundantes da modernidade conduziram ao nascimento da subjetividade privatizada e à necessidade de uma ciência atrelada aos problemas científico-filosóficos que daí se originaram.

Figueiredo (2007, p.149) sugere ainda que a Psicologia nasce sob a égide de três grandes influências interdependentes: o liberalismo, o iluminismo e o regime disciplinar. Para esse autor, essas três dimensões estarão presentes nos diversos ramos da psicologia, com maior ou menor importância de um destes polos, a depender das especificidades da abordagem teórico-prática em questão.

Estes pólos atraem-se e repelem-se. As linhas cheias ligando-os dois a dois correspondem às suas mais ou menos dissimuladas relações de afinidade e complementariedade. Para nosso uso, podemos designar essas superfícies com o nome de alguns dos personagens da história. Teríamos, assim, uma superfície *Bentham* ligando o liberalismo ao regime disciplinar. Nesta superfície os procedimentos disciplinares encontram-se com seus objetos precípuos – os indivíduos livres – e, na direção oposta, os átomos sociais encontram-

se com seus controles próprios. Todos saem fortalecidos deste encontro. A linha que liga o liberalismo ao romantismo pode ser designada como superfície *Stuart Mill*. Nela os ingredientes românticos alimentam os projetos de vida dos indivíduos, e estes, por sua vez, acolhem os elementos românticos na intimidade de seus lares e, mais ainda, de suas fantasias. Novamente aqui, todos se revigoram nesta coalização. Finalmente, a linha que liga a disciplina ao romantismo poderia ser chamada de superfície *Wagner*. Nesta superfície articulam-se as forças e o poder da Vida e da Vontade (tudo em maiúsculas, como convém) aos procedimentos de controle carismático e docilizadores da disciplina.

Podemos sugerir, a partir das reflexões de Figueiredo (2007), que uma fração da psicologia humanista é reflexo da relação do liberalismo com o romantismo, já que pautada em uma visão de homem autodeterminado, que se sustenta na *tendência à atualização* como uma potência e que pouco analisa os condicionantes sociais do comportamento. Se olharmos para o universo dessa pesquisa, devemos considerar que, mesmo de maneira pouco consciente, essa visão de ser humano está presente, tanto na concepção de homem expressa nos objetivos da Política Nacional de Assistência Social, como no cotidiano da prática profissional.

Olhando para a regulamentação da Psicologia enquanto profissão no Brasil, Ana Bock (2003) sugere que esta especialidade esteve ligada historicamente a práticas de controle, higienização, categorização e diferenciação. Para a autora, desde 1962 (ano da regulamentação da Psicologia no Brasil), parte considerável (e hegemônica) das suas práticas profissionais, estiveram a serviço dos interesses das elites e não incorporavam a dimensão social na explicação do fenômeno psicológico.

Também é possível indicar que a emergência da Psicologia enquanto profissão no Brasil esteve relacionada aos interesses econômicos de um desenvolvimento industrial em plena ascensão. Os testes psicológicos, foram nesse contexto, um atrativo para o universo organizacional, por permitir classificar e diferenciar os indivíduos (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2009).

O referido contexto e “utilidade social” da profissão marca, dessa forma, os cenários em que a Psicologia atuou ao longo do seu desenvolvimento. Mesmo considerando certa heterogeneidade, podemos indicar que a Clínica, a Indústria e a Escola foram espaços que concentraram a atuação dos psicólogos ao longo de boa parte da sua história enquanto profissão regulamentada no Brasil (BOCK, 2003; BROZEK, MASSIMI, 1998). Esse quadro somente apresenta mudanças significativas com a ampla inserção dessa categoria em serviços das políticas públicas de Saúde e

Assistência Social que se dá a partir de 2004, conforme aponta pesquisa do CFP encomendada ao DIEESE (2014), ao indicar que 34,9% dos profissionais pesquisados atuavam em um desses setores no referido ano.

Pode-se dizer ainda que no conjunto das ideias que antecederam à emergência de uma psicologia científica em nosso país, existiram ideias psicológicas, ou seja, formas de pensar constituídas cientificamente e dotadas de certo prestígio social, de modo a compor uma estrutura conformadora dos limites da ciência-profissão que viria a ser desenvolvida. Essas ideias serão produzidas em aliança com a medicina e a pedagogia, a exemplo dos estudos de Nina Rodrigues sobre a dimensão psicossocial da mestiçagem em uma comunidade baiana. O estudo desse autor, desenvolvido no início do século XX, defenderá a teoria da degenerescência, ou seja, da deficiência moral dos negros e mestiços na relação com os brancos e de sua propensão ao crime, à doença mental e à promiscuidade (BOCK, 2003). Percebe-se aqui que, conforme sugere a autora supracitada, a Psicologia tem em seu passado, influências que a aproximam de uma função conservadora e higienizadora da ordem social.

Outras autoras apontam dimensões importantes do traço conservador e da aliança da Psicologia com os setores da elite. É o que explana Cecília Coimbra (1995) ao denunciar a relação de indivíduos ligados a sociedades psicanalíticas com as práticas de tortura durante o período da ditadura militar no Brasil. Essas práticas reafirmam a interpretação de Bock (2003) sobre o compromisso da psicologia com as elites e seu projeto de higienizar, controlar, diferenciar e categorizar.

Como já afirmado, os regimes de produção da prática psicológica no Brasil, nascem do atravessamento da história da psicologia brasileira pelas demandas que estruturam o seu nascimento, advindas, sobretudo, da educação e das indústrias. No que diz respeito à educação, Bock (2003) sugere que o movimento da Escola Nova no Brasil, que ganha força ainda na primeira metade do século XX, também influenciou a constituição da psicologia em nosso país, por possuir um caráter mais científico e preocupado com o desenvolvimento psicológico dos educandos. A Escola Nova promove uma compreensão do desenvolvimento psicológico que aposta em capacidades inatas dos sujeitos educandos. Assim sendo, dessa formulação desenvolvem-se interpretações e práticas orientadas para o desenvolvimento da potencialidade contida na essência dos sujeitos.

A autora alerta que essa concepção produziu uma dificuldade de incorporar os elementos sociais na compreensão da subjetividade e também, acabou por favorecer a narrativa do trabalho como uma missão, um “pastorado” sustentado pela crença de que as pessoas são capazes e responsáveis diante de seu próprio desenvolvimento, independente das condições que permeiam a sua vida (BOCK, 2003). Uma imagem utilizada por Bock (2003) para ilustrar essa concepção psicológica é a do conto do Barão de Munchausen, personagem que estando cavalcando cai em um poço de terreno arenoso e movediço, e quando estava prestes a ser engolido pela areia, puxa a si e ao cavalo pelo seu próprio cabelo. É isso que aparece nos resultados da tese da autora, que visa explicar quais são as narrativas que justificam a prática profissional.

A referida autora também encontra entre psicólogos, a compreensão de que suas intervenções não são propriamente trabalho. Sendo a intervenção psicológica carregada de um discurso de neutralidade, embasada em uma interpretação do psiquismo que concebe uma tendência ao desenvolvimento das potencialidades como algo inato, o significado de trabalho “como intervenção direcionada” se esvai. Assim, afloram-se as possibilidades de interpretação “espiritual” da prática psicológica como vocação ou inclinação existencial.

Em seu trabalho a autora aponta, em suma, como um dos graves problemas da psicologia no Brasil, a *individualização* (ou *psicologização*) do fenômeno psicológico. Esse empobrecimento epistemológico resulta em interpretações que se afastam das condições sociais de produção das subjetividades, e assim sendo, produzem intervenções que sendo pautadas no indivíduo, o culpabilizam por processos e condições cujas engrenagens são sociais. A perspectiva sócio histórica da autora, permite interpretar, que essas modalidades de explicação do fenômeno psicológico se produzem em função dos cenários profissionais que marcam a profissão.

Entretanto, mesmo considerando a hegemonia das perspectivas interpretativas e de prática que são apontadas por Bock (2003), como ideologias presentes na prática psicológica contemporânea, é importante apontar os movimentos dissonantes, os caminhos que tensionam o *status quo* e apresentam outros cenários.

Mapearemos, pois, alguns elementos sobre o desenvolvimento de uma psicologia voltada para a intervenção na vida dos pobres no Brasil. A Psicologia Social enquanto campo de intervenção, teve em seu início, na década de 1950, duas

tendências: 1) “Uma, na tradição pragmática dos Estados Unidos, visando alterar e/ou criar atitudes, interferir nas relações grupais para harmonizá-las e assim garantir a produtividade do grupo”; 2) Outra que “procura conhecimentos que evitem novas catástrofes mundiais, segue a tradição filosófica europeia, com raízes na fenomenologia” (LANE; CODO, 1984, p.10).

Essas duas concepções continuam vigorosas no campo até meados da década de 1970. Nessa década, especialmente a tradição americana, de cunho pragmático e adaptativo, dominava as orientações teórico-práticas que predominavam na Psicologia Social latino-americana. Em 1976, entretanto, críticas advindas de psicólogos de diversos países, especialmente da Venezuela, começavam a apontar outros caminhos. Nesse ano é fundada a AVEPSO (Associação Venezuelana de Psicologia Social), que passa a coexistir com a ALAPSO (Associação Latino-americana de Psicologia Social). No Brasil o sentido dessas críticas também produz efeitos importantes, traduzindo-se em um movimento que somará forças a uma guinada epistemológica de escala continental (LANE; CODO, 1984).

Esses movimentos culminam em 1979 (SIP-Lima, Peru) com propostas concretas de uma Psicologia Social com bases materialista-históricas e voltadas para trabalhos comunitários, agora com a participação de psicólogos peruanos, mexicanos e outros (LANE; CODO, 1984, p.11).

Dessa emergente concepção de psicologia social crítica, embasada no materialismo histórico-dialético, origina-se a psicologia social comunitária, como uma prática de intervenção voltada para a transformação social e comprometida com a vida da população oprimida. As intervenções desse campo da psicologia, se iniciam especialmente no âmbito de projetos de saúde mental e de iniciativas orientadas pela Educação Popular, em um terreno disciplinar bastante heterogêneo no que diz respeito à participação de outras profissões. A partir da década de 1980, a Psicologia Social Comunitária, ao delinear a sua especificidade profissional, aponta que o lócus privilegiado da sua intervenção é o grupo comunitário (LANE, 2008).

Diante da necessidade de encontrar teorias e técnicas que se adequassem ao trabalho com grupos e se alinhassem à perspectiva de crítica e transformação social da Psicologia Social Crítica, a Educação Popular foi estruturante na Psicologia

Social Comunitária, ao apresentar-se como um método (embora Paulo Freire negue que seja⁴), que permitia superar a dicotomia indivíduo-sociedade.

A Educação Popular se instaurou com tal centralidade na Psicologia Social Comunitária também, porque permitia, ao conter uma noção de sujeito social, constituído através de relações que se dão a partir de uma determinada materialidade histórica, se apoiar sobre uma dimensão teórica tangível para a Psicologia Social Crítica: a Consciência.

Além disso, a proposta de educação de Freire inspirava a crença na capacidade de transformação social, a partir de microcosmos, permitindo olhar para os sujeitos. Ao assumir essa perspectiva a Psicologia Social Comunitária não rompe totalmente com a fronteira da ciência psicológica e encontra um caminho frutífero para traduzir com um “novo sentido político” teorias e práticas da psicologia que continham aproximações com a Educação Popular, a exemplo da psicologia rogeriana.

De acordo com Feitosa, Branco e Vieira (2017)⁵ é isso que faz César Góis, um dos percussores da Psicologia Social Comunitária no Brasil, ao aproximar Paulo Freire e Carl Rogers em sua proposta de teoria e prática. Essa interpretação da Psicologia Comunitária defendida por Góis, aparece também em trabalho do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC), ao qual o autor está vinculado.

Dito de outra forma, o que aparece com evidência do trabalho comunitário, é que a tomada de consciência da situação pelo oprimido, como quer Paulo Freire (1979), constitui uma exigência para qualquer processo de transformação do cotidiano, mas este processo não se esgota no âmbito da conscientização. Urge trabalhar mecanismos de coesão grupal e as possibilidades de construção do futuro. Isso só é possível quando se toca nos processos de vinculação grupais, nos sentimentos, na aceitação do outro, no valor de cada membro da comunidade [valor pessoal (Góis, 1994)] e no seu poder de transformar e modificar o mundo [poder pessoal (Rogers, 1989)] (BRANDÃO, 2015, p. 31)

Nesse sentido, ao falar sobre o desenvolvimento da Psicologia Comunitária do Ceará, Góis (2008, p.82), expressa que a busca pela superação da dicotomia indivíduo-sociedade, sempre esteve presente na constituição desse campo.

⁴ CECCIM, R.B. Pacientes impacientes: Paulo Freire. In: BRASIL. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília: MS, 2007. p.32-45.

⁵ <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/37146/26265>

Ao longo de sua construção, buscou dar respostas aos problemas sociopsicológicos relativos ao modo de vida de moradores e das comunidades, respostas ao drama social e humano, não no sentido de “psicologizar” essa realidade, senão fazer ver que há uma dimensão marcadamente subjetiva na dinâmica das comunidades e que se relaciona com o Campo da Psicologia Comunitária. Por isso entendemos que o desenvolvimento da comunidade deve incluir, prioritariamente, o desenvolvimento do sujeito da comunidade, não o seu ajustamento social à ideologia dominante e às políticas públicas existentes, nem simplesmente à mudança instrumental da comunidade, uma mudança sem ação comunicativa, sem reflexão, sem diálogo, sem solidariedade.

O referido autor não enxerga contradições inviabilizadoras entre uma perspectiva da pobreza que considere a dimensão da subjetividade e a incorporação de uma prática que aponte, ao mesmo tempo para o desenvolvimento de processos comunitários e para o apoio social, levando em conta a compreensão materialista histórico-dialética e leituras orientadas para o psiquismo e o desenvolvimento de potencialidades individuais e familiares. A condição balizadora para essa síntese de perspectivas é a negação de práticas de ajustamento social, inclusive, de ajustamento às expectativas institucionais das organizações que intervêm na vida dos pobres.

A perspectiva da psicologia social comunitária do NUCOM, que incorpora uma leitura materialista histórico-dialética e um percurso metodológico voltado para a conscientização, conforme orienta a Educação Popular, ao tempo em que aponta também para a perspectiva afetiva e corporal, com a psicologia rogeriana e a biodança, constitui atualmente uma importante influência para a prática da Psicologia na Assistência Social.

Ao afirmar isso não estamos falando necessariamente de como a prática de psicólogos/as tem sido desenvolvida nos serviços socioassistenciais, pois como veremos nesse trabalho, em inúmeras situações e interpretações, o fazer cotidiano se distancia significativamente dessa perspectiva. O que embasa essa ideia é, por outro lado, o fato de que os documentos de orientação técnica produzidos pelo CREPOP (Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas)⁶, a exemplo das “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos/as nos CRAS” e das “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos/as nos CREAS” se orientam fundamentalmente por esse campo teórico-metodológico.

⁶ <http://crepop.pol.org.br/> - Nesse site é possível encontrar os dois documentos referidos no parágrafo.

Nesses documentos é possível perceber o quanto a dimensão afetiva da exclusão social se introduz enquanto núcleo interpretativo dos fenômenos. Isso se dá, não somente por influência da Psicologia Comunitária, uma vez que o tema vem sendo reposicionado a partir da década de 90 por Bader Sawaia (1995;1999;2009). A referida autora expõe, inclusive, uma crítica à Educação Popular, por entendê-la como uma prática racionalizadora e centrada na consciência, em detrimento do desenvolvimento da potência de ação, enquanto uma condição afetiva que impulsiona as pessoas à transformação de suas realidades.

No que diz respeito ao *trabalho social* desenvolvido em instituições, é importante mencionar que apenas a partir de 2004 há a expansão de postos de trabalhos para psicólogos nas políticas públicas, através da criação e implantação dos serviços substitutivos da rede de saúde mental e dos serviços da rede socioassistencial. Somente a partir dessa “guinada” os psicólogos começam a atuar (de forma ampla) com pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Assim sendo, a quantidade de elaborações teóricas e de orientações sobre a intervenção psicológica com esse público ainda é escassa. Por outro lado, como já dito, o CREPOP tem elaborado manuais de orientação técnica para cada serviço, em um esforço de oferecer bases teóricas e princípios práticos para guiar as intervenções, e nesse empreendimento tem adotado o percurso metodológico desenvolvido a partir da psicologia comunitária, germinada pelo campo da psicologia social crítica e da libertação desenvolvidas na América Latina a partir da década de 1970.

Ainda assim, as pesquisas sobre a prática profissional de psicólogos em serviços municipais da assistência social têm apontado para a fragilidade da atuação, expressa principalmente pela presença de interpretações médico-diagnósticas da prática nesses serviços, conforme nos mostram Yamamoto e Oliveira (2010, p. 20).

O ponto mais interessante das orientações técnicas versa sobre a psicoterapia. No caso de haver demanda para acompanhamento psicoterapêutico, o CRAS não é o lugar ideal para tal, devendo-se referenciar a demanda para outras instituições que compõe a rede assistencial dentro ou fora da política de assistência social (CFP, 2008). Apesar da recomendação clara, os primeiros estudos sobre o trabalho do psicólogo nos CRAS, como o realizado por Cruz (2009) com psicólogos sergipanos, revelam que uma das atividades mais desenvolvidas pelos psicólogos é a psicoterapia, seja individual ou em grupo. Além disso foi constatado que os referenciais que norteiam as práticas são prioritariamente clínicos e que muito pouco se sabe sobre ações com comunidades.

Entretanto, a normatização dos serviços da Política Nacional de Assistência Social, como foi desenvolvida a partir de 2004 e que ainda se mantém enquanto princípios do trabalho social nesse setor, ainda que sob ameaça de governos cuja orientação filosófica podem apontar outro caminho, parecem intencionar o combate à medicalização dos problemas sociais, ao expulsar a perspectiva médico-diagnóstica e forçar a produção e uso de interpretações psicológicas mais ampliadas. Um exemplo dessa tentativa de “expulsão” é a proibição da modalidade “psicoterapia” entre as atividades a serem desenvolvidas por psicólogos em serviços da Assistência Social.

Podemos dizer, conforme será possível perceber no capítulo 7, que o esforço das normativas para *despsicoterapeutizar* as práticas psicológicas na Assistência Social, pode ter ajudado a produzir, de forma não intencional, um movimento de *desespecialização*, cujos resultados são a fragilização da identidade profissional e o aumento da vulnerabilidade frente às disposições sociais orientadas para o *ethos da compaixão*, do *poder pastoral* e do *cuidado*.

Não estamos aqui propondo um retorno à psicoterapia como fórmula para atuação nos serviços da Assistência Social, sobretudo porque concordamos com a perspectiva defendida pela PNAS e pelo CFP. Estamos apontando um desdobramento, que talvez possa ser enfrentado com o aprofundamento da leitura ética e afetiva da desigualdade social, e o possível desenvolvimento de ferramentas criativas em conformidade com a Psicologia Comunitária e a leitura do sofrimento ético político de Bader Sawaia (1995;1999;2009).

No que diz respeito ao cuidado e a configuração de gênero da força de trabalho na Psicologia, Bock (2003) afirma que a profissão se constituiu historicamente como uma profissão eminentemente feminina e aqui demarca-se outra aproximação com o Serviço Social, que não parece coincidência, já que ambas as profissões são marcadas pela função social de “cuidar”, atribuída socialmente, através da divisão sexual do trabalho, às mulheres. Salientamos que atualmente é possível apontar fissuras nessa composição desigual das obrigações familiares relativas ao cuidado, entretanto, na nossa compreensão elas são distribuídas desigualmente entre as classes e grupos sociais e não são suficientes para apontar uma superação dessa estrutura social.

Essa configuração, apontada por Bock no seu texto de 2003, parece não ter se transformado de maneira considerável, pois em documento recente publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), elaborado a partir de uma pesquisa feita entre

profissionais, essa entidade de classe afirma já em seu título que trata-se de “Uma profissão de muitas e diferentes mulheres”, e em seu conteúdo reforça, que 9 em cada 10 profissionais da área no Brasil são mulheres (LULLIER; ROSLINDO; MOREIRA, 2013). Uma pesquisa recente, de Figueiredo e Cruz (2017) também evidencia isso ao estudar as representações sociais da Psicologia para estudantes do curso. Há nessas representações sociais, de acordo com a pesquisa, uma forte interpretação da Psicologia como prática ligada ao cuidado, característica associada pelos participantes da pesquisa ao universo feminino.

Percebe-se que ambas as profissões, Serviço Social e Psicologia, constituíram-se como campos em disputa. Essas especialidades ainda hoje vivenciam dissonâncias internas importantes na interpretação que suas teorias fazem sobre os fenômenos sociais e, também, na maneira como a prática da profissão é vivenciada no cotidiano das intervenções. Parte dos condicionantes que estruturam as auto representações e as práticas dessas especialidades no dia-a-dia dos serviços da Assistência Social, advém possivelmente das marcas históricas, e se somam à própria composição das profissões e função do setor social no Brasil.

3 - UM BREVE HISTÓRICO DAS PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A história discutida até aqui, nos permite dizer que a “preocupação com os pobres” não se restringe às questões de ordem econômica. Nesse sentido vale sinalizar como essa questão foi manifesta e praticada desde o “encontro colonial” nas terras de Pindorama. A ordem jesuíta constituiu nesse sentido, o primeiro grande empreendimento de “moralização” do povo brasileiro, tendo como finalidade última, como é sabido, a aceitação de um sistema religioso europeu e de seus inerentes controles de impulsos e de normas corporais e comportamentais. Cruz e Guareschi (2009) citando Martins; Brito (2001), colaboram com essa perspectiva, discutindo sobre a construção da primeira casa de recolhimento de crianças no Brasil, em 1551.

Esta acolhia as crianças indígenas que eram separadas dos seus pais. Isolando-as de seus progenitores e, conseqüentemente, das tradições culturais, acreditavam que seria mais fácil fazê-las assimilar a cultura e a religião portuguesa. Assim, evidencia-se que a primeira iniciativa de atendimento à criança teve como eixo a caridade. Esta partiu da Igreja Católica e do pressuposto de que as crianças precisavam modificar seu comportamento “bárbaro” (...) (p. 18).

Está dessa forma na genealogia das práticas assistencialistas a questão da moralização do índio. É interessante perceber que as relações de moralização pautam-se invariavelmente pela pressuposição identitária de um dos “lados” como aquele moralmente superior e que, assim sendo, pode conduzir o “destino” do outro, orientá-lo ao bem e ao crescimento, ou seja, pastoreá-lo.

Outras instituições ligadas à Igreja Católica surgiram para desenvolver o “cuidado” com os pobres, a exemplo da Irmandade de Misericórdia, instalada em São Paulo em 1560, que dava dotes e caixões para enterrar os pobres, ao tempo também em que oferecia refeição, enfermaria e albergue (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Esse primeiro período (ou fase como sinalizam as autoras) da Assistência Social no Brasil, apresenta como principal traço a caridade. Com a instauração da primeira “roda dos expostos” em Salvador, no século XVIII, e a parceria entre estado e Igreja católica no que diz respeito às obras de acolhimento de órfãos abandonados, surge outro traço das práticas assistenciais: a filantropia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Segundo Cruz e Guareschi (2009) o que se configura nesse período é um tipo de relação em que o Estado entra com o financiamento para iniciativas da Igreja Católica. “Constatamos que as alianças/parcerias entre Estado e sociedade civil são antigas e atravessam a história, nas quais a Igreja Católica marca significativa presença” (p. 20). É importante ressaltar que embora essas autoras compreendam a relação estado-igreja como traço da “filantropia”, outra interpretação, advinda de Donzelot (1986), sugere pensar a filantropia como um traço da assistência que emerge com o ingresso do “setor empresarial” no campo social, e tem como objetivo a modelagem do comportamento e da moral dos pobres para torna-los mais aptos para o trabalho capitalista.

O lugar social do “outro indesejado”, ocupado inicialmente pelos índios brasileiros, vai aos poucos se modificando, ao tempo em que emergem as metrópoles brasileiras e se instauram processos que produziram outros “atores sociais indesejados”. Um desses processos é a abolição da escravidão (oficialmente em 1888), que lançará numa “liberdade à deriva” e sem apoio social e de Estado, uma quantidade enorme de negros ex-escravos.

Vale destacar que o estado brasileiro (manifestando provavelmente o interesse das elites rurais) produziu um antídoto legal para a ocupação de terras por ex-escravos. A primeira Lei de Terras brasileira (de 1850) destina-se, nesse sentido, a transferir para a propriedade do estado, as chamadas “terras devolutas”, ou seja, terras sem dono. Ao fazer isso e colocar o manuseio da propriedade dessas terras sob o domínio das elites políticas locais, o estado limita o acesso à terra livre, forçando os “ex-escravos” pós-abolição de 1888 a vender a baixo preço sua força de trabalho para as elites agrárias ou a migrar para as cidades (MARTINS, 1981). De qualquer forma, a inserção do “negro ex-escravo” se realiza nas trilhas da subcidadania.

Em termos da invenção da cidadania, é nesse contexto em que é promulgada a primeira constituição brasileira. Ela data de 1824 e inaugura o direito de voto a todos os cidadãos livres, a partir de 25 anos de idade (COUTO, 2006 apud CRUZ; GUARESCHI, 2009). Essa lei exclui as mulheres e os escravos. Estes últimos ainda continuariam excluídos da noção de cidadania de mais uma constituição (a de 1891), já que pelos motivos apontados no parágrafo anterior a grande maioria dos ex-escravos não conseguiria atender aos requisitos para “ser cidadão” previstos no texto constitucional: “[...] 21 anos a condição para votar e ser eleito, vedando esse direito

aos mendigos, analfabetos, praças e religiosos” (COUTO, 2006 apud CRUZ; GUARESCHI, 2009, p. 21).

A omissão do estado nas intervenções sociais, a transferência dessa responsabilidade para a igreja católica, e a crescente industrialização e urbanização, em meados da década de 1930, constituem uma situação histórica, cuja realidade passa a ser encarada pelo governo provisório de Vargas, que ascende ao poder a partir de um golpe militar. Vargas incorpora o pessoalismo e o paternalismo como um traço da sua relação com a população pobre do Brasil e utiliza-se disso como uma importante fonte de poder e legitimidade.

Instituem-se então uma série de medidas de proteção do trabalhador, que posteriormente serão reunidas na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). São assegurados nesse contexto, “[...] o direito à educação primária integral e gratuita, o amparo aos desvalidos e à maternidade e à infância, com destaque para o atendimento às famílias com prole numerosa” (COUTO, 2006 apud CRUZ; GUARESCHI, 2009, p. 22). Estas medidas renderam à Vargas o título de “pai dos pobres”, referência esta que apresenta em si, elementos simbólicos reveladores sobre a relação do estado com a pobreza.

Diante desse cenário é importante ponderar que o governo é pressionado pelos movimentos operários e pela possibilidade de instabilidade social ocasionada por greves e piquetes, assim sendo, não é por uma inclinação bondosa e altruísta que o estado começa a instaurar direitos sociais, senão pelo “medo social” do agravamento de questões sociais e dos possíveis desdobramentos sobre o conjunto da sociedade.

Ainda assim é importante ressaltar que a introdução desses direitos, nem de longe promoveu a inclusão de todos os setores das classes populares, e que mesmo entre os que alcançaram a sonhada assinatura na carteira de trabalho, havia importantes dificuldades nas condições sociais e econômicas.

O significado dessa estruturação legal para a clivagem de classe e para a identidade é complexo. Não faria sentido estabelecer limites imutáveis ou claramente definidos entre os dois grupos, tendo em vista os padrões de mobilidade e o fato de muitos “trabalhadores” serem parentes, vizinhos ou amigos de outros excluídos de sua condição. Mas resta pouca dúvida de que, na era Vargas, uma das características constituintes dos mais destituídos entre os pobres urbanos era sua exclusão do território dos direitos (FISCHER, 2006, p.426).

Nesse sentido, as transformações promovidas pelos direitos sociais instituídos na era Vargas alcançaram uma parcela limitada dos pobres: os operários. A grande maioria, afastada dos postos “oficiais” de trabalho, a exemplo dos agricultores e de uma infinidade de trabalhadores informais urbanos, permanecia às margens da cidadania e dos direitos. Assim sendo, a esta parcela da população, somente restava uma relação individual e caritativa, de pedido de ajuda aos governantes (FISCHER, 2006).

No bojo das mudanças anteriormente referidas é criado em 1938 o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social), composto por cinco especialistas na área social e nove elementos do governo. A intenção era criar um órgão de controle das iniciativas públicas e privadas de assistência social, que desenvolvesse estudos sobre os problemas sociais e coordenasse obras sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Nesse mesmo passo, é promulgada em 1937 (em pleno regime da ditadura Vargas) uma nova constituição que introduzia direitos sociais.

Em 1942, ainda sob a égide do regime ditatorial de Vargas, é criada a LBA (Legião Brasileira de Assistência), responsável por centralizar a coordenação das iniciativas de Assistência Social no Brasil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). A criação da LBA representou a institucionalização do *primeiro-damismo*, já que a coordenação da LBA foi designada, num primeiro momento, a Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas. Nesse mesmo período surgiram as Faculdades de Serviço Social, voltadas à profissionalização de mulheres na área da Assistência Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Para Mestriner (2001, p.108 apud CRUZ; GUARESCHI, 2009, p.23), nesse cenário “se desloca o papel direto do Estado, que vai assumir dupla figura: uma mediada pelas organizações filantrópicas, outra pela bondade da mulher do governante”.

O *primeiro-damismo*, que se institucionaliza com a criação da LBA, ainda persiste como uma das linhas de força da assistência social. Mesmo no período atual, em que a política pública de Assistência Social sistematizou-se, com um sentido de contraposição ao assistencialismo, diversos municípios mantêm a rotina de indicação de primeiras damas como secretárias municipais de Assistência Social, e mesmo quando não ocupam oficialmente esse lugar, muitas primeiras damas ainda performatizam a prática social de “mãe dos pobres”.

Se pensarmos em termos históricos, a herança da LBA não é tão distante. Já que permaneceu em atividade até o final do Governo Collor [1990-1992], quando foi

extinta. Talvez por isso, o *primeiro-damismo* ressurgiu com força nos dias atuais, através da figura de Marcela Temer⁷, que ocupou esse papel ao ser anunciada como “madrinha” do Programa Criança Feliz, que visa promover acompanhamento e orientação para famílias vulneráveis socialmente, sobre o cuidado com os filhos que tenham idade inferior a 3 anos. Nesse sentido, também é possível apontar a performance de Michele Bolsonaro, falando na Língua Brasileira dos Sinais (LIBRAS), durante a posse de Jair Bolsonaro em 1º de janeiro de 2019, como uma significativa performance do papel social, historicamente constituído, da primeira dama que dirige suas intenções aos “oprimidos”.

Retomando a narrativa sobre o desenvolvimento da Assistência Social no Brasil, destaca-se que em 1946 é criada uma nova constituição que mantém os direitos sociais já conquistados e introduz novos direitos, dentre eles: “previdência com contribuição dos trabalhadores, dos empregadores e da União, direito da gestante ao descanso antes e depois do parto, igualdade do valor do salário para o mesmo trabalho independentemente do sexo”. Já no governo Kubitschek (1956-1961) o “Congresso aprovou a Lei Orgânica da Previdência Social, unificando a Previdência em termos de benefícios”. A administração unificada da Previdência Social ficou a partir desse momento sob o manto do recém-criado INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). (COUTO, 2006 apud CRUZ; GUARESCHI, 2009, p. 24).

O avanço dos direitos sociais no Brasil sofre, no entanto, uma ruptura no contexto do Golpe Militar e do governo autocrático que se estendeu por mais de 20 anos. Nesse período duas outras constituições foram promulgadas, a de 1967 e 1969. Elas tinham em comum a retração de direitos políticos, embora, mantivessem os direitos sociais já conquistados (COUTO, 2006 apud CRUZ; GUARESCHI, 2009). Nesse cenário foram criadas as FEBEM's (Fundação Nacional/Estaduais de Bem-Estar do Menor, “a partir de uma concepção ideológica da doutrina da Segurança Nacional, criando a categoria da criança e do adolescente em situação irregular” (CRUZ; GUARESCHI, 2009, p. 24).

No âmbito da intervenção social com crianças e adolescentes, aconteceram importantes mudanças a partir da década de 80. Concomitantemente à emergência

⁷ Marcela Temer foi primeira dama do Brasil, entre 2016 e 2017, tendo alcançado essa posição quando o seu esposo, Michel Temer, assume a presidência via impeachment da presidente Dilma Roussef em 2016. Marcela foi alçada ao papel de mulher-exemplo, o que ficou evidenciado entre outras coisas na matéria e capa da revista *Veja* que a intitulou como “Bela, Recata e do Lar”.

de lutas pelo direito à saúde, a exemplo dos Movimentos Populares de Saúde, se desenrolaram lutas por direitos específicos para as crianças e adolescentes. É nesse contexto que é realizado o primeiro encontro do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), em 1986. Na década de 1980 também aconteceu a criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Além desses movimentos, houve iniciativas de campanhas em prol da inclusão de um artigo na Constituição Federal que abordasse os Direitos da Criança e do Adolescente (MELIM, 2012).

Em outro âmbito, nas universidades, as práticas de extensão universitária, marcaram um novo encontro desses setores com os problemas da “pobreza”. Já no campo das organizações populares, via-se o avanço das organizações de bairro e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). Essa nova ascensão da sociedade civil organizada dá-se em um contexto de descrédito do governo militar, já que a partir de 1973 o Brasil amarga uma profunda crise econômica, marcada por uma inflação galopante (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Uma parte dos movimentos sociais desse período passou a investir em formas institucionais de participação (PEREIRA, 2001 apud CRUZ; GUARESCHI, 2009), a exemplo, da participação de diversas frentes (populares e universitárias) nas conferências de saúde, o que culminou com a aprovação do SUS (Sistema Único de Saúde), na VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986.

Resulta desse processo a promulgação da Constituição Federal de 1988, reconhecida socialmente como a “Constituição Cidadã”. Para Cruz e Guareschi (2009) essa Constituição instaurou um novo período da Assistência Social (A.S) no Brasil, já que junto com a Saúde e a Previdência Social, a A.S passa a constituir o tripé do Sistema de Proteção Social brasileiro, previsto na seção da constituição que trata da Seguridade Social.

Este é um marco histórico que institui o início da transformação da caridade, benesse e ajuda para a noção de direito e cidadania da assistência social apontando para o seu caráter de política pública de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e condições dignas de vida (CRUZ; GUARESCHI, 2009, p. 27).

No entanto, passaram-se pelo menos 16 anos para que o SUAS deixasse de ser uma projeção constitucional, encenada na seção da CF sobre Seguridade Social,

e se realizasse enquanto estrutura descentralizada de serviços. O Sistema Único de Saúde, por exemplo, foi previsto em 1988 na CF, ao mesmo tempo em que o SUAS, entretanto, foi rapidamente legalizado e instituído através da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080) de 1990. O hiato temporal entre uma política e outra, talvez revele alguns elementos importantes.

O SUS parece ser a resposta do estado às pressões pela instalação de serviços públicos gratuitos e universais, em um contexto em que o trabalhador pobre, sem carteira assinada, não tinha direito a atendimento nas unidades de saúde ligadas ao INAMPS (Instituto Nacional de Atenção Médica e Previdência e Saúde), a não ser em situações de emergência. Nesse cenário é particularmente interessante o conceito do estado sobre os não-assistidos. Os que não contribuía com a previdência social eram *indigentes*: trabalhadores urbanos pobres, sem carteira assinada, feirantes, desempregados, “chapeados”, trabalhadores rurais e suas diversas configurações. Os *indigentes* estavam destituídos dos serviços de saúde públicos. Não eram “contribuintes” do estado. Não compraram, portanto, o ingresso para a cidadania. Estavam para lá da linha do que se constituía como projeto/imaginário da “gente” cidadã: eram (indi)gentes.

Embora de modo diferente, é preciso apontar que houve importantes pressões para a instalação de uma política nacional de Assistência Social. A grande questão é que se dão a um nível institucional, a partir de um debate que circula nas universidades e departamentos políticos. Segundo Sposati (1989) concorrem para a concretização de um novo “sentido” para a Assistência Social a “reativação da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social”; o “relatório da comissão de Apoio à Reestruturação da Assistência Social” (em 1986); o “Seminário Sobre Políticas de Bem-estar Social”, realizado pelo Ceudec no mesmo ano, que promoveu reflexões sobre “a assistência social como uma política de cidadania”; a LBA, apesar de seu caráter historicamente conservador, também promove mudanças, trazendo para “o seu interior o debate de especialistas”. Ainda no ano de 1986, a Secretaria de Assistência Social, cria em parceria com outros órgãos financiadores, o “Grupo Interministerial de Pesquisa, que definiu linhas de investigação sobre a assistência social”.

Nesse contexto os debates se tornam cada vez mais intensos, culminando com discussões em torno da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social

(LOAS). Um exemplo disso é o “I Simpósio Nacional sobre a Assistência Social, realizado em 1989, promovido pela Câmara dos Deputados” (SPOSATI, 1989, p.37).

É importante demarcar que o contexto pós-constituição de 1988, em que se implementa o SUS, é marcado pelo aprofundamento da crise econômica herdada do regime ditatorial. Nesse período se reforça a tese neoliberal do estado mínimo e a pressão do mercado para cortes no setor público. Isso vai atingir não somente ao recém instalado SUS, mas a todas as outras iniciativas estatais que visavam garantir direitos sociais. Em meio a esse cenário, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é aprovada em 1993 – esse acontecimento estrutura-se enquanto elemento fundante da “nova política de assistência social” no Brasil -, muito embora a política nacional e a oferta de serviços, demore ainda uma década para ser concretizada (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

Como já dito, no momento que antecede a criação da LOAS, animam-se intensos debates acerca do papel da Assistência Social, de modo que, autores do campo da *reconceitualização* do Serviço Social, investem em críticas aos traços conservadores, compreendendo o retardo na implantação de uma política de Assistência Social no Brasil como reação dos setores dominantes. Nesse ínterim é preciso apontar que o primeiro projeto da LOAS é vetado pelo então presidente Fernando Collor de Melo. Esse veto seria explicável sociologicamente em pelo menos três sentidos: 1) seria um grande investimento em benefícios; 2) acabaria com a administração de favores, importante ao clientelismo político; 3) a descentralização das ações impactaria na diminuição do poder do governo federal (SPOSATI, 1989).

A autora aponta algumas condições que posicionam a Assistência Social, nesse período, de modo segregado junto às outras Políticas, sendo um investimento que se “culpabiliza” como espaço para troca de favores, embora, seja um eixo importante do tripé da seguridade social, que atravessa todas as outras políticas. As condições são: 1) não há interlocutores políticos, de modo que não há resistência política contra o veto do presidente; 2) não há visibilidade do seu papel estratégico; 3) os comandos dos serviços socioassistenciais estão quase sempre com políticos ou primeiras-damas; 3) há certa cumplicidade de agentes privilegiados e a rede de filantropia estabelecida (SPOSATI, 1989).

3.1 - NOVOS CENÁRIOS? A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEPOIS DA IMPLANTAÇÃO DO SUAS.

A Política de Assistência Social no Brasil, tal como é configurada hoje, foi inicialmente prevista na constituição federal de 1988, na seção da seguridade social. Nessa seção, está delineado o tripé da seguridade social, composto pelos eixos Saúde, Previdência Social e Assistência Social (BRASIL, 1988).

Quanto ao acesso os três eixos são acentuadamente distintos. Enquanto a Política Pública de Saúde delinea-se como universal, acessível a todos, independente de recorte social, e a Política Pública de Previdência Social destina-se exclusivamente aos contribuintes previdenciários, a Assistência Social é uma política destinada àqueles “que dela necessitam”. Essa definição, um tanto imprecisa, exige um delineamento de quem são os usuários dos benefícios e serviços de tal política (BRASIL, 1988).

Talvez seja digno desconfiar que esse delineamento esteja atravessado pela construção social do “usuário da assistência social” no Brasil como estrutura básica desta política, pois uma vez “inventado” o usuário, constrói-se também o universo dos problemas sobre os quais será necessário intervir.

O “usuário da assistência social” é de maneira recorrente o pobre, entretanto as ações do “campo da assistência social” não se desdobram como ações de ordem puramente econômica, adentrando também e com muita intensidade sobre a esfera da moral e da organização da vida diária. De qualquer modo é em torno de famílias e indivíduos em situação de extrema pobreza que se estrutura essa política.

A Política em questão é composta por um conjunto de serviços, benefícios e programas. Os benefícios mais importantes como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o benefício do Programa Bolsa Família (PBF), são concedidos conforme recorte de renda, com critério de miserabilidade (definido pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – L. 8742/1993) em 1/4 de salário mínimo per capita). A definição objetiva, estipulada através de critério de renda, parece disfarçar com uma cifra a construção histórica do “usuário” da Assistência Social e das preocupações políticas com sua integração social e com seu modo de vida.

Na Lei referida, a Assistência Social é conceituada como “(...) direito do cidadão e dever do Estado, (...) Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de

iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Essa lei garantirá inicialmente um primeiro instrumento que visa promover “os mínimos sociais” para população pobre, através do BPC, correspondente ao valor do salário mínimo⁸, e que é destinado a pessoas com deficiência ou idosos, que se encaixam no critério de renda já mencionado.

O próximo passo seria dado somente em 2004 com a instalação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e 2005 com a efetiva implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estruturado em torno de Programas, Benefícios e Serviços. Uma política sistematizada e complexa, de caráter estatal e contínuo, emerge então enquanto novidade na constituição histórica do campo da “Assistência Social” no Brasil. É importante reconhecer que é pelas mãos do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que o projeto de estado cidadão, delineado da Constituição de 1988, começa a ser implantado através da consolidação do tripé da seguridade social. Uma operação dessa magnitude, que afeta a organização administrativa e política de todos os municípios, somente pode ser feita a partir de uma firme compreensão dos princípios da carta magna e de uma vigorosa vontade política. Mesmo reconhecendo os pontos críticos, sobre os quais nos debruçaremos no decorrer dessa tese, precisamos considerar a importância das compreensões e decisões políticas que permitiram a instauração da “Nova Assistência Social” no Brasil.

Trata-se de uma Política que se estrutura a partir da oferta de uma rede hierarquizada de serviços, da execução da Vigilância Social e da defesa de direitos socioassistenciais. No que diz respeito à Vigilância Social, pode-se dizer que intenciona “[...] detectar e monitorar as ocorrências de vulnerabilidades e fragilidades que possam causar a desproteção, além da ocorrência de riscos e vitimizações” (BORBA, 2014, p. 94). É importante, como diremos mais à frente, ressaltar que consiste em um aparato complexo de levantamento e troca de informações entre

⁸ A Reforma da Previdência proposta por Michel Temer continha como uma de suas medidas o fim da indexação do BPC ao salário mínimo, entretanto, como a reforma não conseguiu avançar no congresso, dada a sua impopularidade e a pressão popular, a correspondência prevalece. A proposta do governo Bolsonaro é ainda pior, pois sugere a redução do Benefício para 400 reais, atrelada à diminuição da idade mínima para 60 anos, e vincula o recebimento do valor integral (correspondente a um salário mínimo) à idade de 70 anos. Ao que parece esse ponto da reforma também não apresenta força política para ser aprovado, embora vivamos um mar de incerteza sobre as manobras que se arquitetam nos meandros do poder.

setores governamentais, que permite concretizar os objetivos da PNAS (BRASIL, 2005), além de, possibilitar o controle da população pobre em um nível biopolítico.

No que tange à defesa de direitos socioassistenciais, pode-se dizer que se “[...] trata dos procedimentos utilizados pelos serviços no alcance dos direitos socioassistenciais e na criação de espaços de defesa para além dos conselhos de gestão da política” (BORBA, 2014, p.94). Sobre essa dimensão discutiremos mais à frente nos capítulos de análise, pois ao que parece, o seu alcance está atrelado à relação com o poder judiciário, de tal modo que pode ter produzido, como efeito não intencional, o avanço da judicialização da Assistência Social.

A implantação da PNAS representou um importante passo histórico, apontando para um horizonte de ruptura com o assistencialismo, através de uma política contínua, fundamentada e normatizada, que visa a garantia da segurança de acolhida, como provisão das necessidades humanas fundamentais, como alimentação, vestuário e abrigo; e da segurança de convívio, como busca para preservar e fortalecer os laços familiares e comunitários, se opondo a processos de isolamento. A Política é também guiada pela busca da promoção da autonomia no que diz respeito ao provimento das necessidades básicas, embora também admita a possibilidade de que alguns sujeitos, em função de sua condição, podem permanecer na condição de dependência por um longo período ou pela vida inteira (BORBA, 2014).

O significado histórico da PNAS expressa-se na apresentação do documento que publiciza a Política: “Este é um momento histórico e assim devemos concebê-lo, ensejando todos os esforços na operacionalização dessa política. Trata-se, portanto, de transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal e da LOAS[...]” (BRASIL, 2005, p. 11).

A PNAS rege-se por princípios e diretrizes que apontam para a sua finalidade, além de propor regras gerais para a gestão e oferta de serviços. Os princípios são:

- I - Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais [...]; III- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso aos atendimentos, sem discriminação de qualquer natureza [...]; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais,

bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para a sua concessão (BRASIL, 2005, p. 32).

O percurso para atingir os princípios se dá através da organização dos benefícios, serviços, programas e projetos, e para tanto, são instauradas diretrizes organizativas. As diretrizes são as seguintes:

I – Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas à esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera do governo [...]; II – Participação da população, por meio de organização representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução [...] em cada esfera do governo; IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2005, p. 32-33).

Um dos movimentos fundamentais para a implantação dos esforços previstos na PNAS dá-se a partir da descentralização prevista nas diretrizes, ou seja, da oferta e gestão municipal dos serviços socioassistenciais, de acordo com os níveis populacionais dos municípios, tendo os municípios pequenos nível 1 com população até 20000 habitantes, a obrigação de oferecer pelo menos 1 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para até 2500 famílias referenciadas; os pequenos de nível 2 com população entre 20001 e 50000, a responsabilidade de ofertar o mínimo de 1 CRAS para acompanhar até 3500 famílias, os médios, entre 50001 e 100000 habitantes, a exigência de pelo menos dois CRAS, cada um responsável por até 5000 famílias; os grandes entre 100001 e 900000 habitantes, pelo menos 4 CRAS, referenciando pelo menos 5000 famílias cada; e as metrópoles com população superior à 900000 pessoas, com o mínimo de 8 CRAS, responsáveis cada um pelo acompanhamento à 5000 famílias (BRASIL, 2005).

Nesse íterim, uma instituição “chave”, por configurar-se como porta de entrada e eixo principal para a organização do SUAS, é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), localizado no nível da Proteção Social Básica. Nesse nível, os objetivos da política estão voltados para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e para o desenvolvimento de potencialidades individuais, familiares e comunitárias. Esses objetivos estão associados ao próprio alcance do

serviço, que debruça-se sobre o acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2013).

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Nesse sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações de seus membros com outras instituições e com o Estado (BRASIL, 2005, p. 35).

O CRAS intervém sobre famílias em situação de maior vulnerabilidade; orienta e faz a mediação da oferta de benefícios, como o BPC e o PBF, além dos Benefícios Eventuais; articula ações de regularização de documentações de registro civil; promove grupos socioeducativos e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); além de investir na articulação intersetorial com serviços de outras políticas e com entidades do terceiro setor.

No que diz respeito aos Benefícios Eventuais, tendo em vista a sua importância no cotidiano dos serviços, como apontaremos nos capítulos de análise, vale a pena apresentar a sua definição: “Garantidos pela [...] LOAS [...] são aqueles benefícios, de caráter suplementar e provisório, concedidos [...] em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e [...] vulnerabilidade temporária”⁹.

Diante da oferta de serviços hierarquizados, teremos em um nível acima a Proteção Social Especial, que se desmembra em serviços de Média e Alta Complexidade. Enquanto na Proteção Social Básica se intervém sobre famílias em situação de vulnerabilidade, mas em que não há ainda violação de direitos e nem ruptura dos vínculos familiares e/ou comunitários, na Proteção Social Especial, a violação de direitos e a fragilização e/ou ruptura dos vínculos está presente, mobilizando um tipo de intervenção diferente, e cuja a relação com o poder judiciário é bem maior: “Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e

⁹<http://dados.gov.br/dataset/beneficio-eventual-em-virtude-de-vulnerabilidade-temporaria-ou-calamidade-publica>

compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo” (BRASIL, 2005, p. 37).

No nível da média complexidade, da Proteção Social Especial, situa-se o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Neste, o foco da atuação volta-se para famílias e indivíduos que estão vivenciando processos de violação de direitos. Aqui se localiza a intervenção sobre famílias que foram denunciadas aos Conselhos Tutelares, ao próprio CREAS, ou aos serviços de disque-denúncia¹⁰. Essas famílias devem então ser objeto de um acompanhamento minucioso para a identificação da violação de direito cometida e das condições socioculturais, materiais e subjetivas que colaboram para a perpetuação da violação. O objetivo seria então auxiliar a restauração de vínculos sociais “despedaçados” pela condição de violação de direitos e implantar estratégias para romper o ciclo de violação (BRASIL, 2013).

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014, p.13), a média complexidade da PSE, onde o CREAS se situa, deve se responsabilizar pelos seguintes serviços:

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); 2- Serviço Especializado em Abordagem Social; 3- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4 – Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5 – Serviços Especializado para pessoas em Situação de Rua (p. 10).

Podemos dizer que no nível descrito acima se encontram as famílias que são “objeto” de maior desconfiança por parte dos técnicos, pois, supostamente um ou mais membros têm cometido violências e violações contra sujeitos vulneráveis como crianças, idosos e pessoas com deficiência. É nesse nível que o trabalho irá transitar entre casos de abuso sexual infantil, trabalho infantil, negligência familiar, violência doméstica, exploração financeira e autonegligência (fenômeno mais comum em idosos).

¹⁰ “O serviço pode ser considerado como “pronto socorro” dos direitos humanos pois atende também graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes, possibilitando o flagrante”. Informação disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100>

Nesse ínterim, tendo em vista que o PAEFI exerce função central no cotidiano do CREAS, produzindo uma importante demanda para os técnicos no que diz respeito ao acompanhamento de famílias em situação de risco social e violação de direitos, faz-se importante trazer a definição desse serviço:

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (BRASIL, 2014, p. 29).

Uma das “linhas” de interpretação da função social da Proteção Social Especial pode seguir a trilha das reflexões apontadas por Donzelot (1986, p.93) que descreve a constituição do “complexo tutelar” na França, com vistas a acompanhar e intervir sobre a “infância em perigo”, expressão que se por um lado expressa uma preocupação do estado e das instituições sociais com o “destino das crianças pobres”, por outro, demonstra a antecipação da “infância em perigo” como “infância (potencialmente) perigosa”. O surgimento do complexo tutelar funciona então como uma inflexão no setor social, que nesse contexto, começa a funcionar como uma extensão sofisticada do poder judiciário.

Esse encadeamento de intervenções, umas a partir das outras, torna-as todas originárias de uma mesma definição judiciária. Nesse saber criminológico em forma de encaixes sucessivos, existe efetivamente, um modelo inicial, o judiciário, do qual todos os demais são apenas cópias envolventes. A substituição do judiciário pelo poder educativo pode ser vista, igualmente, como extensão do judiciário, aperfeiçoamento de seus procedimentos, ramificação infinita de seus poderes (DONZELOT, 1986, p. 93).

Dessa forma é possível apontar que no nível da Proteção Social Especial, a prática adentra no que Donzelot (1986) denomina como complexo tutelar. É também através do CREAS que são realizados os serviços de acompanhamento e execução de algumas medidas socioeducativas (MSE) de cunho pedagógico e punitivo, para jovens que cometeram algum ato infracional. As MSE executadas nas instituições de Assistência Social, são as de menor complexidade: Prestação de Serviços à

Comunidade e Liberdade Assistida, ambas vivenciadas em Meio Aberto. As MSE em regime fechado ou em semiliberdade são executadas no âmbito do poder judiciário.

No que diz respeito à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, pode-se dizer que é destinada à intervenção sobre famílias e indivíduos que sofreram violação de direitos e que - como desdobramento - vivenciam vínculos familiares e comunitários intensamente fragilizados e “rompidos”. Nesse nível encontram-se os serviços de Acolhimento Institucional que recebem pessoas que, em virtude de decisão judicial, sobretudo crianças e idosos, foram retiradas de suas famílias com o objetivo de protegê-las das violações sofridas no universo familiar. As instituições de acolhimento são assim descritas na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais:

Acolhimento em diversos tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual (BRASIL, 2014, p. 44)

Neste nível imbricam-se as ações de agentes técnicos e judiciários, tanto da “alta” como da “média” complexidade, pois, em boa parte dos casos, as visitas, verificações de denúncias e os relatórios que sustentam as decisões judiciais dessa ordem, são produzidos no âmbito dos CREAS. Nessa tese, passaremos em alguns momentos pela PSE de Alta Complexidade, pois entendemos que não há como elaborar uma demarcação rígida, entre os níveis de complexidade da A.S, na compreensão dos fenômenos que estudamos aqui. Entretanto, centraremos nosso olhar sobre a prática profissional no âmbito da PSB (CRAS) e da PSE de média complexidade (CREAS), conforme detalharemos na metodologia.

4 - METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Agreste pernambucano, mais estritamente na cidade de Caruaru-PE, que pertence à mesorregião do Agreste. O município é considerado o mais populoso do interior de Pernambuco e o terceiro mais populoso do interior do Nordeste, tendo segundo o IBGE (2018) 356.872 habitantes. Dista 130 km da capital e exerce protagonismo no Agreste, tanto no que diz respeito à economia, compondo o núcleo (junto com Toritama e Santa Cruz do Capibaribe) do polo de confecções de Pernambuco, como no que diz respeito à educação, já que concentra uma rede considerável, de cursos em faculdades e centros universitários particulares e em Universidades e Institutos Federais, constituindo-se como centro formador de profissionais para muitos municípios circunvizinhos.

No Relatório Final do Diagnóstico do Setor Têxtil e de Confecções de Caruaru e Região, encomendado pelo Governo do Estado de Pernambuco ao DIEESE em 2010¹¹, é possível perceber que o polo têxtil do agreste pernambucano correspondeu à presença de 38% do total de estabelecimentos do setor no Estado de Pernambuco, o que indica a concentração das atividades comerciais do setor nessa região.

Na relação com os outros municípios que compõem o polo de confecções do Agreste, Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, representam a oferta de 90% dos empregos formais. Do total de empregos formais oferecidos em todos os setores, o ramo têxtil compõe 47% do total de empregos em Toritama, 45,1% em Santa Cruz do Capibaribe, e aproximadamente 15% do total em Caruaru. No que diz respeito à escolaridade dos trabalhadores do setor nos três municípios citados, os dados do relatório apontam para a presença de apenas 0,6 % com nível superior completo. Essa configuração aponta um cenário de informalidade e baixa escolaridade na composição econômica do município estudado.

É importante apontar também que a cadeia de produção e comercialização têxtil é muito diversificada e estratificada, de modo que os níveis mais baixos da hierarquia do ciclo produtivo, incorporam trabalhadores/as em atividades em que se exerce baixa remuneração e super exploração. O documentário “Estou me guardando para quando o carnaval chegar”, lançado em 2019 e dirigido por Marcelo Gomes,

¹¹ <https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2010/diagnosticoFinalCaruaru.pdf>

explora os meandros das relações trabalhistas no setor, lançando o olhar para o município de Toritama-PE. O que é evidenciado por Marcelo Gomes, através de seu esforço fílmico e antropológico, nos traz pistas importantes para a compreensão das configurações do trabalho no “Polo de confecções”. Mas é possível dizer que ao centrar na produção, esse filme deixa escapar os trabalhos mais precarizados do ciclo produtivo: a exemplo de “tirar pelos das roupas”. Podemos perceber a importância e a disseminação desse tipo de ocupação precarizada entre os pobres urbanos de Caruaru, em especial entre as mulheres que sofreram abandono paterno e cuidam dos filhos e das tarefas doméstica sozinhas enquanto precisam buscar formas de sustentar a família. Como “tirar pelo” é uma atividade que pode ser feita em casa e sob encomenda, permite que as mulheres nessa condição consigam ajustar-se, ainda que em uma condição de sobrecarga enorme e de intensa precariedade, e conciliar o cuidado com os filhos com a geração de renda familiar.

Por outro lado, pela complexidade e envergadura da rede de serviços públicos, na Saúde e Assistência Social, Caruaru – PE acaba por abarcar usuários dos municípios vizinhos, auxiliando de maneira contundente no aspecto da regionalização, que orienta as diretrizes das políticas de saúde e assistência social, sobretudo no que diz respeito à oferta de serviços de média e alta complexidade. A presença de serviços estaduais de alta complexidade, a exemplo do Hospital Regional do Agreste, do Hospital Mestre Vitalino (no setor saúde) e do Programa Atitude (no setor Assistência Social), exemplifica essa marca do município, que repercute no fluxo convergente da população dos municípios próximos em busca dos serviços que estes equipamentos públicos oferecem.

O recorte mais específico do universo dessa pesquisa são os serviços de assistência social, geridos e executados pelo município, que fazem parte das unidades estatais previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2014), mais especificamente os que compõe a rede socioassistencial ao nível da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade. Assim sendo, esse universo é composto por: a) Na Proteção Social Básica: 10 unidades do Centro de Referência da Assistência Social; b) Na Proteção Social Especial de Média Complexidade: 02 unidades do Centro de Referência Especial da Assistência Social; 01 unidade do Centro Pop (serviço voltado para o cuidado à população em situação de rua).

Nessa pesquisa nos debruçamos na investigação de práticas profissionais e identidades de técnicos da PSB e PSE de média complexidade, e para isso montamos dois grupos de entrevistados, sendo o grupo 1 de participantes que estavam atuando no momento da pesquisa e grupo 2 de participantes que atuaram em anos anteriores e já não atuam na Assistência Social do município. O grupo 1 foi composto a partir das indicações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH) e seguindo o critério de composição relativamente equivalente entre psicólogos(as) e Assistentes Sociais, além da consideração de distribuir os participantes por tempo de atuação em serviços da Assistência Social.

Já o grupo 2 foi composto a partir do critério de bola de neve. Essa técnica foi especialmente útil para recrutar pessoas que tendo passado pela experiência de trabalho nos serviços da assistência social, puderam trazer informações que auxiliaram na reconstituição das relações sociais e lógicas de poder que pesam sobre a composição das identidades profissionais nesse contexto. Os participantes desse grupo foram recrutados através de indicações feitas pelo participante “semente”. A função “semente”, de mapear outros entrevistados, foi atribuída a uma pessoa com quem eu tive contato através de articulações em torno do grupo de extensão em Psicologia Social que coordeno, e de um momento formativo, voltado para profissionais de Casas de Acolhimento, para o qual fui convidado a contribuir pelo(a) participante referido. Nessa forma de amostragem leva-se em conta essa possibilidade: “[...] solicita-se que as pessoas indicadas (...) indiquem novos contatos com a característica desejada, a partir da sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista” (VINUTO, 2014, p. 203).

No total do grupo 1 entrevistamos 10 técnicos(as) de CRAS, distribuídos(as) em 4 unidades diferentes, e 6 técnicos(as) de CREAS, distribuídos(as) em 2 unidades diferentes. Entrevistamos ainda a gerente da PSB e a gerente da PSE. No grupo 2 entrevistamos o ex-gerente da PSE e a ex-gerente da PSB, além de uma ex-técnica e uma ex-estagiária de uma Casa de Acolhimento.

Para a produção das informações que usamos como objeto de análise dessa tese utilizamos três instrumentos de pesquisa: **A) um questionário socioeconômico** (Apêndice 1), com vistas a produzir informações que permitiram mapear os participantes em termos de sexo, renda, religião, tempo de atuação, tempo de formado e outros. **B) Uma entrevista *aberta* de cunho narrativo**, orientada pelos seguintes

eixos: 1) Trajetória e processo de aproximação e de inserção em um serviço da assistência social; 2) Narrativas de experiências que marcaram a trajetória enquanto técnico/a da assistência social; 3) Representações sobre os usuários e seus modos de vida; 4) Representações sobre os problemas/demandas dos usuários; 5) Representações sobre a contribuição da profissão para a melhoria dos problemas mencionados; 6) Representações sobre o “ideal profissional” para a atuação no serviço que compõe; 7) Representações sobre “si mesmo” enquanto profissional da assistência social. **C) Uma entrevista *semi-estruturada*** aplicada às gerentes em atuação (grupo 1) e aos ex-gerentes (grupo 2) e às outras duas entrevistadas do grupo 2. Com os/as gerentes e ex-gerentes, as entrevistas realizadas discorreram sobre a sua trajetória profissional; sobre como eles/as representam o trabalho dos técnicos/as; sobre a sua avaliação acerca das dificuldades de gestão dos serviços; e sobre as condições de trabalho; e as percepções específicas por categoria profissional. Com as outras participantes do grupo 2, a saber uma ex-estagiária e uma ex-psicóloga de uma Casa de Acolhimento, a entrevista se debruçou sobretudo sobre a narrativa de uma série de acontecimentos associados a uma situação de radical ruptura da lógica normativa do serviço, que evidencia possibilidades nefastas de um serviço de proteção. Além destes instrumentos, algumas análises tiveram como base a minha própria experiência como psicólogo de CRAS e como supervisor de estágio específico em psicologia social comunitária. As histórias que extraí dessas experiências serviram para adensar e fazer conexões com o conteúdo das entrevistas, permitindo aprofundar o trabalho de análise.

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2019, quase que em sua totalidade, nos locais de trabalho e nos horários de serviço dos/as participantes, com exceção de uma participante do grupo 2, que realizou sua entrevista na instituição de ensino superior em que trabalha. Para tanto foi necessário o apoio da SDSDH, que deu consentimento à realização da pesquisa e auxiliou no agendamento e contato inicial com as/os entrevistados/as do grupo 1. Nesse processo foi fundamental o apoio da coordenadora da média complexidade e das Gerentes da PSB e da PSE.

O consentimento, expresso na carta de anuência (Anexo 1), foi fundamental para que o projeto fosse aprovado junto ao Comitê de Ética (CAAE: 15699019.6.0000.5666) (Anexo 2). Após a aprovação e entrega de uma cópia do protocolo de autorização à secretaria, fizemos algumas reuniões com as gerências da

PSB e PSE, além da coordenação da Média Complexidade da PSE, para apresentar o projeto e dialogar sobre os critérios de seleção dos técnicos.

A presente pesquisa buscou seguir os protocolos estabelecidos pela resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, intencionando preservar a integridade e a privacidade dos participantes. Utilizamos também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado por todos os participantes (Apêndice 2).

4.1 - ENTREVISTA ABERTA *NARRATIVA*.

Essa forma híbrida de entrevista, se configura, a partir da nossa experiência, como uma interação com o participante da pesquisa, em que o pesquisador deve ter em mente os temas centrais do objeto pesquisado e fazê-los emergir em uma entrevista fluida, estimulando o participante a falar sem interrupções, a contar histórias e não simplesmente responder questionamentos. A entrevista aberta *narrativa*, possibilitou, nesse sentido, abrir espaço para o compartilhamento de experiências de trabalho dos técnicos da assistência social. As referências para a condução desse instrumento são Minayo (1992), no que diz respeito às formas de condução da Entrevista Aberta e Portelli (2005), Minayo (1992), Queiroz (1988), Gattaz (1998) no que tange aos atributos da entrevista narrativa.

4.2 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.

Esse tipo de entrevista se caracteriza pela utilização de um roteiro flexível, cabendo ao pesquisador a responsabilidade de decidir sobre a necessidade de incluir ou suprimir perguntas, de acordo com o conteúdo das entrevistas e a aproximação dos objetivos da pesquisa (MINAYO,1992). Essa técnica foi utilizada com o grupo 2 buscando a compreensão dos temas já mencionados anteriormente.

4.3 - ANÁLISE

A análise dos dados dessa pesquisa foi feita de acordo com as indicações de Minayo (1992) sobre a análise hermenêutico-dialética. Esse tipo de análise se caracteriza menos como técnica, do que como percurso para a interpretação. No que diz respeito à hermenêutica, se caracteriza como explicação e interpretação de um

pensamento, que pode ser *literal*, em busca da compreensão do sentido ou *temática* “[...] na qual importa, mais que a expressão verbal, a compreensão simbólica de uma realidade a ser penetrada” (p. 220). Nesse sentido, a hermenêutica consiste para Gadamer na busca pela compreensão através da linguagem, da construção narrativa dos fenômenos e acontecimentos. O mesmo autor aponta também para os limites da compreensão, alertando para a interferência da história e dos preconceitos de que nos apropriamos. Ao tempo em que esse tipo análise aponta para a dimensão da comunicação como algo que atravessa os sujeitos, realça a importância das interações sociais, dinâmicas e regularidades de poder, em suma, de todos os fenômenos que atravessam a vida social e a condicionam (MINAYO, 1992).

Como a fenomenologia, a hermenêutica traz para o primeiro plano, no tratamento dos dados, as condições cotidianas da vida e promove o esclarecimento sobre estruturas profundas desse mundo do dia-a-dia. A pesquisa hermenêutica também analisa os dados da realidade tendo como ponto de partida a manutenção e a extensão da intersubjetividade de uma intenção possível como núcleo orientador da ação. A compreensão do sentido orienta-se por um consenso possível entre o sujeito agente e aquele que busca compreender (MINAYO, 1992, p. 221).

Assumir essa perspectiva de análise me compromete em refletir sobre a minha condição enquanto pesquisador e a pensar como essa interferiu na interação com meus entrevistados. Nesse sentido, vale demarcar que sou, há oito anos, professor do curso de Psicologia de uma instituição, que por muitos anos foi a única na região a ofertar essa graduação. Realizei diversos trabalhos ao longo destes anos, em parceria com serviços e profissionais da Secretaria onde a pesquisa foi realizada. Além disso alguns ex-alunos estão na gestão atual e nos serviços. Essa última situação, bastante surpreendente para mim quando comecei o trabalho de pesquisa de campo, parece ter tido maior influência, tanto na aprovação e apoio à minha pesquisa, quanto na solicitude com que as/os profissionais se disponibilizaram a falar. Ao mesmo tempo, é possível pensar que minha posição social poderia ter constrangido ou pressionado o uso de uma narrativa mais estilizada e oficializada sobre os temas das entrevistas. Ao contrário disso, houve muita disponibilidade para falar e, apesar de alguns silêncios, as entrevistas permitiram abordar de maneira consistente os conteúdos que almejamos.

Consideremos na análise das entrevistas, seguindo a perspectiva de Gadamer (MINAYO, 1992) que as/os participantes enunciam dentro de um contexto social, e que existe intencionalidade na produção das narrativas. O que falaram revela-se como um dos elementos centrais da análise, mas devemos sempre apoiar as interpretações na busca dos “porquês” de falarem algo. Algumas coisas podem ter sido relevadas a mim, portanto, porque os participantes me perceberam como interlocutor confiável, e pensando um pouco mais além, como alguém capaz de repercutir as queixas sobre suas condições de trabalho.

Esse método conforme o nome anuncia, busca relacionar a hermenêutica com a dialética, e parte da compreensão que Habermas tem sobre essa última. Fundamentam a perspectiva de dialética nessa modalidade de análise a noção de que a “racionalidade humana possui uma força transcendental que se exerce na crítica e consegue ultrapassar os pré-conceitos”; a ideia de que a linguagem é apenas uma expressão da totalidade do mundo real; o entendimento da interpretação como transformação e vice-versa; e a atenção para a ameaça do condicionamento histórico do pensamento (HABERMAS, 1987, 20-25 *apud* MINAYO, 1992, p.224).

4.4 - PARTICIPANTES

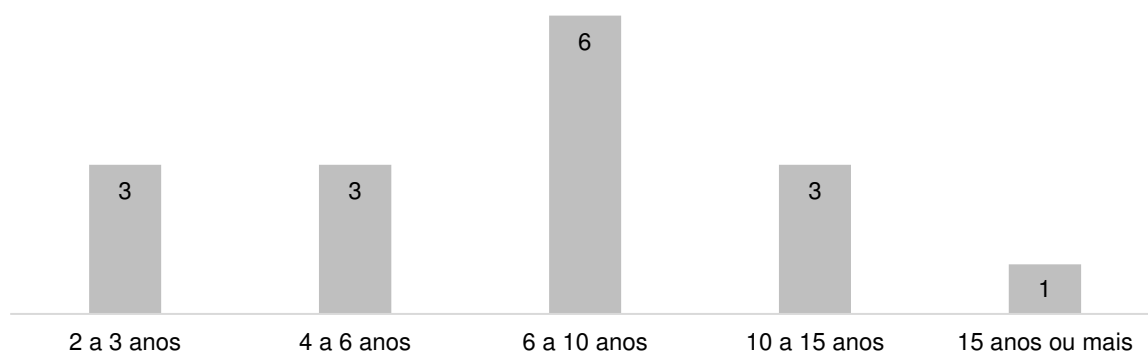
Como já delimitamos no capítulo anterior as especificidades de cada serviço, do ponto de vista normativo, e tendo em vista que não desenvolvemos nessa pesquisa uma perspectiva etnográfica, que nos permitisse olhar para o cotidiano destes aparelhos sociais, passaremos a apresentar os personagens dessa pesquisa, aqueles que trarão os cenários que percorreremos nos capítulos 5, 6, 7 e 8. Inicialmente partimos dos dados do questionário socioeconômico, depois, ao acessar as informações sobre origem e trajetória social, recorreremos a narrativas oriundas das entrevistas.

Sobre a formação dos/as participantes, consideramos especialmente os dados sobre “tempo de formado” e “local de formação”. No que diz respeito aos locais de formação podemos apontar que entre os técnicos, absolutamente todos formaram-se em instituições de ensino privado. Entre psicólogos todos foram formados em cursos de ensino presencial, uma vez que até os dias atuais são inexistentes cursos

de graduação em psicologia na modalidade à distância¹². Das/as assistentes sociais, apenas uma se formou na modalidade presencial. Os cursos de Psicologia (na modalidade presencial) e Serviço Social (na modalidade à distância) foram criados no mesmo período (entre 2005 e 2006) e ofereceram novas perspectivas de formação de ensino superior na cidade. A inserção no ensino superior parece ter representado uma possibilidade de ascensão social pela educação. Veremos mais à frente, ao discutir as condições de trabalho, que esse “sonho” não se concretiza em termos ideais. Existe certamente ascensão, mas, não é necessariamente econômica.

No que diz respeito ao tempo de formado, temos uma técnica (psicóloga) que fez graduação há mais de 15 anos, na capital do estado. Entretanto a maior concentração se encontra na faixa de 6 a 10 anos (Gráfico 1). Esse dado evidencia como a conjuntura da abertura dos cursos influencia, já que uma parte desses se formou nas primeiras turmas dos respectivos cursos na cidade. É importante chamar atenção também para o fato de que 10 (62,5%) dos técnicos se formaram há mais de 6 anos. Isso evidencia que apesar dos baixos salários e precárias condições, de que falaremos no próximo capítulo, o trabalho na Assistência Social não parece ser um posto buscado somente por profissionais recém-formados.

Gráfico 1 – Tempo de formação profissional

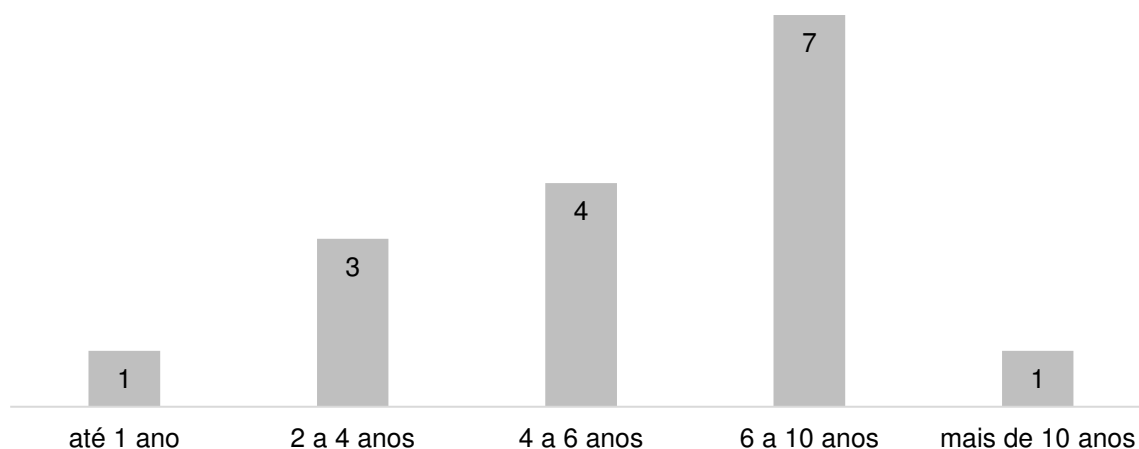


Fonte: Autor (2019)

¹² Ainda não há curso de Psicologia na modalidade ensino à distância em funcionamento. Entretanto, o MEC tem aprovado propostas oriundas dos grupos de educação privados. Essa informação advém da própria instituição em que trabalho, que recentemente conseguiu aprovar uma proposta para abrir um curso nessa modalidade. Em contraponto a ABEP (Associação Brasileira de Psicologia) conduziu um processo de ampla consulta nos últimos dois anos, com a finalidade de construir uma nova proposta de diretrizes curriculares para o curso de Psicologia. Após reiteradas consultas finalizou-se a proposta, que proíbe o curso à distância em um dos seus artigos. A referida proposta foi aprovada no Conselho Nacional de Saúde, mas embargada no MEC em 2019. Abertamente os órgãos representativos da psicologia brasileira e a orientação do MEC, apontam para caminhos bastante dissonantes.

Se olharmos o tempo de atuação (Gráfico 2), poderemos perceber que muitos dos que atuam, ingressaram na Assistência Social como primeiro emprego. O que chama a atenção é a longevidade da trajetória de trabalho, ao menos, no grupo que entrevistamos. Nesse sentido, os dados do tempo de atuação em serviços de assistência social, apontam a seguinte distribuição:

Gráfico 2 – Tempo de atuação profissional

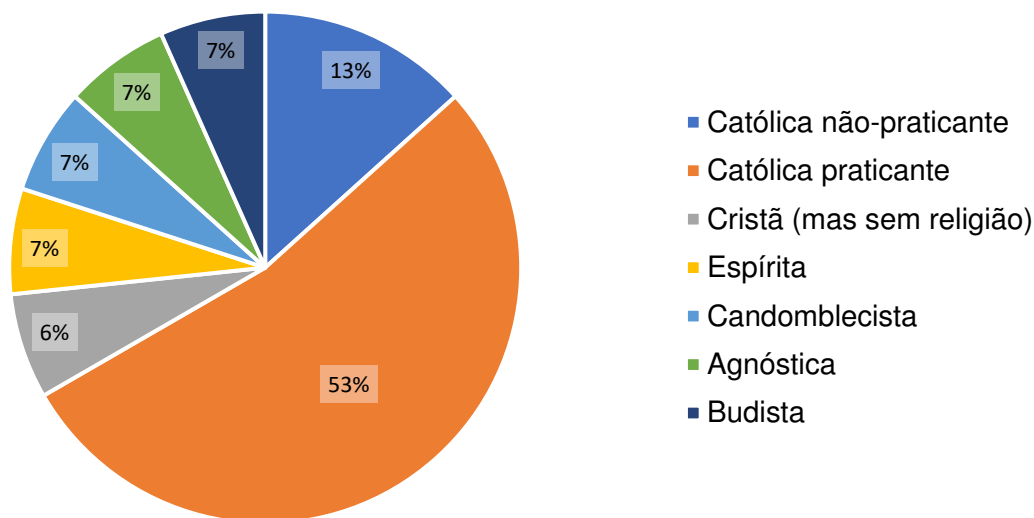


Fonte: Autor (2019)

Nas extremidades temos 1 participante com atuação até 1 ano e 1 participante com mais 10 anos de atuação em serviços socioassistenciais. A maior concentração (7) aparece com atuação entre 6 e 10 anos; 4 na faixa entre 4 e 6 anos; e 3 na faixa entre 2 e 4 anos.

No que diz respeito ao gênero, tivemos apenas 2 homens na amostra referente aos técnicos, sendo 14 mulheres. Isso evidencia uma preponderância desse campo de atuação como espaço ocupado por mulheres. É possível perceber que isso talvez reproduza os cenários das próprias profissões, ainda hegemonicamente femininas.

No que diz respeito à religião das participantes é considerável a presença de pessoas que se consideram *católicas praticantes* (53%). A segunda faixa é a de *católicas não-praticantes* (13%). A composição do restante da amostra evidencia uma distribuição equivalente entre as posições religiosas *Espírita*, *Candomblecista*, *Agnóstica*, *Budista* e *Cristã (sem religião)*, com uma pessoa cada (7%), conforme o Gráfico 3

Gráfico 3 – Religião dos entrevistados

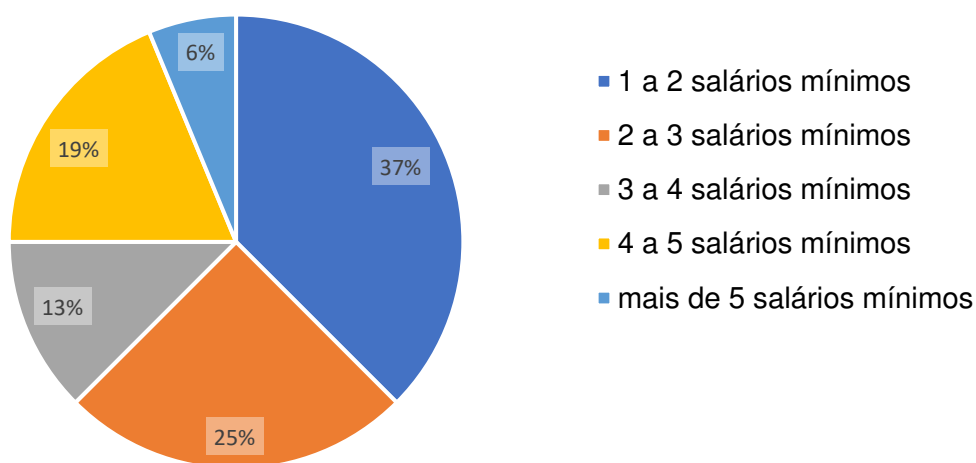
Fonte: Autor (2019)

Tendo em vista a presença das interpretações religiosas na história das práticas de assistência social, seja no âmbito do desenvolvimento da profissão de serviço social ou mesmo no próprio desenvolvimento do setor, o dado da religião é importante. Entretanto, no geral das entrevistas, além da menção às atividades de “cunho social” desenvolvidas antes do período da graduação, algumas mediadas por instituições religiosas, sobre as quais incluiremos uma breve descrição no quadro síntese ao final desse capítulo, não houve presença importante de referências religiosas nas narrativas dos casos ou na interpretação sobre a prática, com exceção de uma entrevistada que promoveu uma aproximação entre as *vocações* quando narra sua trajetória de inserção na graduação: “Como fui criada muito na questão religiosa também, porque o serviço social tem essa ligação querendo ou não, tem essa base [...]. Então eu fui coroete, eu fui batizada, eu fiz primeira eucaristia, depois a crisma, depois o sacramento do matrimônio e aí isso também fortaleceu na questão da profissão (Entrevistada 12, Assistente Social, CREAS)”

Noutra dimensão, tendo em vista que o salário como técnico é em média R\$ 1300,00, podemos perceber no gráfico 4 que pelo menos 37% das participantes da pesquisa, provavelmente sustentam suas famílias com os salários como técnicos. Outras pessoas apresentam uma renda familiar maior, uma parte porque acumulam empregos em mais de um vínculo (realidade comum) ou porque os seus salários

somam-se aos de outras pessoas da família que também contribuem com a renda. Assim, 4(25%) indicaram renda familiar de 2 a 3 salários mínimos, 2 (13%) renda de 3 a 4 salários mínimos, 3 (19%) renda de 4 a 5 salários mínimos e 1 (6%) renda superior a 5 salários mínimos.

Gráfico 4 – Renda Familiar dos entrevistados



Fonte: Autor (2019)

Por último, mapeamos a origem social (em termos de condições socioeconômicas, ocupação dos pais e estímulo à educação), além do desenvolvimento desses elementos em termos de trajetória social. A partir das entrevistas apresentadas nos Quadro 1 e Quadro 2, foi possível perceber uma presença importante de origens sociais pobres, mesmo considerando a dificuldade de mapear esses dados em termos de classes sociais homogêneas. Também nota-se que na maioria dos casos os entrevistados foram os primeiros a alcançar o nível educacional do ensino superior na família extensa. Além disso, observa-se que mesmo em famílias cujos pais tiveram um baixo nível de escolaridade, houve em parte considerável das trajetórias, incentivo para os participantes investirem na educação como alternativa para melhorar de vida.

Quadro 1 – Origem Pobre ou Abaixo da Linha de pobreza

<p>Minha família é de origem humilde, na minha infância eu fui criada em um sítio aqui próximo. Meus pais trabalhavam com um tipo de artesanato, fazendo peças em couro... que era couro de boi. Aí vinha e vendia aqui a alguns comerciantes... o tipo de artesanato era bainha de faca, não sei se você conhece... algumas coisas assim... então assim... fui criada sempre lá e quando eu completei meus 18 anos, meu pai decidiu montar uma pequena lojinha aqui no centro da cidade e então viemos todos trabalhar aqui nessa lojinha e ficávamos no sítio também. Então a partir desse trabalho, que viemos todos trabalhar com meu pai, com a família... a partir disso eu paguei minha faculdade, entendeu? Soube através de minhas outras amigas... que eu já trabalhava com o público, só que com caridade, diferente do serviço social. Minha família graças a Deus me apoiou em tudo que eu fiz na vida (Entrevistada 03, Assistente Social CREAS)</p>
<p>Minha família é de origem pobre, meu pai, pastor, pedreiro... minha mãe doméstica... então eu só vim fazer a faculdade mesmo após o casamento. O incentivo foi grande, assim mesmo em relação à ascensão mesmo do mercado de trabalho... então eu vim cursar minha faculdade após o casamento né? Quando eu terminei... já estava com bebê... já tinha conhecido a assistência social como educadora... então foi nesse cenário... de uma origem... de uma família pobre... que hoje as condições se apresentam de uma outra forma... com condições muito melhores, diante de um contexto mesmo socioeconômico que minha família vivenciou... então é diferente do que eu vivenciei antes... no início da minha vida acadêmica mesmo. O pagamento da minha faculdade na época como eu estava casado, eu recebi um incentivo financeiro mesmo... meu marido arcou com as custas da minha faculdade por completo, então eu tive um incentivo externo, financeiro também, que eu pude concluir minha faculdade toda. Foi numa instituição privada e essa pessoa arcou com minhas custas... eu tive esse incentivo sim... de uma pessoa familiar que contribuiu com a minha vida acadêmica (Entrevistada 04, psicóloga CREAS).</p>
<p>Eu venho de uma família pobre... minha mãe analfabeta, meu pai autodidata. Então ele sempre se preocupou em proporcionar uma educação para os filhos. Então assim, nós não chegamos a passar fome. Mas realmente nós passamos por uma necessidade. Nós tínhamos o básico. Meu pai trabalhava na agricultura e minha mãe era doméstica. Então a gente veio de um berço muito humilde mesmo. Nós não tínhamos o excedente, nós tínhamos o básico. Não chegamos a passar fome, mas a gente não tinha, por exemplo, a mais... era tudo aquela situação. Então por meu pai ser autodidata e a minha mãe analfabeta, eles sempre tentaram priorizar a educação dos filhos. Então... vai pra escola, vai com fome mas vai pra escola. Então isso foi muito presente na minha vida. Eu me lembro do meu pai, pegando no pé da minha mãe. Olha arruma as crianças para levar para a escola. A gente sempre estudou em colégios públicos mesmo, nunca tivemos condições de ter uma educação que não fosse pública. Todos os cinco filhos galgaram esse caminho. Eu sou a primeira da família que teve uma faculdade... através de cotas. Então eu fui cotista, fui bolsista integral, né? Então assim... essa foi minha trajetória educacional (Entrevistada 07, Assistente Social CRAS)</p>
<p>Minha família era uma família pobre. Eu sou o primeiro de toda a família... quando digo toda a família, eu digo de tios, primos, tanto de parte de pai, como de parte de mãe, que chegou a concluir uma graduação. Então, nós somos de uma família pobre, mas tem um particular... somos uma família pobre, mas que os filhos não sofreram as dores da pobreza. Meu pai sempre trabalhou muito, de manhã, de tarde, de noite e fim de semana, nunca foi um pai que descansou, para poder muitas vezes proporcionar coisas até supérfluas. Meu pai em vários momentos, inclusive, não tinha dinheiro nem para comprar comida... isso eu lembro. Embora fossem pouquíssimas as vezes, mas já teve momentos de faltar dinheiro até para comprar comida, mas que ele sempre dava um jeito, inclusive se endividava, vendia alguma coisa, mas sempre evitava que faltasse pra gente. Meu pai é tapeceiro, faz tapete em casa... e eu trabalhava com meu pai, mas era mais num sentido recreativo de proteção, não tinha essa carga do trabalho infantil não. Tanto ajudando ele a fazer como indo para a feira. Mas diferente dos meus primos eu trabalhava mais de uma maneira pedagógica, meu pai sempre me dizia que a minha personalidade ia se formar através do trabalho... mas era mais uma brincadeira do que um trabalho. Enquanto meus primos realmente pegavam no pesado... tinha um que o pai era pedreiro e ele ia muito cedo para trabalhar, carregava pedra e comigo foi uma coisa muito tranquila.</p>

Em 2000 comecei a trabalhar, ganhava um salário mínimo e comecei a ajudar nas despesas de casa. Pouco tempo depois meu pai conseguiu botar um ponto em um posto de combustível, é quando eu digo que a gente deixou de ser pobre e passar a ser classe média baixa. Meu pai já pôde comprar uma moto e eu já pude pagar uma faculdade... aí a situação começou a melhorar (Entrevistado 08, psicólogo, CRAS).

Para mim é como se estivesse em frente a um espelho... me deparando comigo mesma... que eu vim de uma família pobre... me deparando com dificuldades de um e de outro... parecidas com as que a gente vê aqui na área... não parecidas porque você às vezes se depara com coisas... envolvimento com crime, e certos tipos de violência que eu não vivi... mas assim na questão da pobreza eu passei, passei fome... então para mim é como se estivesse me vendo... me vendo um pouco naquilo ali. Então eu, quando eu me deparo com isso é como se fosse uma forma de ajudar mais ainda aquela família... eu passei por isso, eu sei o que é isso, e então a gente encontro meios na assistência de poder ajudar aquela família. Meu pai ficou desempregado por dois, três anos... ele trabalhava na COMPESA (órgão estadual)... aí mudava de governo, ele perdia o emprego. Isso foram umas três vezes... Aí às vezes trabalhava na agricultura... o que tinha. Então era difícil... só existia o emprego da prefeitura, ou então quem trabalhasse pelo estado. E esse estado era o que? Ou a CELPE ou a COMPESA. A gestão mudava o governo, mas o prefeito também indicava as pessoas... então se você não votava naquele prefeito você saía e ficava um tempão sem trabalhar. Aí a nossa família passava por dificuldades, né? Porque nós éramos quatro, eu tenho mais dois irmãos... minha mãe não trabalhava, então... que a maioria, nas cidades pequenas, é do lar... então não trabalhava. A gente passava dificuldades... estudava em escola pública e assim... era daqueles de ir para a escola para comer mesmo... como acontece hoje ainda, que as crianças vão para a creche porque não tem o que comer em casa... vão para as escolas de tempo integral ou não, porque não tem comida em casa. Eu vivi tudo isso né? Então pra mim é ruim, mas também é bom. É uma maneira de tentar ajudar... o papel que tenho hoje como profissional da psicologia... do social... [...] Eu comecei a fazer faculdade através do meu esposo... que eu comecei a namorar muito novinha... eu tinha 13 anos... e ele já fazia faculdade. Aí ele foi tipo uma referência para mim... eu não tinha isso em casa. Minha mãe gostava muito de ler... ela gosta disso até hoje. Ela terminou os estudos, mas foi depois... meu pai estudou até a quarta série. Então a minha referência foi o meu marido... fui mãe muito cedo com 16 anos... aí depois de um tempo, eu já tava com dois filhos... e eu sempre tive o sonho de fazer psicologia, mas só tinha em Recife... e eu não tinha condições de ir para Recife... com dois filhos... aí quando chegou o curso aqui, aí ficou aquilo, você vai fazer vestibular, aí eu “mas a gente vai pagar com quê? Que a gente não tem dinheiro pra pagar”, porque era muito caro. Aí ele disse, você vai fazer o vestibular... depois a gente vê. Aí fiz vestibular, passei... aí fiz... a gente conseguiu. Tirando daqui, dali, a gente conseguiu... assim eu terminei o curso (Entrevistada 11, psicóloga, CRAS).

Eu venho de uma família pobre... Eu fui criada praticamente por meus avós... eles eram pobres... e trabalhavam praticamente para manter a alimentação... Que era aquilo muito básico... não tinha... não é como hoje, que a gente vai no mercado e escolhe o que quer levar e tem a condição financeira de pagar... era tudo muito limitado. Meu avô era mecânico, mas não tinha tanto cliente... a procura do serviço não é como hoje né? Os dias hoje eu acho tudo um pouco mais fácil. A minha avó era costureira, mas usava a costura só pra vestir as pessoas da casa. A costura não trazia renda... fui criada com meus avós e com a minha mãe... porque a minha mãe foi mãe solteira... morávamos juntos... meus avós, meus tios... os irmãos da minha mãe... eram nove... moravam nove pessoas na casa. Por incrível que pareça eu fui a primeira pessoa da família a fazer um curso superior... quando eu já casada, foi quando veio a condição financeira, e veio a oportunidade de trabalhar e custear a faculdade... a maioria da minha família não conseguiu concluir o ensino médio. Minha mãe não conseguiu concluir por causa da minha gestão... minha mãe ficou grávida, meus avós eram muito rígidos... então era tudo muito difícil. Depois que ela engravidou, não conseguiu concluir. O único que conseguiu foi agora a dois anos atrás que um tio meu se formou como enfermeiro (Entrevistada 12, Assistente Social, CREAS).

Minha família vem migrando de outro município. Minha mãe é natural da cidade de Pesqueira... veio da zona rural de lá, ainda criança. Meu pai passou pelo mesmo processo... Ele é de Santa Cruz e ambos vieram criança aqui pra Caruaru e... em busca de oportunidades. E aí o que acontece, minha mãe ela teve essa questão do estudo como base para ela, mas aí não era a questão mais importante, vamos dizer assim... minha mãe finalizou o estudo ela... grávida de mim com vinte e sete anos, o ensino médio... ela não fez ensino superior. Meu pai, parou de estudar logo e acabou sendo autônomo... hoje ele é pintor e lanterneiro... trabalha nisso aí desde que ele tem doze anos... parou de estudar para trabalhar... então ele já tá com 55 e desde os doze anos ele trabalha nisso... a minha mãe, ela começou trabalhando aqui como empregada doméstica e seguiu até hoje. Tanto da família de pai, quando da família de mãe, eu fui o primeiro a ter uma graduação. Depois de lá, outros primos meus conseguiram, inclusive minha irmã está se formando em arquitetura... aí a gente já tem um primo que tá se formando em economia, outro primo que se formou em nutrição. Na minha infância tiveram alguns problemas... porque aí quando você começa a estudar sujeito, base familiar, inserção social... eu tive vários processos, inclusive eu passei por todas as linhas, mas eu não conhecia diretamente o serviço. Tivemos complicações familiares, a separação dos meus pais... quando a minha mãe rompeu com meu pai, ela também ficou desempregada, então a situação foi bem complicada. A gente acabava se virando... e eu passei pela linha até da extrema pobreza, até que as coisas foram se ajustando, se ajustando e eu voltei a ter essa base (Entrevistado 13, Assistente Social, CRAS).

Os meus pais são analfabetos, na verdade semi... porque minha mãe sabe assinar o nome dela e tal... meu pai não estudou de jeito nenhum, e a minha mãe estudou até a sexta série... mas aí assim... como era bem complicado estudar, porque eles precisavam se manter... trabalhar no roçado e tal... aí a minha mãe ela ainda sabe assinar o nome dela, e ela é muito boa de matemática. Aí assim, eles tiveram três filhas, eu sou a caçula. A gente em relação a questão socioeconômica não era muito difícil não... meu pai era vigilante... e minha mãe é muito boa de negócios. Aí ela começou a vender jóias, aí vendia avon e a partir do dinheiro que ela ia ganhando, ela ia juntando. Aí ela conseguiu juntar um dinheiro e comprar uma casa... aí a gente ficou com a nossa casa própria... que foi meu avô que deu e... com a casa que ela conseguiu. Aí com o dinheiro da casa, que ela botou no aluguel, ela foi juntando e conseguiu outra casa... e assim foi, hoje ela tem 28 casas de aluguel... Ela alugava máquina de costura também para o pessoal do jeans aqui. Meus pais sempre frisaram que a gente precisava estudar... e aí eles sempre viabilizaram tudo para que de fato a gente estudasse... aí a gente sempre estudou em escola pública. Eu fui a única que concluí tudo (até a graduação). As minhas irmãs não conseguiram... a mais velha casou com quinze anos, aí... no terceiro ano ela não quis concluir o ensino médio... a minha outra irmã do mesmo jeito... casou com dezessete, aí não concluiu os estudos, parou também no terceiro ano. E eu não... eu quis... disse eu vou abraçar essa possibilidade né? Já que eles me incentivaram tanto... e elas também acabaram me incentivando, porque segundo elas, elas não concluíram porque os esposos não deixaram. Aí concluí na escola pública, terceiro ano e ingressei na faculdade (Entrevistada 14, Psicóloga, CRAS).

Fonte: Autor (2019)

Quadro 2 - (Nem) “sempre foi muito tranquilo”: classe média?

Nós viemos de uma família pobre, meu pai sempre foi funcionário público, e minha mãe costureira. Meu pai sempre trabalhou como funcionário público numa prefeitura no interior de Alagoas, então todos nós vivíamos da prefeitura né? Mas meu pai chegou a fazer faculdade, ele é contador dessa prefeitura. Então a gente vivia numa situação média né? Normal... mas com muito sacrifício tudo. Minha mãe sempre foi costureira né? Aí depois que eles se separaram, minha mãe veio pra Pernambuco e ele ficou em Alagoas então.... a minha origem social desde criança sempre foi essa. Eu paguei minha universidade através do FIES, e... em relação à educação eu sempre tive incentivo da minha família, principalmente da minha mãe, de estudar e fazer uma faculdade. É tanto que quando eu terminei o ensino médio eu fiz um curso né? História... e depois de muitos anos eu fiz Psicologia que sempre foi meu sonho, mas sempre tive muito incentivo por parte da minha família pra estudar. E a educação realmente veio para mim como uma porta de realização pessoal e profissional (Entrevistada 01, psicóloga CREAS)

Em relação a minha família, meu pai é comerciante... ele é dono de um estabelecimento, de um bar... e minha mãe trabalhou por muitos anos como autônoma... costura particular. Ambos não tem formação, minha mãe só estudou até a quarta série e meu pai só estudou até a primeira série. Mas eles sempre valorizaram o máximo possível que os filhos pudessem se inserir na escola, na faculdade... então eles priorizaram em tudo na vida da gente, na minha e do meu irmão, para que a gente tivesse se inserindo na escola. Eu morava em interior... então estudei em escola particular até a oitava série no interior, e quando foi para cursar o ensino médio, eu fiquei indo e vindo todos os dias, porque eu estudava em uma escola particular aqui de C. quando foi para ingressar a faculdade, devido as condições do meu pai, financeiras... ele pode me custear. Eu não tive nenhum problema em ter que me manter na escola... só via alguma tipo de... como se diz... de algum serviço público, feito PROUNI e FIES. Eu passei por esse momento bem tranquila. Meu pai me custeava também porque no momento da faculdade eu passei a morar em C. Então eu dividia apartamento e ele que fazia todo o custeio para me manter. Em relação a cursos, seminários, congressos, tudo que pudesse é... fazer crescer profissionalmente, ele nunca teve possibilidade de negar nada para mim. Até livro... eles nunca incentivaram a leitura em casa até porque eles não tem... essa questão da leitura em literatura mesmo. Mas em relação quando a gente já foi tendo consciência... de comprar um livro, algo assim... principalmente eu que sou mulher... aí meu pai, tem uma relação machista comigo, mas ao mesmo tempo, por conta do contexto todo, mas ele sempre me possibilitou uma independência assim... que eu tivesse uma independência... que eu não dependesse de homem algum. E então ele sempre questionou muito para que eu estudasse, para que eu tivesse minha vida. Até porque estou cursando novamente uma faculdade né? Estou fazendo psicologia, e nesse momento quem custeia minha faculdade é ele, porque o que eu ganho enquanto assistente social, eu não tenho como custear a faculdade e me manter. Aí ele que realiza ainda esse pagamento... nesse sentido, sempre foi muito tranquilo. Com meu irmão também... meu irmão faz faculdade e ele dá... ele e minha mãe dão todo apoio para a gente continuar né? Sempre estudando, procurando algo. (Entrevistada 02, Assistente Social CREAS)

Eu nasci em Recife, mas fui morar no interior, numa cidadezinha, Arcoverde-PE, com um ano de idade. E meus pais tinham boas condições financeiras. Ele tinha uma padaria no centro da cidade. A gente tinha uma casa boa, e sempre estudei em colégio particular. E depois que eu terminei o ensino médio eu voltei para Recife, fui morar com uma tia minha, fiz cursinho e prestei vestibular. A primeira opção foi fonoaudiologia, não sei se eu já te falei isso, mas eu botei como primeira opção fonoaudiologia e psicologia. Naquele tempo se fazia... tinha primeira e segunda opção... e passei em Psicologia, porque assim.... e resolvi fazer o curso porque eu queria uma coisa na área da saúde. Então eu concluí o curso em 92 e... me especializei na clínica. Na parte clínica... e nessa época os meus pais já tinham saído de Arcoverde e foram morar em Caruaru... e quando eu terminei a faculdade eu voltei para morar com eles. E logo em seguida eu me casei... e como eles tinham uma padaria também, eu comecei a ajudar eles na padaria e... montei o consultório, já que eu tinha me especializado na clínica... e fiquei com o consultório, no início e depois entrei na prefeitura, na área de educação. E não me identifiquei e logo que surgiram os CRAS, eu fui para a área social, né?

Então gostei e estou até hoje. Já passei por CRAS, acolhimento, já fui pra Paraíba e trabalhei em CRAS lá. E hoje, eu já trabalhei com pessoas com deficiência e hoje eu tô no CREAS. E Tô gostando e amando, porque eu adoro o que faço. E é isso. Eu Tô numa profissão e numa área que gosto de atuar... e... é isso assim. O apoio familiar que eu tive para os estudos... eles me davam apoio porque eu queria estudar. Mas não chegavam a me forçar não, tanto é que... na minha casa são seis filhos, eu tenho mais cinco irmãos. E eu só tenho uma irmã também que é formada em pedagogia e se formou a pouco tempo, foi terminar os estudos agora, porque antes não se interessava. Então eu é que fui atrás, me interessei, resolvi morar com minha tia em Recife. Aí o apoio foi assim... porque os meus pais deixaram né? Mas não eram de exigir não que eu estudasse. Eu fiz porque eu queria fazer um curso de nível superior e meti a cara mesmo e fui em frente (Entrevistada 05, Psicóloga CREAS)

Quando eu nasci era média alta... depois que meus pais se separaram que eu fui pra Petrolina, ficou baixa... e cheia de altos e baixos né? Depois minha mãe conseguiu o emprego aqui na Prefeitura e aí subiu um pouco o nível, e depois minha mãe foi demitida e desceu um pouco mais o nível, então a gente vive ali na beirinha. É bem complicado mesmo. Estudei em escola particular durante toda a minha vida, mas fui bolsista integral quando morava em Petrolina. Meu pai saiu recentemente da caixa econômica, era concursado e saiu por tempo de serviço. Minha mãe é formada em administração e trabalhou muito tempo na secretaria de fazenda do município e depois na secretaria de economia criativa. Mas a trajetória dela sempre foi na área administrativa, seja em loja de shopping ou empresas... (Entrevistada 06, Psicóloga CRAS)

Eu nasci numa fazenda, numa zona rural e aí meu pai era fazendeiro. Assim com relação à questão socioeconômica, era uma situação muito confortável. Por mais que tivessem pessoas em situação de pobreza próximos... mas não existia uma condição muito precária, as pessoas tinham... no campo... plantavam... trabalhavam na agricultura. Assim sempre foi muito confortável... meu pai era dono de terra... ele tinha trabalhadores para ele... era produtor de tomate e tinha também a questão do leite, que ele criava gado e criava porco também. Depois na adolescência vim morar em Caruaru, vim estudar, porque lá só tinha até a 4ª série. Eu já tinha duas irmãs que moravam aqui... aí meu pai resolver vir também... intercalava com a minha mãe, um passava uma semana, o outro passava a outra. E aí nós viemos morar aqui por conta do estudo... estudávamos em escolas particulares. Fiz o ginásio.... terminei o segundo grau e passei um bom tempo sem estudar... porque meu sonho era fazer psicologia e aí não tinha. Desde a adolescência que eu queria ser mãe e fazer psicologia. Não sei de onde vem esses sonhos. Aí passei um bom tempo, casei, tive dois filhos... me separei... e foi quando surgiu aqui pela primeira vez o curso de Psicologia, aí eu me formei na primeira turma. Nesse período foi bem difícil porque eu estava me divorciando e financeiramente não tava muito bacana... aí como era um sonho eu pedi ajuda a família para poder custear o curso né? Aí fui agraciada, pela ajuda de minha família, pra fazer e exercer o que eu queria (Entrevistada 09, psicóloga, CRAS)

Assim, eu venho de uma família numa condição econômica razoável... sempre estudei em escola particular... nunca deixou faltou nada. Assim a condição era razoável... Aí quando eu terminei os estudos fui fazer uma pesquisa no que eu queria... aí conheci uma amiga que cursava e foi me contando algumas situações... aí eu percebi que era aquilo ali... que eu queria fazer serviço social (Entrevistada 10, Assistente Social, CRAS)

Eu venho de uma família de classe média. Meus pais trabalharam sempre como autônomos. Meu pai né? Ele sempre trabalhou com ramo de hotelaria... ele era garçom, depois ele passou a ter o próprio restaurantzinho dele e foi isso que manteve a família né? Ele já morreu fazem vinte e cinco anos. Minha mãe ficou assumindo o encargo né? Do restaurante... que a gente tem esse restaurante até hoje. E aí ela ficou... mas ela morreu também faz três anos... aí ninguém quis assumir né? Mas como eu moro próximo da minha mãe... morava né? A gente sempre estava juntas... aí ela pediu para que eu tomasse conta desse restaurante. Eu acho que foi um erro que eu fiz... mas tudo bem... eu continuei porque os outros irmãos não quiseram dar prosseguimento e eu fiquei. Mas assim... tô levando esse peso, eu não sei até quando... porque realmente o fardo está ficando pesado. É um restaurante pequeno né? Mas é tradicional, passou de papai pra mamãe e de mamãe para mim... A única que tem graduação sou eu, da família inteira. E assim eu não era estimulada para estudar

não... o primeiro grau era suficiente naquela época. Mas eu tinha esse interesse... já fiz a faculdade há nove anos atrás... que eu não tinha condições financeiras, nem meu pai tinha condições financeiras para arcar um curso fora de Caruaru. Eu trabalhava para me manter... comecei a trabalhar com treze anos de idade em um cartório. com treze anos, porque minha letra era bonita... (Entrevistada 15, Assistente Social, CRAS)

Eu venho de uma família com descendência francesa. Meu pai é formado... é advogado... e vem de uma família em que todos são formados... são ortopedistas, são médicos, pessoas que tem uma linha mais na área da saúde. Já tinha essa cultura da formação de nível superior... da família do meu pai. Na contrapartida a família da minha mãe... é uma família que digamos assim... meus primos... de meus primos para cá... são pessoas que não tiveram tanto esforço para um curso superior... e já foram para outras linhas. Todos trabalham, todos tem uma função... O que eu vi foi assim, as pessoas do meu lado paterno despertaram mais para a linha do estudo. Já minha mãe... minha mãe é dona de casa, teve sete filhos... só eu me formei (graduação), acho que três terminaram o segundo grau e três não terminaram. Eu fui técnica de contabilidade pública na prefeitura, na época que eu tava fazendo faculdade... eu trabalhava o dia todinho e ia para faculdade à noite. Eu tive FIES 50% e pagava o resto com o meu salário (Entrevistada 16, Psicóloga, CRAS).

Fonte: Autor (2019)

É possível perceber nas narrativas sobre a origem e trajetória social que a maior parte dos(as) entrevistados(as) vem de famílias pobres, alguns, com condições mínimas de sobrevivência, dizem que os pais nunca deixaram faltar nada, sendo valorizados por suas abnegações em torno da vida dos filhos. Abnegação parece uma palavra adequada, visto que mesmo em condições difíceis, muitas famílias apoiaram o estudo dos filhos, como uma fórmula para ascensão social. Alguns entrevistados vivenciam experiências mais difíceis, relatando inclusive episódios de fome. Isso os coloca numa condição diferente frente aos usuários, “como um espelho”, diz uma das participantes. É possível perceber ainda que dentre os que tiveram origem pobre (quadro 1), é unânime a ideia de que ascenderam de vida com o percurso educacional, entretanto, ao olhar o gráfico sobre renda familiar essa interpretação não parece se traduzir em capital econômico. Na verdade, talvez a ascensão social tenha acontecido em pequena proporção, mas a valorização da formação superior, e a legitimidade atribuída à função, podem auxiliar na produção dessa interpretação.

A formação superior é valorizada, sobretudo, porque muitos dos nossos entrevistados foram os primeiros da família a concluir o ensino desse nível. Isso demarca uma trajetória de baixo acesso à educação, especialmente dos pais dos entrevistados do grupo descrito no quadro 1, que raramente conseguiram concluir o ensino médio. Todos os membros desse grupo estudaram em escola pública, de tal modo que esse dado desponta como critério para demarcar e categorizar essas

trajetórias a partir do viés econômico, por mais difícil que seja, o acesso à escola particular parece ser um bom indicador.

No segundo grupo, marcado por uma origem social com “menos dificuldades”, reunimos trajetórias bastante heterogêneas, e que explicitam muitas turbulências e mudanças de trajeto. Alguns participantes apresentam, nesse sentido, uma trajetória com origem na classe média, mas declinaram economicamente e passaram ou estão hoje muito próximos da pobreza.

A partir dos dados apontados acima, compreendemos que o trabalho na Assistência Social no município de Caruaru, se apresenta como uma função ocupada especialmente por pessoas com origem pobre ou de classe média, e que fizeram faculdades particulares. Do ponto de vista do custeio dos estudos, os dados mostraram um cenário em que ou os participantes trabalharam para sustentar os estudos, integrais ou com descontos de Financiamento estudantil (FIES), ou foram financiados por familiares (pais, esposos), ou foram bolsistas integrais (PROUNI).

Para finalizar essa seção metodológica apresentamos abaixo o quadro 3, com a intenção de apresentar uma síntese e permitir ao leitor mapear rapidamente os dados socioeconômicos das/dos participantes e confrontá-los com os conteúdos que serão analisados nos capítulos que seguem. Na tabela será possível perceber a ausência de informações sobre gênero na coluna “sexo e gênero”, pois, todos os participantes se disseram heterossexuais. No que tange à origem social, informarei somente a participação ao quadro 1 ou quadro2, ou seja, a origens sociais associadas à condição de pobreza e origens sociais assimiladas como classe média. Sobre o dado *trajetória no trabalho social*, ressaltamos que trata-se da pontuação de algumas trajetórias que apresentaram formas de trabalho social anteriores à inserção na graduação e no trabalho na Assistência Social.

Utilizamos algumas abreviações na tabela, com a finalidade de torná-la o mais sintética possível e permitir a visualização de todos os dados. Na coluna sexo/gênero, em virtude do já anunciado fato de todos se autodeclararem heterossexuais, só informamos o dado do sexo, a partir das abreviações F, para feminino e M, para masculino. A renda familiar foi também sintetizada, utilizando somente o intervalo numérico que expressa a faixa de renda, em termos de salários mínimos (2-3 equivalente à faixa de 2 a 3 salários mínimos).

Quadro 3 – Síntese do perfil dos entrevistados

Entrevistado(a)	Sexo/ Gênero	Idade	Religião	Renda Familiar (SM)	Profissão	Tempo de Formado (anos)	Tempo de Atuação na AS (anos)	Serviço	Origem Social	Trajétoria no trabalho Social
1	F	40	Espírita	2-3	PSI	6-10	6-10	CREAS	Classe média	-----
2	F	28	Agnóstica	2-3	A.S	2-3	2-4	CREAS	Classe média	-----
3	F	37	Católica	1-2	A.S	6-10	6-10	CREAS	Pobre	Caridade religiosa
4	F	27	Católica	2-3	PSI	4-6	4-6	CREAS	Pobre	Caridade religiosa
5	F	49	Católica	3-4	PSI	+ de 15	+ de 10	CREAS	Classe média	-----
6	F	27	Cristã	1-2	PSI	2-3	2-4	CRAS	Classe média	-----
7	F	35	Católica	1-2	A.S	6-10	6-10	CRAS	Pobre	Pastoral da Criança
8	M	35	Budismo	3-4	PSI	6-10	6-10	CRAS	Pobre	-----
9	F	50	Católica	3-4	PSI	6-10	6-10	CRAS	Classe média	-----
10	F	36	Católica	1-2	A.S	4-6	4-6	CRAS	Classe média	-----
11	F	39	Católica	4-5	PSI	6-10	6-10	CRAS	Pobre	-----
12	F	36	Católica	4-5	A.S	6-10	6-10	CREAS	Pobre	Caridade religiosa
13	M	28	Candomblé	1-2	A.S	2-3	2-4	CRAS	Pobre	Trabalho Social no terreiro
14	F	26	Católica	2-3	PSI	4-6	2-4	CRAS	Pobre	Caridade
15	F	61	Católica	4-5	A.S	6-10	6-10	CRAS	Classe média	-----
16	F	43	Católica	+ de 5	PSI	6-10	Até 1 ano	CRAS	Classe média	-----

Fonte: Autor (2019)

5 – CONDIÇÕES DE TRABALHO

5.1 - COMO SE TORNAR TÉCNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL? ENTRE INDICAÇÕES ELEITORAIS E A CAPACIDADE TÉCNICA.

Conforme já mencionado no capítulo anterior, a estrutura de serviços da Política de Assistência Social no município de Caruaru é bastante robusta. A cidade chegou a ter uma rede maior e mais complexa do que a capital, segundo relato de um dos entrevistados, motivo de orgulho para os que fazem essa Política no local. Essa grande rede, conta com 10 serviços de proteção social básica, 3 equipamentos de média complexidade (PSE), além de 5 casas de acolhimento, representando a alta complexidade.

O que desdobra-se dessa estrutura, portanto, é que a constituição da Assistência Social, no seu início, compõe-se como um grande investimento na ampliação da burocracia municipal, exigindo a apropriação de saberes e discursos técnicos e a contratação de pessoas especializadas ao tempo em que oferta um “mercado de empregos”, do qual agentes políticos clientelistas podem usufruir sob um sistema de política de indicações.

O clientelismo é uma das mais importantes estruturas da constituição do poder político no Brasil, e mesmo em um contexto limitado pelas normas institucionais que orientam a execução da Política Pública, essa estrutura se faz presente, influenciando de modo efetivo na composição dos serviços socioassistenciais. Sobre a relação patrono-cliente, Wolf (2003, p.108-111) afirma o seguinte:

[...] é mínima a carga de afetividade envolvida na relação entre patrono e cliente na formação daquela confiança que subscreve a promessa de futuro apoio mútuo. [...] o relacionamento entre patrono e cliente abrange facetas múltiplas dos atores envolvidos, e não apenas as necessidades fragmentadas do momento [...] Por outro lado, onde não houver unidades corporadas de parentesco [...], mas onde a estrutura institucional for abrangente e solidamente estabelecida, a patronagem não pode levar à formação de corpos de seguidores relativamente independentes da estrutura formal. Ocorrerá que a patronagem tomará a forma de apadrinhamento, no qual o patrono fornece ligações [...] com a ordem institucional. Nessas circunstâncias, seu instrumento consiste mais no uso de influência do que na alocação relativamente independente de bens e serviços. Paralelamente, porém, o poder do patrono sobre o cliente é reduzido, e no lugar de sólidos blocos

patrono-cliente podemos esperar encontrar laços difusos e entrecortados ligando muitos apadrinhadores a muitos clientes, com estes últimos frequentemente passando de uma órbita de influência para outra.

No que diz respeito ao processo de indicação de apadrinhados políticos, uma ex-gestora de serviços da Assistência Social no município explica, ao ser perguntada se os técnicos eram selecionados pela capacidade e perfil para os serviços ou por indicação:

A gente tinha uma liberdade: “Esses currículos estão vindo do gabinete. E esses foram os que eu recebi. Entrevistei ambos. Se você vê que a pessoa que veio do gabinete não tem aptidão ela não vai ficar. A gente vai ter que responder e dizer o motivo...” então eu fazia planilhas e planilhas, e a maioria que vinha não tinha nenhuma aptidão. Eu enviava a planilha informando os motivos.

A mesma entrevistada, que passou 07 anos nos serviços de assistência social no município de Caruaru, ao referir-se ao seu processo de ingresso como técnica da Assistência em meados de 2011, explica que embora ela e os que entraram junto com ela para compor as equipes dos CRAS RURAIS, tenham sido selecionados, sobretudo, por aspectos técnicos, e tiveram a oportunidade de estudar a Política e o território pois acompanharam a instalação dessas unidades, muitos outros técnicos já atuantes nos CRAS das cidades, constituíam-se como profissionais que não conheciam a Política, não tinham perfil para o serviço e provavelmente haviam sido indicados para as vagas por agentes eleitorais do município.

Me ligaram, uma prima minha, “tô trabalhando na prefeitura, surgiu vagas para psicólogos, sua mãe me disse que você estava de volta e eu queria saber se você queria participar da seleção”. Aí eu disse, “quero. Vou ver lá”. Aí era para a Assistência... a gente na faculdade tem pouca... não tem. Aí a gente chegou lá ela disse ó... deixa teu currículo. Depois pegaram meu currículo, me ligaram, e disseram a entrevista é tal dia, eu não sabia do que se tratava, me ligaram, fui. Ela pediu para falar um pouquinho das minhas experiências, eu falei, conversei, ela pediu para fazer uma redação. [...]. Eu falei porque somos seres sociais e o social está em todo lugar (explica como consegue falar de um tema que não havia estudado na formação). Nós daquela época fomos privilegiadas, porque nós psicólogas e assistentes, alguns profissionais, foram contratadas, nós psicólogas, assistentes sociais, alguns profissionais para ser coordenação dos CRAS rurais, e os CRAS ainda iam inaugurar. Então nós como não tínhamos locais fixos para ficarmos... nós ficávamos na secretaria de Assistência e todos os dias nós íamos estudar. Então formou-se as

duplas, a psi e a assistente que iria para aquele lugar. No início de 2011, e eu comecei junto com a colega de serviço social, fomos fazer um mapa de onde íamos trabalhar. Fazíamos todo dia, estudar a Política de Assistência, estudar a NOB-SUAS e estudar o território em que íamos trabalhar (Ex-Gerente da Proteção Social Básica)

Ela designa-se como pertencente a esse grupo de profissionais de caráter mais técnico, dedicados e identificados com os serviços e com a Política, em contraposição a profissionais menos técnicos, possivelmente ingressantes a partir da prática de indicação de cunho eleitoral e pouco identificados com o trabalho social como indicado pela política pública de criação desses serviços.

Na época que eu entrei o que eu percebi, quando fiz a redação e a entrevista, é que a pessoa que estava assumindo a gerência da Proteção Social Básica, tinha esse cuidado... de colocar profissionais, que “eu não entendo mas estou disposto a entender”, não entendo a “minha vida passou pelo social”, porque se você não entende mas tem vontade de aprender, você estuda a política [pública] e pronto... então nessa época teve isso, mas quando eu cheguei as pessoas que estava nos CRAS da cidade não entendia muito da política [pública], que já tinham sido selecionados em outras situação e que... isso gerou inclusive ciúmes, acharam que as pessoas que tinham entrado para os CRAS RURAIS eram mais inteligentes, que a gente só queria se amostrar.

Ao concluir suas observações sobre a diferença entre os dois grupos faz referência a um aspecto que pode ser concebido como um capital que promove, apesar das mudanças de gestão, a manutenção e ascensão de alguns profissionais: O conhecimento sobre a “Política”, as normas e os parâmetros para a atuação na A.S. Vale ressaltar que ela, tendo ingressado como técnica, aparentemente sem amparo de algum agente eleitoral, chega a ser indicada para a Gerência da Proteção Social Básica, cargo em que se incorpora um acúmulo de poder e de reconhecimento, espelhado no salário quatro vezes maior que o do técnico.

A manutenção e ascensão nos empregos da A.S, quando sustentadas por “conhecimento normativo-técnico”, pode insinuar uma concessão das gestões e dos poderes eleitorais municipais, diante da estrutura necessária para responder às normas e parâmetros legais dos serviços, e nesse sentido, não parece simbolizar uma ruptura com a lógica de “troca de favores” que orienta a ocupação dos empregos da prefeitura, mas uma recomposição, um ajuste que assimila os parâmetros técnicos e os ajusta, na medida do possível, ao clientelismo.

Mesmo considerando esse caráter híbrido da composição da força de trabalho da A.S em Caruaru, é importante indicar que o aspecto técnico da política pública, ou seja, a sua aproximação do que é normatizado pelos documentos do Ministério do Desenvolvimento Social, é também defendido pelos participantes dessa pesquisa como um traço importante da rede socioassistencial do município de Caruaru, em contraposição com municípios menores da circunvizinhança, em que muitos dos entrevistados também atuaram ou atuam.

Esse cenário é bastante frutífero para o estudo, pois, diante de uma narrativa que predominantemente defende a tecnicidade e objetividade da política de assistência social nos serviços do município, emergem situações em que as normas são levadas aos meandros dos seus limites sociais e a resposta tende a ser contraditória. São exatamente essas situações experimentadas, no âmbito da prática, que colocam em confronto as disposições para uma prática assistencialista e as orientações para a ruptura com intervenções que reforcem a dependência. A disposição para “ajudar” e a ótica “técnico-normativa” são capitais em disputa, refletidos na prática dos técnicos da A.S. O valor desses capitais depende do reconhecimento junto aos usuários, do horizonte cultural e histórico que fundamenta os referidos capitais, das instituições que os amparam, e da importância que terão frente aos comitês decisórios (a gestão).

O capital simbólico que circula entre os técnicos que conhecem a “Política”, no sentido normativo e programático dos documentos do governo federal, se constitui aparentemente como uma espécie de elemento de distinção. O termo “política”, inclusive, aparece nas narrativas de forma bastante polissêmica, expressando um uso dúbio, podendo significar: A) a força da indicação dos agentes políticos e os possíveis significados, dentro do sistema de “trocas e favores”, que essa prática pode sustentar; B) a faceta técnica da prática, conforme viemos falando.

A ex-gestora que apresentamos aqui, complementa nesse sentido que, o critério técnico adotado na instalação da política de A.S no município (Em meados de 2011), que embasava parcialmente as escolhas pela manutenção de um certo grupo de pessoas, muitos inclusive que ascenderam a cargos “maiores” na secretaria, em virtude desse reconhecimento de serem portadores de um “saber/fazer” da Assistência Social, são suspensos pela introdução de uma lógica diferente, implantada a partir de uma nova gestão (em 2018). É assim que ela apresenta a sua percepção sobre os impactos de uma transição de gestão na SDSDH.

O secretário que inicia no comando da SDSDH, no início da nova gestão, em 2017, tinha uma trajetória no campo dos direitos humanos, e segundo a narradora ajudou a fundar o ECA. Era, portanto, um gestor com perfil técnico. Mesmo mudando a gestão na prefeitura, e havendo, pois, uma pressão para a inserção de pessoas ligadas ao novo grupo político nos serviços municipais, o secretário assume dizendo que não iria mudar a equipe antes de avaliar. Segundo a narradora, e pelo que pude acompanhar à distância, assim foi feito e pouca mudança aconteceu de fato durante um tempo.

Segundo a entrevistada em questão, essa condição não se mantém, porque o secretário se nega a subir em um palanque, durante as eleições de 2018, e entrega o cargo: “O antigo secretário é especialista em direitos humanos, ajudou a criar o ECA. Ele disse, se ela [a prefeita] me pedir para subir em determinados palanques, a amizade continua e eu entrego o cargo. E assim foi”.

A transição de secretários reabriu, em um período pré-eleitoral, a possibilidade de movimentar o “mercado” de indicações de maneira mais enérgica, mesmo com certo sacrifício do acúmulo técnico que os atores sociais demitidos levaram consigo. A ex-secretária executiva, indicada pelo ex-secretário, foi demitida por um aplicativo de mensagens, segundo a narradora, ao receber a comunicação, a profissional lamentou: “Estou me sentindo arrasada, sentindo que tudo que fiz foi jogado no lixo”.

Nesse novo cenário, pós-mudança de gestão, o encaminhamento de currículos de apadrinhados, representou uma dificuldade importante para o trabalho da entrevistada: “Chovia gente que não tinha perfil”. Não tardou para que a nossa narradora fosse demitida também:

Nós agradecemos muito, sabemos que você é uma excelente profissional, mas preciso de uma pessoa de minha confiança para o cargo que você ocupa, porque é um cargo de um valor alto” [...] Foi assim comigo e com tantas outras pessoas. Esse antigo coordenador por exemplo, que é assistente social. Entende muito do CADÚNICO na assistência. Ingressou no serviço social estudando dentro do CRAS. Ele gosta muito do CADÚNICO do PBF. Acredita muito. Foi indicado para ser o gestor do CADÚNICO, fazia isso muito bem e o tiraram em julho. O tiraram e botaram uma Assistente Social que era técnica de um CRAS e que não entende nada de CADÚNICO e contrataram uma consultoria para uma pessoa ir uma vez por semana para responder [pelo setor].

A política de indicações aparece como referência importante de como se compõe a força de trabalho na Assistência Social. Na secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do município, ao que parece, a lógica das indicações está mediada e condicionada pela necessidade de manter um corpo técnico, que compreenda as normativas e orientações da política, de tal modo que mesmo com as mudanças de gestão, não acontece – como é comum em municípios menores – a permuta de todos os técnicos. Muito embora seja mais regular, conforme relato acima, a troca de pessoas que ocupam cargos de gestão, com salários considerados altos se compararmos à remuneração dos técnicos.

Os trechos abaixo, reforçam a presença e importância da política de indicações, muitas vezes em detrimento do saber técnico e do perfil dos profissionais. O relato abaixo enfatiza, não só a presença do sistema de indicações, mas a falta de orientações [pensadas aqui enquanto técnicas e, por isso, legítimas face a criação a partir de uma política pública] sobre o serviço em que a técnica vai trabalhar:

Deixei o currículo na secretaria, aí eles me chamaram. *Porque prefeitura, tem muito esse movimento de indicação também, aquele movimento né? Aí quando fiz eu nem sabia para qual equipamento que eu iria, se seria CRAS, se seria CREAS, Casa de Acolhimento, sabia que era na área social na secretaria. Aí eu fiz... pediram uma redação, uma entrevista. Aí me ligaram e disseram para qual lugar eu fui selecionada... aí disseram olha... cê vai para o CREAS. Assim nem explicaram, só disseram o nome dos profissionais e disseram, você vai. Aí eu vim (Entrevistada 01, psicóloga, CREAS)*

Outra entrevistada também evidencia essa dimensão, assinalando que embora tenha buscado o emprego pelas vias formais, de entrega de currículo, entrevista e seleção, é através de uma indicação que consegue assumir o cargo:

No social eu entrei também... entreguei vários currículos na secretaria, mas nenhum, eu nunca recebi telefonema através do currículo que eu entreguei lá. Isso foram vários... de sentar e ficar o dia todinho esperando a pessoa para você conversar... falando do que você... da sua experiência... do que você queria trabalhar... Aí foi através do meu marido também, que conhecia uma pessoa e pediu que... que ajudasse com esse meu currículo para que eu entrasse na secretaria e foi assim que eu entrei... através de uma pessoa que ele conhece. Aí o ano que vem faz cinco anos que eu trabalho na Assistência. (Entrevistada 11, psicóloga, CRAS)

A lógica das indicações parece ser mais forte em outros municípios das redondezas do que em Caruaru, talvez por ser este um município de referência em termos do tamanho da rede e da instalação da política, que precisa manter em níveis aceitáveis a reprodução do saber técnico. Além disso, a dimensão e projeção do município pode constituir uma dificuldade para o aparelhamento. Nesse sentido, falando sobre o seu ingresso como técnica nos serviços municipais da Política de Assistência Social, uma das entrevistadas descreve como teve acesso ao primeiro emprego na rede socioassistencial do seu município de origem, ressaltando a diferença entre um “município pequeno” e “municípios de médio e grande porte”.

A profissão em si eu descobri quando tive a oportunidade de emprego, que eu não sou de Caruaru, sou de Bezerros. E lá a cidade de Bezerros *é uma cidade pequena que a oportunidade de emprego é praticamente a prefeitura, e de cunho político né?* E durante um período político, que a minha família apoiou determinado candidato, eu tive essa oportunidade de emprego, que foi na assistência social num CRAS... eu era agente social, em 2006. (...) No outro ano eu entrei no curso de serviço social. Continuei como agente social e ingressei no curso, aí depois como a política muda, aquele partido político que a gente apoiava perdeu, eu fiquei afastada por um período, que foi o período da minha conclusão. No outro período político eu tive oportunidade já formada. (Entrevistada12, Assistente Social do CREAS)¹³

Esse outro relato, embora explicita o mesmo traço mencionado pela Entrevistada 12, apontando a presença da lógica de indicações, mobiliza em sua explicação o fato de ter sido ex-estagiária, recomendada pela coordenadora e pela psicóloga que a supervisionou.

Conclui no final de 2015 e em 2016 já estava trabalhando. *Porque assim, para além de um currículo, você sabe que tem boas amizades, né? E assim, no município tem muito essa questão de apadrinhamento.* Então, minha família é muito conhecida aqui, no Salgado, porque a gente sempre gostou das festividades assim... Aqui no São João, a gente tem as comidas gigantes, né isso? Aí a minha família desenvolveu o latão girante. “O latão de quê”? De cana. De pitu. Aí a gente, essas comidas gigantes, o povo gosta de beber né? Então, a gente... vamos fazer o latão gigante. Aí a gente conseguiu, com o pessoal da Pitu mesmo, da distribuidora, e a gente fez isso. Então a gente também precisou entrar em contato com vereadores, para a licença, para fechar a rua e também que eles pudessem ajudar

¹³ Bezerros-PE possui 60.714 habitantes, e está distante 102 km da capital Recife-PE. Enquanto Caruaru-PE, possui 364.872 habitantes e dista 130 km da capital. A distância entre os dois municípios é de 28 km.

a gente também em outras coisas né? Para ofertar ao público de lá. Aí já foi daí... e também do meu estágio específico da Casa de Acolhimento, eu tive uma boa relação com a coordenadora de lá, e com a minha supervisora... aí elas deram boas referências de mim. *Porque como eu disse, para além de um currículo existem boas indicações.* Aí quando surgiu a vaga eles lembraram de mim.

O que esse relato suscita é que a indicação também pode ser técnica, pois, além da rede de agentes políticos eleitorais, que opera não somente em torno dos cargos dessa secretaria, mas de um conjunto muito maior de empregos e favores de cunho eleitoral, parece também existir uma rede de profissionais do campo, que se constitui *paripassu* com o desenvolvimento da Assistência Social no município e que detêm consigo o capital cultural (de caráter técnico), e o decorrente capital simbólico, reforçado pelo reconhecimento da rede nos fóruns intermunicipais e estaduais, e pela capacidade de responder às demandas do governo federal, que viabilizam a liberação de verbas e a instalação de projetos. Sem esse capital de cunho técnico (composto como capital cultural e simbólico), não seria possível expandir a rede de serviços, muito menos operar com certa resolutividade frente às demandas burocráticas exigidas dos serviços e técnicos. Nesse sentido, o relato abaixo evoca um outro tipo de indicação, supostamente, fundamentada na capacidade técnica.

Passei um fato muito importante no nascimento do meu filho, porque a enfermeira entrou e disse, “olha... aplica a anestesia na mulher branca, porque a negra vai aguentar a dor”. Aquilo chamou muito a minha atenção, então o primeiro artigo que produzi foi voltado para essa área, sobre a dificuldade de acesso das mulheres negras às políticas públicas de Caruaru e apresentei na Conferência Municipal de Direitos Humanos aqui de Caruaru, que com seis meses depois em diálogo com a própria secretaria, eu passei a ser coordenador de igualdade racial aqui no município. Então ali, para mim foi muito importante, porque foi através de uma produção científica que eu tive aquela proposta (...) Quando eu assumi a assessoria de igualdade racial, eu ainda estava cursando, eu não tinha terminado serviço social. E nesse período tiveram fatores muito importantes para mim que foram os meus estágios. Eu estagiei, o meu primeiro estágio foi num CRAS da zona rural... O CRAS Itaúna. Lá eu cheguei a fazer um mapeamento interessante, e consegui identificar uma comunidade lá que tinha o perfil de comunidade quilombola. Aí eu me interessei naquele campo. Porém eles não tinham politização, eles não sabiam o que um quilombo. Aí eu tracei meu projeto de pesquisa para isso, nesse fator. Só que no meio do caminho aconteceu um imprevisto. Estavam solicitando na Especial de um estagiário, e a minha coordenadora de estágio, achou por bem, fazer minha transferência, que ela disse que eu tinha o perfil para assumir aquele estágio, que seria na abordagem social de rua (...). Quinze dias depois eu acabei

sendo contratado pela gestão. Eu ainda passei um mês como educador social da abordagem. Foi quando surgiu a oportunidade na secretaria da mulher e eu fui ser assessor. Continuei estagiando no CREAS POP, aonde tive minha coordenadora de campo (...). Quando teve a mudança de gestão, eu recebi a oportunidade para trabalhar no CREAS em Toritama, que veio através do meu estágio. As pessoas que me indicaram para trabalhar em Toritama, tinham sido coordenadores do CRAS Itaúna. Minha orientada de campo que também trabalhava lá em Toritama, e que também falou por mim lá. E tinha outra técnica que trabalhava no CRAS de Itaúna que também era minha professora na universidade. Então o diálogo triplo, fez com que eu fosse trabalhar em Toritama. Passei nove meses (...) acabou que me desliguei e retornei para Caruaru. Aí seis meses que estava em Caruaru, foi quando me surgiu a proposta, através de... também de certa forma... essa professora minha da faculdade que me fez ir para Toritama, ela assumiu também uma das coordenações. Aí estavam solicitando alguns currículos e aí ela solicitou o meu. Acho que a partir de uma avaliação curricular, foi que foi feito o currículo para eu atuar aqui em Caruaru (Entrevistado 13, Assistente Social, CRAS).

A dimensão técnica da atuação, como já mencionado anteriormente, adquire relevância ao compor-se enquanto elemento de distinção. Essa narrativa e outras pistas nos levam a reiterar a inferência de que existem pelo menos dois sistemas culturais de composição da força de trabalho na Assistência Social, ambos relacionados com necessidades pragmáticas, por um lado, do “mercado de empregos” e da circulação da política de trocas, e por outro, da montagem e funcionamento de serviços que tem um horizonte normativo complexo e sofisticado.

Para além dessa composição híbrida, é importante sinalizar os impactos que a *política de indicações* – especialmente quando segue o viés eleitoreiro – produz na qualidade do trabalho e dos serviços prestados. Uma vez que essa forma de acesso à vaga de trabalho não se coaduna com a proposta da PNAS, que visa romper com o assistencialismo e promover a concepção da Assistência Social enquanto um direito, que deve ser assegurado. Estas dificuldades são evidenciadas na percepção das técnicas nos relatos a seguir.

Questão muito forte do apadrinhamento, então não sempre as pessoas que estão, estão fazendo algo. Tem gente que se sente acobertado e faz o que quer, quando quer... e quando você chega que você dá o gás que você dá o gás, que realmente você... (...) quando o carro não vem e tem uma visita próxima, eu vou a pé... mas não tem essa disponibilidade de todos os técnicos. Só que quando vem a cobrança, recai sobre todos, entendesse? E a pessoa fica até chateada, vamos pelo menos valorizar quem tá fazendo alguma coisa? (Entrevistada 14, psicóloga, CRAS).

Muitos dos gestores são indicação... em todos os lugares. Se ele não tem conhecimento da política, a nossa política só vai enfraquecendo. Isso por muitos e muitos anos, então assim a política vai ficando precária mesmo. Às vezes, até de apagar fogo mesmo (Entrevistada 04, psicóloga, CRAS).

Sim. Sim (tem interferência). Eu vejo assim sabe? Como muda de gestão para gestão. Então o que eu percebo ainda existe muito o lado, vamos dizer assim, pessoal, é que muitas vezes quer trazer para os serviços, pessoas suas. Muitas vezes tem um profissional ali, que é um profissional bom, qualificado. Mas que não, só por conta do lado político na verdade. Aí vamos tirar aquele profissional e colocar aquela pessoa que não tem experiência nenhuma. E aí eu acho que interfere sim nessa questão, porque você tem que ver o profissional como ele é: um profissional, né? Mas não por questão de amizade, eu trazer outra pessoa só por causa de amizade. E o serviço como é que fica? Não aqui. Mas em outros locais eu percebo isso (Entrevistada 15, Assistente Social, CRAS).

A questão das indicações não é mencionada pelos outros entrevistados, que definem o seu ingresso como tendo se dado através de seleções, com análise de currículo, redação e entrevista ou através de convites. Mesmo considerando a possibilidade de que na narrativa as indicações que possam ter vindo a subsidiar o ingresso no emprego, tenham sido “apagadas”, acreditamos que esses e outros elementos que a totalidade do material de pesquisa esboça, reforçam a interpretação que vem sendo produzida até aqui de que a composição da força de trabalho na Assistência Social do município em questão, nem pôde fugir da lógica das indicações de agentes políticos, nem pôde livrar-se da necessidade de acúmulo de saber técnico. Essa tensão parece escapar nas palavras da Entrevistada 15, que ao falar sobre as “indicações”, afirma saber da existência dessa prática, mas nega que isso aconteça no município em que trabalha: “Não aqui. Mas em outros locais eu percebo isso”.

5.2 - VÍNCULOS PRECÁRIOS E EMPOBRECIMENTO DOS TÉCNICOS

Em pesquisa na base de dados ScIELO, utilizando os indexadores “condições de trabalho” e “assistência social”; “precarização” e “SUAS”; e “precarização” e “assistência social”, muito embora tenhamos obtido como resultado algumas dezenas de artigos, apenas três mencionavam o trabalho de técnicos e técnicas na Assistência Social e/ou a precarização dos serviços, em termos de financiamento e gestão.

Os artigos encontrados apontam que as condições de trabalho atingem sobremaneira a qualidade do impacto que serviços de base territorial, como CRAS e CREAS poderiam produzir na vida da população. Vale apontar, como sugere Raichelis (2010) que a Assistência Social é em si uma expressão da maneira como os estados e as elites lidam com a questão social, no intuito de administrá-la e retirar a sua condição política coletiva. A maneira focalizada como o estado intervirá sobre a pobreza, atomizando a questão a desvios ou incapacidades nutridas no interior das famílias, também atingirá os trabalhadores da política, através de uma precarização que se estende desde o início da implantação desses serviços, de forma relativamente independente da orientação supostamente progressista das gestões.

Assim sendo é imperativo que se discuta sobre as condições de trabalho, antes de refletir sobre a prática profissional e sua imbricação nas relações de poder e nas imagens/representações que os profissionais elaboram sobre si e sobre os usuários e suas demandas. É o que alerta Lima e Schneider (2018, p. 352) sobre a inserção de psicólogos na política de Assistência Social:

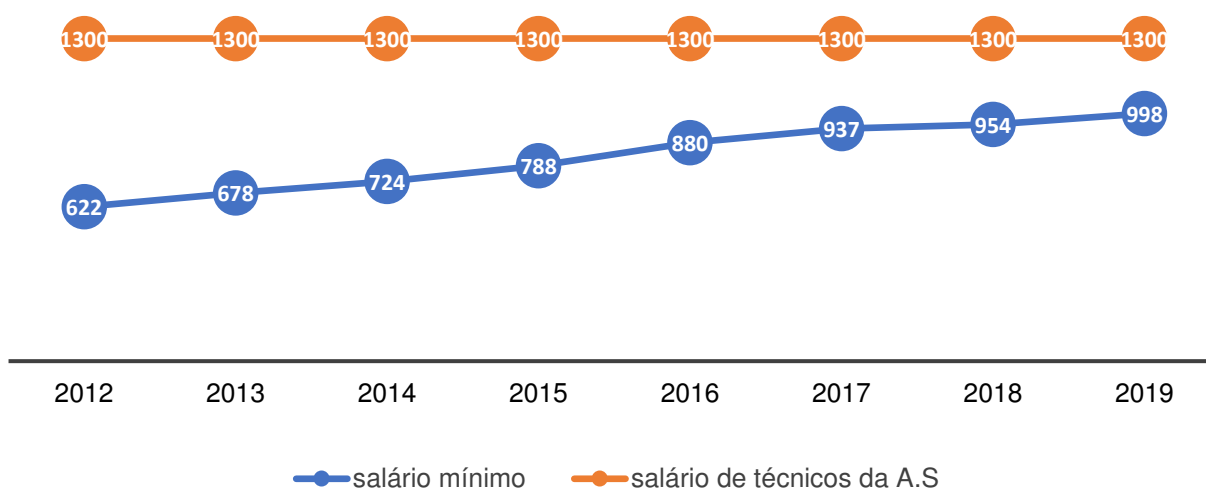
Analisar essas condições significa pautar não só o acesso a direitos para os usuários, mas também a oferta do tipo de contrato de trabalho, de infraestrutura, de salários dignos, de jornada de trabalho condizente com as exigências da categoria, de formação permanente, entre outros aspectos que evitam a precarização do trabalho e garantem condições de qualificação da atuação profissional (CFP,2012). Impõem-se, portanto, a necessidade de analisar as condições concretas que estão postas para os trabalhadores psicólogos do SUAS, especialmente no que diz respeito aos vínculos de trabalho estabelecidos, posto que estes estão diretamente relacionados com a qualificação dos serviços ofertados para a população.

Ao que parece, a política de Assistência Social é tocada e gerida nos governos neodesenvolvimentistas, contraditoriamente, através da manutenção de uma situação generalizada de trabalho precarizado, representada pelos baixos salários e pelos vínculos precários, que não oferecem garantia, segurança e autonomia aos profissionais. Assim sendo, ao tempo que elogiamos os investimentos dos governos Lula (2002-2010), que implantou o SUAS, e Dilma (2010-2016), que expandiu e buscou consolidar esse sistema e os pactos de gestão em torno dele, é preciso criticar o caráter focalista e a falta de normatização e fiscalização das condições de trabalho nos serviços do SUAS.

Sobre essa dimensão observamos que no município estudado as condições parecem apresentar-se como piores do que a realidade apresentada pelos artigos encontrados através da busca na ScIELO. Desde meados de 2011/2012 o salário dos técnicos permanece inalterado, não havendo nenhum aumento, apesar das variações importantes que teve o salário mínimo, a inflação e os seus impactos na capacidade de consumo dos brasileiros.

Se compararmos o salário dos técnicos ao salário mínimo e pensarmos na variação da desvalorização que a posição social e econômica dessas profissionais sofreu, percebemos que o salário dos técnicos passa de aproximadamente dois salários mínimos em 2012, para aproximadamente 1,3 salários mínimos em 2019 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Relação salário dos técnicos da A.S em Caruaru e evolução do salário mínimo (2012-2019)



Fonte: Autor (2019) a partir dos informações sobre o salário mínimo disponíveis em <http://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336>

Não há posição social descolada de uma condição social. Assim sendo, devemos nos perguntar se a precariedade profissional é também determinante de uma percepção desvalorizada de sua prática profissional. Mais de 80% dos funcionários da Assistência Social (segundo os participantes), incluindo os técnicos, não tem vínculo empregatício, constituindo um tipo de relação de trabalho frágil e inseguro: Prestadores de Serviço. Precisam ainda pagar o imposto da nota fiscal de serviço, com valor médio de setenta reais (R\$70,00), para receberem os salários.

Podemos apontar de início que um dos impactos importantes está no fato de que os profissionais precisam se dividir em mais de um emprego para conseguir garantir a sua sobrevivência e a da sua família, de acordo com as expectativas mínimas de estilo de vida que a trajetória de ascensão social através da formação acadêmica produz. É importante lembrar também, que o critério de miserabilidade proposto na LOAS e utilizado como referência para a concessão de benefícios como o PBF e o BPC é a renda per capita de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Assim sendo, se somente o/a técnico/a trabalhar, em uma família com cinco pessoas, automaticamente esse profissional estará ingressando na cifra da miséria, cujo recorte é estabelecido pela política de assistência. Então, a depender da composição familiar, não haverá distância econômica considerável entre o técnico e o usuário da assistência, que “necessita” da intervenção estatal para suprir a sobrevivência de sua família. Essa dimensão produz elementos importantes que devem ser considerados, ao pensarmos sobre a identidade profissional de técnicos da A.S.

Sobre a necessidade de dividir-se em mais de um emprego, seja no próprio município ou em municípios vizinhos, Macêdo et al (2015, p.815) aponta, em seu trabalho sobre a atuação de psicólogos nos CRAS em um município do Ceará, que: “[...] os profissionais tentam dividir seu tempo entre a atuação no CRAS e em outros espaços [...]”, o que “[...] se justifica pela necessidade de se complementar a renda mensal, o que pode comprometer a qualidade das ações desenvolvidas”

No estudo de Lima e Schneider (2018), em que as autoras dissecam a situação dos vínculos de trabalho de psicólogos que atuam como técnicos nos serviços em CREAS no estado de Santa Catarina, a condição é bastante diferente. Em seus resultados apontam que 68,10% dos contratos dos técnicos no estado em questão são no regime estatutário; 12,06% são empregados públicos celetistas (CLT). O restante é de terceirizados (4,74%); comissionados (2,58%) e 1,72% possuem vínculo não permanente. Apenas 0,64% do total não possui nenhum tipo de vínculo. Comparando com os relatos de ex-gestores e técnicos do município estudado nessa tese e com o percentual médio de 80% dos profissionais de nível superior, atuando como prestadores de serviço, percebemos que as condições de trabalho também podem sofrer variações entre estados e municípios, uma vez que a gestão e execução dos serviços são de responsabilidade da esfera municipal.

De acordo com Raichelis (2010) a acelerada instalação do SUAS nos municípios ampliou enormemente os espaços de trabalho para assistentes sociais e

outras profissões consideradas essenciais para o funcionamento dos serviços, atingindo por isso de forma igualmente impactante a Psicologia. É importante apontar nesse sentido que essa realidade transforma o perfil de trabalho de psicólogos, que historicamente tinham seus espaços de trabalho ligados à saúde e ao setor privado ou iniciativa liberal e que chegam, conforme pesquisa do CFP encomendada ao DIEESE, e fundamentada em dados do IBGE/Pnad (2014), a uma ocupação de 34,9% em serviços de saúde, educação e assistência social¹⁴.

Se considerarmos que as observações de Raichelis (2010), em sua análise sobre as condições de trabalho de Assistentes sociais nos serviços da rede socioassistencial dos municípios, são extensíveis às outras profissões que atuam nos mesmos serviços, concordaremos que, enquanto os serviços de assistência social se configuram como um amplo espaço para a inserção dos técnicos,

Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto (p. 751).

Sobre essas difíceis condições de trabalho os entrevistados foram quase unânimes. Mostraram-se explicitamente insatisfeitos com as condições de trabalho, quando questionados se sentiam-se reconhecidos em sua atuação:

Talvez é... eu não sei se o desgaste, entendeu assim... eu sei que toda área vai ter... mas... eu acho que não existe um reconhecimento... “em termos financeiros...” não só financeiro eu acho... financeiro sim, quando se compara... eu tô falando da rede da prefeitura, né? Que existem várias áreas né? Mas eu acho que não é reconhecido sabe? Mas eu gosto... (Entrevistada 01, psicóloga, CREAS)

A gente espera essa seleção (refere-se à seleção anunciada por edital) há três anos. A maioria, 80% dos servidores são prestadores de serviço, né? Então até pra poder organizar a situação deles precisa ter uma estabilidade, né? Eu fico pensando, eu vou fazer a seleção, mas eu não sei se quando abrir a seleção quanto tempo ainda mais vai ter pra gente trabalhar. Eu sou muito otimista mas a gente às vezes tem que ser um pouco realista né? Então dificulta muito. Aí tem essa insegurança de não conseguir planejar a longo prazo. (Entrevistada 06, Psicóloga, CRAS)

¹⁴ Disponível em <https://site.cfp.org.br/dieese-divulga-pesquisa-sobre-a-insercao-de-psicologos-as-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em março de 2019.

nosso vínculo aqui, eu não sei se você entende, se tem noção, mas nós não temos um emprego, nós não somos efetivos, nossos prestadores de serviço. Eu sou prestadora de serviço há quase sete anos, então, é aquela coisa. A gente é precarizado nossos vínculos empregatícios, infelizmente nós não temos garantia nenhuma. Então são sete anos que eu passei na secretaria que eu não tenho nada né? Infelizmente não tenho... é... é triste né? Então a gente fica... por outras situações que acontecem também né? (Entrevistada 07, Assistente Social, CRAS)

A falta de qualidade de trabalho, né? Tanto financeiro também, porque é muito precário, então assim eu não me vejo muito tempo. Em termos de salário também. A gente anda em muita área de risco e não tem um salário bom. Então eu não me vejo muito tempo na assistência. (Entrevistada 10, Assistente Social, CRAS)

É muito precarizado. Reconhecimento financeiro na questão de salário, a gente não tem reconhecimento. Nos dois vínculos... não é algo que te fortaleça assim. Não eu não tenho, (com ênfase) eu estou aqui e eu não posso... não é algo que daqui a dois, três anos eu sei que vou estar, porque é muito rotativo né? Os profissionais que estão na assistência é muito rotativo. Hora eu estou aqui, hora eu tô em outro equipamento, hora eu não tô mais. Até porque a gente é prestadora de serviço. Então todo mês para receber o salário eu tenho que pagar uma nota, pagar o imposto. No município de Caruaru não tenho décimo, nem férias. Se eu sair hoje, se eu for desvinculada hoje da assistência eu não tenho nada a receber. (Entrevistada 12, Assistente Social, CREAS)

A remuneração não é agradável, não é acessível. Plano de carreira a gente não tem nenhum, nem perspectiva pra ter, e garantia. Eu fico indignado às vezes porque a gente trabalha com garantia de direitos para o usuário, e quando a gente para pra analisar, a gente mesmo não tá lutando pela nossa garantia de direitos. Entendeu? Eu não tenho garantia de direito nenhum, mas o que eu faço é garantir direitos ao usuário. Nessa perspectiva eu acho que a gente precisava ser um pouco mais observado (Entrevistada 13, Assistente Social, CRAS)
 Não porque a maioria são prestadores de serviço, então assim, a gente não tem seguridade nenhuma né? Porque a gente não recebe décimo terceiro, um terço das férias. É mais assim, dentro do que você faz, o mês que você trabalha. Eu pago 75 reais de nota fiscal todo mês para receber o salário (Entrevistada 14, psicóloga, CRAS)

O vínculo precarizado e a lógica das indicações de cunho eleitoral, produzem um cenário em que, apesar da exigência de alta especialização, que recomenda as normativas políticas e a própria complexidade do trabalho, a natureza técnica da intervenção se empobrece, pois o emprego na Assistência Social é passageiro, representando muitas vezes, um trampolim para situações de trabalho que se coadunem com as expectativas de assistentes sociais e psicólogos em termos de

remuneração. Isso faz com que o investimento em formação seja visto com descrédito pelos técnicos, conforme sugere o seguinte trecho de uma entrevista:

O vínculo na assistência social é muito precário, eu canso de ver profissionais que estão na Assistência Social, fazendo da Assistência um trampolim para ir para outra... “Eu estou aqui porque ainda não surgiu coisa melhor, mas estou estudando para passar no concurso da Justiça... pra passar no concurso da saúde... tô estudando pra trabalhar na clínica”, então ninguém estuda para ficar na Assistência Social. Uma vez eu comprei um livro, sobre a inclusão de famílias e trabalho em grupo, que foi cento e poucos, cento e cinquenta reais, e eu fui criticado por algumas pessoas. Porque tu tá fazendo um investimento desses pra trabalhar na Assistência Social? Tu sabe que teu salário não passa disso, tua remuneração não aumenta. Então eu acho que essa falta de incentivo, que talvez tenha a ver com a estrutura, mas com uma estrutura mais externa, faz com que o profissional não tenha estímulo a investir no trabalho na Assistência Social (Entrevistado 08, psicólogo, coordenador de CRAS)

Para Raichelis (2010), amparada na compreensão de Antunes (2005, a precarização do trabalho dos técnicos sociais insere-se dentro da dinâmica da reestruturação geral do trabalho e impacta sobremaneira na morfologia da prática profissional, exigindo a incorporação de saberes polivalentes, que se estendem da capacidade de comunicar-se com os usuários, observar e relatar a condição social com base nos indicadores dos prontuários, articular e encaminhar demandas para a rede socioassistencial, conhecer as normativas e leis que amparam a atividade e ter desenvoltura na escrita e utilização de softwares, representados pela incorporação das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), o que repercute na intensificação do trabalho.

Sobre a intensificação do trabalho em termos de carga e capacidade de resolver as demandas, os participantes da nossa pesquisa mencionaram a quantidade excessiva de casos (especialmente os que atuam no CREAS) e a abrangência do território. No que diz respeito à essa dimensão da precarização do trabalho, a qual tem desdobramentos importantes sobre a identificação com a prática e a percepção de efetividade e “sentido” do trabalho, os profissionais relatam o seguinte:

Porque a gente trabalha como prestador de serviço, a gente não tem carteira assinada e a gente tem muito trabalho. Muita coisa... e a parte burocrática é muito forte na assistência, de relatórios, de visitas. Então, a remuneração é pouca. Existe o conselho da gente que não faz nada, né? Vai ter essa seleção, vai ter uma seleção agora. Se o psicólogo quiser, se eu quiser fazer essa seleção e passar, eu vou

trabalhar 40 horas, e o assistente social vai trabalhar 30 [pois existe uma lei federal que estabelece o teto de horas semanais trabalhadas por Assistentes Sociais], né? Eles tem a lei que os acobertam e a gente não tem. Então, eu vou ter que trabalhar quarenta horas e fico pensando... será que vantajoso? Será que é isso que eu quero na vida? Vem essas questões na minha cabeça sabe? E quando se pensa assim dá vontade de não vir trabalhar. Nada... não tem nem relação com a comunidade não? Acho que só precisa disso aí, da valorização e da questão salarial (Entrevistada 11, Psicóloga, CRAS)

De casos eu hoje estou com 97 casos, que pelo que se fala... assim pelo SUAS né? O ideal seriam trinta casos, para poder realmente fazer o acompanhamento. Que, assim, eu acho que não consegue acompanhar. Não consegue acompanhar... [...] É por abrangência... sou eu e uma assistente social, geralmente a gente sai em dupla. Aí no caso vou eu e a assistente social que é minha dupla, e ela também tá nessa média (Entrevistada 01, Psicóloga, CREAS).

Eu escuto constantemente as nossas técnicas, psicólogas e assistentes sociais, colocando a mão na cabeça e dizendo o que a gente vai fazer, a gente abre a pasta de visitas e cada uma tem 100, 100 e poucas visitas para fazer. Olha, qual é a nossa prioridade. Porque não é chegar lá, visitar, ver a situação e resolver. Cada situação vai demandar desdobramentos, encaminhamentos, visitas, Benefícios... então, cada família daquela que a gente visita não é, ah fez a visita e diminuiu a demanda. Pelo contrário, depois que a gente faz a visita é que vai começar o trabalho né? E a gente vê o desespero no olhar das meninas né? Eu conversando com elas e elas... “quê que a gente vai fazer? Quê que a gente vai fazer?” que a gente não tá dando conta de atender todo esse pessoal que chega pra gente (Entrevistado 08, Psicólogo, coordenador, CRAS).

Uma responsabilidade muito grande para gente. Eu mesmo não faço um relatório desses atendendo o povo. Eu levo pra casa. Porque quando tá todo mundo dormindo eu faço, no silêncio. Eu quero me concentrar, às vezes eu começo a fazer aqui não dá. Eu levo muito trabalho para casa, porque aqui não dá para fazer não. Relatório de cesta, de enxoval, às vezes eu rascunho tudo aqui e começo a fazer em casa, porque aqui não tem condições de fazer não. Essas coisas que requer mais atenção não... porque você atende o usuário sempre, é constante. Sempre tá... desde a hora que eu cheguei que eu atendo e sempre atendeu eu e a colega, mas nunca falta (Entrevistada 15, Assistente Social, CRAS).

A condição exaustiva do trabalho na Assistência Social não parece ser uma condição específica do trabalho em Caruaru, sendo presente em situações de trabalho em municípios circunvizinhos nos quais alguns entrevistados transitaram ou ainda estão como técnicos de serviços de assistência social, nesse sentido, os trechos abaixo reforçam a generalização da intensificação do trabalho:

Eu não me adequei ao serviço da Proteção Especial. Não pelo menos no CREAS ou naquele município, porque no município de pequeno porte tudo vai para o CREAS. Então eram demandas muito agressivas, certo? Que requeriam muita dedicação, muito tempo e aquele tempo não dava conta porque eram demandas em cima de demandas. Eu comecei a identificar que a minha atuação não estava sendo tão efetiva... eficiente. Que eu precisava dedicar um pouco de tempo para estudar o caso, só que eu já tinha mais quarenta. Eu não tinha numa semana como dar conta de tudo aquilo. Aí comecei a identificar que eu não estava completo, que eu não estava tendo felicidade porque não estava fazendo o meu serviço como eu gostaria de fazer (Entrevistado 13, Assistente Social, CRAS).

Já me ocorreu abandonar um dos dois trabalhos. Estou em São Caetano e aqui... é uma realidade de quase todo mundo [...]. A demanda é muito grande, então por exemplo, teve famílias que precisavam de um Benefício Eventual, tinha famílias que estavam com extrema necessidade que fosse feita a visita para acompanhamento àquela família e eu não tava dando conta. Isso acontece às vezes... você vai vendo as demandas, vai vendo as famílias, gente passando fome, gente precisando de benefício, gente precisando das coisas, e sabe que você é a ponte dessas pessoas até o acesso a esses serviços e você vê que não tá dando conta né? E um dos dias que foi terrível para mim, que talvez eu não pudesse mudar a realidade, mas que pesou, foi de uma visita que a secretaria de saúde me pediu de um senhor que estava com tuberculose que estava passando por necessidade e pediram que eu fizesse essa visita. Eles também não contaram toda a situação como tava, disseram que era uma família que estava precisando de alimentos. Mas disseram para ir aquela semana. Naquela semana eu não pude porque eu estava abarrotado de trabalho, na outra também não deu certo, porque faltou carro... o carro quebrou. Aí eu fui na terceira semana, já tinham se passado quinze dias e quando eu cheguei lá o homem tinha falecido. Aí eu voltei... era na zona rural, não era um lugar próximo, voltei todo o trajeto analisando se eu deveria continuar nos dois trabalhos. O salário é muito baixo, praticamente tá empatando com o salário mínimo e eu ficava pensando, mas com um salário desses eu vou ter condições de dar conta de minha despesa? E se eu não fizer isso quantas pessoas vão precisar morrer ou ficar sem assistência para que eu caia na real? (Entrevistado 08, psicólogo, coordenador CRAS).

Já Já... justamente assim, nesses casos, a pressão, você tem uma demanda muito grande. Hoje não, o CRAS é mais tranquilo que o CREAS. No CREAS a gente tinha 140 casos... 170... então era aquela pressão e você tinha que resolver, né? Não tinha condições de trabalho, porque pra você fazer uma visita você precisa de um carro, né? Você tem que ter condições de trabalho, não tinha. Isso não era oferecido. E chegava essa demanda do judiciário, então, você deixa tudo para resolver o judiciário. Então chegava aquela pressão: "porque que eu estou parada?", então chegou uma hora que você diz "eu não quero mais atuar". Porque era muita pressão, o juiz do lado dizendo que você tem quinze dias para fazer uma visita, fazer um relatório e determinar a vida de uma criança... eu acho que isso é muito... é muita pressão, em quinze dias você decidir a vida daquele usuário ali. Então assim, tinha pressão de um lado, tinha pressão do outro, porque você

deixava os outros casos para resolver o judiciário. E às vezes tinha situação gritante no outro, que você deixou pra lá, aí chega uma hora que você diz assim: “não, eu não quero mais, eu não quero mais isso”. Hoje tá mais tranquilo, mas já teve dias de dizer assim, “não. Eu cheguei no meu limite”. (AS10CRAS)

O profissional, levado à exaustão diante do seu trabalho, e vivenciando uma dimensão quase que missionária e salvacionista perante a crescente pobreza, é levado a sentimentos desmotivadores diante da própria prática profissional, o que o condiciona a individualizar o fracasso da intervenção do serviço, como culpa. Dos trechos acima mencionados, acerca da intensificação do trabalho, podemos destrinchar três elementos que parecem manter relação com a precarização do trabalho discutida nesse capítulo: as condições de trabalho nos equipamentos; a intensificação das demandas por efeito das condições sociais que eclodem nos últimos anos, em virtude da crise econômica e política que assola o Brasil; além do efeito da judicialização da assistência social no aumento e na complexificação da demanda.

Antes de adentrar nesses temas, faz-se importante retomar Raichelis (2010) para concordar com sua leitura de que em um período intensamente permeado pelo arrefecimento do trabalho contratado e regulamentado, do qual vivemos nos anos de 2017-2019 a sua mais aguda expressão no âmbito nacional, com a aprovação da reforma trabalhista, [...] cresce o trabalho precário, parcial, temporário, bem como as diferentes modalidades de flexibilização de vínculos e de direitos [...] que ocultam novos modos de gestão e (auto)exploração do trabalho” (p. 758).

Nesse sentido, as condições de vínculo de trabalho discutidas até aqui, tanto no sentido da política de indicações, quanto no que diz respeito aos salários baixos e a falta de garantia de direitos trabalhistas, produz trabalhadores que não estão propensos a reivindicar melhorias, tanto no que diz respeito à estrutura do trabalho, como no que diz respeito aos seus próprios direitos. Talvez, por isso, embora apontem para as dificuldades de alguns recursos indispensáveis à execução do trabalho, como é o caso do acesso a transporte para as visitas, não evoquem trajetórias e/ou narrativas de reivindicação junto à gestão.

Os recursos para o trabalho, em especial a falta de acesso ao transporte, são apontados como um dos elementos que mais inviabilizam a efetivação dos serviços, em especial porque atrasa de forma importante o trabalho dos técnicos, conforme apontam os relatos:

A primeira de todas é realmente de condições de trabalho, de estrutura de trabalho, é a gente ter um carro constantemente, é a gente ter uma equipe com quantidade de profissionais adequados que pudesse... eu acho que uma quantidade de famílias no máximo que o profissional poderia acompanhar a 20, 20 poucos, porque tem muitos desdobramentos, muitos encaminhamentos. Então para você poder ter tranquilidade de estudar aquela situação, de ver aquele caso, de planejar direitinho... e isso não acontece. Então a maior de todas as dificuldades é estrutural (Entrevistado 08, psicólogo, coordenador, CRAS)

A gente trabalha numa situação que tenha dias que a gente diz assim: “Meu Deus.... eu vou porque realmente eu gosto, ou então... eu vou porque realmente eu preciso”. Mas as condições de trabalho... hoje a gente precisa de carro, a demanda é muito grande, não vem carro. Fica as visitas... vai acumulando. A gente precisa de material, solicita não vem. Então são essas coisas que você vai se desgostando... mais isso. O que oferecem de recurso de trabalho pra você, instrumental.... pra você desenvolver um trabalho bom, você precisa. Às vezes você precisa atender uma família... às vezes você tem que ir à pé, tem que ir no seu carro... uma coisa que não tem uma... o trabalho não oferece condições para isso. (Entrevistada 10, Assistente Social, CRAS)

Sim. Sim. Falta um pouco de estrutura assim, também, sabe? Você vê, no caminho, a questão do carro. Quase todos os carros estão nessa situação, né? Mas também tem uma questão de organização da gestão para dar conta disso. Tem também uma questão de recursos, porque pra consertar um carro precisa de dinheiro. A gente em algum momento, já chegou a usar os recursos do GDBOLSA, para poder complementar, entende? Então afeta. (Entrevistada 06, psicóloga, CRAS)

De acordo com Macêdo et al (2015) a falta de recursos e as péssimas condições para o exercício profissional no âmbito da A.S fazem parte de um movimento mais amplo de desmantelamento, para não dizer aniquilação do sistema de proteção social brasileiro, especialmente, no eixo mais empobrecido do tripé da seguridade social: A assistência Social. A precarização expressa-se no significado de um conjunto de serviços “pobres” (com condições precárias) para “pessoas pobres”. Essa é uma das questões que essa tese procura debater em um cenário mais amplo.

Quando a gente... eu observo muito assim, nas entrevistas nacionais ou internacionais, quando alguém, um gestor público ele diz assim: “nós vamos fortalecer a educação e a saúde”, sempre são as duas mais vistas e a assistência sempre vai no último plano ou se tiver no plano. Mas a assistência existe, então vai se precarizando muito o serviço porque não tem esse olhar como um olhar de política. Eu vejo que a assistência social ela não é garantida, nem levada a sério

mesmo enquanto política. Parece ser caridade, mas tem que fazer, então vamos fazer (Entrevistada 04, psicóloga, CREAS)

No sentido do que é colocado pela entrevistada, não há como isentar-se do debate sobre os impactos da crise política instalada no Brasil em meados de 2013 e que viveu seu ápice com o impeachment “juridicamente questionável” de Dilma Roussef e o ingresso ilegítimo de Michel Temer na presidência. A aprovação da denominada PEC da morte no final de 2016¹⁵, que estabeleceu o congelamento dos investimentos por 20 anos, a aprovação da reforma trabalhista em 2017 (Lei 13467), a eleição do atual presidente que defende um modelo de enxugamento do estado, mesmo diante das condições precárias desveladas por esse e por outros estudos no que diz respeito à implantação das políticas públicas.

Nesse período de intensas disputas políticas, diferentes projetos foram expressos, tanto no que diz respeito à manutenção e aprofundamento da consolidação dos desejos constitucionais, como no que diz respeito ao desmantelamento das políticas públicas. Provisoriamente venceu a perspectiva de atrofia dos investimentos e, apesar de não ser o único projeto em curso, tendo em vista que há luta fora das instituições políticas, é o que nesse momento encontra maiores condições institucionais para a sua implantação.

Na compreensão dos técnicos, por ser uma “política para pobres”, a assistência social é a primeira a ser atingida por cortes e ameaças, o que tem criado um clima de incertezas e tensões, além de impactar diretamente no aumento das demandas, uma vez que a crise social instalada amplia enormemente a gravidade da questão social.

Infelizmente percebemos muito forte, né? A quantidade de famílias em situação de vulnerabilidade que vem demandar benefícios eventuais aumentou assustadoramente, né? Antes nós tínhamos um fluxo médio de quinze a vinte cestas básicas que nós solicitávamos por mês, hoje tem mês que passa de sessenta solicitações. Que as técnicas realizam as visitas, a gente verifica tudindo e a situação é realmente de uma família que está dentro de uma situação que precisa daquele benefício eventual e que a gente sabe que a Cesta Básica, o Benefício Eventual, não resolve a situação da família. É apenas uma ferramenta para aplacar a fome, aplacar aquela necessidade imediata para que depois a gente consiga desenvolver outros trabalhos para que aquela

¹⁵ Projeto de Emenda Constitucional 241, aprovado no final de 2016, que prevê o congelamento dos gastos públicos, afetando o orçamento de diversas políticas públicas de grande impacto, a exemplo da Assistência Social.

família possa superar a situação, que só o benefício eventual não vai resolver. Mas o problema é que a demanda de famílias é tão grande que a gente não tem conseguido hoje articular outras ações com as famílias, porque por onde a gente chega tá tudo super lotado. É... a gente tem graças a Deus pelo menos a sensibilidade da gestão de tá promovendo cursos, de tá promovendo outras forças de uma família que não tinha dinheiro para comprar gás, tava cozinhando com álcool, sofreu um acidente, a casa pegou fogo e aí veio... já tinha a vulnerabilidade da fome, agora perdeu a casa, perdeu outras coisas e as coisas vão... vão ficando cada vez mais graves. E aí em relação a isso também tem famílias que a gente acompanha que a própria medicação que era fornecida pela saúde, tá começando a faltar. Então a gente vê que o contexto atual é de desmonte das políticas públicas né? Existe uma ideologia liberal, e essa ideologia liberal favorece quem tem dinheiro, né? Infelizmente os mais pobres cada vez estão mais desprotegidos. (Entrevistado 08, psicólogo, coordenador, CRAS)

O aumento da demanda e a diminuição das condições para enfrentá-la expressa uma das contradições essenciais da A.S: a sua radical incapacidade para resolver a questão social. Uma vez que a pobreza e suas diversas dimensões e matizes está estritamente relacionada com a manutenção do sistema capitalista.

Nesse sentido, as reflexões apontadas aqui concordam com as interpretações que a tradição marxista, especialmente no serviço social, tem apontado acerca do lugar das intervenções da A.S no mundo contemporâneo. A carta-tema produzida pelo CEDEPS (Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social), traz logo em sua introdução, uma síntese dessa posição teórica: “A assistência social representou nos dois últimos séculos e, principalmente, neste século uma prática e uma política de relativo sucesso no obscurecimento da questão social” (SPOSATI, 1989, p.7).

O cenário apresentado até aqui, que evidencia as péssimas condições de salário, de vínculos e de acesso a recursos necessários para a execução do trabalho, tem sido intensificado por uma intromissão cada vez mais presente do poder judiciário na regulação da finalidade da A.S e no recrutamento compulsório da força de trabalho desse setor, conforme discutimos no próximo tópico.

5.3 - INTENSIFICAÇÃO E DESVIO DE FUNÇÃO NO FAZER POR “ORDEM JUDICIAL”: MEANDROS DO IMPACTO DAS AÇÕES DA JUSTIÇA NA PRÁTICA PROFISSIONAL.

No período em que atuei em CRAS nos idos de 2010, a dimensão jurídica – em termos de ação policial - não se fazia tão presente no cotidiano da Assistência Social. Lembro de em uma ou outra reunião de rede ouvir a menção ao poder judiciário, mas somente quando envolvia casos de violação de direitos de crianças e adolescentes. Definitivamente não atuávamos pautados pelo judiciário, talvez, porque não configurávamos também um serviço que atingisse esse nível da proteção social, em que as questões de ruptura com a norma jurídica guiam o trabalho, como é o caso do CREAS.

A questão da judicialização da assistência social, aparece para mim, portanto, enquanto um elemento surpreendente, nas supervisões de estagiários de psicologia que estavam atuando em serviços da assistência social entre 2015 e 2017. O mecanismo da ordem judicial para que se produzam relatórios e pareceres em questões como guarda, tutela e curatela soa para mim, desde o primeiro momento como uma subversão do sentido do trabalho da A.S. Tendo como suporte as perspectivas mencionadas de Foucault e Donzelot, percebo que ao contrário disso, a presença cada vez mais cotidiana do judiciário é a expressão de uma tendência presente desde sempre na composição do chamado setor social, nesse sentido, é a realização de uma potência que está geneticamente enraizada no “sentido” histórico dessa política.

Entretanto a realização dessa tendência no Brasil está associada ao processo de judicialização dos direitos sociais, uma vez que as lutas sociais da década de 80 se concretizaram na Constituição Federal, produzindo a necessidade de investidas jurídicas para que o estado (a União, os estados e os municípios) se mobilizassem na efetivação dos direitos previstos, sejam no âmbito individual, como a concessão de benefícios que permitissem o acesso a uma renda mínima para pessoas em situação de extrema pobreza, seja no que diz respeito à própria instalação dos sistemas de serviços, como é o caso do SUS e do SUAS. Nesse sentido, a literatura sobre a judicialização no Brasil tem apontado que o judiciário recebeu um impulso ao se tornar participante de lutas políticas, e assim sendo, obteve como resultado uma expansão

do seu poder e do seu papel enquanto agente institucional (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006).

Discutiremos com mais detalhes e sutilezas sobre esse fenômeno e suas implicações na orientação da prática profissional e na constituição de identidades profissionais nesse contexto, no capítulo 8. Ainda assim, adiantaremos uma das facetas da intromissão do poder jurídico, a intensificação da carga de trabalho.

Vêm requisitos do poder judiciário que não é para gente fazer. E para se atender uma demanda e a prefeitura e o serviço não ser penalizado acaba se atendendo e fugindo assim do que a política tem que fazer. Sempre o judiciário tem o poder muito forte na política de assistência. “Ah aquela priminha pobre” precisa atender as outras demandas de... não tem recursos mas precisa atender como se tivesse, sabe? (Entrevistada 04, psicóloga, CREAS)

Eles não intervêm assim, no quesito de dizer o que a gente fazer mas assim visitas com solicitações de relatórios para embasar alguma decisão judicial, né? Que...não é demanda nossa, né? Realmente quem deveria fazer esses trabalhos seriam os técnicos do poder judiciário. Mas aí acaba que às vezes a gente tem 30, 40 visitas e... por exemplo, um caso que aconteceu aqui, o juiz pediu que a gente realizasse uma visita no prazo de 5 (cinco) dias, que se essa visita não fosse realizada o técnico ia pagar mil reais por dia, que essa visita não chegasse. Fizemos a visita com medo de pagar a... 1000 reais é o que a gente ganha no mês né? 1300 [...] A técnica desse bairro foi fazer a visita, foi fazer o relatório, e como eu disse né? Nós temos carro duas vezes por semana... o carro veio na quinta, e ao invés dela ir fazer as demandas de visitas dela, que estavam acumuladas, ela foi fazer essa visita para assim que chegar ela digitar o relatório e encaminhar para o poder judiciário. Inclusive não era só uma visita né? Porque tinha duas partes... tinha também a visita do pai que estava com a criança, porque nesse caso foi uma visita de guarda e... com a mãe e com o pai também para ver... porque tem que ouvir as duas partes... e ela foi e fez o relatório. Na outra quarta, na outra quinta, quando ela pôde, porque aqui é carro duas vezes por semana, então uma técnica faz visita numa terça de manhã e outra faz na quarta a tarde, a outra faz na quinta de manhã. Então não dá pra uma técnica ter dois horários de carro por semana, só dá pra ter um horário. Então na outra semana ela foi, quando ela chegou na outra semana, chegou numa demanda que tinha sido solicitada pelo Conselho da Pessoa Idosa. Quando ela chegou lá era uma idosa que estava em cima da cama, cheia de ferimentos, cheio de escaras, nua, em cima da cama, numa situação terrível. Então veja, nós vamos fazer uma visita, de uma família de classe média, diga-se de passagem, com poder aquisitivo alto, totalmente fora do nosso perfil de atendimento, que não tinha nenhuma situação de violência, que não tinha nenhuma situação de negligência, que não demonstrava nada, que era só pra ver uma questão de guarda, para que a gente não pagasse mil reais por dia, e deixamos para a outra semana, uma situação de uma idosa que quando a gente chegou lá... Na solicitação de visita só tinha

negligência... não dizia que a situação era tão grave. Quando a gente chegou lá... tava toda ferida, toda machucada... e se a justiça pedisse outro caso e a gente deixasse por mais uma semana, o que ia acontecer com essa idosa, né? Então eu vejo que a intervenção do poder judiciário tem sido muito prejudicial para nós, porque não é uma ou duas visitas, já teve vezes da gente fazer um levantamento e de ter 30, 40 visitas do poder judiciários. [...] Então, primeiro a gente sabe que essa é uma demanda que não é a gente que deveria absorver, não é esse o nosso trabalho. A gente já fez documento, a gente já fez carta ao poder judiciário, dizendo que não é essa a nossa atribuição, fazendo recortes da política de Assistência Social, dizendo qual é o nosso trabalho, da NOB-RH, dizendo como deveria proceder e o que nós não deveríamos proceder no nosso trabalho, mas eles são muito insensíveis, não muda. E vem sempre com uma intimação muito dura, Realize-se em 10 dias, Realize-se em 15 dias, e algumas vezes até com essa ameaça de ter que pagar algum valor se a gente não cumprir, né? (Entrevistado 08, psicólogo, CRAS).

No CRAS, a gente recebe uma demanda do poder judiciário. Como sabemos não é nossa atribuição, né? Mas é solicitado. A secretaria nos solicita que, a gente faça esse trabalho... mas não como eles pedem. Eles pedem um estudo psicossocial para identificar a condição da família, social e econômica, para poder dar um direcionamento, ou seja um laudo conclusivo sobre a situação familiar. E aí, como nos é solicitado, a gente faz a visita e descreve a realidade da família e não se posiciona. E aí diante do que foi informado o judiciário que avalie e tome uma decisão do que ele tá recebendo. E agora... porque são muitas atribuições e essa atribuição nos toma bastante tempo. Porque muitas vezes não é só uma visita... e muitas vezes precisamos ir as duas, porque é uma visita psicossocial, e parece-me que a secretaria agora organizou uma dupla para fazer esses relatórios. Uma psicóloga e uma assistente social para fazer esse trabalho. Para que a gente tenha mais tempo para se deter às famílias com mais qualidade, fazer os acompanhamentos mais tranquilo. Aí parece-me que isso tá começando a acontecer. Porque aí a gestão atual, a secretária, ela procurou uma maneira de amenizar essa situação, e aí ela contratou... não, já eram técnicos, e aí ela recrutou para fazer esse serviço. Com relação à guarda, curatela. Guarda e Curatela (Entrevistada 09, Psicóloga, CRAS).

Olha interfere muito, porque assim, o judiciário deveria ter uma equipe para isso, né? Acho que a assistência não era para fazer esse tipo de trabalho, de cumprir ordens judiciais, porque a gente cumpre ordens. Eles mandam e tem que ser cumprido e se não cumprir vai ser multado e assim a gente pega muitas situações gritantes, que eles querem que a gente resolva. Eles são bem claros... eles querem a conclusão do laudo, e ainda dizendo que na conclusão do laudo defina-se “fulana de tal” com quem vai ficar, para onde vai esse... A gente tem aqui, ontem eu fiz quatro. Guarda e Curatela. O público-alvo é mais de idosos, pessoas que tem esquizofrenia, crianças que tão brigando pela guarda, eles encaminham para os CRAS, que eles deveriam ter uma equipe. E aí eles vêm colocando no ofício que quer que na conclusão do laudo decida-se com quem fulaninho vai ficar. Entendeu? Então assim, eu acho isso muito assim, é... como é que eu posso dizer? Que você tem que dizer e acabou... você não pode chegar e... tem que ser

conclusivo e então assim, com prazo e você tem que cumprir aquele prazo. Então eles deveriam ter uma equipe para isso, porque a assistência não trabalha com isso. Porque aqui o CRAS é o que a gente trabalha com PAIF, com a ligação do PAIF com os serviços de convivência, é mais isso. Aí chega uma demanda muito grande do judiciário, uma demanda muito grande... tá com vinte e poucos casos da justiça aqui. A gente tem que fazer a visita e dizer se a pessoa tá apta a ficar com aquela curatela e você tem que assinar dizendo que aquela pessoa é apta a isso, entendeu? Eu acho isso muito errado, determinar com quem a criança vai ficar, com o pai ou com a mãe, e você assina embaixo, tem sua assinatura, a assistente social falou isso entendeu? Eu acho que isso não tem nada a ver com a assistência (Entrevistada 10, Assistente Social, CRAS).

Eu não acho positivo não. Se você está falando sobre a demanda que eles enviam pra gente, eu não acho positivo não. A gente faz. Essa demanda são visitas que era pra eles fazerem, eles eram pra ter uma equipe deles, de assistente social, de psicólogos, que visitassem as famílias, mas não era uma vez não, várias vezes, para se ter... esse acompanhamento para se ter esse parecer psicológico, econômico, social e tudo, né? Assim que eles pedem biopsicossocial. Só que a gente não pode fazer parecer. Né? E a gente faz uma visita e faz esse relatório. Eu não acho certo né? E também eu acho assim, eles enviam essa demanda para os CREAS, né? Que é especial, e os CREAS já tem muitas demandas, então é dividido pelos CRAS. Mas eu não acho certo. São casos de curatela, guarda... a gente tem prazo tudindo. E além de uma demanda que não é nossa, a gente tem que fazer uma demanda que não é nossa. Eu acho que atrapalha muito porque a demanda do judiciário é muito grande. Foi dividido... tá numa pasta, eu acho que tem pelo menos uns vinte casos. A gente tá fazendo as visitas para fazer os relatórios e outra... são duas psicólogas para três assistentes sociais. Então... vamos fazer os relatórios eu e a outra menina, porque são as duas únicas psicólogas. Então nós temos que se dividir entre as três... porque nesses casos a gente tem que ir juntas, assistente social, junto com psicólogo. É porque vem lá no relatório que é psicossocial. E eu acho que atrapalha sim. Porque só de pensar que não é uma demanda nossa, eu não tô recebendo para fazer aquilo ali. Eu falo da questão minha mesmo... se não é um serviço meu, eu não tô recebendo para isso. Eles deveriam ter uma equipe deles... eu não sei se tem... ainda. Na época que eu fazia faculdade eles tinham uma equipe para isso, mas agora parece que não tem mais, desde que eu cheguei, faz muito tempo, e antes de eu começar a trabalhar na assistência, já se fazia esses relatórios para o judiciário. Eu não acho certo (Entrevistada 11, psicóloga, CRAS).

O trabalhador do SUAS, já diz trabalhador do SUAS, eu sou trabalhadora da Assistência Social, eu não sou trabalhadora do judiciário, nem do ministério público. Para isso eles fazem concursos públicos, né? Hoje a maior demanda aqui no CREAS é o Ministério Público e o Poder Judiciário. Que muitas vezes eles mandam casos, que não é o perfil para ser acompanhado por outro serviço, mas por ele ser... (silêncio) Ter poder... eles mandam o caso, "E eu quero que responda em cinco dias". Às vezes guarda... a gente recebe questão de guarda, para visitar a família, e que se construa um relatório diante de uma visita domiciliar, se aquela família está apta. A política de

Assistência diz que a gente não tem que fazer. Meu código de ética enquanto profissional também diz que não. Mas eles não pensam dessa maneira. É muito do município, sabe? E se eles mandam eu tenho que fazer. É questão de gestão, né? Porque eles têm conhecimento de que o trabalhador do SUAS não pode fazer esse tipo de trabalho. Que o código de ética dos assistentes sociais diz que ele não é perito, ele não pode fazer perícia, eles têm conhecimento de tudo isso, mas eu não entendo porque essa situação não se modifica, então eu entendo, que essa questão. E vem casos que não têm perfil. Ação de guarda, tutela... curatela, conflito familiar. Então vêm essas situações que a gente têm que atender. Chega até a ser uma demanda prioritária, mas que não é o perfil do serviço (Entrevistada 12, Assistente Social, CREAS).

Tal intromissão tem causado impacto contundente na execução dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social, especialmente porque produz um conflito de funções e objetivos, condiciona o técnico a uma tarefa de trabalho para a qual ele pode não estar preparado teórica e tecnicamente, introduz uma responsabilidade alta, a de apresentar um parecer, indicando um desfecho para os casos, e além de tudo, explora o trabalho de pessoas que foram contratadas para outra função. A linguagem, expressa a forma soberana do poder, “Realize-se”. Como se rebelar contra a ordem de um juiz? Mais ainda, como fazer isso estando ligado a uma relação de trabalho vulnerável?

Para expressar a presença desse fenômeno a nível nacional, citamos a resolução 001/2016 da Comissão Nacional de Psicologia e Assistência Social (CONPAS), que emite uma série de orientações e recomenda a psicólogos que estejam atuando em serviços socioassistenciais a não emitir parecer em caso de solicitação judicial. Para não desobedecer aos juízes, e estarem em consonância com o “sentido” normativo dos serviços, a CONPAS orienta que esses profissionais façam relatórios psicossociais e que descrevam somente aquilo que estiver restrito aos objetivos do serviço onde atua. Alguns profissionais têm seguido essa orientação e emitido relatórios que não expressam pareceres, inclusive assistentes sociais.

Então você tem que parar, sentar analisar aquela situação e fazer aquele estudo psicossocial, você faz o seu... com meu olhar e a psicóloga faz o dela. Tá lá seu nome seu carimbo né? Eu não dou parecer, eu faço um relatório circunstanciado da visita que eu fiz, que eu não vou dar um parecer sem ter propriedade (Entrevistada 15, Assistente Social, CRAS).

O relato de uma profissional aponta que alguns psicólogos se juntaram e denunciaram ao Conselho Regional de Psicologia, e que foi feita uma reunião com a secretária, intermediada pelo órgão de defesa da profissão. É possível que essa orientação da nota técnica 001/2016 tenha sido repassada pelos conselheiros nessa reunião. Mas ao que parece, nem mesmo o Sistema Conselhos das profissões parecem dispostos a enfrentar disputas com o judiciário, uma vez que as orientações da nota técnica em questão, são de certa forma uma conciliação entre a obediência à ordem e a necessidade de seguir os preceitos éticos da profissão e os objetivos da Política, mesmo que represente um desvio de função e superexploração do trabalho do técnico.

É preciso considerar ainda que, dadas as condições em que o trabalho é realizado, com poucas visitas, e um tempo espremido pela alta demanda dos serviços, a qualidade das decisões que pode orientar é comprometida, assim como, constitui-se um tipo de intervenção que por vezes fragiliza os propósitos do SUAS.

Digamos o seguinte, eu não sei como foi que deu a continuidade, mas se aconteceu aquilo que a gente mandou no relatório, aquela idosa saíria de lá e iria para o outro canto. Aquela família não tinha nenhuma outra base familiar de renda. Era uma família que deveria ir para o CRAS, e aí a gente ia atender com as ferramentas que a gente tem. Mas se ela identificar que eu sou do CRAS e for encaminhada para o CRAS, ela pode até negar o serviço. Porque de certa forma foi o CRAS que fez isso, foi o CRAS que tirou a mãe dela. Na visão dela é assim... entendesse? Então isso rompe demais e fragiliza (Entrevistado 13, Assistente Social, CRAS).

Para Alencastro e Aginsky (2006) a judicialização das políticas públicas se inicia como um processo oriundo do difícil pacto em torno da execução dos direitos sociais propostos pela Constituição Federal de 1988. Os conflitos assim instaurados, moveram uma elevada judicialização, como processo fundamental para que os entes federados assumissem a responsabilidade de fazer cumprir a lei máxima. Essa pode ser uma das linhas interpretativas da relação que se estabeleceu em Caruaru (e em outros lugares) entre a Justiça e a Assistência Social. Uma vez que a Assistência Social depende da justiça, quando orienta e organiza junto a usuários processos de judicialização do BPC, e que, parte da sua legitimidade para a atuação, sobretudo na Proteção Social Especial, depende do judiciário.

Hoje a gente tem muitas demandas que são encaminhadas para o poder judiciário. Existem situações aqui que quando a gente aciona uma política, realmente a política tem limitações né? Inclusive no próprio SUAS, certo? E quando a gente tem limitações, através da nossa política, geralmente eu faço encaminhamento, certo? Ou depender da situação para um órgão que é parceiro nosso de práticas jurídicas, ou encaminho o usuário para o Ministério Público, para que ele possa, a partir de lá, a partir do poder judiciário, acionar a justiça para que essa situação dele seja vista de outra maneira e que ele possa ser atendido pela política, tá? Vou citar um exemplo, às vezes, o que é garantido por lei, Benefício da Prestação Continuada, LOAS, e o que é garantido, numa mesma residência, duas pessoas idosas podem ter o acesso a LOAS, mas não pode ter uma idosa e uma deficiência e não pode ter duas pessoas com deficiência, certo? Mas por uma ordem judicial, após acionar a justiça, a justiça pode garantir que tenha um idoso e uma pessoa com deficiência ou duas pessoas com deficiência, mas isso não compete mais a mim, porque a política tem essa limitação, mas através da justiça isso pode acontecer. (Entrevistado, 13, Assistente Social, CRAS).

O retorno que a gente teve foi o seguinte... que quando a gente enquanto Proteção Social Básica, que precisa de lá, do juiz e eles tem um bom vínculo... da secretaria com eles... a gente vai fazer. A gente vai ter que fazer (Entrevistada 14, psicóloga, CRAS).

A presença do judiciário, como obstáculo ao cumprimento dos objetivos no trabalho nos serviços da assistência social, mostrou-se como um grave gargalo que não atravessa somente a vida do trabalhador do setor, que se vê cada vez mais sobrecarregado, e lidando com cenários de difícil assimilação afetiva, mas também como fator limitador a nível da própria gestão dos serviços. A gerente da PSB afirmou, por exemplo, que a falta de acompanhamento familiar é um dos principais desafios para a gestão, pois, o número de atendimentos (de pessoas que vão ao serviço) é enorme, mas o acompanhamento é numericamente frágil, pois como vimos, nas entrevistas acima, os técnicos estão deixando de fazer visitas, dos processos de acompanhamento familiares, porque estão cumprindo as ordens judiciais.

A relação é contraditória, como já dito, pois existe uma interdependência desigual atravessando as duas instâncias de poder: O judiciário e a gestão municipal da assistência social. Por um lado o judiciário é importante para a assistência social, na resolução de conflitos por direitos e benefícios, e na legitimidade que concede para a intervenção junto às demandas de violação de direito; por outro, a assistência social é importante para o judiciário porque seu aparato burocrático é bastante ajustável às finalidades de capilarização do seu poder e de expansão da sua capacidade de intervir na vida social.

6 - ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGAS: REPRESENTAÇÕES, DISTINÇÃO E MARCAS “PESSOAIS” NO TRABALHO.

Até o momento viemos discutindo sobre dinâmicas do exercício da identidade profissional no contexto dos serviços municipais de assistência social. Se o fizemos por um caminho com alguns *arredios* é porque consideramos que se trata de um fenômeno por demais complexo e severamente distante de uma experiência centrada nos indivíduos. A identidade é um fenômeno que está atrelado à representação, e assim sendo, somente pode ser pensado a partir de lutas por *di-visão* social, lutas, por assim dizer, pela representação do mundo (BOURDIEU, 2000).

Se constituem em meio a posições sociais, são por elas condicionadas, e assim sendo, são atravessadas por capitais de diversas ordens. As posições sociais são complexas, não podem ser consideradas puramente como um reflexo da profissão ou da condição econômica conjuntural, embora seja possível captar parcialmente esse movimento, que se caracteriza como a expressão de uma dinâmica, de uma sucessão de posições sociais ao longo de uma trajetória (BOURDIEU, 1998).

Às posições sociais correspondem *habitus* como disposições sociais historicamente interiorizadas (história incorporada), estruturas estruturadas e estruturantes, propensas à reprodução, embora transponíveis (atualizáveis) por meio da prática (BOURDIEU, 1983). Os *habitus* inscrevem-se nos corpos, são a gênese e a síntese da prática social, e funcionam como uma lente que permite valorar o mundo. É um domínio através do qual é possível perceber um movimento em que o interior se exterioriza e o exterior se interioriza. Permite pensar a vida social em uma perspectiva complexa, desencaixando a dicotomia indivíduo-sociedade, e estimulando a reflexão sobre inúmeras camadas, circulações de capital e formas de valorá-los. Ainda assim, trata-se de um conceito que expressa a tese de que as disposições sociais são mais propensas a se reproduzir do que a atualizarem-se.

O *habitus* está por isso, entrelaçado e pressionado, por dimensões que o estruturam sem determiná-lo. A posição social é a mais imediata delas e determina os objetos porque lutar, ou seja, àquilo que deve corresponder enquanto capital almejado e possível para aquela posição. Nesse sentido uma posição social não é autodeterminada, de modo que não pode garantir o conteúdo das representações que

lhes serão atribuídas. Pensar nas posições sociais sem alocá-las em um campo social, parece infrutífero, sendo preciso pensar no campo como um sistema de relações entre posições sociais, desigualmente situadas, e sua incessante luta pelo acúmulo de capital simbólico. As lógicas de como esse e outros capitais circulam, revelam o sentido de funcionamento do campo e permitem entender a engrenagem do poder.

O *habitus* se apresenta, pois, como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. A relativa homogeneidade dos *habitus* subjetivos (de classe, de grupo) encontra-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam (ORTIZ, 1983, p.17-18).

Seria a identidade então apenas o reflexo de um *habitus profissional*? Ou, um tanto além disso, seria em parte expressão desse *habitus*, refletido em um processo de luta por legitimidade, ou seja, de luta por uma representação positiva de si, a partir de determinado campo social?

Hall (1994) já sinalizava que a identidade é política, ou para ser mais preciso, que vivemos na modernidade tardia uma *política de identidades*, ou seja, uma espécie de luta, fragmentada e situacional, por representação. Pensando em um plano da identidade pessoal, Ciampa (1990), entende o conceito como o próprio processo de representação. Mais uma vez luta, pois o autor compreende que dependemos de identidades pressupostas (papéis e expectativas sociais) com as quais conflituosamente temos que lidar. Compreende-se identidade aqui, portanto, enquanto luta por legitimidade, busca por uma representação positiva de si. Isso tanto é orientado pelo *habitus*, sistema de disposições duráveis, como também produz reflexos sobre ele.

Sendo o campo social “espaço multidimensional de posições” em que os atores estão distribuídos desigualmente conforme o “volume de capital” e a “composição do capital”, conforme sugere Bourdieu (1998a), precisamos pensar a identidade profissional nessa perspectiva como fruto de relações e demarcações de diferença, como nos ensina Woodward (2000). Assim sendo, apresentamos nesse capítulo uma discussão sobre as demarcações da identidade profissional nesse campo.

Não é a intenção dessa tese mapear todo o campo e posicionar todos os atores, mas o material que coletamos oferece ao menos, que tenhamos três posições que podem ser confrontadas: “Gestores”, “Psicólogos” e “Assistentes Sociais”.

Diante do que discutimos até aqui, é possível compreender as identidades profissionais, como dinâmicas de luta por representação. Assim, ao tempo em que são reflexo de disposições incorporadas e de processos de atribuição de valor dentro do campo, também precisam responder a lógicas de poder muito enraizadas e profundas, especialmente, se ocupam posições em instituições cuja função é estratégica no processo de disciplinarização e governo da vida. As representações possíveis precisam, pois, dar conta da justificação dos *atos de dominação* frente aos usuários e, dos dispositivos de poder, que de modo mais ou menos inconsciente, os trabalhadores desse setor são produto e produtores.

Inspira-nos na reflexão sobre o poder, a perspectiva de Wolf (2003), que compreende que esse conceito abarca diversas dimensões. Nesse sentido, parece bastante adequado para as discussões que fazemos até aqui, assinalar que essa tese transita entre o que esse autor entende como *poder estrutural* (lógicas e estruturas amplas de poder) e *poder tático ou organizacional* (dinâmicas de poder que condicionam interações sociais em determinado campo). A interpretação do referido autor nos mobiliza a perceber a possibilidade de articulação entre Foucault e Bourdieu, como referências teóricas que avançam sobre dimensões complementares sobre o poder.

Feitas as considerações iniciais desse capítulo, passamos à discussão sobre o jogo de representações que condiciona a produção de identidades profissionais no cenário específico estudado por essa tese.

6.1 - A PERSPECTIVA DE GESTORES SOBRE OS TÉCNICOS.

Entrevistamos para a tese duas gestoras que estão em atuação, ocupando respectivamente as gerências da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. São profissionais que tem um perfil técnico e demonstram conhecimento sobre a Política. Uma delas, advogada, que tendo ingressado como técnica em um programa específico voltado à prevenção do abuso e exploração sexual infantil, ascendeu para o cargo de coordenadora do CREAS, e um tempo depois para o cargo de

Coordenadora da Média Complexidade, estando no cargo de Gerência da Proteção Social Especial há pouco menos de um ano. A Gerente da Proteção Social Básica é Assistente Social e após atuar em Projetos de regularização fundiária e no setor de serviço social de um hospital na capital, retornou para a sua cidade de origem no interior. Após atuar como psicóloga e coordenadora em um serviço da PSB, é convidada para assumir o cargo que hoje ocupa há pouco menos de um ano. Dentre todos as/os entrevistadas/os, é a única a ter se graduado em uma instituição pública.

Também entrevistamos dois ex-gestores, que atuaram no período exatamente anterior às que ocupam o cargo atualmente. Atualmente ambos ocupam função de gestão no sistema de medidas socioeducativas do estado, sendo gestores de uma Unidade de internação, que executa a medida socioeducativa em meio fechado. Ambos fizeram carreira na Assistência Social e foram indicados para os atuais cargos, em virtude do capital *técnico* que acumularam durante a trajetória nesse campo. A antiga gestora da PSB foi psicóloga de CRAS, durante 5 anos, coordenadora do mesmo serviço durante 1 ano, e foi indicada pela ex-gestora da PSB para assumir o cargo no início de 2018. Já o ex-gestor da PSE, foi psicólogo de CRAS e de CREAS em outros municípios, fez mestrado em educação, foi professor substituto em uma universidade federal, e foi convidado inicialmente para assumir a coordenação de um CRAS, tendo, depois de aproximadamente um ano nessa função, ascendido para a Gerência da PSE. Ambos foram demitidos dos cargos que ocupavam na SDSDH após a troca de secretários, ocorrida, como já dito, no ano de 2018.

Cabe ressaltar que essa é uma função com um importante capital político dentro da SDSDH, sendo responsável pela gerência de uma série de serviços, coordenadores, técnicos e funcionários. Podemos dizer que trata-se de um terceiro escalão na hierarquia da secretaria, uma vez que temos num primeiro plano a Secretária e a Secretária Executiva, e no segundo, a Chefia de Gabinete. O cargo corresponde a uma remuneração de aproximadamente quatro salários mínimos, o que expressa uma distância econômica dos coordenadores e técnicos, que recebem, como já dito no capítulo anterior uma média de 1300 reais.

Mapeadas então as condições e demarcações que separam os gestores entrevistados dos técnicos, podemos passar a descrever as representações que esses agentes produzem, que configuram as suas expectativas acerca do trabalho psicossocial.

“Então... a identificação com o trabalho, com a temática da Assistência, para mim é muito importante. A gente não vive em um contexto que é muito favorável, em que eu escolho aonde vou trabalhar, mas é importante sabe, você ser apaixonado pelo que você faz. Eu gosto muito do que eu faço... então domingo de noite não é um problema para mim, porque eu vou acordar no outro dia feliz... mas eu não sinto muito isso nas minhas equipes... eu não tô generalizando, mas isso é um problema. Então eu vou no CRAS porque eu tô preciso receber no fim do mês o salário... então não existe a dedicação igual a outros profissionais que acreditam no trabalho da ponta... que acredita na proposta de mudança de vida mesmo dos usuários [...]. Eu não sei é pela minha experiência de atuação que tive uma psicóloga que dizia que só tinha um espaço para ela, que a atuação dela era muito limitada e tal... um único espaço de atuação, um único ponto. Tipo, aqui eu venho para fazer atendimento... ela entendia que ia para clinicar, ela não verbalizava isso, mas é como se ela fosse somente para fazer atendimento a uma criança, que tava com dificuldade da família. E não era. Eu ainda tenho dificuldade de encontrar psicólogos, não todos, mas assim, alguns, que tenha essa interação, de entender que ele é um técnico social, e que precisa avaliar aquela família no todo sabe? Obviamente que essas questões, mais ligadas à avaliação socioeconômica é o assistente social que vai fazer. O assistente social também, eu acho que eles precisam juntar esses... não é que eles vão fazer um relatório só, não é que eles vão unificar o discurso deles em torno de uma família. Eles até podem ter perspectivas. Mas eles precisam dialogar, sabe? Dentro do CRAS, a partir do momento em que eles estão acompanhando uma família e saber qual é a visão, a partir do conhecimento técnico mesmo, do psicólogo, do assistente social, qual é a visão que ele tem e qual é a proposta que ele traça para aquela família. Quais são as lacunas que o psicólogo percebe, nessa família, nesse usuário, para que ele possa colocar como objeto da atuação (Entrevista 17, Gerente PSB).

Há diferenças. Vou pontuar mais uma vez a compreensão, do que o profissional da na assistência para atuar. A compreensão que eu falo é conhecer a tipificação, conhecer o que é técnico social. Eu percebo que a formação acadêmica de alguns profissionais, seja de serviço social ou psicologia não é tão boa. Muitas vezes quando o profissional chega para a gente, a gente pede que leia o que é especificamente a produção de relatórios, o que é um relatório, o que é um parecer, o que é um laudo. A gente busca inclusive na gestão assim, ficar fazendo formações para que eles entendam. Então falta o glamour assim. Quando eles saem, eles saem bem... não saem com essa compreensão da prática mesmo. Eu percebo muito isso das instituições. Percebo também que há uma grande... comparando psicólogo com assistente social, nessa questão da formação acadêmica, eu pontuo como ruim todas as duas áreas. Só que eu acredito que você consegue visualizar um pouco pior é o serviço social. às vezes tem mais assistentes sociais que não compreendem de forma alguma... o psicólogo ainda viu alguma coisa, na formação acadêmica sobre assistência. Ou sabe alguma coisa, até construir textos mesmos, conseguir relatar em documentos o que visualizar, ou o que é sigilo profissional, o que é ética, sabe? Você ainda vê que o psicólogo tem um pouco mais, mas não é uma diferença que você

extremamente clara. É isso que eu vejo dos dois profissionais, faltou alguma coisa na formação acadêmica.
(Entrevistada 18, Gerente da PSE).

A maioria não tinha perfil para tá ali. É você não querer fazer visita... aí as coordenações traziam assim, “ó fulana não quer fazer visita, porque diz que cansa”. Se for no dia daquela profissional a gente não conta, porque ela não vai. [...] Tinha outra coisa que era gritante... a precariedade nos relatórios. Porque como a gente trabalha respondendo muito ao Ministério Público... o Ministério Público por não dar conta de acompanhar, de ter poucos técnicos lá... eles mandam muita demanda para responder como está aquela família, o que está sendo feito por aquela família. Então o trabalho psicossocial vai lá naquela família, em tal lugar. Para responder isso é muito precário... erros gritantes. Erros de português, erros de você não saber contar uma história, ter uma linha do tempo para você saber falar... narrar aquela família. Os profissionais, a gente não entendia, porque eu tinha que ler todos os relatórios, e a maioria deles voltavam. Isso como um todo... de psicólogos... de assistentes sociais, bem mais... uma precariedade gritante, de a gente dizer assim: “Não é possível!”. Muitos vícios de linguagem... Você lê dez vezes e não entende o que está acontecendo com aquela família. E na Assistência Social você tem muito esses relatórios. Porque você vai pedir um benefício eventual... e aí eu preciso contar sobre aquela família... eu preciso falar sobre ela... aí a precariedade era muito grande (Entrevistada 21, Ex-Gerente PSB).

A nossa formação não é uma formação que dá condição de chegar num CRAS ou num CREAS e saber o que a gente vai fazer... e... nós não temos tempo de estudar. Então, ou você vai *queimar pestana* depois que você sair do seu trabalho e vai estudar, ou você vai chegar lá e você vai fazer intervenções muito mais clínicas do que sociais. Você acaba fazendo muita intervenção breve, sem uma perspectiva teórica de resultado futuro, com base naquilo que dá sustentação à Política. Eu sinto muita falta disso em relação aos técnicos, porque a gente vê... por exemplo, quando eu tava na... na... gerência de PSE, um psicólogo veio trazer um projeto de intervenção onde ele ia fazer a aplicação de testes psicológicos no público que ele atendia. Aí eu questioneei qual era o objetivo que ele visualizava naquela atividade, que eu não conseguia identificar. Tá você vai fazer intervenções através de testes, com base em quê? Onde é que a Política de Assistência vai te dar suporte para você fazer isso. “Não, é o seguinte, é porque às vezes a gente quer fazer uma intervenção mais específica, consegue visualizar muitas vezes que a pessoa tenha uma questão relacionada a alguma coisa que um teste possa ajudar e a pessoa é resistente”. Então o teste ia me dar a condição de eu tirar daquela pessoa o que ela não quer me dizer. Eu via nisso, talvez a ansiedade de querer atuar tecnicamente, mas por outro lado, eu via de uma falta de respeito gigantesca em relação ao outro, como uma falta de cuidado. Então essa falta de conhecimento técnico, de conhecimento teórico que vai embasar sua prática, ela lhe dá a condição de você avaliar se isso que você vai fazer é de fato válido. Outra, a gente vai fazer a dinâmica do espelho para que todo mundo se reconheça e veja e se valorize e... a gente vai fechar com a dinâmica dos balões, onde a gente vai jogar os balões e daqui à pouco um vai estar estourando o

balão do outro e a gente termina dizendo da capacidade que o outro tem de destruir os sonhos dos outros. Pelo amor de Deus... você começa trazendo o que há de melhor da pessoa, que a pessoa se reconheça, se veja como um presente e no final você vai dizer que essa pessoa pode tá destruindo o sonho dos outros. Qual é o objetivo disso. Então eu acho que o principal que a gente poderia investir na Assistência é... por exemplo o direito... o direito apesar dessa onda de interpretação que a gente tem... o direito se propõe a ser objetivo, porque a lei tá lá para ser garantida conforme tá prescrita. A assistência social é diferente porque ela é muito dinâmica... então se eu não for acompanhando isso e for buscar essa objetividade... eu deixo de oferecer o principal que é o cuidado em relação ao outro. Em alguns espaços de debate a gente vem conversando muito, sobre o quanto que nós profissionais violamos os direitos de quem a gente deveria proteger... porque a gente chega na casa das pessoas, e ao invés de respeitá-la a pessoa vai lá no armário e abre. Já presenciei técnico ir lá e abrir o armário da pessoa e dizer ou não como a pessoa tem que fazer (Entrevistado, 22 Ex-Gerente PSE).

Percebe-se a presença de dois elementos importantes nessas representações, sobre a constituição daquilo que é valorizado no campo e que pode converter-se em um capital na busca por legitimidade e distinção dos técnicos, bem como na constituição do seu poder simbólico: *A vocação* e o *Saber Técnico*.

No que diz respeito à vocação é possível perceber na interpretação das duas entrevistadas que transitaram pela função de Gerente da PSB que a ausência de paixão, de perfil, de engajamento, apresenta-se como um problema central na qualidade do trabalho. Mais do que isso é possível compreender que a *Vocação*, entendida como o *fazer por amor* se estrutura como uma fonte de capital simbólico nesse campo, podendo converter-se em valorização do trabalho. O conjunto de representações de que emerge essa disposição para *a entrega e o desprendimento*, associa-se, como já dito, com os *habitus* profissionais, não somente das profissões individualmente, ambas ligadas ao universo do cuidado e da *missão*, mas também do próprio campo de intervenção, de modo que exerce uma força magnética, constituindo-se como algo que se espera dos profissionais.

Em suma, essa expectativa parece estar ligada ao *ethos da compaixão*, que na compreensão de Didier Fassin (2014) constitui o “espírito” (aquilo que move) as intervenções sociais com as populações marginalizadas. Estão, pois, ligadas ao processo de produção das identidades profissionais nesse campo e, de certo modo, a uma fórmula para que estas alcancem sucesso na composição de uma representação positiva. Caso seja correto (e imaginamos que seja) pensar que o que Verdès-Leroux (1986) aponta em sua pesquisa sobre a constituição do *habitus* do

trabalho social na França pode ser comparado, com algumas ressalvas e atualizações, com as disposições sociais encontradas nesse campo no Brasil contemporâneo, valerá ainda afirmar que o esforço de expressar qualidades morais, como a *entrega*, a *paixão* e a *vocação*, serviria para produzir certa compensação relacionada com a *baixa legitimidade do trabalho* e a fragilidade e imprecisão teórica presentes na própria composição das Intervenções na Assistência Social.

Por outro lado, se conectarmos essas expectativas com as dinâmicas de poder que estrategicamente foram se enraizando dentro das intervenções estatais, e em especial, com o Poder Pastoral, cuja presença parece especialmente sentida na prática de técnicos sociais, encontraremos coincidências interessantes, afinal, o que se espera do pastor é justamente que ele assuma essa dívida com a função. Assim, *entrega*, *paixão* e *vocação* como adjetivos, parecem se conectar com *Guiar*, *Cuidar*, *velar* como efetivação da ação.

Por outro lado, aparece em todas as narrativas representações que apontam para falta de uma formação adequada, fragilidade na compreensão da Política e da apropriação técnica. Como já dito, esse parece ser um capital valorizado no campo, em especial porque as práticas profissionais são aí bastante normatizadas. É interessante pensar que a busca por uma justificativa técnica e normatizada se desenvolve com tal expressividade, justamente em um cenário em que o objeto da intervenção é impreciso (*os pobres*, *a pobreza*, *a incapacidade*, *o desvio*) e em que se produz um discurso de ruptura com práticas tradicionais, de cunho caritativo-clientelista-assistencialista, embora, mantenha-se uma política de Benefícios Eventuais, que perdura sendo interpretada pelos usuários como uma benesse.

A normatização e a técnica parecem ter, portanto, a função de garantir a legitimidade do campo, tanto para os seus membros, como na interação com outros pares, a exemplo dos agentes da Justiça. Não à toa são justamente os relatórios encaminhados para a Justiça que mais preocupam as Gerências, afinal, a baixa qualidade técnica, acaba por expor a fragilidade não somente do profissional que elaborou o documento, mas de todo o sistema de serviços municipais da Assistência Social.

6.2 - A PERSPECTIVA DE TÉCNICOS SOBRE A IDENTIDADE PROFISSIONAL

Por isso mesmo foi possível perceber nas entrevistas, que o conhecimento da Política, ou seja, o domínio da linguagem, dos objetivos e do conjunto de normas expressas nos documentos emitidos pelo antigo ministério do desenvolvimento social, e que fundamentam a atuação, constituem uma maneira de ser reconhecido e distinto no campo. Assim sendo, pode explicar processos de ascensão profissional, mesmo em um setor bastante marcado pela lógica das indicações eleitorais.

Recentemente eu fui convidado para passar uma formação em Jaboatão dos Guararapes-PE para a prefeitura de lá, sobre o programa de fortalecimento de vínculos do Famílias Fortes. Então eu acho que isso é um reconhecimento... quando eu também fui convidado para avaliar programas sociais do Itaú/UNICEF... fui chamado também para ser palestrante magno lá da Conferência de Belo Jardim-PE. Então essas coisas vão mostrando que o meu trabalho está sendo reconhecido (Entrevistado 08, psicólogo, coordenador, CRAS).

Outro elemento, que pode ajudar a demarcar a importância do capital *técnico* expressa-se através das lutas que envolvem a sua circulação. Uma das maneiras de experimentar essas lutas está representada no esforço para deslegitimar esse capital, em atos que evidenciam, talvez, a inveja e a fofoca, como processos de regulação social.

Olha tem coisas boas e tem coisas ruins, como eu e Aparecida (nome fictício para a coordenadora) temos uma relação muito próxima, aí tem essa questão de quando ela não tá, passa a bola para mim e tudo mais... tem pessoas que acham que eu quero tomar o lugar dela, tem pessoas que acham que, mesmo na presença dela, que eu quero mandar, que eu quero saber mais do que todo mundo. Só que eu nunca me coloquei [nesse lugar]. Eu sempre sento com o pessoal... quando chega um instrumental novo e ninguém lê. Eu e Aparecida a gente lê... eu estudo, eu faço o instrumental para que fique mais fácil a gente entender. [...] Tem pessoas que realmente se acomodam, como eu era no começo, e tem dificuldades em ver que a pessoa tá tentando melhorar o serviço... mas a maioria aqui reconhece... são poucos que são assim... ficam até brincando, me chamando de coordenadora interina quando Aparecida não tá. E até lá dentro da Secretaria mesmo tem esse reconhecimento (Entrevistada 06, psicóloga, CRAS).

Quem desdenha quer comprar, diz o ditado popular de uso tão pragmático no campo das relações econômicas. Trazendo para o universo da circulação de outros

tipos de capitais e levando em conta que essa dinâmica se dá de forma homóloga às relações econômicas, conforme sugere Bourdieu (1998a), podemos reforçar a hipótese de que o capital cultural (de caráter técnico) se apresenta como importante fonte de legitimação nesse setor.

Assim sendo, diante da pergunta sobre quais são *as marcas pessoais* que imprimem no trabalho e sobre o que *ensinariam a profissionais ingressantes nos serviços*, as auto representações elaboradas deveriam expressar de modo significativo a presença da busca de legitimação pelo viés técnico-normativo da Política. No entanto, embora as repostas expressem, em certo nível, a reivindicação desse capital, ao que parece, o aspecto técnico emerge enquanto algo com menos importância do que a dimensão *humana*, por assim dizer, *vocacional* da profissão. Mais do que isso, acreditamos que é possível apontar que para os participantes não existe necessariamente contradição entre essas duas dimensões, e que ambas são evocadas na luta por legitimação das identidades profissionais nesse campo.

Quadro 4 – Representações do *eu profissional* e do trabalho

Sujeito	Marcas pessoais no trabalho	O que ensinaria sobre o trabalho
01 – PSI	Eu gosto de escutar (...)a empatia mesmo... que muitas vezes é difícil porque a gente é mal recebido (...)	Não só a questão do serviço em si. Do Que precisa ser seguido, né? Do protocolo... (...)existem instrumentais que a gente tem que preencher, fazer encaminhamentos de cada situação de cada família, os PAEFIS né? Que a gente tem que... que são prontuários que a gente precisa abrir para fazer esse acompanhamento... o relatório né? (...) e diria que tem que gostar mesmo... e ter esse olhar para além da situação, para acolher.
02 – A.S	Não sou neutra (...) me posiciono (...) sou feminista (...) sou da classe trabalhadora (...) vou lutar contra a desigualdade social (...) tenho o discurso e tento colocar em prática, dentro do possível	Que antes de qualquer coisa, lembrar que está lidando com um indivíduo, desejos, história de vida. Então escute a história de vida (...) ter tempo para escutar (...) o que ele me mostrar eu realmente... (educação popular) eu vou aprender com o outro e não marginalizar a experiência do outro (...) Se não compreendo a história não vou conseguir potencializar essa família, porque a família não consegue se olhar

03 – A.S	Sou sensível (...) me coloco no lugar do outro (...)	Em primeiro lugar, tem que ser <i>ser humano</i> (...)principalmente quando escolhe atuar nessa área que é com pessoas com extrema situação de pobreza, com vulnerabilidade (...)Se colocar no lugar do outro (...)tenho que fazer com o que o outro percebe. (...) não é só porque eu tô falando. (...) não é só porque eu sou assistente social e chego na sua casa e tô dizendo e você tem que fazer (...) não basta ele ouvir o que estou falando, ele tem que <i>acatar</i> o que estou falando também.
04 - PSI	Desejo de trabalhar. Me esforço (...)me aproximar da realidade do outro (...)não ter medo da vulnerabilidade do outro, do desconhecido (...) não menosprezar a fragilidade que ele traz (...)acreditar no outro e que ele pode mudar. Não é uma fábula (...)não tenho medo de trabalhar não.	Na realidade atual eu ia falar pra ela que ela precisaria gostar da vulnerabilidade (...) - não gostar de estar vulnerável. Mas gostar de trabalhar com esse público (...) porque já passaram técnicos aqui com uma visão de clínica e não dá pra fazer clínica (...) o usuário da clínica não está aqui (...) saber dessa realidade bem concreta pra aguentar (...) tem que estar ciente disso. É muito gritante.
05 PSI	Sou uma pessoa paciente (...) que busca todas as formas para tentar ajudar. Porque sou insistente, persistente (...) tenho o olhar de ver as necessidades e tentar ajudar da melhor forma possível (...) às vezes o pessoal diz isso não cabe a você, não é o seu trabalho, depende da pessoa e eu digo, mas vai querer, vamos insistir, vai querer (...) insistência junto com a paciência para seguir esse caminho da assistência e das pessoas resistentes (...)	Paciência; tentar buscar resolver da melhor forma, junto com aquela pessoa a situação (...) tentar fazer o plano com o usuário (...) não passar o que a gente quer, porque às vezes o que é bom para gente não é bom para ele (...) tentar não se frustrar (...) tem que ir aos pouquinhos fazendo o que dá pra fazer (...) fazer o melhor mas dentro dos limites.
06 PSI	Tenho clareza do meu papel (...)tenho olhar abrangente, mas nos relatórios tenho sempre o viés do olhar de psicóloga (...)sou muito de ouvir e demanda do outro (...) sempre fui assim, mas depois que fiz o curso de coaching aumentou (...) o que eu posso fazer agora para mudar amanhã não só a minha vida mas dos usuários também (...) isso me diferencia muito, parar para ouvir, entender o que a pessoa tá passando, pra ver daquilo o que a gente pode fazer junto (...) fiquei muito analítica, muito crítica com as coisas que eu faço, não gosto de fazer de qualquer jeito (...) dedicada, disponível, comprometida, organizada, faço com amor	Falaria da importância da base clínica (...) ensinaria a ter que entender a política, como funciona o serviço (...) a priorizar muito o olhar humano. (...) não adianta chegar cheio de teoria e não conseguir identificar aquilo que o usuário tá precisando (...) ensinaria a empatia (...) obviamente tem questão de prontuário e de relatório (...) Mas a empatia é importante (...) Saber olhar nas entrelinhas.

07 A.S	Acolhida. É um traço meu (...) a família vem e vou construindo alguma coisa dela (...) mostro pra família que ela tem que se sentir acolhida (...) esse é meu ponto forte. De fazer com que a família se sinta à vontade para conversar até coisas particulares (...) a gente identifica, tem que ter essa percepção	Primeiro pergunto se é de fato o que a pessoa quer (...)quer ser profissional ou ganhar dinheiro? Porque se for pra ganhar dinheiro pula fora da assistência (...) se for pra ser profissional que seja um profissional de excelência mesmo que você não tenha nada (...) o conhecimento é primordial. Meta a cara no estudo. Assistir jornal, o que está acontecendo;
08 PSI	Coisas que sempre atribuem a mim e acho que são verdadeiras (...) sou incansável. Minha esposa diz, até no sábado, até no domingo... se é para a política de assistência funcionar, eu não meço espaço, não meço tempo (...)não meço tempo. Às vezes trabalho o dia todinho, 10 11 horas e quando chego em casa vou produzir mais (...)sou persistente (...)mesmo que não tenha remuneração extra, mesmo que não seja por dinheiro, eu trabalho, que é pra ver a coisa acontecendo.	<i>*A entrevista não possibilitou responder a essa questão, pois foi interrompida em virtude do tempo.</i>
09 PSI	As pessoas comentam, as colegas, os usuários que se sentem bem, se sentem acolhidos, que eu tenho uma forma de tratar educada, acolhedora (...) eu me sinto bem (...) eles tem direito aos benefícios e programas, mas como isso chega faz a diferença	Passamos algumas leituras de cartilhas sobre o fazer do psicólogo e da assistência (...) no cotidiano vamos mostrando como atender as famílias, preenchendo os formulários, explicando o processo de atendimento, acompanhamento e encaminhamento (...) a forma como atende... o acolhimento. Faz a diferença em todo setor (...) não só viabilizar os benefícios, acompanhar tecnicamente, mas ter esse olhar generoso. Não é piedoso (...) um atendimento respeitoso (...) atenção, tranquilidade, respeito, sem pressa.
10 A.S	Luta, quer resolver, se revolta quando não consegue, quando não oferecem as condições de resolver, e quando consegue é extremamente capacitada	O acolhimento (...) recepcionar a partir do momento em que os usuários chegam, a forma de acolher e informar o que é o CRAS, quais são os serviços (...) quais são os encaminhamentos que são necessários e que o CRAS faz.
11 PSI	Sou briguenta e quero resolver rápido e eu acho que não pode, tem que ter meio termo (...) quero resolver rápido, que todo mundo se una e resolva (...) acho que a assistência precisa que essa agitação viesse lá de cima e não de baixo	Ensinar a sensibilidade de ver essa família como uma família que tá precisando de apoio, de acolhimento(...) trabalhar com mais humanidade (...) tem que ser mais humano porque senão a pessoa está no lugar errado.

12 A.S	Me coloco muito no lugar do usuário (...) me acho muito humana (...) não estou para julgar porque a família está naquela situação (...)eu tento entender desde lá de trás o porque que ele está passando por aquela situação (...) não é algo que chegou e explodiu, é algo que já vinha.	Eu falo muito para respeitar a situação que o usuário está passando (...) a casa é dele, o espaço é dele, quem manda é ele (...) vamos entrando aos poucos (...) para ter o cuidado, de tratar bem (...) viso a confiança, se não existe confiança o trabalho não flui (...) é saber entrar na vida daquela pessoa.
13 A.S	Discuto SUAS desde a época de Movimento Estudantil (...) estagiei no SUAS (...) e me atuação é toda voltada o SUAS (...) minha linha de atuação vai ser sempre através do empoderamento (...) quero ser um reprodutor de conhecimento(...) cortar a prisão de que o serviço vai fazer pelo usuário(...) fazer com que o usuário comece a buscar informação, independentemente do que acontecesse politicamente a gente conseguiria superar essa realidade	A articular com outros segmentos, e chegar ao usuário e garantir o direito de cidadania, documentação (...) fazer link direto com a saúde, explicar a situação. E ser um duplicador da informação. Ensinar ao usuário.
14 PSI	A forma de recepcionar (...) acolhimento (...) sempre recebe elogios.	Acolhida (...) para chegar aqui não é fácil, muitas vezes a gente escuta que (a mulher) esperou o marido sair (...) ter um olhar não julgador caso a pessoa mude a visão, por exemplo se foi uma mulher agredida e mudar a visão sobre o marido.
15 A.S	Atender bem (...) gosto de ser atendida bem (...) ajudar da melhor forma possível (...) tratar bem aquela pessoa (...) o usuário chega fragilizado (...) quero tratar da forma como sou tratada, quero tratar bem.	A lidar com o usuário (...) - muitas vezes você chega no serviço e vai atender ao usuário, sem dar uma informação concreta, ele não sai satisfeito do serviço. (...) é importante tentar informar ao usuário, mesmo que não tenha aqui, para encaminhar (...) e tem gente que realmente não quer falar muito (profissional) (...) tentar resolver aqui e encaminhar (...) eu passo isso para as minhas colegas (...) tente resolver lá fora, faça um encaminhamento, tente ajudar ele de alguma forma.
16 PSI	Acolhimento e implicação. Não consigo não me implicar (...) eu corro atrás pra resolver (...) o que não quero é que meu trabalho seja de assistencialismo, de dar, mas corro atrás pra resolver (...) fico nessa situação, se pego uma demanda, eu não vou olhar só para uma demanda social. Vamos tentar ver o que podemos fazer para que essas pessoas tenham um movimento diferente.	Ensinar a antes de ser profissional, ser humana (para e chora...) me emociono demais, porque são realidades tão distantes. Minha gente como é diferente, em que mundo a gente vai parar. (...) vejo que o social ainda tá muito longe da realidade. É muita gente muito rica e muita gente muito ferrada. (...) que os profissionais que estão chegando, tenham um olhar, não de crítica, não de punição. (...) o papel na assistência social é de acolhimento não de crítica (...) olhar, cuidado na fala. Se bem soubesse, escutava mais do que falava

Fonte: Autor (2019)

A dimensão técnica aparenta ter pelo menos duas interpretações: uma mais comum, associada à compreensão das normativas, do *que diz a Política*, voltada, nesse sentido, para a “forma”, a “estrutura” e os “limites” do trabalho social no âmbito dos referidos serviços. A outra diz respeito à incorporação de uma lente interpretativa que visa compreender a pobreza a partir da dimensão social e estrutural, ao tempo em que, estranha os propósitos da própria Assistência Social e indica a impossibilidade de enfrentar a questão social a partir do trabalho nesse campo. A primeira fórmula é mais corriqueira, e de alguma forma é acessada pela maioria dos/das técnicos/as para explicar a sua prática profissional, tendo em vista, que constitui-se como capital importante no campo. A segunda é bastante escassa, representada por exemplo pela incorporação de leituras sociológicas sobre a pobreza, a exemplo do materialismo histórico-dialético. Embora essa visão tenha sido ensaiada em algumas (poucas) entrevistas, se expressa de forma mais contundente somente nas falas da entrevistada 06.

Por outro lado, a entrega, o desprendimento, a persistência, a vontade de ajudar, a acolhida, o acolhimento, a empatia, a compreensão e outros traços psicológicos do trabalho são ressaltados tanto como marcas pessoais, como também enquanto habilidades a serem ensinadas, pois, são consideradas estruturantes para o serviço. Como veremos nos capítulos que seguem, a importante presença dessas *qualidades psicológicas*, coaduna-se de forma efetiva com o exercício do *poder pastoral* e com a realização do *ethos da compaixão* e das disposições sociais do trabalho social, a exemplo da *ajuda* e da *salvação*. Mesmo profissionais que se destacam por se referenciar a partir do caráter técnico incorrem no movimento de buscar explicar o seu trabalho a partir de traços *vocacionais*.

Ao descreverem o que percebem sobre a outra profissão (Assistentes Sociais falando sobre psicólogos e psicólogos falando sobre assistentes sociais), a maioria dos entrevistados aponta para uma relação de complementação, como “irmãs siamesas” (entrevistada 07). A Psicologia é representada por assistentes sociais como uma profissão que oferece um olhar diferenciado (embora as participantes não saibam exatamente explicar qual é a diferença desse “olhar”).

Assim sendo, os traços da identidade profissional *psi* aparecem envoltos em uma nuvem de mistério: *as psicólogas conseguem ver o que as assistentes sociais não conseguem* (entrevistada 02). Por outro lado, para as/os psicólogas/os o serviço social se configura como uma profissão que “entende da Política” (entrevistada 06) e

consegue “se articular bem com outros serviços e fazer encaminhamentos” (entrevistada 16), além de ser ressaltado o “conhecimento sobre os direitos” (entrevistada 11).

Uma dimensão chama a atenção diante dessa representação da alteridade. A entrevistada 14 reclama da pouca legitimidade que as/os psicólogas/os têm diante da gestão: “Tudo que é feito é para as assistentes sociais. Nós somos esquecidos”. A entrevistada 02 também chama a atenção para esse desconforto de psicólogas/os nos serviços da Assistência Social: “Tem psicóloga que acha que entrou na Assistência Social de gaiato... acho que por causa do nome “Assistência Social”, pensam que é só para nós profissionais do serviço social”. Esse sentimento de desencaixe agrava-se, no momento, pois, foi lançado recentemente um edital da prefeitura, para a ocupação dos cargos que atualmente funcionam sob o regime de *prestação de serviços*, conforme discutimos no capítulo anterior. Nesse edital, psicólogos e assistentes sociais têm o mesmo salário, entretanto, a carga horária é diferente, sendo 30 horas para a/os assistentes e 40 h para as/os psicólogas/os. Mesmo sabendo que essa condição reflete a presença de uma lei que regulamenta o teto de horas semanais para o serviço social, é importante apontar que essa diferenciação agudiza desconfortos pré-existentes nesse cenário de trabalho.

Um dos desconfortos ou *desencaixes* da Psicologia nesse campo, é o fato de que as orientações técnicas do poder executivo, e do órgão de representação da profissão proíbe o uso de psicoterapia e as interpretações médico-diagnósticas nos serviços socioassistenciais. Isso confronta as/os *psis* com o traço mais consistente de sua identidade profissional, o trabalho com os problemas emocionais, tendo em vista que as/os profissionais só parecem conseguir mobilizar interpretações sobre os afetos, a partir da psicologia clínica. Aqui evidencia-se uma dificuldade na formação, mas não exclusivamente na grade curricular, que também apresenta importantes limitações, uma vez que das/dos 09 psicólogas/os entrevistados apenas 02 pessoas fizeram estágio supervisionado específico na abordagem da Psicologia Social. Todo o restante fez estágio em Psicologia Clínica de base psicanalítica ou fenomenológica-existencial. É importante ressaltar que ambas abordagens clínicas mencionadas, foram desenvolvidas em torno de “problemas” psicológicos da classe média e que são voltadas ao trabalho psicoterapêutico individual, no ambiente seguro e controlado dos consultórios. Não produz admiração, portanto, a dificuldade de psicólogos/as na compreensão do sofrimento psicológico oriundo de condições de exclusão social.

Essa dificuldade de encontrar a sua especificidade no trabalho da Assistência Social se assevera, em virtude do cenário de intensificação do trabalho. Nesse sentido, foi bastante recorrente a queixa de psicólogas/os que não conseguiam realizar intervenções psicológicas, pois, precisavam fazer trabalhos que geralmente eram desempenhados por assistentes sociais. Por outro lado, as/os assistentes sociais também apresentaram a percepção de que, cada vez mais, precisam desenvolver um trabalho que “nem é serviço social, nem é psicologia” (entrevistada 02).

É possível perceber assim que, nesse contexto da atuação, vivencia-se uma intensa *desespecialização* do trabalho, ao mesmo tempo em que erige-se, como necessidade o traquejo com a norma e com a lei. A *desespecialização* apresenta como consequência não intencional, o enfraquecimento das identidades profissionais e o aumento da sua propensão a interpretações *salvacionistas* e *vocacionais*. Por outro lado, como o capital cultural (de caráter técnico) que tem maior valor nesse campo, é o conhecimento sobre as “normas” da Política, evidencia-se a consolidação de um trabalho cuja forma está bem delimitada, mas o conteúdo, os meandros, aquilo que escapa à estruturação de princípios e diretrizes, constitui-se como algo esfumado, sem força e sem potencial transformador.

7 - AS LÓGICAS DE PODER E OS PERCURSOS DA IDENTIDADE PROFISSIONAL NA ESFERA DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.

7.1 - A BUSCA PELA INTEGRAÇÃO DE TEORIAS SOBRE O PODER E OS “SENTIDOS” DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A implantação do Sistema Único de Assistência Social e sua descentralizada e municipalizada estrutura de serviços é tardia. O Brasil custa quase duas décadas para transpor para a realidade o desejo constitucional. Isso provoca inevitavelmente uma questão sobre o lugar das práticas “difusas e complexas” de assistência aos pobres prévias à instalação da Política Nacional de Assistência Social.

Talvez pudéssemos nesse ponto, emprestar a compreensão de figuração de Nobert Elias, do modo como a utiliza Swaan (1992), na compreensão da assistência aos pobres na idade média como efeito da equilibração entre as classes sociais. Devemos levar em conta também que Swaan (1992) produz essa interpretação, especialmente a partir do olhar para a maneira como a assistência social se organiza em um período da história anterior à formação dos estados modernos, e da conseqüente estruturação de um aparelho burocrático sofisticado e com inúmeras ramificações. O autor afirma que, foi justamente esse esforço de equilibração entre as elites, mediado pela igreja católica, e provocado pelo medo da fissura da relação social que mantinha (com grandes dificuldades) os “pobres desamparados” em uma condição de submissão e resignação, que condicionou o empreendimento de “intervenções de assistência aos pobres” cada vez mais centralizadas e secularizadas.

Levando em conta que nessa figuração a que se refere Swaan (1992), síntese de suas reflexões sobre como “a assistência aos pobres” se desenvolve em um território e períodos históricos específicos, os membros da elite que realizavam doações tendiam a ser valorizados, frente aos seus pares, e também aos próprios pobres, enquanto que aqueles que não realizavam, tendiam a ser desvalorizados frente aos mesmos grupos. É possível inferir que isso explicita uma circulação de capital simbólico, ou seja, as práticas de assistência, já aí podem ser consideradas como uma forma de investimento no acúmulo de capital simbólico.

É possível apontar também, no mesmo sentido, que esse elemento é fruto de uma interação social que também exercia-se numa dimensão face-a-face, assim sendo, realça-se nessa interpretação os relatos que esse autor faz, acerca dos *maldizeres*, das *maldições*, lançadas por pobres incapacitados contra os ricos “não-generosos”, o que pode repercutir em decréscimo de capital simbólico, e assim sendo de poder de dominar. A desvalorização daqueles que não contribuíam com a “assistência aos pobres” se deu, de certo modo, com o apoio do próprio sistema tenso de equilíbrio entre as elites, amparado pelo discurso da igreja católica sobre o papel da caridade na ascensão espiritual.

Como decorrência desse cenário, os sistemas de assistência aos pobres locais se tornam cada vez mais robustos e generalizados. Várias são as necessidades e interesses que levam à centralização e à secularização dessas ações, sendo um deles a emergência das cidades e a crescente concentração de pessoas em torno dessa nova organização social e territorial. Já discutimos suficientemente esse desenvolvimento, mas é importante retomar para sinalizar que com a constituição dos estados modernos e a ampliação da burocracia estatal, constituem-se lógicas de poder inteiramente novas. O próprio Swaan (1992) traz ao seu texto a contribuição de Foucault, para falar do grande confinamento, primeira grande estratégia estatal para lidar com os desvalidos, inadaptados, marginais e loucos. A criação de grandiosas instituições de internação é, portanto, uma primeira resposta produzida dentro do horizonte da secularização dos estados modernos, e pode oferecer-se como cenário de estudo, classificação e disciplinarização dos sujeitos que atingia.

O próprio Foucault (1979), demonstra, através do estudo sobre o desenvolvimento das intervenções estatais no campo da saúde, que com a emergência do capitalismo, ao contrário do que podia se esperar, houve uma intensa coletivização dos problemas sociais, que pode ser percebida na constituição das grandes intervenções no levantamento de estatísticas sobre vida, morte e adoecimento, realizadas pela Polícia Médica na Alemanha; O intenso processo de reorganização e esquadramento da cidade, ampliando os mecanismos de controle da vida, em especial dos pobres urbanos, conduzida pela Medicina Urbana na França. E por último, inclusive, em termos temporais, já que emerge apenas no século XIX, a emergência da Medicina da Força de Trabalho na Inglaterra, que além de outras coisas, propõe a criação de bairros operários, e assim sendo, avança sobre o controle e a disciplinarização da moradia dos pobres.

A lógica disciplinar que aí se origina, e a germinação do biopoder que se desenvolve *paripassu*, não podem ser ignoradas enquanto elementos históricos que compõe as dinâmicas de poder das instituições modernas, aprofundando suas marcas no contemporâneo. Obviamente que essas generalizadas, eficazes e duradouras dinâmicas de poder, interagem com outras formas de conduzir e efetivar os processos de dominação, que se efetua mais no nível interacional, a partir de condicionamentos estruturados em dimensões ampliadas, atravessadas por disputas e concentração de poder em diversos níveis. Aceitamos parcialmente, nesse sentido, o que sugere Partha Chatterjee (apud BHABHA, 1998, p.269), ao problematizar a utilização da ótica foucaultiana do poder em países que como o Brasil, sofreram processos de colonização.

[...] a genealogia do poder de Foucault tem utilidade limitada no mundo em desenvolvimento. A combinação de regimes modernos e arcaicos de poder produz formas inesperadas de disciplinaridade e governamentalidade que tornam os princípios epistemológico de Foucault impróprios, até obsoletos.

Esse alerta nos municia com certa desconfiança quanto ao esquema teórico de Foucault, nos fazendo avançar sobre outras teorias, nos pontos em que o modelo foucaultiano parece se exaurir. É por essa via que chegamos à ótica bourdieusiana, e que percebemos a possibilidade de integrar os dois autores e suas perspectivas, pois compreendemos que avançaram teoricamente sobre facetas diferentes e complementares do mesmo problema: O processo de dominação dos marginais. Por outro lado, Partha ilumina a necessidade de pensar em estruturas culturais locais, e nos impulsiona a olhar para o clientelismo/paternalismo, que de maneira contundente, se constitui como uma das vias fundamentais para explicar a relação das elites com os pobres no Brasil.

Levando em conta essa linha de raciocínio, entendemos que o mapeamento e estudo de autores que desenvolveram o tema do clientelismo/paternalismo no Brasil seria bastante útil para explorar algumas margens do debate dessa tese. Essa é uma lacuna assumida desse trabalho.

Essa tese caminhou centralmente pelo percurso dos dois autores sinalizados (Foucault e Bourdieu), e de estudiosos, que tendo se fundamentado neles, estudaram o desenvolvimento das práticas de Assistência Social. Assim sendo, sem pretensões de dar conta do debate sobre o clientelismo, fazemos algumas reflexões em torno do

tema, ao ponto em que é coerente sinalizar que observamos esse fenômeno como uma expressão da busca por legitimidade e capital simbólico.

7.2 - A DÍVIDA E A DOMINAÇÃO SIMBÓLICA.

Talvez para reforçar o efeito enraizado e disseminado das práticas, de cunho paternalista e clientelista, na constituição da relação das elites brasileiras com os pobres, relembro que a primeira casa própria de minha família foi doada pelo prefeito da cidade onde meus pais moram (Irecê-BA), que também era proprietário do armazém de comercialização de alimentos onde meu pai trabalhava como “estivador”, na época. Isso produziu um tipo de aliança eleitoral que pude testemunhar desde pequeno, uma devoção do meu pai, um verdadeiro cultivo da dívida afetiva, que já dura décadas. Meu pai continuou votando no mesmo campo eleitoral a nível local e nas referências desse campo a nível nacional, mesmo depois da morte do prefeito benfeitor.

Reforço o efeito da prática talvez pela intimidade com que testemunhei os desdobramentos acima. Entretanto, não há possibilidade de objetivar as nuances desse efeito, nem mesmo de generalizá-las. O comportamento eleitoral de quem recebe as benesses nem sempre seguirá o atendimento dos interesses de quem doa, e isso se torna mais complexo na medida em que aumentamos a dimensão das cidades ou introduzimos a mediação de instituições. Nesses casos diminui-se a possibilidade de vigilância e controle, por parte de um agente eleitoral, ao tempo em que, altera-se dimensão da personalidade da ação.

Testemunhei também, quando residia em um bairro de periferia em Campina Grande na Paraíba, uma casa que durante o período eleitoral para prefeito mudou suas cores e bandeiras pelo menos três vezes. Recebia visita de promotores das campanhas e era “convencida” a trocar os enfeites eleitorais. Esse exemplo retrata uma relação que não se aproxima de uma prática de fidelidade, ao contrário disso, revela um movimento de dissimulação e mercado de votos. As dimensões da cidade podem contribuir possivelmente para essa mudança, que evoca um sujeito da pobreza que compreendendo a lógica mercantil das eleições, sabe aproveitar das “boas intenções” dos cabos eleitorais, sem fiar-se a uma relação de profundidade e confiança.

A questão que o exemplo da “casa do meu pai” introduz, assenta-se sobre a necessidade social, retroalimentada entre as elites políticas e os pobres, da existência de uma prática assistencial. Muito embora devamos questionar o efeito dessa relação sobre o elo mais frágil, no sentido de condicioná-lo à uma existência política menosprezada e a uma identidade submissa e afeita à benesse, é importante mencionar que essas relações se mantêm, sobretudo, porque de modo pragmático são importantes para ambos os elos, em uma espécie de reciprocidade desigual.

Nesse sentido, o trabalho de Marcos Lanna (1995) é bastante minucioso, abordando a patronagem e as relações de dívida e dádiva vivenciadas por trabalhadores e seus patrões, na zona da mata pernambucana e em um município ribeirinho do Rio Grande do Norte. Isso explica, de certo modo, a lógica estruturante da relação estabelecida pelo prefeito benfeitor e meu pai. Na situação narrada, as coisas se passaram de modo parecido com o que é descrito pelo referido autor em seu texto (p. 34):

[...] a capacidade para a generosidade classifica localmente um patrão, seja ele proprietário, político ou funcionário público, não importa. Do ponto de vista da sociedade capitalista, poder-se-ia dizer que relações de propriedade são assim mistificadas. Seja como for, o exemplo do “trator do prefeito” indica que as relações de troca que descrevo são fundamentais não apenas na zona rural mas também na urbana e, de um modo mais geral, no nível do estado. É assim, por meio das mais variadas dádivas que o prefeito controla não só seus eleitores mas também “seus candidatos” a cargos públicos.

Talvez seja exatamente a importância das relações de “troca” e “dívida” vivenciadas a partir do modelo clientelista e paternalista que estrutura as relações entre as elites e os pobres no Brasil, e isso de certo modo representa uma entrave para a instalação de uma política nacional de assistência social, e pode ser uma das vias que explica a sua cronologia atrasada, se tomarmos como referência o Sistema Único de Saúde. É importante, diante do esforço de síntese de perspectivas diferentes, apontar que, como já mencionado antes, a “classificação pela generosidade”, é também descrita por Swaan (1992), muito embora se refira a outras épocas e contextos.

Lanna (1995) nos mostra, inclusive, como essa relação de reciprocidade desigual, se acomoda no catolicismo popular, ao “espiritualizar” a troca, instituir uma

“dívida divina”, que não pode ser paga somente monetariamente, o que implica em uma relação de dominação que se alimenta da devoção.

Essa dinâmica de dominação guarda relação com a maneira como se configura a relação entre proprietários de terra e os dela despossuídos, no mundo rural brasileiro. As relações de moradia e de compadrio, discutidas amplamente pela sociologia brasileira, constituem-se, também através de uma reciprocidade desigual, e fundamentam um elemento central na manutenção do poder político e patrimonial dos grandes proprietários de terra (MARTINS, 1981). Essas lógicas, sustentadas pela dívida, perante um patrão/político benfeitor, estão entranhadas nas práticas assistenciais brasileiras, e, nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social, instalada a partir de 2004, e seu conjunto complexo de serviços, não passará ilesa à constituição histórica do campo.

7.3 - BENEFÍCIOS OU DIREITOS: TENSÕES E PODER SIMBÓLICO NAS PRÁTICAS DE TÉCNICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Sobre isso me ocorre uma experiência que aconteceu em 2010, quando atuei como psicólogo de um CRAS em um município do Ceará. A secretária de Assistência Social, referendada pelos técnicos e coordenadoras, como uma profissional com vasto e preciso conhecimento sobre a política de Assistência Social, participante de Comissões de Gestão do SUAS, a nível estadual e nacional, mobiliza através de um projeto encaminhado à CONAB (Comissão Nacional de Abastecimento), uma enorme doação de farinha e feijão para os beneficiários do PBF no município.

A operação para distribuir os 9kg de feijão e 15 kg de farinha para cada um dos beneficiários do PBF no município, demandou uma logística complexa e que envolvia praticamente todos os trabalhadores da Assistência Social. Nós, os técnicos, participamos ativamente, inclusive, ajudando a transportar as sacolas com as doações, dos caminhões para as salas dos CRAS que serviriam como depósitos. Não vou mencionar as minúcias do processo de distribuição, mas vale, a título de exemplo, reportar uma situação em especial, pois, no meu entendimento, evidencia como a lógica da dívida (LANNA, 1995) se insere de forma sub-reptícia e quase que inconsciente, nas tramas das práticas cotidianas de Assistência Social.

Conferir o nome na lista, pedir a assinatura, entregar a doação e tirar uma fotografia: era esse o protocolo de entrega. As fotografias quase sempre eram feitas com o cartão do bolsa família em uma mão e as doações na outra. A apresentação do cartão do bolsa família era obrigatório para receber as doações, mas a sua apresentação para a fotografia não era solicitada. Mesmo assim, lá estavam as imagens capturadas, cartão de bolsa família numa mão e sacolas com os alimentos doados na outra. O contexto da doação já era deveras incômodo, no que diz respeito ao horizonte da política de Assistência Social e seu projeto de romper com o assistencialismo. Para além disso, lembro do profundo incômodo que alguns técnicos e usuários sentiram diante dessa captura fotográfica.

Ainda assim compreendíamos algo de positivo no sentido da doação, especialmente porque o procedimento técnico de ter sido mobilizada pelo envio de um projeto e de amparar-se nos dados do Cadastro Único, amenizavam o desconforto ou, para utilizar uma compreensão bourdieusiana, dissimulavam o sentido econômico da troca (BOURDIEU, 1974). Mas a fotografia reiterava toda a lógica escondida por trás da narrativa burocrática. Era uma captura e simbolicamente aliançava o usuário, através de uma fantasia de fiscalização, com o grupo político que estava na prefeitura, representado pelo serviço e pelos técnicos, na interação face-a-face com os usuários, mesmo que não intencionalmente.

Alguns usuários questionaram, se negaram a tirar fotografias, diante do que o funcionário que estava à frente da distribuição, também se negou a concretizar a doação. O conflito gerado pelos que questionaram e a fila que começava a tumultuar, exigiram uma resposta rápida da coordenadora sobre a necessidade ou não da fotografia. Às pressas ela reuniu a equipe técnica (assistentes sociais e o psicólogo do serviço), que demonstraram discordância sobre a utilização da fotografia. Não havia outra medida, senão consultar a secretária, que afirmou não ter feito solicitação para fotografar cada doação, mas para que algumas fotografias fossem produzidas, com enquadramento panorâmico, pois isso constituía-se enquanto exigência dos relatórios para a CONAB.

A questão que se evoca dessa narrativa é como essa prática, capaz de produzir um nível importante de violência simbólica, introduz-se à revelia de uma orientação técnica? Vale salientar que as coordenadoras em questão, tinham um conhecimento profundo sobre a Política de Assistência Social. Nós técnicos também, apesar de diante do impasse, expressarem-se de modo contrário à prática, não nos

rebelamos contra o protocolo da doação desde o início, ou seja, a ação não foi lida de forma rápida e conclusiva como uma prática que reforça o endividamento eleitoral. A desiludida e óbvia conclusão que se pode tirar dessa narrativa é a de que a instituição de um sistema de serviços, normatizados e com projeto que, em termos de retórica funda-se como *anti-assistencialista*, não consegue impor-se e destituir de forma completa (está longe disso) a lógica das relações assistenciais anteriores ao SUAS.

Outras situações que figuram-se como elementos importantes de como a lógica assistencialista e de dívida moral vazam para o interior das práticas de assistência social nos serviços municipais, apareceram para mim em relatos de supervisão de estágio, entre 2015 e 2016, e ajudam a desenhar o cenário onde os personagens dessa tese atuam, já que referem-se à experiências de serviços do município estudado. Ambas histórias acontecem no âmbito do CRAS, sendo a primeira, referente ao Benefício Eventual do “Kit Enxoval” ou “Auxílio Enxoval”.

Uma usuária, beneficiada com o chamado “kit enxoval”, demonstrou descontentamento frente a uma técnica de serviço social e uma estagiária de Psicologia. A reclamação se deu especialmente porque nas peças do enxoval estava impresso o emblema da prefeitura, o que por si já se configura como algo deveras simbólico sobre um dos sentidos desse Benefício Eventual. Na presença da usuária, a técnica argumentou que não podia fazer nada e que caso a usuária quisesse, poderia ser direcionada à coordenadora do serviço, para registrar sua reclamação. A usuária desistiu da reclamação e foi embora. Nesse momento, em que a usuária se retirou da cena, a técnica comentou com a estagiária: “Esse povo é demais, tá ganhando e ainda reclama... de cavalo dado não se olha os dentes”.

A segunda história refere-se a um outro benefício eventual, mais próximo inclusive das práticas assistenciais anteriores à instalação dos serviços municipais de assistência: a doação de Cesta Básica. Na nossa compreensão existe um importante processo de eufemização desse benefício, tanto no que diz respeito à sua nomenclatura, quando no que diz respeito às normas para a concessão. O que quero evidenciar com o evento que descreverei é que a narrativa burocrática sobre o benefício não promove a ruptura com a lógica cultural historicamente impregnada na experiência social da relação elites-pobres.

Uma técnica de Psicologia de um CRAS, dirige-se, juntamente com uma estagiária, à casa de um usuário para realizar a entrega de uma Cesta Básica. Estavam em um período pré-eleitoral para o município. Ao chegar na casa do usuário

para realizar a entrega, a técnica se depara com a porta repleta de adesivos de um candidato de oposição. Já no interior da casa, no momento da entrega, a psicóloga admoesta o usuário, alertando que a cesta em questão está sendo doada em nome do prefeito e questiona ao usuário sobre os adesivos. O usuário, portador de algum tipo de transtorno mental, é obrigado – não pela força, mas pela vergonha e necessidade dos alimentos doados – a retirar os adesivos da porta, em uma cena pública desoladora. Não cabe aqui nessa tese, explicar os desdobramentos desse tipo de prática, pois, como mencionamos no caso da troca de bandeiras e insígnias eleitorais frente aos favores costumeiros na época de eleição, é possível que distante do olhar dos técnicos o usuário tenha resistido e mantido o seu voto no candidato adesivado, mesmo que os adesivos não tenham voltado a figurar na porta de entrada de sua casa.

A questão que se coloca é como se cria uma determinada estrutura comportamental, ou seja, como se configuram determinadas lógicas de práticas e *habitus* profissionais capturados pela contradição entre uma Assistência Social formal, enquanto projeto supostamente *anti-assistencialista*, e a sobrevivência da lógica clientelista que durante uma longa história foi hegemônica na orientação da relação das elites políticas com os pobres. Uma das explicações possíveis, mas que não resolve completamente a questão, é a de que os profissionais da Assistência Social estão mais propensos a desvios desse tipo, pois pressionados por vínculos de trabalho precários e, algumas vezes, pela própria condição de acesso ao emprego, já que alguns começaram a trabalhar no setor após indicação de agentes político-eleitorais.

Nesse sentido, o cenário descrito no capítulo 5, evidencia que o campo da assistência social como espaço de “trocas” não é restrito a uma relação das elites políticas com os miseráveis. A circulação de favores também se dá entre os membros da elite política e econômica, de tal modo que a própria constituição de uma nova burocracia estatal em torno da instalação dos serviços de assistência social em meados de 2011, no município em questão, constitui um amplo “mercado de empregos” a serem repartidos entre vereadores, secretários, deputados e outros agentes do poder político municipal. Por sua vez, esses agentes usam da lógica da indicação como um capital do qual se revestem. Capital esse fundamentado na dívida, conforme orienta os achados de Lanna (1995).

São os profissionais do CRAS que viverão com mais intensidade o dilema da ruptura com o assistencialismo, uma vez que, lidam com a prevenção do agravamento das vulnerabilidades, em cenários de pobreza extrema, tendo inúmeras vezes, como única medida aplacadora, a concessão de benefícios eventuais como o “auxílio aluguel”, o “kit enxoval”, o “auxílio funeral” e a “cesta básica”. Esta última modalidade é mais recorrente e costuma ser mais buscada pelos usuários, em especial por aqueles que configuram a maior demanda dos CRAS: famílias em situação de insegurança alimentar.

Pessoas que estão passando por dificuldades, que não tem como se alimentar. Às vezes vive só do Bolsa Família que já é uma ajudazinha muito pouca, que às vezes nem dá pra suprir a necessidade né? Então o que a gente vê muito aqui é insegurança alimentar. A gente sempre se depara com essa situação... e são situações assim... que a gente tenta fazer alguma coisa, mas nem sempre dá um retorno para eles, porque a gente tem uma lei que é dos Benefícios Eventuais, que a gente tem que seguir normas para dar o benefício a essas pessoas... então a gente faz a visita, faz o relatório e muitas vezes não é liberado. Principalmente Cesta Básica... o que a gente mais solicita aqui é Cesta Básica. E não vem para todos que a gente solicita... então o que a gente fica mais frustrado... porque a gente vê a situação, você vê a realidade daquela pessoa, mas você não dá um retorno... um respaldo pra ela. E elas ficam cobrando isso da gente como técnico, né? Porque é você que tá lá na casa dela... é você que faz a visita... é você que faz o relatório. Eles cobram a nós. Aí muitas vezes vem a relação da secretaria. Vamos dizer na minha área, tem várias pessoas que tem essa necessidade do Benefício Eventual. Cada técnico tem uma área. Eu não faço relatório de todas as pessoas que me solicitam um Benefício Eventual de Cesta Básica, porque a secretaria nem tem condições de me dar esse retorno. Eu faço somente aquelas de maior necessidade mesmo... que quando a gente chega na casa, às vezes nem fogão tem... só um fogãozinho a lenha mesmo. O usuário chega aqui no CRAS, ele solicita... dizendo que tá sem emprego, que não tem nada na família... aí eu faço a visita e vou observar... vou ver né? Aquela realidade ali. E a gente chega e realmente a gente se depara com essa situação... eles não tem renda, pedem esmola (Entrevistada 15, Assistente Social, CRAS).

Insegurança alimentar tem bastante, não sei se vem também daquela questão do assistencialismo. Muitos usuários vêem o CRAS como a Cesta Básica. É como se o CRAS fosse Bolsa Família e Cesta Básica. Então a gente tem que fazer todo um trabalho de sensibilização, até porque com o corte dos recursos a gente não tem como está disponibilizando Cesta como a gente disponibilizava antes. Então quando vem Cesta, exemplo, vem 16 cestas, para a equipe se dividir naquelas 16 Cestas, né? A gente mandou a lista com 26, veio 16, então nem todo mundo vai ser entendido. A gente divide equivalente por técnicos e o que sobra, a gente vai ver... das famílias que a gente enviou o relatório. Primeiro que a gente tem que prestar constas do

que a gente entrega... a gente tem um protocolo e eles sempre pedem uma lista das cestas que a gente entregou. Então a gente procura entregar, vamos supor 2 por técnico, aí eu vou ver, das famílias que eu enviei o relatório, pelo menos eu faço assim, quem precisa mais no momento. E as que sobram, a gente vai ver destas famílias, ou às vezes uma demanda que surge de última hora, ou uma demanda que surge do Programa Criança Feliz, enfim... (Entrevistada 06, psicóloga, CRAS).

Percebemos, a partir dos relatos acima que, o critério de maior vulnerabilidade social parece orientar de modo geral, o processo da concessão de benefícios eventuais, desde o instante da solicitação e da realização da visita domiciliar, à construção do relatório que deve justificar, frente a um processo burocrático normatizado pela própria Política Nacional de Assistência Social, a concessão do Benefício. Entretanto, no momento em que há mais pessoas que se encaixam no perfil do benefício do que Cestas a distribuir, o primeiro critério utilizado, de acordo com a narrativa acima, é a distribuição equivalente entre os técnicos, reforçando a ideia de que isso é feito para que os profissionais continuem a ser valorizados frente às famílias que acompanham. Uma hipótese que podemos depreender dessas reflexões é a de que a concessão do Benefício Eventual, ao mobilizar disposições sociais produzidas em uma longa história, fundadas na reciprocidade desigual das trocas e dívidas, como sugere Lanna (1995), pode ser convertida em capital simbólico, ou seja, aumentar a legitimidade e capacidade de intervir na modelagem da moralidade das famílias pobres, mesmo com certo grau de “violência simbólica”.

Entretanto, o critério da distribuição igual entre os técnicos parece não ser uma regra generalizada entre os serviços, uma vez que nas entrevistas encontrei outras explicações, apontando mais marcadamente para o critério de necessidade, avaliado conjuntamente entre as técnicas.

Exatamente a gente vai por questão assim... a gente olha... a gente senta as técnicas e diz vamos ver cada caso, todo mundo e vamos ver que de fato, realmente, eu quando peço é assim quando a família está em extrema extrema (dificuldade). Eu vejo a questão de renda. “olha... tem pelo menos uma renda, tem alguma família que ajuda? Recebe alguma ajuda?” então se disse assim, “a família ajuda”, então a gente já fala então vamos dar um tempinho, essa não vai receber agora, então a gente transfere dessa para essa, tu entendesse? Então a gente meio que faz malabarismo. Então assim, esses meses, a orientação maior da gente foi ter esse controle nos benefícios eventuais... Cesta básica, daqui a pouco vai ser enxoval também, vai ser a mesma situação. Então houve situação que eu solicitei o enxoval, a gestante teve o bebê, e o que ela tinha era uma bolsa.... só tinha a

bolsa, com algumas fraldinhas só... E não veio! Então assim, a gente ficou louco, meus Deus do céu! Que situação, entendeu? Então é essa a nossa realidade (Entrevistada 07, Assistente Social, CRAS).

É na faixa de 60 para lá... e só vem vinte para dividir para os cinco técnicos. Não é quantidade igual para os técnicos, é por prioridade. A gente senta e decide.. tu vai dar pra quem? tem que fazer o peneirado mesmo. Tem que ver quem realmente está precisando. Extrema pobreza mesmo (Entrevistada 15, Assistente Social, CRAS).

Como já dito, talvez a forma de distribuição equivalente entre os técnicos, tenha sido uma resposta de algumas equipes locais à falta de recursos e à possível diminuição da legitimidade dos profissionais, pois, ao negar o benefício, é o técnico que se expõe frente ao usuário, e nesse sentido, é contra ele que é encaminhada toda a frustração das famílias. Essa lógica se conecta possivelmente com a do relato sobre a fotografia na distribuição das doações de alimentos, citado por mim nesse capítulo, como uma disposição social que transpõe as orientações técnicas e conduz a continuidade de relações assistenciais marcadas pela personalidade.

Agora a gente tá vendo que as dificuldades estão maiores, né? Porque tudo depende de verbas... das verbas, né? Isso aí foi cortado né? A dificuldade tá muito grande, porque o usuário cobra de nós, né? E não entende o verdadeiro motivo... quem é o culpado por isso e culpa a equipe, o município. A gente sente a dificuldade nisso aí (Entrevistada 10, Assistente Social, CRAS).

Ao tempo em que o Benefício Eventual cumpre uma função importante, pois pode complementar o Bolsa Família em situações emergenciais, amenizando a insegurança alimentar momentaneamente, se encaixa com certa facilidade na expectativa social dos pobres sobre o dispositivo da “ajuda”. Em virtude disso, como já dito, também é utilizada como uma modalidade de ampliação do capital simbólico.

Em um plano macro, o incremento de capital simbólico deveria se dar em favor da gestão municipal, pois não é possível apresentar-se frente aos usuários do serviço senão como representante da “prefeitura”. Num plano interacional, da interação face-a-face entre o técnico que recebe a demanda do benefício, faz a visita, constrói um relatório e distribui o benefício, parte desse capital simbólico que poderia ser atribuído ao grupo político que o técnico, mesmo sem intenção, representa, acaba sendo transferido para o próprio técnico. Haja vista a disposição social para assimilar a “Cesta Básica”, a partir da generosidade da pessoa que se apresenta frente à família.

Nesse interim, podemos dizer que a interpretação do benefício enquanto “direito”, não conseguiu ser disseminada para os beneficiários. Como essa dimensão aponta uma importante contradição com o “sentido dos benefícios” que estrutura a Política, é preciso perguntar-se, quais são os processos que mantêm essa disposição social de uma relação fundada na doação e na dívida.

Em uma das minhas visitas aos CRAS, para a realização das entrevistas, cheguei cedo, um pouco antes das 8h e pude presenciar a sala de espera, que fica contígua à recepção, repleta de pessoas sentadas, aguardando atendimento. O assistente social que entrevistaria me recepcionou, mas solicitou que eu aguardasse um pouco, pois ele precisaria fazer “uma acolhida” aos usuários do serviço. Pude assistir a esse evento, que se deu no espaço em que funcionava a sala de espera e a recepção do serviço. O profissional começou falando sobre os benefícios como o PBF e os Benefícios Eventuais. Explicou os critérios de renda utilizados e as condicionalidades associadas ao PBF. Ao finalizar a sua palestra, disse que os profissionais daquele serviço, ali estavam para “facilitar” o acesso a direitos, reforçando o sentido formal que orienta as normativas da “Política”.

Isso poderia indicar que há um esforço de alguns técnicos para orientar os usuários sobre o “direito” enquanto sentido da sua relação com os benefícios. Em termos bourdieusianos, esse investimento poderia servir para transferir capital cultural (advindo do conhecimento da Política) para os usuários, e assim sendo, fazer escapar à lógica da dívida. Mas, se tudo indica – e é possível perceber nos dados dessa pesquisa – que o “sentido” mais forte dos benefícios continua associado à benesse, podemos apontar três hipóteses não excludentes: 1) Mesmo que haja algum esforço no sentido de ampliar a consciência da “Política” como “direito”, não é generalizado o suficiente, hipótese que parece razoável tendo em vista a incapacidade dos serviços no que diz respeito ao cumprimento de todos os seus objetivos e a disparidade de acúmulo de capital cultural (em termos de domínio da Política) entre os próprios técnicos¹⁶. 2) Os *habitus* que orientam a relação de “doação”, fundados numa longa história, e cujo conteúdo remetem à noção de caridade, por um lado, e ao clientelismo fundado na dívida, por outro, constituem estruturas que foram interiorizadas de forma

¹⁶ Sobre essas duas dimensões: 1) a intensificação do trabalho dos técnicos que vulnerabiliza o acompanhamento familiar e as ações educativas no serviço; 2) O acúmulo diferenciado de capital cultural entre os técnicos, no que diz respeito ao entendimento e uso das normativas estabelecidas pela Política.

muito consistente e continuam a ser alimentadas, mesmo que de maneira não-consciente e eufemizada pelos serviços de Assistência Social. 3) Outra possibilidade interpretativa pode advir do fato que ampliar a consciência do Benefício como “direito” pode “despessoalizar” o benefício e fragilizar, em termos de capital simbólico e de interesses eleitorais, o grupo político que conduz a gestão dos serviços. O episódio da “retirada dos adesivos da porta”, narrado aqui, pode evidenciar esse esforço de “re-pessoalizar” o benefício, que subsiste, mesmo à contragosto das normativas. As hipóteses apresentadas aqui remetem ao poder simbólico, conceito que a nosso ver pode servir como eficiente instrumento heurístico para interpretar esse cenário.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação de diferentes espécies de capitais em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência em que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1989, p. 15).

A doação da cesta básica, aparece assim, eufemizada como Benefício Eventual, a partir da instituição de um sistema simbólico amparado por uma estrutura racional e técnica da política. Verdés-Leroux (1986) atribui uma função parecida, ao falar sobre a introdução do *case-work* na prática da assistência social. As normas e nomenclaturas da política servem perfeitamente a esse propósito: apresentam um “sentido” técnico para a ajuda:

Porque assim eles já ficam acostumados em saber que todo mês vem aqui pegar a cesta. Aí na cabeça... por exemplo, se um técnico já era acostumado a trabalhar dessa forma... sempre entregou cesta... têm técnicos que, por exemplo, não faz a visita na casa, aí entrega já uma emergencial. Aí isso acaba desfocando. É bem delicado essa questão assim.. e aí eles ficam mal acostumados. Aí quando chega uma pessoa que faz assim... “não é assim não, são três meses, caso haja necessidade a gente retorna na casa pra fazer outra visita... outra solicitação, mas eles não compreendem (Entrevistada 14, Psicóloga, CRAS).

As bases da narrativa técnica sobre os Benefícios Eventuais apontam, como já dito, para as emergências por um lado, e para o trabalho social com as famílias pelo outro. No bojo do paradoxo vivido entre as continuidades das lógicas assistenciais caritativo-clientelistas e a Assistência Social, enquanto Política Pública, normatizada e fundada na noção de “direito social”, os técnicos enfrentam e produzem interpretações sobre a falta de engajamento dos usuários no processo de “melhoria de sua vida”. Expressões como “autonomia”, “transformar” e “Vontade de mudar” são palavras que atravessam, para o bem ou para o mal, as representações sobre os beneficiários.

7.4 - ACOMODADOS, INDISCIPLINADOS E DISSIMULADOS: A VIDA DAS FAMÍLIAS POBRES COMO “TERRA DE MISSÃO”.

É importante sinalizar que o “espírito da política de assistência social”, ou seja, o sentido de seu projeto técnico se ampara na possibilidade de uma troca, em que ao receber o Benefício Eventual ou os Benefícios com características mais continuadas, como é o caso do Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada, o usuário deve se disponibilizar a abrir a sua casa e a sua vida para a intervenção dos técnicos, em função do desejo de mudança e conformação em torno das expectativas de ajustamento social.

Se pensarmos na constituição da condicionalidade, ou seja, nessa necessidade de abertura para o ajustamento, como moeda de troca em torno do benefício, podemos apontar para uma história de longa duração. Em primeiro plano, é possível perceber essa disposição na estruturação do setor social da maneira como se inicia em outros países. No caso da França, ainda em meados do século XIX, por exemplo, uma das “condições” para o recebimento das doações, era a *familização*, ou seja, a introdução da lógica familiar burguesa no seio das classes operárias. A *familização* servia à propósitos maiores, estando associada às necessidades do desenvolvimento do capitalismo, e nesse sentido, de trabalhadores afeitos à disciplina corporal e afetiva que o emergente modelo econômico exigia (DONZELOT, 1986).

Nas entrevistas, foi presente de maneira importante uma perspectiva sobre as dificuldades do trabalho social com as famílias, que aponta para “a falta de vontade” como o maior entrave para a transformação social das vidas dos usuários. Essa é uma

compreensão bastante significativa e reitera o que Ana Bock (2003) identificou em sua tese como uma das três ideologias que estruturam a prática psicológica no Brasil: “Os psicólogos têm compreendido os sujeitos como responsáveis e capazes diante do seu próprio desenvolvimento”. A autora depreende desse resultado que a psicologia e os psicólogos individualizam a questão social, desconsiderando os condicionantes que constituem as situações de vulnerabilidade, e assim sendo, reforçando a culpa pelo fracasso.

Mas, ao que parece, não são somente os psicólogos apresentam a dificuldade de apreender os fenômenos em sua integralidade social. Os trechos das entrevistas que seguem evidenciam que essa interpretação individualizada da pobreza e fundamentada na ideia de “vontade de mudar”, transita entre técnicos das duas profissões, em especial, quando se analisa os porquês de os usuários não aderirem ao acompanhamento familiar.

Mas tem famílias que não aderem assim... “Eu não tenho condições, tô passando fome”. Aí a gente consegue uma cesta básica... “Mas isso aqui é um Benefício Eventual para você se estabelecer, por um período, vamos matricular num curso”. Aí matricula e não vai, aí quando termina a cesta, aí diz: “Não, eu não arrumei nada”, aí quer mais cesta, aí já vê que... mas tem famílias que começa fazendo o curso, já tá trabalhando, não precisa mais. Tem famílias que diz, “Ó... já recebi três cestas, pode dar para quem precisa”, então a gente vê que aquele trabalho com aquela família teve resultados (Entrevistada 10, Assistente Social CRAS).

É uma família, ela tem nove filhos... e quatro dos filhos dela, estão em abrigo. Dois... dois estão em abrigo... são pequenos... dois dos filhos dela estão com a guarda com a irmã. Tem a que está com ela de quatorze anos, que já está envolvida com um monte de coisa errada né? Se envolve com droga, bebe, sai, só volta no outro dia... e ela tem quatorze anos. E ela tem até um bebê, de um ano e pouco também... ela pega o bebê e vai pedir esmola. Aí eu fico pensando... quando eu fui fazer a ficha dela... ela falando... e no rosto dela você vê, não vê aquele... é como se fosse normal. Eu noto isso na comunidade. É como se fosse normal. Para mim não é... eu acho que para os meus colegas também não é. Mas para a família é assim... soa isso. Eu vejo isso no rosto delas... e é não é só dela. Eu vejo no rosto de várias pessoas da comunidade que tem uma história parecida com a dela... assim essa normalidade: “não porque minha filha vai sair do presídio, aí vai ficar morando com o irmão e não sei o quê não sei o quê... aí esse... fulana... a de quatorze anos que tá lá em casa, mas eu não prendo ela em casa, porque eu fecho a porta e ela pega e quebra a porta e vai embora... e às vezes é a polícia que traz ela aqui em casa”. Assim eu vejo essa questão dessa normalidade, na questão do limite... das regras. (Entrevistada 11, psicóloga, CRAS).

[...] Existe uma dificuldade de implicar de fato essas famílias. Elas já vêm com um comodismo muito grande, porque é como eu te falei... essa questão da Cesta Básica. Porque é Benefício Eventual e deveria ser por um tempo, mas não é. Se eu pego um prontuário aqui de 2010... 2011, né? Cadê? A família não conseguiu evoluir não? Então eu vejo a necessidade assim de qualificar essas famílias (Entrevistada 14, Psicóloga, CRAS).

Para explicar o insucesso dos propósitos do serviço, pautado na lógica da gradual autonomização no que diz respeito à necessidade dos benefícios, surgem representações dos usuários que os posicionam como “acomodados”, “acostumados”, “sem vontade”. É importante pensar que essas representações são produzidas no âmbito da cultura, mas também são reflexo da psicologização da assistência social, no sentido do que aponta Pussetti e Brazzabeni (2011), do investimento cada vez mais profundo na exploração da intimidade dos assistidos, e no reconhecimento dos aspectos comportamentais como “objeto de intervenção”, conforme aponta Verdès-Leroux (1986) sobre a introdução do *case work* na Assistência Social.

Tratar a persistência da pobreza como um desdobramento da dimensão volitiva é, como já dito, individualizar a explicação de um fenômeno deveras estrutural, ao tempo em que estigmatiza o beneficiário. Mas não somente isso, essa fórmula de interpretação da questão social também produz a impressão de que o trabalho dos técnicos pode ser bem sucedido no enfrentamento da questão social, mesmo que atuando de forma focalizada nas famílias em maior miserabilidade, e sem contar com o apoio de transformações mais profundas no âmbito estrutural. Veremos que esse sentido acaba sendo incorporado como algo importante na definição da identidade profissional, fazendo das famílias, objetos de missões civilizatórias. Aqui evidencia-se a possível presença do poder pastoral (FOUCAULT, 1990) sobre o qual refletiremos mais à frente e cujo registro da presença nas práticas assistenciais foi apontado por Vieira (2013) em seu trabalho histórico sobre as práticas das Visitadoras Sociais no Brasil nas décadas de 1940 e 1950.

Retomando a reflexão sobre as “representações sobre os usuários”, é importante mencionar uma pesquisa de cunho antropológico e sociológico sobre as representações de beneficiários e trabalhadores do Programa Bolsa Família acerca do recebimento do benefício, Marins (2014, p. 549) percebe que:

“[...] no âmbito do atendimento, os profissionais realizam julgamentos normativos variados, acabando por atravessar a fronteira virtual entre

“burocracia” e “cultura”. Os próprios profissionais oscilam entre a lógica racional/legal (quando interagem de forma assistencial ou burocrática) e as avaliações valorativas (em que a moralidade e o estigma se apresentam de forma mais forte).

No que diz respeito ao cotidiano dos serviços, essa desvalorização identitária dos usuários, pode converter-se em atitudes sutis dos técnicos, na busca de demarcar e promover a distinção. Em um dos CRAS visitados, situado em um território de extrema vulnerabilidade social e econômica da cidade, vivenciei uma situação que me inquietou e que eu narro aqui: Ao final da última entrevista, perguntei ao recepcionista aonde era o banheiro, ele me apontou uma porta. Antes que eu entrasse, a técnica entreviu, dizendo que iria pegar a chave do banheiro “que eles usavam”. Entendi naquele momento que eu estava indo ao banheiro destinado “aos usuários”. A faxineira ao ver a cena, disse que havia acabado de limpá-lo, o que deu um desfecho ao imbróglio, permitindo que eu usasse o banheiro “dos usuários” e que a técnica desistisse de oferecer o “banheiro exclusivo”.

Essa demarcação, sutilmente apresentada nesse evento, aparece de outras formas no cotidiano dos serviços, ganhando, por vezes, a dimensão de uma certa competição, que se exerce ao menos no âmbito da narrativa identitária, em virtude do que o usuário “pode ou não pode ter”.

Por exemplo no atitude, eu lembro que a executora comprava pro natal chester, de marcas assim Bauduco, coca-cola da coca... parece irrisório, besteira, isso mas, quando eles viam diziam, “coca, da verdadeira, não sei o quê” e comiam... e nunca teve essa discriminação... porque para eles que são usuários tinha que ter essa discriminação? Só que escutei também uma profissional: “eita tão com mais luxo do que eu. Comendo isso e lá em casa mesmo eu não compro”... aí veja, como é que a gente faz as coisas né? Em vez de eu separar e pensar e dizer que todo mundo deve ter acesso a isso, não, você começa a pensar que aquela pessoa não deve ter esse acesso porque eu tenho que ter esse acesso... (Entrevistada 02, Assistente Social, CREAS).

A mesma entrevistada, narra outra situação, em que a cozinheira de um serviço reclama da quantidade de garrafas de café que precisava fazer para os usuários: “esse pessoal toma café demais”. Essa demarcação distintiva parece acontecer também em representações que apontam para a suspeição sobre as histórias dos usuários. Nesse sentido, os técnicos reforçam a necessidade das visitas

domiciliares, apontando para os falseamentos, as mentiras e as dissimulações de usuários que vão ao serviço solicitar o Benefício Eventual.

[...] tem usuário que chega aqui dizendo que tá morrendo de fome. Então, isso sensibiliza quem está aqui. Só que para a gente liberar a gente tem que fazer uma visita e muitas vezes... eu já cheguei em casa... O usuário chegou aqui chorando de fome, e quando cheguei na casa da mulher... a casa da mulher era mais equipada que a minha... quando eu cheguei na cozinha, a dispensa tava mais cheia que a minha (Entrevistada 06, psicóloga, CRAS).

Os usos da dissimulação nesse contexto não são surpreendentes, visto que a lógica da investigação da condição social por si, produz um cenário que estimula as performances de pobreza, conforme sugerido por Goffman (1985) estabelece-se uma certa definição da situação que proporciona a intenção de dissimular ou de performatizar. Entretanto, a emergência dessa interpretação, no contexto da narrativa, oferece possivelmente uma das representações circulantes sobre os usuários da Assistência Social.

A desconfiança e a vigilância, parece ser uma lógica bastante comum entre os profissionais da assistência social, e reflete talvez a introdução, cada vez mais eficaz e enraizada, da judicialização. A visita domiciliar consiste, portanto, no instrumento que permite esse exercício de vigilância, tão afeito ao poder disciplinar e seus desdobramentos na vida dos pobres.

A visita domiciliar, como instrumento impositivo, carrega o discurso higienista sobre os modos de vida da população através de uma prática policalesca. O modo punitivo expressa-se já no planejamento das visitas quando há, em determinados momentos, reprodução de discursos como: é preciso “pegar de surpresa o usuário”. Essa postura profissional supõe que há algo escondido que a população não deseja apresentar (RIBEIRO, 2010, p. 211).

A presença dessa disposição para a vigilância parece atingir não somente aos usuários, sendo de certa forma enraizada em todos os níveis da prática profissional, no que diz respeito à relação dos técnicos com posições sociais de menor prestígio dentro da hierarquia do campo. Nesse sentido, esse tema remete novamente a um dos eventos da minha experiência enquanto psicólogo de um CRAS no ano de 2010. Atuando em uma rede composta não somente pelos CRAS, mas por uma série de serviços socioeducativos, executados em distritos (especialmente da zona rural), sob

a direção de educadores sociais, tínhamos a tarefa de orientar e fiscalizar as práticas desses agentes.

Uma das discussões realizadas no âmbito de uma espécie de conselho, que se configurava como uma reunião quinzenal entre técnicos e coordenadoras dos serviços da PSB, discutíamos sobre o protocolo de “chegar sem avisar” nos serviços socioeducativos para fiscalizar se as orientações estavam sendo cumpridas pelos educadores sociais¹⁷. As reflexões desse coletivo nos levaram a implementar o contato anterior com os educadores sociais, para tentar impulsionar mudanças no sentido da “vigilância” inerente à nossa atuação. Com a aprofundamento dos debates do referido “conselho”, passamos a apontar para a precariedade profissional dos educadores sociais, que recebiam, através de uma empresa terceirizada, algo relativo a meio salário mínimo à época. Esse “espaço democrático” passou a partir daí, a representar uma ameaça à gestão, e assim sendo, não tardou a ser dissolvido pela secretária de assistência social.

Em outro município, de acordo com relatos de estagiários em 2016: “Um técnico da equipe social da Justiça foi a uma Casa de Acolhimento para entregar uma “ordem de desligamento” de uma das crianças que ali estavam sob medida protetiva. A equipe técnica do serviço foi surpreendida pela notícia e a criança teve que ser “aprontada” para o reencontro com a sua mãe às pressas. Tinha no momento 1 ano e 3 meses. Seis meses antes, a mãe teve o “poder familiar” suspenso porque estava pedindo esmolas com a criança no colo. A criança passou a ser provisoriamente “responsabilidade do estado”. Durante o tempo em que a criança esteve acolhida, a mãe a visitou com frequência, dentro dos moldes permitidos pela instituição. O acompanhamento do processo pela equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude e da Casa de Acolhimento endossaram o retorno da criança à sua família de origem.

Antes da ida, uma das técnicas da Casa questionou sobre a necessidade de avisar à mãe. O técnico da equipe da Justiça sinalizou que não avisaria, pois gostaria de saber como estaria a casa e se a família estaria mesmo preparada para receber a criança. Na pressa da hora, somente alguns documentos da criança foram recolhidos, outros permaneceram na Casa.

¹⁷ Esse espaço coletivo me parecia muito interessante por possibilitar uma revisão coletiva das práticas e um processo de ampliação da consciência sobre as disposições incorporadas nesse cenário de atuação.

O carro branco com adesivo da justiça chegou ao bairro. Curiosos com a presença do veículo oficial, os vizinhos se juntaram. Desceram do carro os visitantes e a criança. Aproveitando a porta aberta, o técnico psicossocial da Justiça, adentrou na casa (sem avisar) e anunciou que queria falar com a mãe da criança. Os outros visitantes seguiram o mesmo caminho e ingressaram na residência, assim como alguns vizinhos curiosos. Ao ver a criança e ser comunicada de seu retorno, a mãe desabou em choro convulsivo, de intensa alegria, abraçou e beijou a filha repetidamente. Enquanto isso a técnica da Casa de Acolhimento entregou o cartão de vacinação, chamando a atenção de que estava todo atualizado e que a mãe, teria a responsabilidade de mantê-lo assim. Informou à mãe que os outros documentos deveriam ser recolhidos na Casa. O técnico da equipe psicossocial da justiça, por sua vez, em tom de admoestação, explicou que faria visitas constantes para saber se a criança estava bem, se a casa estava limpa e organizada. Não falou da periodicidade da visita, apesar de já estar estabelecido o prazo de três meses. Como disse quando os visitantes retornaram ao carro: “É necessário pegar de surpresa”.

Na minha compreensão essa situação é emblemática das relações entre serviço e usuários da assistência social. Revela o que, embora explicitamente produzido, é camuflado no discurso técnico-jurídico dessas instituições: “O desejo de Ordem”, “controle da vida dos pobres”, “desconfiança sobre a moralidade dos pobres”.

Essa desconfiança sobre a moralidade dos pobres associa-se a diversos fenômenos, transitando entre uma preocupação com a higiene da casa, sobre o que discutiremos mais à fundo no próximo capítulo, e hábitos considerados imorais, especialmente porque produzem um cenário que na mentalidade dos técnicos, é propenso à violação dos direitos, ou mesmo à desvirtuação moral de sujeitos em desenvolvimento físico, psíquico e social. A questão do uso de bebidas alcoólicas e de outras drogas aparece, portanto, como grande ameaça e ampara a interpretação da degradação moral das famílias.

Outra situação, também relatada no âmbito do estágio, revela essa preocupação com a moralidade dos pobres, enquanto elemento balizador de decisões sobre a manutenção da “suspensão do poder familiar” sobre as crianças e adolescentes. Uma equipe técnica do CRAS recebe a incumbência de um Juiz da Vara da Infância e da Juventude, para verificar se uma família poderia readquirir os direitos sobre a guarda dos filhos. A visita da equipe foi feita à família que morava em um acampamento de um movimento social, na periferia do município sobre o qual a

tese se debruça. Ao chegar à barraca de lona-preta em que a família residia, a técnica pediu que chamassem a mãe. A senhora apareceu, um tanto desconcertada frente à presença daquelas pessoas da “prefeitura”. O que se seguiu daí é o que mais me interessa: a primeira questão observada pela técnica foi um ferimento no joelho da senhora. “O que foi isso aí no joelho da senhora? A senhora está bebendo de novo?”. A essa pergunta a mulher respondeu que havia caído lavando roupas no lajedo.

Para mim importa pouco a veracidade ou não do argumento da usuária do serviço. Interessa-me saber por que o “olhar” da técnica é conduzido para o ferimento, mais que isso, porque a primeira questão que a interessa é saber se a usuária continua ou não bebendo. A entrevista nesse sentido não é conduzida com a finalidade de estabelecer uma parceria com a família, de apoiá-la nas transformações necessárias para uma vida mais digna. Ao contrário têm caráter fiscalizador e policialesco, como sugere Ribeiro (2010) ao discutir sobre a visita domiciliar como instrumento das políticas públicas.

Um usuário que ele tava com uma ferida enorme na perna, não tinha ninguém que tomasse conta. Era alcoolista, não aceitava muito as nossas orientações, que a gente queria colocar ele numa casa de acolhimento. E o esgoto das outras casas passava dentro da casa dele, assim... passava dentro mesmo da casa. A casa era bem precária, alugada, não era dele. Ele pagava o aluguel da casa com o dinheiro do bolsa família... e os vizinhos assim... tinha alguns vizinhos que ajudavam com um prato de comida, isso aquilo e outros levavam até bebida alcoólica, que ele era usuário de álcool. E assim a casa bem precária, não tinha nenhum móvel... não era rebocada. E questão de higiene, pior ainda... ele tinha apenas uma cama na sala... que só era um cômodo. A sala e o banheiro... bem precária, bastante mesmo, e o esgoto passando dentro da casa. Não oferecia a ele nenhum tipo de conforto, só agravava ainda mais o problema de saúde que ele já tinha. [...] conseguiu um dinheiro que saiu de uma época que trabalhava de carteira assinada, e fez uma festa nesse ambiente. Com mulheres, muita bebida e ele disse a gente, falava como se fosse comemorando, que tinha feito essa festa lá. E a gente tenta pegar pelo bom senso: “e sua saúde?” que ele tava com a saúde muito debilitada. Ele quase não comia, mas bebida... trocou tudo por bebida de dentro de casa. (Entrevistada 03, Assistente Social, CREAS).

Ela e o esposo... eles são álcoolatras, né? Eu acho assim... se eles fazem e os filhos vêem... reproduzem... eu acho que isso destrambelhou tudo. O que me choca não é a história em si, é o jeito que a família lida com o problema... essa coisa da normalidade (Entrevistada 11, Psicóloga, CRAS).

Uma das dificuldades que eu particularmente vejo nas famílias que eu atendo é a droga. Esses dias eu precisei fazer, tem uma menina... O

criança feliz atende mulheres que estão gestante ou que tem crianças pequenas, e eu tentei fazer uma visita na casa de uma pessoa. Eu fui três vezes e a pessoa não permitiu que eu entrasse, e eu sabia que ela precisa de um enxoval, que ela precisa desse suporte, entende? Mas é como se ela tivesse medo de permitir esse acesso nosso, porque talvez a gente ficasse sabendo de alguma coisa, talvez olha... tem umas coisas aqui que é meio complicado, na questão que diz assim... as visitas são mais de morro. E eu fiquei com uma parte que tem o morro, e eu vejo que as pessoas têm muita dificuldade nessa questão de nos permitir estar fazendo parte desse movimento, desse momento da vida delas. Porque é muito complicado. É muito complicado você trabalhar em ambiente com usuários de droga. Na realidade nunca me causou medo, porque como eu já venho de uma experiência de FUNASE, quando eu cheguei aqui... mas na contrapartida eu vejo que a droga ainda é muito forte [...]. Fui na casa delas três vezes, as duas primeiras vezes... na primeira ela não me recebeu, na segunda ela não me recebeu. Na terceira tava ela e uns sete ou oito rapazes, todos fumando droga. E eu só fui porque o motorista conhecia a área e conhecia o pessoal. Mas assim, aí eu fui e disse assim... *“Mas Joana¹⁸, tu com sete meses, mulher vamos fazer o cadastro, você vai ganhar o enxoval, “mas eu já tenho... e esse negócio é muito complicado, tem que entrar dentro da casa, tem que perguntar”. Como assim? Tu entende como é? Então são coisas assim que, por mais que a gente queira fazer diferente, é complicado as pessoas entenderem que existe uma contrapartida, não é só o dar o dar o dar”* (Entrevistada 16, Psicóloga, CRAS).

Como sinalizado por Marins (2014), os profissionais da Assistência Social produzem representações sobre os usuários que transitam entre um polo moralizante e outro técnico, assim sendo, várias lógicas se complementam, se alternam e se sucedem. Nesse sentido, a interpretação do “desvio” como algo subjacente à vida dos pobres assistidos, auxilia na legitimação do sentido da prática profissional, que como já vem sendo dito, incorpora uma auto-representação sustentada no salvacionismo e na possibilidade de ajustar esses indivíduos a condições melhores, em termos de cuidado com as crianças, e de implantação de condições sanitárias coerentes com a interpretação hegemônica sobre ambientes saudáveis e insalubres, sustentada especialmente no discurso higienista que vem sendo constituído há mais de um século, conforme nos evidencia Donzelot (1986) e Rago (2014).

Surge nesta lógica uma nova espécie de pacto social entre os marginais, que devem fazer o possível para se integrarem, e os especialistas (psicólogos, assistentes sociais, educadores, mas também sociólogos e antropólogos); que se disponibilizam para aliviar o sofrimento daqueles, ajustando-os a construir novos projetos de vida (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011, p.474).

¹⁸ Nome fictício.

E é justamente, nas relações entre técnicos e usuários da Assistência, em que, não sendo aceito esse “pacto social”, se mobiliza a disposição para tratar os assistidos como desviantes, acomodados e, assim sendo desprovidos de vontade para promover mudanças no sentido da incorporação e do ajustamento moral e social. É o que parece ser sinalizado, na narrativa da entrevistada 16, no trecho destacado por nós: “[...] é complicado as pessoas entenderem que existe uma contrapartida”.

Por outro lado, algumas narrativas dos entrevistados, embora bem mais escassas dentro do conjunto de dados colhidos para essa tese, apontam para a compreensão da manutenção da situação de pobreza (e dos seus subprodutos sociais e existenciais) como algo relacionado a um contexto macroeconômico, indicando que boa parte dos usuários se engajaria e melhoria de vida se tivessem acesso a empregos e condições dignas para sustentar suas famílias. Analisamos no tópico abaixo a presença e os sentidos dessas interpretações, refletindo sobre o quanto esses sentidos dissonantes podem ser mobilizados para romper com a lógica hegemônica do controle e da compaixão.

7.5 - PODER PASTORAL E IDENTIDADE PROFISSIONAL: GUIAR, DESENVOLVER POTENCIALIDADES E CUIDAR.

O pastor Miguel Brun me contou que há alguns anos esteve com os índios do Chaco paraguaio. Ele formava parte de uma missão evangelizadora. Os missionários visitaram um cacique que tinha fama de ser muito sábio. O cacique, um gordo quieto e calado, escutou sem pestanejar a propaganda religiosa que leram para ele na língua dos índios. Quando a leitura terminou, os missionários ficaram esperando. O cacique levou um tempo. Depois, opinou: — Você coça. E coça bastante, e coça muito bem. E sentenciou: — Mas onde você coça não coça (Eduardo Galeano. A função da arte n/2. O livro dos abraços).

Ao serem questionados sobre a dificuldade de mobilização e engajamento nos processos de acompanhamento familiar instaurados pelos serviços, alguns profissionais ampliam a perspectiva sobre a pobreza, desatrelando-a da dimensão individual e culpabilizadora sobre a família e apontando questões estruturais, como a dinâmica do sistema econômico e a repercussão de decisões políticas ao nível dos governos.

Olha eu não lembro que citou essa frase, mas eu acredito que o grande problema social seria um emprego. Eu acho que se essas pessoas tivessem um emprego digno talvez até acabasse o meu emprego. Mas assim, isso seria até gratificante porque eu acredito que o trabalho dignifica o homem. Então é assim, eu acho que essas pessoas tivessem pelo menos um emprego digno, todas essas pessoas que são assistidas pela assistência, eu acho que tudo isso. Lógico que dinheiro não é tudo, mas é o básico. Você com um empregozinho, você como o que dá né? O básico mesmo, mas eu acho que tem aquela segurança. Tem sim uma segurança. Então o que a gente vê muito, nas pessoas que nos procuram aqui é essa ausência, entendeu? Então essa ausência ela gera todos os problemas, entendeu? Infelizmente. [...] Eu acredito que isso é um problema macro, não seria bem as famílias que poderiam fazer alguma coisa. Eu acredito que se a gente tivesse um governo que fosse focado nas questões sociais, eu acho que era o caminho né? Lógico que as famílias também têm que fazer a parte dela. Mas eu acho que o estado tem que propor alternativas. Porque veja, eu vou dizer a você, a maioria das pessoas marginaliza muito quem recebe bolsa família, mas se eu te falar a verdade, a... digamos que noventa por cento das pessoas que chegam aqui, elas chegam dispostas a querer um emprego. Dizem, “olha eu tô aqui, porque eu não tenho nada em casa, mas eu tô procurando... tô botando um currículo, eu tô me virando, eu tô tirando pelo”, que é um trabalho mais doméstico na confecção. E é um trabalho de remuneração muito baixa, de muito trabalho e muito baixa. E mesmo sendo bem baixa, as pessoas estão fazendo. Então se tá fazendo é porque tá precisando. Eu vejo que as pessoas elas querem, é um ou outro, é muito assim... digo a você seguramente, é muito pouco alguém que só queira depender do governo... é irrisório (Entrevistada 07, Assistente Social, CRAS).

Aí quando você vai pensar no contexto sociocultural dessas famílias, aí você vai perguntar, até que ponto é só perversidade desses pais? E não... ele já foi preso, então ele tem toda uma vivência dentro do sistema prisional, e como tudo isso pode ter afetado a ele para ele estar fazendo isso. Então é muito tênue a linha do que você pode tá fazendo de certo e do que você pode estar errando e prejudicando aquela família. Infelizmente as condições enquanto estado, enquanto estado que eu digo não é só do estado em Pernambuco não, enquanto estado, federação mesmo, eles têm colocado os serviços.... os serviços enquanto políticas públicas de modo geral, não só da assistência social... o sucateamento, a depreciação do profissional, isso faz com que exista uma rotatividade enorme dentro dos serviços a assistência, então faz com que hoje eu esteja acompanhando (uma

família), daqui a quatro meses, de repente eu não estou mais acompanhando, quem estará é outro profissional, com outra perspectiva, que tem outros interesses. Às vezes você está aqui dentro de um serviço da assistência como passagem, já visualizando outra coisa, porque... isso aí eu digo no geral mesmo, até porque por ter passado no estado, por ter rodado o estado inteiro quando eu estava no CAPACITA-SUAS, e você escuta o que os outros profissionais falam (dos serviços municipais que ela acompanhou enquanto consultora de capacitação), e a gente... vamos ser sincero, se já era difícil, e hoje quando a gente vem pensar na conjuntura que a gente está, não tem como a gente achar que a gente não é permissivo de erro. Porque as coisas são impostas e são colocadas. A pobreza da população aumenta e isso dificulta o problema. Não perceberam que a gente tem que tratar a raiz, e não ficar mediando as folhas e darmos aos nossos usuários, vamos dizer assim, né? Eu sei que não vai ser a população pobre que vai ter acesso legalizado, mas assim, de um modo geral, quem tem acesso a todos esses benefícios? Não é a população pobre que a gente atende. E ninguém olha como uma questão para melhorar a assistência, melhorar a saúde, que é posta para esse pobre. Não. A gente sempre tirar dele, para poder beneficiar outro ser que não é, nem o profissional que está na classe trabalhadora, e muito menos, essa classe, que eu brinco dizendo assim, nem é a classe trabalhadora... ela está subalterna à classe trabalhadora, ela tá numa situação que ela tá exatamente aonde o capital quer, à margem. É difícil ter esses casos e saber que assim, até que ponto é culpa da família né? É cômodo às vezes, a gente como profissional culpar a família. Não vou mentir né? Porque aí você tira o peso, tira toda aquela situação de se frustrar, né? E culpando o outro. Quando eu trabalhava no ATITUDE¹⁹, a gente chegava, aí tava os usuários, porque no Apoio acolhe às sete horas da manhã, e eles tavam lá. A grande maioria sobre efeito, porque tinha passado a noite na rua. Aí a gente dizia assim, “até que ponto é frustração da gente, ou até que ponto a gente tá culpando os usuários para não se frustrar”. É o que eu digo hoje na assistência mais ainda, porque antes eu ainda tinha como materializar, “ele usou a droga”, mas aqui é a pobreza... como é que eu vou materializar uma pessoa ser pobre. Eu vou utilizar os dizeres que deus quis assim, e que deus proverá? (Entrevistada 02, Assistente Social, CREAS).

Diante dessa interpretação, que consegue se desconectar da percepção costumeira em torno da culpabilização da família e lançar um olhar para a conexão entre os problemas que são visualizados na atuação e dinâmicas de exclusão globais

¹⁹ Programa de atenção aos usuários de crack, executado pelo governo do estado, e cuja estrutura de serviços se distribui na capital e algumas outras cidades de maior importância do estado. O seu funcionamento se dá em níveis de complexidade diferentes, desde serviços de “Abordagem Social nas Ruas”, com a finalidade de ir ao encontro das demandas, ou seja realizar o que a normativa técnica dos serviços da assistência denomina como Busca Ativa, até serviços de Apoio, que se prestam a oferecer um serviço de funcionamento diurno, que ampara os usuários de crack, caracteriza a complexidade dos casos, através de escutas realizadas nos atendimentos e, se necessário, em virtude de ameaças ou gravidade da condição de vulnerabilidade, encaminha para o terceiro nível que se configura como Acolhimento Institucional, denominado como Intensivo, em que os usuários podem passar até 6 meses.

e estruturantes, cabe pensar o que se oferece então, enquanto alternativa para um projeto de prática que não se guie pela vigilância e controle. Uma das vias que parece apresentar-se, nesse sentido, é a busca pela ampliação das informações que os usuários têm acerca dos seus direitos. Aqui cabe estabelecer uma relação com algo já apontado no capítulo 5, e inferir que tanto as reflexões de cunho mais estrutural sobre a pobreza e o comportamento dos pobres, quando essa disposição para orientar acerca dos direitos, parece mais presente em profissionais que se legitimam pela via da acumulação de capital cultural/técnico. Um dos nossos entrevistados, cuja trajetória de inserção na assistência remete ao acúmulo de capital cultural, materializado no entendimento mais refinado sobre a atuação e sobre as políticas públicas de modo geral, se define, dessa forma, como *reprodutor, multiplicador das informações*.

Eu discuto SUAS desde a época de movimento estudantil. Eu andei vários cantos aqui no Nordeste na coordenação (da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), preocupado com a atuação. Então a atuação é algo que sempre, sabe, tava ali nos atos de discussão. Estagiei no SUAS, conheci o SUAS através do estágio, acabei me engajando profissional e minha atuação hoje em dia é todinha voltada para o SUAS. A minha linha de atuação vai ser sempre através do empoderamento. Eu não quero apenas chegar para o usuário e dizer como fazer, eu quero ensinar. Eu quero ser o reprodutor, eu sou o reprodutor do conhecimento, porque eu não sei se estarei aqui todos os dias, eu não sei se vou estar aqui, e eu não quero que o usuário chegue até o CRAS e diga, eu quero falar com tal pessoa. Eu quero que o usuário chegue aqui e ele tenha uma informação... porque a partir do momento que a gente aprende, e a gente aprende a ensinar, a gente faz com que crie, corte-se aquela prisão, de que “não, o serviço vai fazer por mim”. Eu acho que o usuário tem que começar a aprender com o serviço e não ficar dependente do serviço. O serviço está aqui como equipamento, uma forma de fazer com que ele tenha acesso. Mas ele por si só pode ter acesso. E o que faltar para ele, ele pode ter acesso direito à informação aqui. Eu vejo nessa perspectiva, se a gente começar a ensinar o usuário, fazer com que o usuário possa ter acesso à informação, certo? Eu acho que independentemente do que viesse a acontecer, com política, com questão financeira, a gente conseguiria superar essas dificuldades. A gente não esperaria que viesse cortes, para poder garantir ao usuário um tipo de política (Entrevistado 13, Assistente Social, CRAS).

Apresentada como uma das vias para desmontar a disposição para interpretar os benefícios como *benesse*, além de, por outro lado, oferecer um sentido à prática profissional que consiga se afastar da dinâmica da “compaixão e controle”, a

educação sobre os direitos e a busca pelo empoderamento, são fundamentados na proposta da Política Nacional de Assistência Social e apontam para o caminho da autonomia. Como já problematizado no capítulo 2, a busca por promover autonomia esbarra na sua própria compreensão filosófica, já que escamoteia o interesse, subjacente ao “espírito da política” de que uma determinada família deixe de ser assistida e seja incorporada pelo mundo do trabalho e que o faça através da adesão às normas instituídas pela Política, a exemplo das condicionalidades do PBF. A autonomia oferece-se então, enquanto horizonte normativo, que ampara a prática profissional, e que deve ser conquistado, contraditoriamente, através do refinamento do controle, do acompanhamento, da inserção das famílias em um contrato que estabelece as condições e as metas a serem superadas.

Nesse sentido cabe problematizar o próprio conceito de autonomia, pois se formos à sua etimologia o encontramos como a definição de uma situação em que o indivíduo, consegue “guiar-se pelas próprias normas”. Definição essa que se contrapõe ao seu oposto, a heteronomia, em que o indivíduo se orienta “pelas regras dos outros”. Nesse ínterim, as reflexões de Campos e Campos (2006, p.669-670), sobre a co-construção da autonomia nas práticas de saúde, parecem apontar para uma definição que considera certa relatividade.

Tomamos o conceito de autonomia e de saúde não como valores absolutos. Não como estados estáticos, mas como processos dinâmicos em que saúde e autonomia implicam perdas ou aquisições sempre gradativas. Saúde e autonomia em graus variáveis, quase como se fossem coeficientes relativos a um padrão do próprio sujeito ou a padrões sociais e históricos estabelecidos.

Essa compreensão permite pensar na autonomia, de um modo não absoluto, ou seja, em níveis de uma gradação. É possível, nesse sentido, que seja ampliada ou diminuída a possibilidade de exercer autonomia. Em suma, os autores em questão, apontam para a autonomia como: “capacidade de lidar com sua rede de dependências”. Assim sendo, afastam qualquer interpretação da autonomia como um estado e oferecem em troca disso a sua apropriação enquanto um processo. Considero essa a compreensão mais adequada de autonomia, pois nos frustra enquanto profissionais da ilusão de “dar autonomia” ou “produzir autonomia” na vida dos sujeitos, e nos joga diante da possibilidade de pensar em níveis de autonomia,

diante de situações ou habilidades específicas, compreendidas em conjunto, entre profissionais e usuários dos serviços.

Por outro lado, no que diz respeito à atuação na Assistência Social, é importante pensar o quanto a noção de autonomia se relaciona com a de empoderamento, ou seja, se apresenta como uma capacidade, aparentemente adormecida nos usuários, de gerar poder a partir da apropriação dos direitos, através de processos educativos, da participação social em Conselhos das políticas públicas e da organização social a nível comunitário. O debate contemporâneo sobre empoderamento, parece atravessar as políticas públicas como algo que se resolveria no âmbito do indivíduo, da família, ou no máximo do contexto comunitário. Sobre isso, Mauriel (2008 *apud* SANTOS JÚNIOR, 2010) ressalta que as orientações teóricas dos programas de desenvolvimento do Banco Mundial, passam a partir dos anos 2000, a serem centrados na focalização da extrema pobreza, além de guiarem-se pelas reflexões de Armatya Sen, ao apontar para o investimento no desenvolvimento das capacidades individuais, em suma, para o *empowerment*. Vale ressaltar a influência decisiva, reforçada pelos vínculos econômicos de dependência do capital internacional, que essa perspectiva produziu na formulação de políticas públicas nos países em desenvolvimento, em especial nos sistemas da Assistência Social.

Entretanto, mesmo considerando correta a interpretação de que a perspectiva individualista, centrada no desenvolvimento da capacidade e da autonomia, está em consonância com as orientações contemporâneas do neoliberalismo, conforme aponta Santos Júnior (2010). Tendo em vista a cronologia dos eventos, e ao considerar que essa perspectiva se expressa nas orientações teóricas de organismos do capital internacional somente a partir dos anos 2000, podemos nos perguntar o quanto da adoção dessas medidas, apesar de perfeitamente ajustadas aos interesses do capital, não seriam, em grande medida, resultado de *habitus profissionais*, que se reproduziram de forma pouco consciente no campo da prática e da reflexão sobre a questão social.

[...] a psicologia torna-se o instrumento principal através do qual se intervém nas situações de pobreza, marginalidade e violência, e os psicólogos operam para curar as feridas das periferias, dos segmentos marginais da população. As leituras e as lógicas contemporâneas destinadas a tratar os sintomas do sofrimento concentram-se hoje mais no léxico do apoio e do *empowerment*, criando um consenso geral que desarma a crítica: a compaixão não tem inimigos (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011, p. 475).

Dessa forma, o sentido do *empoderamento*, embora atravessasse sutilmente e de forma mais ou menos generalizada o cotidiano da assistência social, aparece de maneira explícita, sobretudo nas narrativas de técnicos que se apropriaram do sentido formal da Política ou, por outro lado, que articulam a sua prática com pressupostos técnicos advindos especialmente do campo disciplinar da Psicologia. A assimilação dessa linguagem e dos seus propósitos, parece ser diretamente proporcional à circulação de capital cultural/técnico, que ao possuir valor no campo da Assistência Social, como já sinalizado no capítulo 5, confere legitimidade maior a alguns profissionais, especialmente frente aos pares e à gestão.

Devemos considerar, por outro lado, que essa forma de interpretar e orientar a intervenção sobre a vida dos pobres nesse contexto, aparenta ser progressiva e politicamente orientada para a transformação social, sobretudo se comparadas às lógicas caritativas e clientelistas que ainda subsistem nas entrelinhas da atuação profissional nesse campo. Assim sendo, é um saber/fazer apropriado por técnicos que conseguem realizar uma leitura crítica dos serviços e se torna, nesse sentido, um parâmetro a ser alcançado. Há, no entanto, um problema a ser apontado, não exatamente na relevância do fenômeno da autonomia, mas na forma como ele é concebido. Uma vez que a autonomia pode ser interpretada como processo focado no âmbito da família e do indivíduo, perde potencial analítico e de orientação das práticas, porque deixa de considerar elementos importantes, de ordem comunitária e social, na constituição da rede de dependências de que fala Campos; Campos (2006).

O principal problema é bem subjetivo né? Talvez ninguém da família perceba. Eu acho que o principal problema das famílias é o empoderamento. Elas chegam pedindo cesta básica, elas chegam pedindo enxoval, chegam pedindo Bolsa Família, benefício assistencial. Mas eu acho que se elas tivessem empoderadas de conhecimento, né? que a gente luta muito por isso, a gente faz até aqui no nosso CRAS, Conselho de família, chama as famílias para debater... eu acho que isso já seria um bom caminho. Eu acho que elas já se organizariam enquanto associação, enquanto cooperativa... Elas veriam novas possibilidades, que muitas vezes a gente tenta mostrar para eles, mas eu acho que elas ainda não conseguem... muitas delas, né? Ainda não conseguem perceber. Algumas com alguma facilidade chegam, outras ainda não conseguem enxergar as propostas. Então eu acho que esse empoderamento seria o maior desafio e a maior ferramenta que as famílias poderiam adquirir e isso superaria qualquer outro tipo de aquisição que a gente possa

proporcionar para eles (Entrevistado 08, psicólogo, coordenador de CRAS).

Outro relato, sintetizado abaixo através da compilação de dois trechos da entrevista de uma das técnicas, explicita duas dimensões interessantes da apropriação do sentido da produção de autonomia e do desenvolvimento de potencialidades, apontando para esse exercício como algo que está ancorado na “missão da sua vida”, e por outro, como tarefa que permite a incorporação de técnicas, que embora não sejam do domínio da psicologia científica, estão voltadas a uma psicologização da vida.

Aqui o trabalho do CRAS se assemelha mais com o meu propósito sabe? Que é aquilo que eu acredito que seja a minha missão de vida. Ajudar as pessoas a descobrirem suas potencialidades e desenvolverem elas. Esse é o trabalho do CRAS. Trabalhar com as famílias, porque o CRAS trabalha com as famílias, para que as famílias superem suas vulnerabilidades através daquilo que elas têm de melhor.

[...]

E eu fiz um curso de coaching agora, aí fiquei pensando “meu deus, como se assemelha”, né? Porque o coaching ele vem justamente nesse papel do CRAS, de... de... desenvolver as possibilidades né? Da pessoa descobrir... do autoconhecimento... da autonomia. E eu fiz “poxa como tem muito a ver”[...] Sim sim. Aplico sim. Não oficialmente né? Não o coaching formal, porque oficialmente não tem como... mas informalmente sim. Não só com os usuários, mas também com a equipe (Entrevistada 06, psicóloga, CRAS).

A crescente apropriação do repertório teórico voltado para o desenvolvimento de potencialidades e de produção de autonomia, enlaçados a uma perspectiva individualizante, como elementos que balizam a condução da intervenção na vida dos pobres, e a incorporação de técnicas de gestão de vida, voltadas à guiar (*coaching* e o sentido de cocheiro, guia, treinador), como voltadas ao desenvolvimento da vida de sujeitos das elites e da classe média, parecem ser expressões diferentes de um processo maior, através do qual o poder pastoral pôde se revestir de racionalidades específicas, fundamentadas em *regimes de verdade*. Nesse sentido, a aproximação semântica feita pela entrevistada entre os princípios do *coaching* e da atuação de técnicos no *desenvolvimento de potencialidades* de famílias e indivíduos, evidencia uma *aliança* entre esses dois universos técnicos, feita especialmente em virtude de sua função: *guiar a vida*.

Por outro lado, e como alerta Foucault (2008) não há divergência entre o poder pastoral e o poder disciplinar. Mais do que isso, é importante pensar que as modalidades de poder, por mais que seja possível mapear os acontecimentos históricos que sugerem a sua emergência, não se constituem em uma linha histórica etapista e de superação. Nenhuma das lógicas dos poderes foram superadas, mesmo que possamos apontar a preponderância de algumas dessas, em determinados momentos históricos, e contextos específicos de desenvolvimento das instituições. Na compreensão que viemos elaborando nessa tese, parece ficar evidente que as modalidades do poder se exercem de forma articulada e em níveis diferentes. Assim sendo, mesmo considerando a reflexão sobre a presença de poder pastoral, como elemento que exerce grande força na definição na interação nas intervenções profissionais na Assistência Social, precisamos apontar que ela se articula de forma coerente com o poder disciplinar, enquanto poder positivo, voltado ao aumento da potência do corpo-indivíduo. Assim, se a disciplina é um poder voltado para o aumento das forças e vinculado à normalização dos corpos, podemos problematizar a busca pela autonomia e pelo empoderamento como expressões dessa dinâmica do poder.

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos e de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1997, p. 110)

Nesse sentido, como já dito, mesmo os técnicos que partilham de interpretações mais *politizadas*, podem incorporar uma visão reduzida ao indivíduo e família, sobretudo, porque essa perspectiva é orientada na própria composição dos objetivos do SUAS: A centralidade familiar. As contradições a que a atuação nesse campo profissional está sujeita, são repletas e intensamente enraizadas, e representam uma espécie de captura da qual não é fácil se desvencilhar (ao menos em algum nível) sem um esforço coletivo de crítica e reformulação.

Eu acho o trabalho plenamente essencial (o trabalho de assistente social). Eu brinco que a gente salva vidas, antigamente eu não achava

isso não, mas depois de um discurso de uma colega minha, eu percebi que a gente salva vidas. Já aconteceu um caso de óbito de uma criança que era negligenciada. Eu digo minha gente... até que ponto ela morreu ou ela foi morta né? Porque ela tava sendo negligenciada. Eu acho extremamente essencial... Mas infelizmente no contexto que a gente tem é um serviço que é precarizado. A própria profissão em si, se for pensar enquanto assistente social, ela é precarizada porque aí já entram outras conjunturas, entra que você acredita que profissionais das humanas geralmente já são mais precarizados, é uma profissão prioritariamente feminina, então a questão de gênero já impacta no salarial. Tem outras questões também sabe, não é só enquanto política de assistência, é que infelizmente a política de assistência tá entrelaçada também com a história do que foi a formação do assistente social. Se você for pensar na história como um todo para criação da política de assistência e para a fomentação da profissão enquanto serviço, enquanto assistente social, ela tem uns entrelaces que são parecidas e isso faz com que... “porque é procoitado né? É uma política para o coitado, uma política para calar a boca desse coitado, para minimamente manter ele vivo e poder dar recursos e mão de obra escassa e barata para o capital”. É um contexto em que, se você pensar, é isso que eles querem, manter desse jeito”. Eles que eu digo o capital. É isso que eles dão desejando (Entrevistada 02, Assistente Social, CREAS).

A entrevistada em questão, por exemplo, constrói uma narrativa que justifica a sua profissão, e por consequência, legitima o próprio campo da Assistência Social, apontando para a manutenção da vida, de pessoas, que caso não forem objeto da intervenção da assistência social, podem ter sua vida deteriorada até chegarem à morte. No serviço em que a referida técnica atua, essa é uma realidade factual, já que são inúmeras as situações presenciadas que escancaram a intensa degradação da vida, e em que a intervenção radical, revestida muitas vezes de intensa “violência simbólica” é legitimada pela conservação da vida, mesmo contra a “vontade” dos sujeitos.

Ao mesmo tempo, essa é a mesma narradora que analisa a precariedade da profissão, atribuindo-a à deterioração do campo da Assistência Social, à história do desenvolvimento das práticas assistenciais no Brasil, e à composição de gênero de sua força de trabalho, ancorando essas explicações na posição que a assistência social ocupa na hierarquia das políticas públicas brasileiras, como política para pobre, que estende a semiótica da pobreza em todas as suas estruturas: nas relações de trabalho, na precariedade técnica da intervenção, na orientação focalista e pontual que visa a administração da pobreza em níveis aceitáveis e não disruptivos das relações capitalistas.

Essa capacidade de distanciamento do “sentido” dissimulado do trabalho social, oferece possibilidades do enfrentamento das questões que, não somente precarizam a assistência social e as condições de trabalho aí existentes, mas a própria vida da população marginalizada. Entretanto, essa pretensa ruptura parece não poder efetivar-se satisfatoriamente de maneira individualizada, nem mesmo em termos da luta de um campo profissional isolado. Se sabe, e a narradora alerta para isso, que a estrutura da questão social que fundamenta a existência da pobreza e dos pobres, não pode ser modificada – não em termos de sua resolução – pelo trabalho de assistentes sociais e psicólogos, nem mesmo pela concessão de benefícios. Ainda assim é preciso apontar que, ao que parece, essa capacidade para estranhar a própria profissão, muito embora não elimine a condição de reprodução das lógicas de poder no exercício profissional, pode representar, ainda que de maneira muito tímida, transformações nas identidades profissionais.

Nesse ínterim, é importante introduzir a reflexão de que, a precarização da política de assistência social, que mesmo sendo tão jovem se vê, depois de um processo de expansão e esforço de consolidação, retraindo-se em termos de investimento econômico e político, pode representar, de certo modo, a diminuição da importância do seu público-alvo para a reprodução do capital econômico, especialmente em tempos de crise. A perspectiva de Bourdieu (1989) nos ajuda a entender que de um outro modo, o desinvestimento de capital econômico em um campo, acaba por acarretar a diminuição do capital simbólico, ou seja, da própria legitimidade da intervenção dos técnicos. Viemos falando sobre isso ao sinalizar o impacto da diminuição dos Benefícios Eventuais, mas podemos estender essa interpretação e pensar na repercussão das condições precárias que permeiam o trabalho dos técnicos em termos de vínculos trabalhistas e remuneração, conforme já apontado no capítulo 6.

A diminuição dos investimentos de capitais também produz uma crise entre os técnicos e agentes diversos da A.S, estimulando uma ruptura com o “discurso oficial” que sustenta as práticas de A.S e escamoteia a sua insuficiência e precariedade. Um campo em desintegração produz, provavelmente, uma quantidade importante de questionamentos ao poder político constituído, responsável pela desintegração. Esses questionamentos são mobilizados por agentes que outrora, em uma condição de maior estabilidade e legitimidade do campo, se mostravam

coniventes com a gestão. Isso pode explicar, parcialmente, a quantidade de críticas às gestões e aos poderes constituídos que apareceram nas entrevistas dessa tese.

Noutro sentido, podemos pensar na diminuição nos investimentos na A.S a partir da lógica da biopolítica. Ora, se a assimilação de força de trabalho, com as disposições sociais exigidas pela ordem econômica, já não é mais um problema contundente para o capital, como foi na primeira fase do desenvolvimento do setor social no Brasil, em que vivíamos a plenos pulmões a expansão industrial, as intervenções da assistência social contemporânea se darão, em certo nível, em um cenário marginal, em que se exerce um controle mais ampliado sobre o direito de “fazer viver e de deixar morrer”, orientado pela normalização, e por um cálculo de equilíbrio entre o gasto para a sustentação dos aparelhos disciplinares e a margem possível de convivência com as expressões da fissura social provocada pela miséria, tal qual sugere Foucault (2008) sobre a biopolítica e os dispositivos de segurança na intervenção sobre o corpo-população.

A biopolítica, na medida em que intenciona a propulsão da vida, através da sua normalização, incorpora a possibilidade da existência da morte, em especial das populações pouco integradas à norma e que representam um perigo para o estado, ou para o corpo-população enquanto organismo social. Na reflexão de Foucault (2008) a faceta mortífera do poder (um tanto contrária à lógica geral do poder disciplinar e do biopoder) configura-se de dois modos: O primeiro, de “fazer morrer”, como fórmula mais associada ao poder soberano, que através da intervenção do estado pode decretar a morte – algo que acontece de maneira bastante recorrente no Brasil contemporâneo com as investidas militaristas nas periferias das grandes cidades, em especial sobre a juventude negra. O segundo, como uma ação que não se configura de forma tão diretiva, visando “deixar morrer”, ao diminuir os investimentos ou os esforços políticos para que aquela parcela da população (não integrada e perigosa), mingue a vida.

O autor explica essa dimensão, atribuindo a sua emergência nas lógicas contemporâneas do poder, como uma expressão do racismo e assim sendo, do aniquilamento da faceta da população demarcada como “não integrada”, como “não pertencente” ao corpo-espécie. Talvez possamos, entender a partir da compreensão de Foucault (2008) que essa “força mortífera”, pela atividade militar ou pelo recuo do investimento, se exerce também, além do prisma da raça, sobre a população pobre, produzindo de maneira disseminada através do conjunto de normalizações que o

estado introduziu na vida dos pobres no Brasil, como fruto contraditório das políticas públicas pós-constituição de 1988, uma lógica para “fazer viver”, ao tempo em que a insuficiência das intervenções sociais (não somente na política de assistência social, como também da saúde e educação) e a indissolubilidade da questão social, “deixa morrer”, em especial aqueles que não aderem ou não se encaixam nas formulações institucionais que demarcam simbolicamente a separação entre cidadãos e não cidadãos.

Diante dessa lógica residual do escopo da biopolítica, que visa em suma proteger a vida não de indivíduos, mas de um corpo-população e que assim sendo, pode e deve suportar a morte dos não integrados, dos que se configuram como estorvos, o que cabe aos técnicos da assistência social, uma vez que, alimentados por uma identidade pautada no cuidado e na promoção da vida, inclusive a partir de uma faceta missionária e salvacionista? É aqui que se encontra talvez uma das grandes armadilhas que produzem a captura simbólica desses profissionais, como efeito da fetichização da própria prática: a ideia de vocação, de missão, ou seja, o sentido espiritualizado autoatribuído e que compõem os *habitus* profissionais dos trabalhadores do “setor social”.

Mesmo que a interpretação das condições sociais que afligem a vida dos usuários consiga incorporar a ideia de que a assistência social não funcionará como um enfrentamento radical da pobreza, ao contrário, efetivando-se como algo que está muito distante disso, como sinaliza a entrevistada 02, isso parece não se contradizer com a construção de uma narrativa sobre a profissão que a justifica no limiar da proteção da vida, de um ou outro indivíduo em particular, que se não fosse atingido pela intervenção profissional, poderia morrer. Assim sendo, a precarização da assistência e a agudização da questão social, mobiliza disposições sociais profundas, relativas à história da constituição do campo e das profissões sociais, como possibilidade (diante de tantos impossíveis) para a legitimação das profissões do campo social pela via da “missão”, da “ajuda”, da “proteção da vida”, da “salvação”.

Esses elementos tendem a ser reivindicados pelos técnicos como uma espécie de capital simbólico, e embora se desloquem um tanto, da faceta mais formal da intervenção, podem se reproduzir, seja pela via do “investimento do poder judicial”, que impulsiona a intervenção sobre a vida dos pobres, em especial quando se instaura uma situação de risco ou de violação de direitos atribuída (quase sempre) à família, seja pela via do *ethos da compaixão* (FASSIN, 2014), como um complexo ético-

afetivo, cuja estrutura é permeada pela lógica paternalista-clientelista e também pela continuidade das relações de caridade, como prática fundamentada no fazer o bem, que instaura dentre outras coisas, a ampliação de uma auto interpretação positiva calcada no desprendimento e na vocação.

Sobre a dimensão da vocação, Verdès-Leroux (1986, p. 50-51) registra que as seleções produzidas por Escolas de Serviço Social na década de 70 na França, incorporam a “[...] ideia de vocação ou, pelo menos, profissão à parte; ele valoriza, assim, certos dons, uma competência “natural”, um carisma – que fazem passar para segundo plano o nível intelectual e cultural”. Ao olhar para as dinâmicas de poder e de circulação de capital, especialmente a conversão em capital simbólico, no cenário de minha pesquisa, percebo que o plano do nível intelectual e cultural não exatamente passa a segundo plano, dada a sua função prática em serviços normatizados e revestidos de um discurso técnico. Pode, entretanto, por vezes, coexistir com a “vocação” de maneira não necessariamente contraditória, entre os técnicos da Assistência Social.

De modo que um dos entrevistados, cuja a interpretação da assistência social é bastante profunda e politizada, em termos da análise global do impacto da política e de suas limitações, e também da apropriação do aparato técnico-normativo que guia o trabalho no serviço, ao narrar sua trajetória social identifica *a vocação para o cuidado* como elemento que explica a sua escolha pela psicologia e, posteriormente, pelo trabalho na assistência social.

Eu desde pequeno... eu acho que eu fui meio empurrado para cuidar... para cuidar das pessoas. Eu como irmão mais velho cuidava dos meus irmãos. Como neto preferido da minha avó, eu tinha um certo cuidado com a minha avó. Minha avó, idosa a muito tempo, acamada, eu fazia chá para levar chá para ela, cuidava dela, que ela morava perto da nossa casa. Então, eu acho que essa cultura do cuidado que eu associo à Psicologia, né? até talvez de uma maneira sem perceber, foi me empurrando um pouquinho para fazer psicologia (Entrevistado 08, psi CRAS, Coordenador).

Essa dimensão espiritualizada da relação com a profissão, de incorporação da missão, como elemento que está além das normativas técnicas, embora esteja, de forma tácita, diluída em suas propostas de intervenção, produz um tipo de relação de captura: algo correspondente à identidade mito (CIAMPA, 1990), como uma representação fetichizada de si mesmo.

A intervenção dos trabalhadores sociais não é remunerada pela pessoa sobre quem ela se aplica: esta, na grande maioria dos casos, não solicitou tal intervenção. A *disfunção entre intervenção e remuneração* dá base à exigência do trabalho social ser reconhecido como um serviço público [...] Ela reforça a ideologia do desprendimento, do altruísmo, da doação de si mesmo, essencial a essas profissões que se referem a “escolhas vocacionais” (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 82).

Ao tempo em que “essa vocação” proporciona o exercício de um espécie de poder benfazejo, de guiar, orientar e acompanhar o desenvolvimento do indivíduo, em suma poder pastoral (FOUCAULT, 1990), pode possibilitar o acúmulo de capital simbólico, no sentido bourdieusiano, tendo em vista o reconhecimento do “envolvimento”, da “entrega”, como valores que legitimam o trabalho, por parte de usuários e dos gestores.

É o que afirma a entrevistada 18, Gerente da Proteção Social Especial do município, que ao apontar as fragilidades técnicas dos profissionais, reforçando assim a importância dessa dimensão na composição do capital simbólico e, assim sendo, do reconhecimento profissional que o “entendimento da Política” proporciona, ressalta e valoriza a implicação com o trabalho como um elemento essencial e inerente à prática profissional nesse setor.

Eu achei o convite para a gestão muito desafiador, em virtude da falta de conhecimento mesmo sobre a tipificação dos serviços e sempre levei no intuito de tentar buscar para eles uma melhoria da compreensão dos acompanhamentos, para eu pudesse levar para eles, um lado positivo da gestão, né? Eu via que faltava muita expertise do básico da assistência, que eram profissionais antigos que não tinham conhecimento da legislação da assistência, não tinha... das orientações que se tem, aí acho que foi isso que eu visualizei, o meu primeiro desafio, quando eu entrei na gestão do CREAS. Foi o meu primeiro contato com a gestão. Sempre coloquei muito na cabeça que um bom técnico será um bom gestor. Porque um técnico que sabe o que é um acompanhamento, quando ele assume a gestão ele tem como dar suporte técnico a outros técnicos, que foi o que eu percebo que eu mais me destaquei na gestão por conta disso, porque por eu conhecer como era um acompanhamento, facilitava a vida da unidade, aí muitas coisas não passavam despercebidas... você conseguia visualizar no CREAS um bom acompanhamento, depois que eu comecei a aplicar algumas questões na gestão, então, nesse sentido para mim o maior desafio eram os profissionais, no sentido da compreensão, do que tem que ser realizado e... *paralelo a isso, o que se tem de positivo é a garra dos profissionais da assistência, sabe? Eu percebo que são profissionais que gostam do que fazem, que não*

é uma coisa que você enxerga em todos os locais. Então, algo que sempre chamou muita a minha atenção é a força de vontade dos profissionais que estão na assistência. (Entrevistada 18, Gerente da Proteção Social Especial).

Talvez possamos depreender daí, pela linha de raciocínio que vem sendo constituída, que a “vocação”, essa identificação espiritualizada com a profissão, através da incorporação do trabalho como missão, tende a favorecer uma disposição para o exercício do poder pastoral, no sentido foucaultiano: “Tudo que o pastor faz está voltado para o bem de seu rebanho. Essa é sua preocupação constante. Quando as ovelhas dormem, *e/le* vela [...] o pastor age, trabalha e se esforça por aqueles que nutre e que estão adormecidos” (FOUCAULT, 1990, p. 81). Essa disposição, encarnada como “missão”, tende a produzir um enlace com a prática e identidade profissional que relativiza o impacto da precarização profissional, mistificando e relativizando a valoração monetária do trabalho.

Já tive alguns dias-limite, não assim, de pensar em parar de trabalhar na assistência social. Isso não me ocorreu. Eu fui até tentado. Já fui convidado para ser gerente de uma empresa privada, com um salário bem mais agradável, com décimos, com férias, com todas essas propagandas, com todas essas tentações trabalhistas. E o que me fez ficar na assistência [...] é uma identificação que eu acho que antes eu pensei que eu não tinha né? Como eu disse no começo eu me assustava muito em ver o sofrimento das pessoas, né? Esse sofrimento grande, de você ver que as pessoas não tem do que sobreviver, e você achar que você vai precisar contribuir de alguma maneira e você se ver impotente... essa era a minha impressão antes de vir trabalhar na assistência, mas depois de vir trabalhar na assistência eu vi que meu trabalho pode modificar a vida de uma pessoa, né? Como quando a gente aplicou o Famílias Fortes com depoimentos belíssimos de famílias que dizem “puxa... o meu vínculo com a minha filha era terrível, eu gritava, batia nela e ela não me obedecia... ela vivia saindo de casa, a gente se agredia mutuamente e depois do programa ela dizer que... olha eu baixei o tom, e hoje eu abraço minha filha e ela me obedece (Entrevistado 08, psicólogo, coordenador CRAS).

Nos meandros do que nos oferece essa narrativa, se instaura um efeito diferente do exercício do poder, pois expressa um desdobramento que não fica circunscrito à vida dos intervencionados. Ao que parece, enquanto o poder disciplinar, se faz enquanto tecnologia capilarizada e circular, algo de que todos participam, mas que não se circunscreve em um indivíduo, de modo que podemos dizer se tratar de um poder impessoal, o poder pastoral aponta para uma dinâmica deveras diferente.

Trata-se de um poder voltado ao exercício de individualização do rebanho, e por consequência, também individualiza e pessoaliza o técnico que o exercita, ancorando-o com uma noção de dívida afetiva com o pastoreio, com o trabalho de guiar, de um ponto ao outro (superação da vulnerabilidade). É como se a dívida do estado com o enfrentamento da questão social fosse pessoalizada e incorporada como missão: nesse sentido o trabalho na assistência social é uma coisa “que te pega”, como sinaliza uma das entrevistadas.

Sendo o poder pastoral, a meu ver, inteiramente definido por seu bem-fazer, ele não tem outra razão de ser senão fazer o bem. É que, de fato, o objetivo essencial, para o poder pastoral, é a salvação do rebanho. Nesse sentido, pode-se dizer, é claro, que não se está muito distante do que é tradicionalmente fixado como o objetivo do soberano – a salvação da pátria-, que deve ser a *lex suprema* do exercício do poder. Mas essa salvação que deve ser assegurada ao rebanho tem um sentido muito preciso nessa temática do poder pastoral. A salvação são, antes de mais nada e essencialmente, os meios de subsistência. Os meios de subsistência abundantes e a alimentação garantida são os bons pastos. O pastor é aquele que alimenta e que alimenta diretamente ou, em todo caso, que alimenta conduzindo às boas campinas, depois certificando-se de que os animais de fato comem e são alimentados adequadamente. O poder pastoral é um poder de cuidado. Ele cuida do rebanho, zela para que as ovelhas não sofram, vai buscar as que se desgarram, cuida das que estão feridas (FOUCAULT, 2008, p. 170).

O poder pastoral se configura como uma fórmula, que não sendo necessariamente inovadora, já que Foucault (1990) mapeará a sua emergência em textos hebraicos ligados aos primórdios do desenvolvimento do cristianismo, é compreendida pelo autor como não preponderante na constituição dos mecanismos de poder que acompanharam a emergência e expansão dos estados modernos. Entretanto, observando o desenvolvimento do setor social, em especial no Brasil, em suas expressões missionárias e calcadas na capacidade de conduzir, por um lado, e na longa história de práticas assistenciais, de cunho clientelista, que se desenvolvem entre as elites e os pobres no Brasil, por outro, podemos inferir que o poder pastoral se incorpora como um tecnologia de poder que se estrutura *paripassu* à disciplina e à biopolítica.

É possível indagar, dessa forma, se o poder pastoral se manifesta com mais força exatamente nas zonas da sociedade em que a existência das estratégias disciplinares e de biopoder não conseguem adentrar facilmente. Se assim for, pode

ser uma prática de poder que deve alcançar os desintegrados, os incivilizados, os indisciplinados e os rebeldes, e através da sua ação, fazer aumentar a eficiência da normalização do poder disciplinar e do biopoder. Nesse sentido, trata-se de um poder mais propenso a ser sintetizado exatamente nas condições, que fundamentadas no cálculo biopolítico da segurança, pautado no investimento mínimo para manter a vida, como sugere Foucault (2008), se constituem cenários familiares em que “a vida está por um fio”, seja no sentido da aniquilação da vida ou da ruptura com a norma. É exatamente nesse cenário de missão em que, tanto os pobres “deveriam” estar mais propensos a se deixarem guiar, pela precariedade da vida e pela escassez de capital cultural, como os técnicos estariam mais inclinados a apropriar-se da condução.

Para ratificar essa hipótese cabe apontar para as experiências de técnicos em visitas à membros da classe média. Vale salientar que esse público raramente aparece como objeto de intervenção da Assistência Social. Não faz parte, por exemplo, do escopo de atuação do CRAS, uma vez que esse serviço é voltado para famílias em situação de vulnerabilidade social (quase sempre entendida como correspondente à fragilidade econômica). No entanto, as condições de trabalho encontradas por esta pesquisa, apontam que “a classe média” tem se apresentado, ainda que timidamente, no universo do trabalho dos técnicos desse serviço, em virtude, da transferência de demandas de relatórios de guarda, tutela e curatela, advindas do judiciário, conforme já apontado no capítulo 5.

No âmbito do CREAS, como se trata de um serviço orientado pela intervenção em situações de violação de direitos, a presença desse público deveria ser mais constante, uma vez que é inevitável pensar na existência de graus consideráveis de violação de direitos no interior das famílias em condição mais abastadas. Entretanto essa demanda chega raramente ao CREAS, talvez porque o exercício do poder disciplinar, manifesto através do *panoptismo* da vigilância e da denúncia, sobre o qual falaremos no próximo capítulo, atingirá com menor intensidade famílias que não estão situadas em territórios existenciais e geográficos de marginalidade.

Assim sendo, podemos dizer que a intervenção sobre a vida da classe média confronta o técnico com uma situação “nova”, no sentido de que não faz parte da história de constituição do campo social, nem do seu cotidiano: a classe média, média alta ou todo o conjunto de pessoas que, de maneira bastante imprecisa, constituem categorias sociais economicamente incluídas em condições favoráveis, não são e nunca foram alvo da intervenção da Assistência Social. Não tendo a necessidade

radical da fome e, muitas vezes, portando um capital cultural que os coloca frente aos técnicos em uma situação favorável, os visitados da classe média rechaçam “as orientações”, não permitem facilmente a entrada nas casas e deslegitimam as intervenções.

Na maioria das vezes as famílias [pobres] abrem a porta sim... porque elas desconhecem o serviço. Mesmo por a gente trabalhar com a situação de violação de direito, elas apoiam, e eu acho positiva a acolhida dessas famílias. Foram poucas as ocasiões em que eu senti que estava invadindo. [...] Recentemente eu atendi uma família de classe média alta aqui. O caso chegou até o ministério público, que alguém denunciou lá no ministério público, que essa sobrinha cuidava dessa tia já idosa, já bastante idosa, pela questão da renda que ela tinha né? E essa sobrinha é uma pessoa bastante entendida, conhece a Política, sabe como é todo o trabalho e que o ministério público determina que a gente realize a visita e que visualizando ou não a situação de violação, emita relatório informando se tem ou não a violação. Então para eu acessar essa família eu tinha que entrar em contato, informar que eu recebi o caso, informar que tipo de serviço eu trabalho. E ela não aceitou de imediato, disse que a tia não era maltratada, que não passava por essa situação, mas eu informei que para eu responder ao ministério público eu tinha que ter acesso a essa tia, eu teria que ir na casa visitar. Aí ela determinou o dia, o horário da visita e que essa visita fosse realizada junto com um advogado, particular dela. Então foi uma visita bem constrangedora, porque todas as minhas intervenções de perguntas, de procurar saber, de entender o caso, desde que ela começou a cuidar dessa tia, para ter base de construir o relatório e mandar. Tinha perguntas que ela não queria responder, tinha pergunta que ela era bem agressiva: “porque você tá perguntando isso?”. Então foi bem complicado. Trabalhar com famílias de classe média é complicado. Elas não aceitam. Elas não aceitam nem a visita domiciliar muitas vezes. Já a família que está passando... vulnerável, a família pobre, elas... eu não tenho dificuldade de acesso a elas não. Elas recebem normal (Entrevistada 12, Assistente Social, CREAS).

Ao adentrar na casa dos pobres, o poder pastoral configura-se enquanto poder missionário, que ao contrário do biopoder, se exerce ao nível pessoal e se fundamenta em um vínculo. A confiança e obediência se colocam, portanto, como condições fundamentais para o exercício desse poder. Cabe pensar, portanto, que esse tipo de poder somente pode ser exercido através da legitimação dos profissionais frente aos usuários.

Assim sendo, é importante sintetizar o que viemos mapeando até aqui como uma das fontes de legitimidade para a atuação: A possibilidade de aceitação do exercício desse poder e da sua assimilação por parte dos usuários, pode estar

associada, em alguma medida, especialmente no âmbito do CRAS, com a capacidade do técnico de conseguir benefícios ou encaminhamentos para a família, ao tempo em que, está revestido por uma relação em que o capital cultural entre técnicos e usuários é desproporcional, o que favorece a sua conversão em capital simbólico em prol dos técnicos, e portanto, aumenta a capacidade de dominação.

Por outro lado, especialmente diante do problema da *desobediência*, que Foucault (2008) vai preferir chamar de ‘contra conduta’, fenômeno a que o autor atribui um das justificativas para o arrefecimento do poder pastoral na história do desenvolvimento dos estados modernos, esse exercício do poder buscará o apoio no “regime de verdade” instituído pelo saber-poder jurídico. Assim sendo, diante da transgressão da norma, expressa na violação de direitos, os profissionais do CREAS são mobilizados a atuar, em um primeiro momento buscando formas de guiar a família através das palavras e aconselhamentos, mas quando esses recursos se esgotam, lançando mão da “força da lei” de que estão investidos para “fazer o bem”.

Não é como se o poder pastoral, na sua condição de complementariedade aos outros poderes, fosse suficiente para tapar as brechas ou para preencher os vácuos onde aqueles poderes circulam de maneira mais débil. Como já dissemos sobre a biopolítica, a instituição dos mecanismos modernos de poder, consistem em assimilar essas possibilidades de “falhas”, ao fazer valer a normalização à grosso modo, e “deixar morrer”, de maneira calculada, os desintegrados. É como se esse poder, embora não desconectado do exercício geral do poder e da dominação, fosse apropriado pelos próprios profissionais, como um algo possível para reposicionar a relação entre técnicos e usuários, de modo a garantir algum ganho em legitimidade e sentido ao exercício profissional nesse cenário: salvar, mesmo que sejam poucas pessoas.

A narrativa emocionada que segue evidencia algo que poderia ser compreendido como a expressão do poder pastoral na intervenção sobre a vida dos usuários. A representação “desqualificadora” da casa e da condição dos usuários, a descrição da cena, dos cheiros e dos personagens, parece justificar e elevar moralmente a intervenção profissional, que adquire um cunho salvacionista, embasado no *ethos da compaixão*.

Tem... uma família linda que mora aqui na rua *tal*. Olha que eu vou te dizer visse... vou chorar viu? Menina quando eu cheguei nessa casa...

e que importância tem o social.... como que as pessoas precisam olhar para esse social [social parece ter o sentido de pobreza] como uma possibilidade de mudança do indivíduo. [chora... pausa a fala e retoma com a voz trêmula] Olha... quando eu cheguei nessa casa, era um casal e três filhos... duas meninas e um menino. Quando eu cheguei... numa escadinha para subir para o primeiro andar... um cheiro de bebida. Um cheiro de cana... eu digo “meus Deus o que é que é isso... e aí cheguei e fiz a visita”. Essa demanda chegou... essa família era uma família em acompanhamento PAIF. Só que tinha melhorado de vida, aí saiu do acompanhamento PAIF. Aí a esposa do rapaz veio aqui solicitar uma cesta básica. Aí quando a gente solicita a cesta básica tem que ir lá para verificar. Aí quando eu cheguei lá... tava essa cena. Uma casa... que só tinha dois cômodos e um quintalzinho, com um banheirinho. Meu filho... essa mulher só tinha um pacote de sal e três litros de leite, que o programa de leite para todos... que o governo dá. Aí cheguei lá... eles bebendo... aí esconderam a bebida. Aí eu disse: “Tem alguém bebendo aqui?”. Aí disse: “não. Não tem ninguém bebendo não”. Aí eu disse... “Ó vamos tentar ver como é que a gente faz para não beber... porque tem as crianças. Eu tô subindo aqui e tô sentindo o cheiro de bebida”. Eu não tô dizendo que vocês não podem beber... mas se forem beber... porque o que é que eu vi naquele momento. Tu sabe que era uma fuga a bebida? Era como se fosse algo para eles fugirem daquela realidade, porque é uma realidade tão sofrida, tão doída, que você não faz ideia. Imagine você com três filhos pequenos... e você nunca quinta feira. Eu lembro como se fosse hoje, que foi o dia que ela veio buscar o leite... e na quinta feira a tarde você só ter três leites e um quilo de sal. Que na contrapartida, eles ainda estavam bem, porque não estavam dopando as crianças. Mas eles tavam bebendo, no meu ponto de vista, como se fosse uma fuga. Aí você vem e diz assim... porque não arranja um trabalho? Mas meu Deus é assim fácil?

[...] você vê uma família naquela condição, aí quem tá de fora diz.. ah vive assim bebendo, porque não quer trabalhar... mas vai lá e dá um trabalho. Vai lá e diz assim... faz aqui essa faxina, mesmo que tu não saiba, para eu te dar cinquenta reais. Porque o que eu vejo é que é muito fácil as pessoas criticarem, entendesse? Mas você acolher... não é você dar. Aí vem a reclamação de doação de cesta básica, de leite... ah mas é um monte de vagabundo, vai pegar pão... eu digo, minha gente! Tem família que aquilo ali é mais do que ouro meu filho. Aí eu cheguei nessa casa e comecei a fazer o acompanhamento PAIF dela. Aí eu disse, olha... eu vou ficar fazendo o acompanhamento de vocês... toda semana.. aí toda semana eu vou lá. Pra ver como é que tá a situação.... ver como tá os meninos, se os meninos tem alguma coisa... se tem o que comer... consegui uma cesta básica de emergência. Fiz o relatório, solicitei com emergência uma cesta básica. Liguei para ela e ela veio buscar. Saiu daqui, chorando agradecida. Isso já vai fazer mais ou menos um mês e pouco. Você acredita que de lá pra cá o rapaz conseguiu fazer bico. Não tá mais necessitando da cesta básica. Tá pagando o aluguelzinho direitinho. Nunca mais eu cheguei na casa deles pra tá um cheiro de bebida... se você vê hoje, se você entrar na casa deles, limpinha meu amigo. Tudo limpinho organizado. Da primeira vez que eu fui... um cheiro de bebida... sujo... muito sujo. O dia tava meio chuvoso, a casa meio molhada. E hoje você vê menino... a coisa mais linda, tudo organizado. (entrevistada 16, psicóloga, CRAS).

A missão do pastor parece ser essa, encontrar as ovelhas desgarradas, atoladas nos pântanos da fome, dos vícios e do *mau cuidado* com as crias, ofertar alimento (comida, tratamento ou orientação) e guiá-las para um cenário em que a vida do indivíduo/família pastoreados esteja “a coisa mais linda, tudo organizado”. A narrativa acima permite o mapeamento desse poder em três dimensões: 1) Pastorear significa vigiar o rebanho: “[...] ficar fazendo o acompanhamento de vocês toda semana... aí toda semana eu vou lá. Pra ver como é que tá a situação.... ver como estão os meninos, se os meninos têm alguma coisa... se tem o que comer”; 2) alimentar e fazer viver, como expressão de fazer o bem: “Consegui uma cesta básica de emergência. Fiz o relatório, solicitei com emergência uma cesta básica. Liguei para ela e ela veio buscar”. 3) Guiar para um cenário seguro e no qual o pastoreado possa se desenvolver: “Você acredita que de lá pra cá o rapaz conseguiu fazer bico? Não tá mais necessitando da cesta básica. Tá pagando o aluguelzinho direitinho. Nunca mais eu cheguei na casa deles pra tá um cheiro de bebida... se você vê hoje, se você entrar na casa deles, limpinha meu amigo. Tudo limpinho organizado”.

Esse ideal de salvação, como parte dos *habitus profissionais* nesse cenário, mobiliza intervenções que ajudam a acomodar o sentimento de frustração frente à irresolubilidade da questão social, predispondo os técnicos a buscar medidas emergenciais, que prontamente resolvam (mesmo que de maneira muito provisória) os problemas identificados. Mobilizar a equipe para “fazer um mutirão” na casa de famílias acompanhadas e “dar banho” nas crianças, embora destoe radicalmente das normas da Política, parece não apresentar contradições com as disposições sociais (a história incorporada) das práticas do setor, e por outro lado, apresenta-se como uma expressão do poder pastoral, afinal um pastor cuida do seu rebanho.

Uma cama de solteiro para os oitos dormirem. Não tinha banheiro. Era um banheiro externo e mesmo assim aquele banheiro improvisado. Do lado de fora da casa era cheio de lixo entulhado na taipa e também armazenado. Uma vez eu levei... Teve um dia que eu levei a equipe todinha para conhecer a família, Maria²⁰ pegou o mais novo e foi dar banho, pegou o outro e foi dar banho. Porque assim, eu sempre conversei muito sobre a questão da higienização, sobre a questão da escola, sobre a questão do trabalho infantil porque os meninos trabalhavam, né? Os maiorezinhos, e como eles não tinham muita (educação), qualquer um conseguia ludibriar. Não as crianças, mas os

²⁰ Nome fictício de uma assistente social

pais. Era bem complicado. E eu lembro até hoje de Dona Lourdinha²¹, quando eu chegava lá os meninos corriam para me abraçar, eu fazia “pronto”... porque era bem complicado mesmo assim de entender (Entrevistada 06, Psicóloga, CRAS).

Noutro sentido, a busca pelo desenvolvimento de potencialidades, do empoderamento e da autonomia, como já dito, estruturam-se como elementos importantes da orientação da prática profissional nos serviços sobre os quais estamos discutindo. Nesse sentido, são incorporados enquanto um capital cultural, entretanto, não somente composto de uma dimensão técnica, mas também da possível assimilação desses objetivos por disposições sociais que compõem o *habitus* das profissões sociais, ligadas ao exercício da condução da vida dos pobres, por um lado, e à uma interpretação teórico-normativa de outro.

Dessa forma, seria possível apontar que a *psicologização do social* tem o efeito de possibilitar a legitimação tanto dos que se ancoram em práticas assistencialistas, como dos que interpretam a sua prática como firmemente enraizada na justificativa técnica da Política? A sua crescente incorporação, tal qual o *case-work* na década de 70 na França, embora aponte discursivamente para uma ruptura, oferece um amplo caminho para a reprodução das regularidades desse campo profissional?

O *case-work* nada mais faz do que formalizar o que já existia sob a forma de disposição pessoal entre os agentes. As lições de moral que as assistentes prodigalizavam, no passado, e que expressavam sua posição de burguesas católicas, são, ao mesmo tempo, confirmadas e transfiguradas pela nova psicologia. Se os princípios básicos do *case-work* enunciam o estabelecimento de novas relações assistente/assistido, a exegese que daí decorre para guiar sua aplicação reintroduz as antigas atitudes. Assim, ao princípio segundo o qual não se deve julgar o cliente associa-se a idéia de que uma avaliação é um julgamento e que não se deve julgar a pessoa, tem-se o dever de julgar o comportamento da mesma, assim como seus atos (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 70).

O *case-work* pode ser definido como uma sofisticação da dominação simbólica sobre o assistido. Também pode, e isso não parece oferecer uma contradição, evidenciar uma expressão do poder pastoral, em uma versão eufemizada e fundamentada por uma racionalidade parcialmente técnica. Trata-se da

²¹ Nome fictício da usuária

evidenciação, feita pela autora, de um dos traços da *psicologização do social*, e assim sendo, possibilita pensar a incorporação das noções de “potencialidade”, “autonomia” e “empoderamento”, também como um indicativo desse processo.

Entretanto esses mecanismos “positivos” fazem parte da mesma Política que oferecerá limitações à “capacidade de fazer o bem”, uma vez que a concessão de benefícios segue normativas próprias, fundadas no critério de miserabilidade e na constatação da situação de penúria por meio de visita domiciliar; e além disso, mesmo quando encontradas as condições requeridas, informadas através do relatório dos técnicos, não é possível garantir que a Cesta será concedida (também em virtude do corte nos recursos), e ainda que seja, a concessão está condicionada ao tempo da burocracia, enquanto a fome dos solicitantes e seus familiares, caracteriza-se como pressionada pelo tempo da urgência. Esse entrave é evidenciado na narrativa abaixo, e acaba por estimular o regresso a práticas assistencialistas. Um pastor não abandona suas ovelhas e não mede esforços (mesmo fora da norma?) para salvá-las e guiá-las.

É como eu te falei né? O que a gente pode fazer é o que tá dentro das nossas possibilidades, né? Como assistente né? E também tem que ir de acordo com o SUAS né? Que é a lei que rege a assistência social. A gente não pode fazer assistencialismo né? Tem que seguir a lei né? Então a gente tem que fazer tudo respaldado pela lei. E assim, eu faço o que me é determinado. Não posso fazer mais nada. Infelizmente a gente não pode fazer. E assim... a gente segue normas né? Normas do SUAS, da assistência... e é o que gente pode fazer... fazer a visita, o relatório e mandar pra secretaria. [...] Se eu pudesse fazer mais eu faria... o que eu poderia fazer para essas pessoas era tentar dar uma melhor qualidade de vida para elas. Porque a gente sente muito isso... é a qualidade de vida que eles não tem. Não tem uma vida digna na verdade né? Dar um emprego... uma moradia digna, educação para os filhos que muitos não tem... acesso a educação. Então isso aí era o princípio básico né? [...] A gente se envolve muito. Tem hora que a gente para... eu né? Porque eu sou muito emotiva... eu choro muito. Aí tem horas que você para.... respira um pouquinho. Para não chorar na frente do usuário... que a gente... E muitas vezes eu até ajudo assim... eu ajudo sem ser daqui do CRAS. Quando a pessoa me pede alguma coisa, eu faço... eu dou uma ajuda... faço uma doação. Às vezes a pessoa me pede roupas... me pede um calçado. Eu consigo e levo lá... vou lá no local e levo. Eu sempre tento ajudar dessa forma assim (Entrevistada 15, Assistente Social, CRAS).

Diante do que vem sendo discutido até aqui é possível apontar que sendo o poder pastoral exercido ao nível individualizado, do técnico para o usuário assistido, devemos levar em conta (como já dito) que ele depende da legitimidade e,

consequente aceitação da intervenção pelo usuário. Isso introduz o problema da desobediência: O que fazer quando o rebanho não se deixa guiar?

Se é verdade que o pastorado é um tipo de poder bem específico que se dá por objeto a conduta dos homens – quero dizer, por instrumento os métodos que permitem conduzi-los e por alvo a maneira como eles se conduzem, como eles se comportam - , se [portanto] o pastorado é um poder que tem de fato por objetivo a conduta dos homens, creio que, correlativamente a isso, aparecerão movimentos tão específicos quando esse poder pastoral, movimentos específicos que são resistências, insubmissões, algo que poderíamos chamar de revoltas específicas de conduta, aqui também deixando à palavra “conduta” toda a ambiguidade (FOUCAULT, 2008, p. 256).

A resposta a isso, conforme já insinuamos nesse capítulo pode ser o recurso à normalização da vida daquele indivíduo no âmbito da lógica disciplinar e do biopoder, que o alcança através da judicialização do setor social e da punição da política de condicionalidades, o que acontece de forma extremamente impessoal, já que mediada por sistemas de informação que realizam o trânsito de dados entre os setores da educação, saúde e assistência social.

No caso da punição por descumprimento de condicionalidade, como o benefício do PBF é suspenso e o caso passa a ser acompanhado de maneira mais atenciosa pelos técnicos do CRAS, podemos sugerir que há a possibilidade de retomar a legitimidade frente ao usuário. Isso se dá pelo fato de que a incursão sobre a vida do usuário se exercerá, nesse contexto, revestida da possibilidade de argumentar em favor do mesmo e assumir o lugar de fiador da promessa de mudança de vida, com a garantia do acompanhamento e de um plano de superação da vulnerabilidade que está interferindo, por exemplo, na frequência escolar. Isso está manifesto no fato de que os técnicos podem solicitar a suspensão da punição, a partir de um relatório alimentado no sistema de informações sobre as condicionalidades: SICON²².

No caso da busca pelo investimento do poder disciplinar, em especial pela sua expressão jurídica, é importante sinalizar que surge como recurso principalmente diante de situações que desrespeitam o regime do direito. Esse terreno expressa um outro nível de complexidade da intervenção, que se deve fazer, independente do

²² <http://aplicacoes2.mds.gov.br/manuaisicon/>

consentimento ou não do usuário. A desobediência nesse âmbito da intervenção, não significará somente que o usuário deixará de ser acompanhado, ao contrário disso, pode representar uma severa punição, mediada pela lei e pelas instituições do complexo tutelar. Esse é um cenário em que, estrategicamente, há um amplo investimento do judiciário, o que reveste todos os trabalhadores desse setor, sejam do Conselho Tutelar (como representantes da sociedade civil) ou dos serviços da Proteção Social Especial, em “braços da justiça”. Ainda assim, os técnicos do serviço social tentarão guiar os usuários pelo recurso da orientação, revelando a sua aparente sutil vinculação com o regime jurídico especialmente quando houver “resistência”.

Entretanto, o acréscimo de legitimidade (fundada no direito como regime de verdade) e da capacidade de intervir (calcada na lei e na punição), são proporcionais ao peso da intervenção, no que diz respeito à complexidade dos casos e do sofrimento com que os técnicos têm que se deparar. É isso que parece ser apontado pelos entrevistados 06 e 13 (uma psicóloga e um assistente social) como elementos que os fazem não desejar atuar na Proteção Social Especial.

Ao tempo em que, o relato abaixo, produzido por uma técnica de CRAS que está recentemente no serviço (há 4 meses), e que tem uma trajetória de mais tempo (4 anos) em serviços da média e da alta complexidade da Proteção Social Especial, reclama da falta de poder dos técnicos do CRAS, pois ao constatar uma situação de violação de direitos não pode recorrer à incorporação do poder jurídico, precisando encaminhar o caso para o Conselho Tutelar e o CREAS.

Aí tô aqui. Tô começando agora também. O Básico é totalmente diferente, porque assim, quando era no CREAS, a gente já recebia a situação, a violação já tinha acontecido. Aí a gente trabalhava muito com o Ministério Público, né? Pra resolver aquela situação. Tipo uma idosa que sofria maus tratos, então a gente fazia todo aquele procedimento e quando não tinha, acolhia aquela idosa entendeu? E aqui na Básica não é assim. A Básica você vai orientar, você vai prevenir, né? Tem situações né? Que realmente já aconteceu a violação, mas você não pode intervir... tem que fazer encaminhamento para o CREAS, para o Ministério Público, você não vai intervir, você só previne, orienta a família. Aí é diferente do que eu já passei, né? É isso que eu estou estranhando. Questão de crianças que são maltratadas, e aí a gente já tinha a ordem do juiz de tirar aquela criação dali, por maus tratos. Chegava a situação pra gente e a gente com o apoio da Justiça tinha como resolver aquela situação, de não permitir que aquilo acontecesse, se fosse uma idosa que tinha um filho que agredia, a gente tirava esse filho da idosa, né? Para não maltratar mais. Se tiver acontecendo aqui, a gente tem que fazer os encaminhamentos. Então quando a outra instituição vem fazer uma

visita, isso demora muito, é totalmente diferente... Aí essas coisas eu fico estranhando. E aí aconteceu até a semana passada uma situação aqui, de uma criança que chegou aqui com a mão toda queimada de cigarro, um ano e dez meses, então eu digo "Meu Deus eu ver isso aí e não poder fazer nada". Ligou para o Conselho, o Conselho também não fez nada. Porque teria que fazer uma denúncia... o pai tinha que fazer uma denúncia e registrar um B.O. O menino todo queimado de cigarro, cortada a orelhinha, todo roxo, que ela maltratava muito ele. E a gente acionou o Conselho e o Conselho não fez nada. "não. Tem que ligar para a delegacia". Aí são essas coisas que eu vejo "Meu Deus é muito"... porque no CREAS já chegava para a gente resolver a situação... "Arruma uma solução para esse problema aí". Isso mexe muito comigo porque você vê aquela situação e não consegue fazer nada. Até hoje, ligamos para o Conselho e eles ainda não foram fazer visita. Eu digo "Meu Deus, vão matar esse menino". E a mãe com 16 anos é usuária de drogas, é prostituta, a casa dela é ponto de tráfico, então assim, tem uma rotatividade muito grande de homens, sabe-se lá o que fazem com essa criança. Aí o Conselho não pode denunciar, encaminha para o CREAS, aí, "é muito caso", aí vai esperar não sei para quando para fazer uma visita. Então são essas coisas que eu acho muito estranho (Entrevistada 10, Assistente Social, CRAS).

No âmbito da Proteção Social Especial, o "poder de fazer o bem" e os dispositivos para "fazer viver", estão intensamente entrelaçados com o investimento do poder jurídico. Assim sendo, o olhar para as "potencialidades", que fundamenta as atuações no CRAS, converte-se em um olhar para "os padrões de violação de direito", ou seja, para os comportamentos que posicionam a família, ou algum membro familiar específico, como violadores, transgressores do pacto social.

Nesse cenário explora-se a intimidade das famílias na busca do que poderia explicar essa "falha", intencionando que assumam e se responsabilizem por ela (caminho necessário para os processos de mudança). Entretanto, a depender da gravidade da situação, no que diz respeito aos limiares da moralidade, da higiene e das concepções de família que atravessam os técnicos, além da própria condição de vida/morte que se apresenta, a orientação não parece bastar (especialmente com famílias que não a aceitam), cabendo o uso do "poder sobre a vida" de que os técnicos são "provisoriamente" investidos.

Sendo assim, parece que o olhar para o sofrimento social, em especial nas situações extremas, pode produzir uma fetichização da atuação, uma vez que mobiliza o técnico a intervir com urgência, produzindo um cenário em que o profissional está submetido a uma responsabilidade jurídica, ao tempo em que investido, como efeito direto dessa responsabilidade, da legitimidade advinda do direito enquanto regime de verdade. Nessas condições mais do que nunca, é possível "fazer o bem" e salvar a

parcela do rebanho mais vulnerável, que não poderia caminhar com as próprias pernas e muito menos salvar-se sem o apoio do pastorado. É preciso fazer isso, mesmo que o indivíduo pastoreado não queira, pois o pastor, sobretudo quando fundamentado na lei (verdade instituída), sabe o que é bom para o seu rebanho.

8 - “O NOSSO TRABALHO SALVA VIDAS”

8.1 - RELAÇÕES DE PODER E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES EM UM CENÁRIO DE CAPILARIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO.

Chegamos a um ponto crucial na escrita dessa tese. Se no cotidiano da prática profissional do CRAS, os profissionais são guiados por objetivos voltados para o desenvolvimento de potencialidades, propósitos que cabem bem à característica *benfazeja* do poder pastoral, na Proteção Social Especial avançamos sobre zonas de ruptura, representadas por desobediência às normas, desintegração e isolamento, *descivilização*, falha na capacidade de proteger e cuidar das famílias. Não cabe mais desenvolver as *potencialidades*, é preciso intervir sobre a fratura, examiná-la, apontá-la como falha moral, judicializá-la e enfrentá-la de acordo com as resoluções proporcionadas pelo Complexo Tutelar.

Essa lógica incorpora tecnologias de poder com perfis mais afeitos à disciplina e ao controle dos corpos e modos de vida. O trabalho do técnico incorpora o investimento da justiça, o que acarreta em uma ampliação, embora situacional, do seu poder e legitimidade frente aos usuários e profissionais de outras políticas, como também em um incremento considerável de carga de trabalho, o que implica na impossibilidade de suprir a demanda do próprio serviço, e assim sendo, mobiliza o sentimento de frustração e de incapacidade.

Os técnicos transitam em um cenário marcado pela intersecção entre diversos empreendimentos institucionais: O Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Prefeitura, as Secretarias Setoriais (Assistência Social, Saúde, Educação) e as Organizações Não-Governamentais. Desses entes, especialmente o Tribunal de Justiça, conduz um tipo de relação com a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento social que tem produzido ao longo dos últimos anos um efeito nefasto na qualidade e “sentido” dos serviços da Assistência Social. Como já sinalizado no capítulo 5 a relação parasitária do judiciário com os técnicos da Assistência Social, tem produzido um efeito de super-exploração do trabalho, no entanto, contraditoriamente, também tem produzido, no âmbito da Proteção Social Especial, um incremento na legitimidade dos profissionais e na capacidade de fazerem-se respeitados.

Sendo assim, a questão da ampliação da legitimidade pode ser apontada como uma hipótese para a manutenção da relação de submissão entre essas instituições. Talvez aconteça de forma parecida com o que percebe Verdès-Leroux (1986) acerca do problema da legitimidade do trabalho das Assistentes Sociais na França, entre as décadas 50 e 60. A autora aponta que em seu estabelecimento enquanto categoria autônoma, essa profissão enfrentou o dilema de sua legitimação, sobretudo porque não podia de forma atomizada sustentá-la. Para tanto, precisava de saberes investidos de maior capital simbólico, e nesse intuito, as entidades de representação da categoria começaram a inserir na programação de seus congressos profissionais, especialistas de diversas áreas, sobretudo de direito e da medicina.

Em outra dimensão, percebemos outra via que pode sustentar e explicar a intromissão do saber-poder jurídico. Nesse sentido, Foucault (2014) nos ensina que o exercício do poder precisa fazer-se acompanhado de uma série de operações verbais, de nomeação da realidade, ou seja, da construção de verdades que possam ser sustentadas por um discurso competente e historicamente legitimado: “Diria que o exercício do poder se faz acompanhar com bastante constância de uma manifestação de verdade entendida nesse sentido bem lato” (p. 8). O autor denominará esse conjunto de procedimentos que visa construir, legitimar, e fazer valer uma determinada verdade como Aleturgia:

[...] conjunto dos procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento, e dizer que não há exercício do poder sem algo como uma aleturgia (FOUCAULT, 2014, p. 8).

A vida moderna, embora crivada por diversos domínios na composição de aleturgias, deve em muito da sua organização social e do aparato de dominação que se desenvolve a partir daí, à aproximação e, por vezes, imbricação de dois domínios discursivos: o saber jurídico e o saber médico. É possível perceber essas duas grandes fontes de disciplinamento e normatização da vida nas principais análises históricas de Foucault. Estão lá, na gênese da história da loucura, no desenvolvimento de formas mais sofisticadas de vigilância e punição dos crimes e criminosos, no desenvolvimento de saberes e práticas que normalizam a sexualidade, e também no desenvolvimento de todas as instituições modernas, desde a educação até as mais tardias investidas dos estados, como é o caso do desenvolvimento do setor social.

Há que se considerar que tanto a medicina como o direito, conforme já dito, são preponderantes na tessitura da *aleurgia* das instituições modernas, portanto são fiadoras dos modelos de poder que emergem em conjunto com o próprio desenvolvimento dos estados. Nesse sentido, Foucault (2010) analisará as evoluções nas dinâmicas do poder na modernidade, mapeando a transição de um poder soberano, repressor para a gênese de um poder positivo, centrado na inculcação de normas disciplinares e que visa, sobretudo, elevar a potência. Como já dito no capítulo II, o referido autor compara os sistemas de poder instalados no enfrentamento à Lepra e no enfrentamento à peste, para mapear as diferenças entre o poder soberano e o poder disciplinar. Enquanto o primeiro modelo é marcado pela exclusão, o segundo, é marcado pelo esquadrinhamento, pelo esforço para lançar luz e controlar os hábitos e corpos. Sendo assim, a lógica disciplinar estrutura um poder inclusivo.

[...] não se trata de maneira nenhuma dessa espécie de distanciamento, de ruptura de contato, de marginalização. Trata-se, ao contrário, de uma observação próxima e meticulosa. Enquanto a lepra pede distância, a peste implica uma espécie de aproximação cada vez mais sutil do poder aos indivíduos, uma observação cada vez mais constante, cada vez mais insistente. Não se trata tampouco de uma espécie de grande rito de purificação, como na lepra; trata-se, no caso da peste, de uma tentativa para maximizar a saúde, a vida, a longevidade, a força dos indivíduos [...] trata-se do exame perpétuo de um campo de regularidade, no interior do qual vai se avaliar sem cessar cada indivíduo, para saber se está conforme à regra, à norma de saúde que é definida (FOUCAULT, 2010, p. 40).

Esse poder de orientação inclusiva, conduz ao que Foucault irá denominar na obra vigiar e punir (1997) como ortopedia, a arte de corrigir as deformações morais e físicas. É um tipo de poder que se exerce de forma capilarizada e incessante, ao mesmo tempo sutil e detalhista, focado na elevação da potência e da utilidade. Dentro das instituições de confinamento, conforme discutiu-se no capítulo I dessa tese, essas experimentações são mais possíveis, pois o exercício do poder se desenvolve na aplicação de normas dentro de um espaço controlado pelos limites de muros. A aplicação na vida social “normal”, requer a ampliação do estado e de suas instituições de dominação, e, um pouco mais além, exige também que as pessoas “girem a roda” do poder, o façam circular, pois, nesse modelo seriam não o efeito de um poder que vem de cima e faz-se exercer pela força, mas, sobretudo, constituíram-se como peças fundamentais para sua existência e reprodução.

8.2 - O MECANISMO DA DENÚNCIA E O PANOPTISMO DA VIZINHANÇA.

O panoptismo, como uma das expressões do poder disciplinar, tem como traço fundamental a fantasia estatal de lançar luz sobre as zonas obscuras da vida social, de fazer inclusos os sujeitos que se aventuram nas margens e de assim sendo, torna-los cidadãos, afeitos à produtividade e utilidade, que chancela e mobiliza a própria concepção de inclusão. Esse modelo, embora derivado da análise de uma fórmula arquitetônica que se espalha pelas instituições modernas, tendo início nas prisões e se alastrando por inúmeras modalidades institucionais, é para Foucault (1997) a síntese da lógica empreendida pela disciplina que faz com que se lance sobre as consciências a ideia de que estamos sempre sendo observados e, como complementação, de que somos sempre observadores.

O panóptico [...] deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens [...] não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico (FOUCAULT, 1997, p. 169-170).

Não existe panoptismo sem capilarização do poder, pois as instituições, por mais complexas e expandidas que tenham se tornado com a modernidade, não alcançam os meandros das intimidades do cotidiano. Nesse sentido, como já dito nessa tese, a instalação das políticas públicas pós-constituição de 1988, tem um duplo e contraditório efeito.

Ao tempo em que inegavelmente melhoram as condições de vida da população pobre, já que se estabelecem como marco da implantação de direitos sociais no Brasil, auxiliam nesse movimento de lançar luz e refinar os controles sobre a vida da população pobre. Nesse cenário se multiplicam os monitoramentos através de mecanismos de informação estatal, a exemplo das vigilâncias epidemiológicas, sanitárias e sociais, do cruzamento de dados entre ministérios, da concessão de benefícios e do decorrente controle das condicionalidades que mediam essas

concessões. Esses elementos compõem um controle amplo e vasto sobre a vida, e se estabelecem nas trilhas do que Foucault denomina como biopolítica, ou seja, o controle do corpo-população.

Mas é preciso mais do que instituições para mobilizar toda a potência do panoptismo. É preciso que a própria população sobre a qual recai a fantasia de uma vigilância constante e implacável, tome parte e se incorpore ao conjunto de sentinelas, espiando e denunciando as resistências. Para isso é preciso que essa população seja frequentemente confrontada com as normas, mobilizada por elas.

O esquema panóptico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação tornar-se aí uma função generalizada [...] tem um papel de amplificação; se organiza o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar (FOUCAULT, 1997, p. 171-172).

Talvez seja como expressão dessa capilarização que pululem práticas de denúncia entre os pobres. O próprio mecanismo da denúncia como engrenagem fundamental da assistência social contemporânea é por si uma expressão da judicialização da questão social. Assim sendo, famílias que incorrem em rupturas com as normas estabelecidas pelo ordenamento jurídico, em especial no que diz respeito à vida de sujeitos considerados vulneráveis, em especial crianças e idosos, são passíveis de punição, conforme os referidos estatutos da criança e do adolescente, punição esta que é sustentada pelo discurso da proteção do direito destes sujeitos.

É tanto que a idosa já está morando lá há algum período. Porque eles vivem mudando, tipo... os vizinhos começam a fazer denúncias, e os serviços entram em contato, e começam a fazer visita e ele vai e muda com a idosa (Entrevistada 02, Assistente Social, CREAS).

Para Nascimento (2014, p. 460) a denúncia é um mecanismo de participação social, portanto, através desse mecanismo se instaura uma lógica de inclusão, ou seja, as pessoas são convidadas ao ingresso na cidadania por meio dessa função de guardiões da ordem, pois “[...] no mundo da judicialização foi implantada a máxima *“somos todos responsáveis”*, que delega às redes de proteção e a toda e qualquer pessoa funcionamentos antes restritos aos operadores da justiça”.

Por mais que estes estatutos jurídicos, como o estatuto da criança e do adolescente e o estatuto do idoso, se esforcem por expressar uma posição contrária à punição da pobreza, estabelecendo, por exemplo a suspensão e a perda do poder familiar como uma medida extrema, que nunca poderia ser adotada caso o “problema” que leva à violação de direitos do sujeito vulnerável, seja a falta de condições econômicas para suprir esses direitos, vemos se agigantar contra os pobres esse aparato judicial, representado no cotidiano da população pobre, de maneira mais intensa, pelo Conselho Tutelar.

Vale lembrar que os membros do Conselho Tutelar não são necessariamente orientados por uma formação técnica. Os conselheiros são eleitos e representam a sociedade civil. Ser conselheiro concede, além de um salário, um certo capital simbólico, ao representar a sociedade civil na luta pela proteção de direitos de crianças e adolescentes. A busca por esse capital é objeto de disputa por siglas eleitorais, preocupadas em ter porta-vozes capazes de angariar articulações e votos na dinâmica de disputa pelo poder eleitoral. A falta de formação técnica e mais uma vez a influência da disputa político-eleitoral nesse cenário, converte os conselheiros em verdadeiros digladiadores da moral e da higiene, que, ao contrário dos técnicos, sem o freio das orientações profissionais e das normas de uma política de assistência social, e empunhados com um ordenamento jurídico de que fazem suas próprias interpretações, são evocados a testemunhar os absurdos da pobreza, e julgar quando e porquê determinada família deve ser punida com a retirada das crianças.

Dois casos narrados por um ex-membro de uma ONG que atuava com pessoas em situação de vulnerabilidade social no bairro do Salgado, o mais populoso da cidade e com intensa incidência de pobreza, insegurança alimentar e violência doméstica, ilustram bem como essa convergência de instituições, representando o enraizamento do judiciário e realizando com certa eficácia o projeto do poder disciplinar, incidem sobre a vida da população pobre.

A gente tava realizando, a gente fazia reuniões semanais de leitura bíblica, de formação, né? E organização comunitária, trabalhava muito em cima dessa ideia de organização da comunidade, aí um dos membros, que não tava, inclusive, participando, tava numa festa... numa casa lá nesse bairro, manda uma mensagem para a gente via whatsapp, falando de uma criança que tinha ficado... estava aos cuidados de uma família lá, na verdade os vizinhos, já fazia horas... isso já era de noite inclusive, e a mãe ainda não havia retornado. E aí mandam fotos... o menino estava febril, muito febril, com os lábios

roxos inclusive... era alguma coisa que a gente não sabia exatamente o que tinha acontecido, mas era um micróbio, alguma coisa que ele tinha pegado, e tava febril. E assim pelos relatos, pediram para a gente ir lá, para saber qual era o tipo de atendimento, de assistência que a gente poderia dar, de orientação e tal, mas, muito em cima desse relato de que a mãe tinha ido, e isso era repetido o tempo todo, e que na verdade, inclusive até trazendo julgamentos morais, de que a mãe tinha saído, sei lá, para namorar e tinha deixado a criança. Aí a gente foi... teve até uma situação bem complicada, porque aí um dos vizinhos, no meio da confusão, todo mundo querendo resolver... aí pula o muro da casa... que ela deixou os outros trancados em casa, certo? Aí é aquela situação para falar com as outras crianças para saber se elas estavam bem. Aí a gente tentou resolver... “deixa a mãe chegar”... ou então a gente tava tentando fazer o atendimento, mas dizia assim... “a gente não vai tirar essa criança daqui agora, nós não temos guarda, nem poder de levar para fazer o atendimento. Sem a mãe a gente não pode sair com essa criança”. O que pode fazer? Compra um remédio pra febre, se ele não tiver tomando, pra dar um atendimento até essa mãe chegar. O fato é que ela chega... e quando chega vê aquele... vamos dizer assim... a cena armada. Ela vê na casa que ela deixou o filho, um bocado de gente... que tava tendo até uma festa nessa casa. O pessoal tava alcoolizado, inclusive esse vizinho que pulou tava bastante alcoolizado, aí vê aquela cena, um bocado de gente em torno do filho dela. Aí pegaram o filho, ela foi buscar... acho que ela imaginou que era alguma intervenção do conselho, alguma coisa assim... Nós fomos apresentados e ela já viu até pelo perfil que a gente não era da comunidade... Ela tomou o filho, irritada, ameaçou dizendo que ninguém entrasse na casa dela (Entrevistado 23, ex-membro de ONG de cunho religioso e social).

A capilarização do poder e sua circulação, ao que parece, tornaram-se elementos importantes na lógica cotidiana das populações empobrecidas das periferias brasileiras. Como uma resposta, frente ao esforço de adequar-se às normalizações, a vizinhança instala-se como um organismo de vigilância e controle. Ao atuar e instituir uma pedagogia social normativa, o conselho tutelar, a justiça e os serviços de assistência social, contribuem para uma política de identidades entre os moradores da periferia: quem segue as regras, especialmente no cuidado à crianças e idoso, é cidadão, quem não segue, deve ser denunciado, mesmo que a dificuldade advinha da vulnerabilidade social e econômica da família.

Essa é uma expressão sofisticada do panoptismo, do qual participam moradores e “trabalhadores sociais”. O próprio narrador da história em questão é conduzido para o epicentro dessa armadilha panóptica. Recebeu uma mensagem de denúncia no whatsapp, foi convidado a ver e colocado na cena, enquanto era convocado como “militante social”, para intervir no problema, frente aos testemunhos dos vizinhos de que a mãe havia sido irresponsável. Depois que o primeiro momento

de tensão se arrefece e que as intenções do narrador e de sua companheira, enquanto militantes de uma ONG de cunho social e religioso são explicadas, ela aceita conversar.

Uma outra vizinha conseguiu conversar com ela, explicou quais eram as nossas intenções e ela decidiu receber, aí quando a gente entra na casa, a gente realmente viu que a situação era de mais precariedade dentro da casa... água pelo chão, as crianças sentadas no chão é... e era cimento né? E sem roupa, a chupeta no chão assim... a cozinha você via comida, que já tava estragada, sabe? Que tinha ficado ali, talvez o dia todo destampado, não lembro se tinha geladeira ou não tinha geladeira, e ela aceitou receber, e explicou, “eu precisei sair para poder... ele na verdade já foi atendido no posto de saúde, o médico passou alguns remédios e alguns remédios não estavam disponíveis no posto, eu precisei sair para conseguir dinheiro e comprar”. E trouxe um remédio... ela passou a receita médica, a gente se responsabilizou pela compra de algum dos remédios que o médico tinha prescrito, aí foi quando ela se acalmou e entendeu que a abordagem não era de... (julgamento) pelo menos a nossa né? Porque a forma que a comunidade tava agindo era pelo menos de linchamento moral, uma cena mesmo de... um bocado de gente olhando pra ela e na ausência dela inclusive acusando ela de negligência (Entrevistado 23, ex-membro de ONG de cunho religioso e social).

Mesmo explicitando na narrativa o intuito de não julgar, e assim, distinguindo-se de outras instituições que intervêm nas famílias pobres, o narrador revela um olhar fisgado pela estrutura da casa, e por uma preocupação com a higiene (comidas estragadas, crianças nuas no chão). É importante nas reflexões sobre essa narrativa, refletir um tanto sobre a posição social do entrevistado. Trata-se de um profissional da educação, portanto, com importante acúmulo de capital cultural, no que diz respeito à formação acadêmica e à militância religiosa e social. A explicitação dessa inclinação, ainda que sutil e mediada por uma postura reflexiva, serve para alertar que, a lógica disciplinar, se introduz de maneira sub-reptícia nas intervenções sociais, revestindo-se, como vimos insistindo ao longo dessa tese, do Poder Pastoral, orientado para a promoção do bem.

Possivelmente essa mesma condição exercerá um efeito importante sobre o olhar de técnicos da assistência social na interpretação do fenômeno da negligência no interior da família pobre, mas sobre isso aprofundaremos mais à frente.

A protagonista da história contada pelo entrevistado, se aproxima do movimento de cunho social e religioso em questão, de modo que o narrador passa a acompanhar o desenrolar da sua vida e suas estratégias para lidar com a dificuldade

de suprir financeiramente a família e cumprir as normas tutelares, uma vez que se trata de uma mãe liderando uma família monoparental com cinco filhos, sem nenhum tipo de apoio do pai das crianças.

Ela resolveu aos poucos a participar também. Entendeu a lógica, era uma das membras bem ativas na época. Também preocupada com a situação de outras pessoas, porque aos poucos ela também foi se reorganizando, melhorando, conseguiu um trabalho e tal... só que quando ela consegue o trabalho, é quando acontece o episódio de que uma vizinha teria denunciado ela por negligência, por abandono de menor, junto ao conselho tutelar. O conselho vai lá, notifica ela, ameaça. Lembro dos relatos, porque quando a gente chegou, já tinha ocorrido. A gente foi outra vez acionado... ela saiu para trabalhar e deixou as crianças sob o cuidado das mais velhas... elas ficaram trancadas em casa. Nós fomos acionados para tentar ir lá mediar o conflito. Porque o conflito se instalou entre ela e a suposta vizinha que denunciou a situação. Em cima disso é que a gente teve o relato que o conselho esteve lá, e ela passou que o conselho dizia que enfim, ela não poderia sair e deixar as crianças, quer com... muito menos com uma criança... ou com vizinhos. Aí o que ela tentou arranjar foi a situação de deixar com a mãe ou com uma irmã. Aí ela se mudou para uma outra casa. É lógico que como ela já tinha essa notificação, toda vez que ela mudava tinha que informar ao conselho, para o conselho acompanhar a situação para saber se ela estava cumprindo as exigências que o conselho tinha feito, né? Para não perder a guarda das crianças... Aí ela se muda, quando ela se muda, ela já tá com um companheiro, então ela passa um tempo, vamos dizer assim... é... conseguindo atender às exigências do conselho, porque quando ela arranja um companheiro, esse companheiro tá trabalhando... então consegue colocar renda em casa e ela consegue complementar essa renda, tirando pelo. Que é um trabalho em casa que ela fazia. É um trabalho intermitente, depende de demanda, às vezes tem período sem receber, aí começava a pedir ajuda em algum lugar. O que ajudou muito a diminuir essa necessidade, é que quando a gente começou a trabalhar junto com ela, aí tinha regularmente, a gente disponibilizava cestas básicas, que a comunidade é que decidia com quem ia ficar... o problema eram essas situações emergenciais, né? Um botijão de gás que acaba... só que nesse íterim um dos filhos dela sofria de epilepsias né? Convulsões, e em vista disso ele tinha algumas dificuldades... visivelmente alguns problemas emocionais e de desenvolvimento... era uma criança mais calada... pra idade dele tinha um desenvolvimento menor. Aí conseguimos um atendimento pelo Núcleo Interdisciplinar de Saúde e era um atendimento com uma psicóloga lá. Mas para levar esse filho para o atendimento, e o marido precisava sair para trabalhar, então mais uma vez ela tinha que deixar as outras crianças, para dar esse cuidado ao filho. E aí... já era em outra rua que ela morava... mais uma vez notificaram o conselho... o conselho bate lá, e nesse segundo relato, ela disse que o conselho disse que não tem alternativa... ela tem que ficar em casa, né com parente, né com vizinho... inclusive mais uma vez, ela deixou aos cuidados de uma vizinha da frente... em casa né? Mas pedia para a vizinha ficar de olho, espiando. Mas aí o conselho mais uma vez

notificou, ameaça e realmente tira todas as alternativas... ela tinha que ficar em casa... (Entrevistado 23).

O narrador faz ainda mais algumas considerações sobre o caso, apontando o entendimento de que essa posição do Conselho Tutelar que atomiza o problema enfrentado por essa família como se fosse de única e exclusiva responsabilidade da mesma, perde de vista as graves ausências das políticas públicas, representadas, por exemplo, pela enorme dificuldade de conseguir vagas em creches e pelo inoportuno horário de funcionamento, já que fecham às 17hs. Essas condições inviabilizam o trabalho “fora de casa” para mulheres, em especial para as que lideram famílias monoparentais e foram abandonadas, no amplo sentido do termo, pelos pais de seus filhos.

Ainda para o entrevistado, esse cenário acaba empurrando as mulheres para situações de trabalho precarizadas como o serviço de “tirar pelo” de roupas, tarefa que pode ser feita sob encomenda em casa, sem nenhum tipo de vínculo trabalhista, com carga bastante intensa e baixa remuneração. É uma das facetas invisíveis do setor têxtil que sustenta e atravessa a economia da cidade de Caruaru. O narrador chega a elaborar uma hipótese para a presença da denúncia, apontando para o fato de que, sendo o trabalho de “tirar pelo” sazonal e escasso, e assim permeado por bastante competição pelas encomendas, criam-se situações de rivalidade pessoal, que mobilizam atitudes vingativas. Se esta interpretação estiver correta, a denúncia, ao promover uma desvalorização de determinada mulher-mãe frente à comunidade e confrontá-la com uma punição “impessoal”, pois exercida em função de uma “vontade jurídica”, funcionaria como um instrumento de coerção social, que pode ser acessado, independentemente da posição social de quem o mobiliza.

É possível que esta explicação esteja parcialmente correta. Mas não parece acertado generalizar o “sentido” da denúncia, como expressão de um conflito interpessoal. Também não se apresenta fácil a sua compreensão a partir da busca por acréscimo de capital econômico ou simbólico. A denunciante – mesmo no caso da competição por encomendas – não receberá mais ofertas de trabalho porque fez a denúncia, nem mesmo será reconhecida pelas instituições que instauram e acompanham o processo pós-denúncia. Não poderá, em grande medida, tornar pública a informação de que denunciou “fulana”, pois, pode sofrer retaliações diretamente da denunciada ou ser desacreditada frente à vizinhança, já que muitas

mulheres partilham de situações parecidas, no que diz respeito ao cuidado com as crianças. Resta-nos então uma explicação já mencionada, encontrada no artigo de Nascimento (2014), que propõe pensar a denúncia como um mecanismo de participação, ou seja, como esforço de ser incluído na categoria “cidadão”. A questão é: Há algum ganho real para quem faz a denúncia, tendo em vista que não pode ser reconhecido publicamente e ainda poderá, em proporção parecida à pessoa denunciada, vir a ser alvo de desvalorização pelos vizinhos?

A falta de uma resposta que permita resolver a questão apontando para um ganho “material ou simbólico”, nos empurra novamente à questão de como o poder disciplinar se enraíza nas racionalidades institucionais, e mais além nas mentalidades das pessoas, mobilizando-as à participação nos mecanismos de vigilância e controle. Ora, será justamente na inexistência de uma função pragmática que o dispositivo da denúncia materializa esse poder que atravessa a todos, mas que não é detido por nenhum?

Por outro lado, é importante apontar esse processo como efeito de uma série de incursões, sobretudo jurídicas, realizadas no interior das famílias durante o século XIX na França, e que, naquele contexto, reposicionaram o poder patriarcal, enfraquecendo-o e abrindo espaço para a intervenção judicial na “gestão das crianças”. O estatuto jurídico da família, fruto desse processo, difunde-se por diversos países, não somente como uma ordem legal, mas como um horizonte civilizatório que deve ser alcançado.

Nesse sentido, para Donzelot (1986) a crescente intervenção no interior das famílias pobres durante o século XIX, se consuma sobretudo através de uma série de operações para reduzir o poder patriarcal frente às crianças, sendo esta, uma das condições fundamentais para que emerja daí o complexo tutelar que faz imbricar domínios complementares do saber, a exemplo do direito e da medicina.

Lá onde elas (as normas) não são respeitadas, lá onde são acompanhadas de pobreza e, portanto, de uma imoralidade suposta, a suspensão do poder patriarcal permitirá o estabelecimento de um processo de *tutelarização* que alia os objetivos sanitários e educativos aos métodos de vigilância econômica e moral. Processo de *redução* de autonomia familiar, portanto, facilitado pelo surgimento, nesse final do século XIX, de toda uma série de passarelas e conexões entre a Assistência Pública, a justiça de menores, a medicina e a psiquiatria. Reunindo, dessa maneira no tema da prevenção, as atividades, outrora separadas, da assistência e da repressão, e o recolhimento dos sem-família com o dos insubmissos à família, retira-se dessa a

antiga posição de interlocutor, inverte-se a relação de convivência entre ela e o Estado para torná-la um campo de intervenção direta, uma terra de missão (p. 84-85)

Esse cenário descreve bem o que representa a família para o complexo tutelar, que ao que parece, tal qual descreve Donzelot (1986), expressa um dos motores da assistência social no Brasil contemporâneo. Entretanto a tutelarização não se circunscreve somente à prática da vigilância panóptica dos vizinhos e instituições e das admoestações do Conselho Tutelar e técnicos da Assistência Social. Para além das ações de cunho orientativo, estão as intervenções mais radicais, como a suspensão e/ou destituição do poder familiar e a consequente retirada das crianças para Casas de Acolhimento.

Foi na chamada rua da lata... é uma invasão, a situação mais precária do bairro. Nesse caso a mãe chegou a perder a guarda dos filhos, sob a condição de se adequar ao que foi colocado pelo Conselho. No dia que a gente foi, a vizinha que foi que informou a gente da situação, que era a madrinha das crianças e que ficava olhando as crianças enquanto a mãe e o pai precisavam sair... os pais saíram para Recife para vender picolé na praia. Numa dessas vezes alguém denunciou ao conselho... o conselho bateu lá. E aí, por mais que essa madrinha explicasse que era madrinha das crianças, que, eu moro aqui e estou de olho. Aí o conselho mais uma vez disse que não podia, que a mãe tinha que estar lá e tal... e além desse quadro, ainda tinha toda a precariedade, tanto da situação, como mais ainda dessa comunidade, dessa rua, porque é esgoto a céu aberto... quando chove entra água nas casas e as crianças ficam brincando na frente das casas, nas ruas... dentro do esgoto. Fora a situação da casa que também tava muito... complicada né? Não só em termos da infraestrutura da casa, mas em termos de higiene a casa estava muito ruim. Tanto que a gente fez um mutirão para tentar ajudá-la a se... a se adequar às exigências do conselho né? Conseguimos doação de colchão, caíamos as paredes, fizemos uma faxina... que o conselho também tinha notificado dizendo que aquelas condições eram totalmente inadequadas para as crianças, colocando as crianças em risco de saúde, em risco de vida e tal. Aí depois de alguns meses ela conseguiu reaver a guarda. Era muito difícil, inclusive para ela entender... eram quatro meninos e ela já estava grávida de outro. O conselho disse que um dos pais tinha que ficar em casa, e os meninos não podiam ficar brincando na rua também (Entrevistado 23).

Essa história é bem representativa dos cenários que virão nesse capítulo. Ela evidencia o poder de polícia atribuído ao conselho tutelar e escancara a percepção de que essa instituição civil se estrutura como um braço do judiciário. Nesse sentido, Donzelot (1986) aponta, como já dito, a tendência da assistência social compor-se

como uma capilarização do poder judiciário, a partir do desenvolvimento do setor social na França no século XIX. Compreendemos que essa compreensão pode ser estendida para a realidade brasileira, oferecendo uma lente de análise adequada ao observado na pesquisa dessa tese.

Talvez o autor tenha captado algo mais estruturante e abrangente, como um *modus operandi* que dá sentido ao desenvolvimento de um aparelho burocrático voltado à disciplinarização dos corpos e das mentalidades. Assim, seguindo as pistas do autor e amparado nos conteúdos revelados pelas entrevistas, podemos intuir que a *judicialização do social* encontra sua máxima força no sistema de Assistência Social, sobretudo na Proteção Social Especial e na sua dúbia inserção no Complexo Tutelar no Brasil contemporâneo.

Gostaríamos de acrescentar nesse ponto um argumento, pois, a capilarização do judiciário que parece avançar sobre o interior das famílias pobres, ao tempo em que é vantajosa para os técnicos que atuam com violação, pois revestem a sua ação da ordem judicial, também empresta ao judiciário (esse organismo quase sempre visto como um ente distante e punitivo pelos pobres) as qualidades das profissões da intervenção psicossocial, associadas ao cuidado, ao acolhimento e ao desenvolvimento dos sujeitos. Nesse sentido, essas profissões permitem a dissimulação do empreendimento jurídico, e assim sendo, auxiliam a “abrir a porta” das casas dos pobres e a instalar uma prática de tutela.

Sobre isso, Donzelot (1986, p.87) afirma que “apoiando-se na defesa dos interesses de seus membros mais frágeis, [...] a tutela permite uma intervenção estatal corretiva e salvadora, mas às custas de uma despossessão quase total dos direitos privados”. A despossessão, total oposto da autonomia, aparecerá de uma forma importante em algumas narrativas das/dos profissionais entrevistados, como uma forma contraditória de “fazer o bem”.

De acordo com Nascimento (2012), embora o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha superado a lógica de abrigo de crianças fundamentada na condição de pobreza, produz um novo ordenamento jurídico que agudiza a compreensão idealista de família e de cuidado com as crianças, constituindo, por exemplo, a categoria de família negligente, tão facilmente encaixada na explicação das dificuldades das famílias pobres. A negligência permitirá, portanto, a justificativa de processos de admoestação, de vigilância e de abrigamentos apressados.

A ampliação do domínio jurídico tem se estendido por espaços antes habitados por outros saberes e outras práticas, capilarizando a função do tribunal nas diversas esferas do cotidiano. No que concerne especificamente ao contexto da chamada proteção à infância e adolescência, vemos que existe um desejo de ordem e justiça no processo de enquadramento das famílias como negligentes (NASCIMENTO, 2012, p. 41).

Esse sistema tem um caráter punitivo para as famílias que fogem às normas, muito embora contraditoriamente defenda (e em muitas ocasiões cumpra) uma lógica protetiva da criança e dos adolescentes. De certa forma, o sistema não é somente punitivo para a família, uma vez que muitas crianças que mantêm fortes vínculos afetivos com os pais, são deslocadas de suas casas, em que se sentem seguras, por mais desoladores que podem parecer os cenários para os Conselheiros do C.T ou para os técnicos da A.S, e encaminhadas para uma vida institucional, onde se vigia o afeto e se condiciona e regula o cotidiano. Por mais protetiva que se anuncie, essa iniciativa tende a deixar marcas muito intensas nas crianças e adolescentes, e ser vivida de uma forma sofrida em inúmeras situações.

É uma fórmula que avança sobre um cenário nebuloso não somente empiricamente, no sentido da precariedade da vida da população pobre, mas sobretudo do ponto de vista da representação. Os agentes assim investidos pelo poder judiciário devem interpretar as situações denunciadas e conceber se a família tem ou não condições de permanecer com as crianças, adolescentes e/ou idosos. A introdução dessa última categoria de vulneráveis se justifica tanto pela sua presença nas narrativas como também por seguir uma lógica parecida.

Para tomar essa decisão, os técnicos têm um tempo espremido entre as inúmeras demandas e, portanto, precisam fazê-lo diante da condição de um acompanhamento praticamente inviável. São assim empurrados pelo choque de adentrarem em residências cujos padrões de higiene, de organização e de cuidado com os membros vulneráveis está afastado daqueles que aprenderam e reproduzem no interior de suas famílias. Além disso, estão pressionados pela responsabilidade diante da vida e da morte das populações vulneráveis, uma vez que todos os casos de violação de direitos são acompanhados pelo poder judiciário e muitas vezes partem de denúncias feitas diretamente ao ministério público.

É assim que se tomam decisões que terão impactos irreversíveis na vida de famílias pobres e seus vulneráveis (crianças e idosos), com base em uma ou poucas

visitas. Dessa forma, fundamenta-se uma compreensão que somente poderia ser processual, em imagens quase que estáticas, afinal, uma visita é um recorte temporal e espacial, uma espécie de fotografia, e não pode ser tomada como a totalidade da vida no interior de uma família.

Segue-se, portanto, uma lógica comum, identificada por inúmeros autores do serviço social, a exemplo de Ribeiro (2010), a culpabilização da família pela sua própria pobreza e condição de vulnerabilidade. Fenômeno este que representa um reflexo da condução da PNAS, de cunho focalista e não universal, que se estende sobre a vida dos mais pobres entre os pobres, e que tem como intenção exercer uma centralidade de suas ações na família. Inculcar a culpa e desencaixar a possibilidade de uma responsabilização do sistema econômico e político parece ser o grande trunfo dessas práticas.

8.3 - PUNINDO FAMÍLIAS E CRIANÇAS: EXERCÍCIOS AUTORITÁRIOS DO PODER.

A família queda-se então sob desconfiança, principalmente em situação de suspensão do poder familiar. A expansividade do poder disciplinar, representado pelo ordenamento jurídico e seus braços, arvora-se em determinar o que pode ser feito para o bem das crianças, idosos ou pessoas com deficiência. Diante desse movimento, trago à baila uma situação limite, que provoca e questiona os técnicos sobre até onde a norma deve reger a relação com as famílias de origem. Esse caso foi narrado por uma ex-estagiária de uma casa de acolhimento, e embora não seja o foco deste trabalho a reflexão sobre a experiência profissional na Alta Complexidade, é importante a presença deste debate aqui, pois a judicialização, como vimos, está presente em todos os níveis da Assistência Social. Além disso, examinar as práticas de Casas de Acolhimento, possibilita refletir sobre a repercussão dos atos de técnicos de CREAS na vida dos usuários “protegidos” por eles/as.

Uma criança de menos de um ano de idade é retirada do poder familiar com base na acusação de negligência, segundo relato da ex-estagiária, o pai era usuário e traficante de drogas. Chega à Casa de Acolhimento com um quadro grave de insuficiência respiratória e é encaminhada a um hospital da capital. Sua mãe, que a acompanhava no hospital é impedida de continuar ao seu lado porque, segundo

profissionais do estabelecimento de saúde, saía para beber e usar drogas e estava causando desordem.

Por desdobramento das complicações no seu quadro de saúde a criança morre sozinha no hospital. O corpo é enviado para os cuidados da equipe da Casa de Acolhimento. A família é avisada e o pai e a mãe da criança vão ao encontro da equipe da Casa de Acolhimento. A mãe culpa a equipe pela morte da criança e se expressa de forma descontrolada segundo a ex-estagiária. O pai reivindica o direito de velar a criança em casa. Argumenta que sua filha não é indigente. Frente ao cenário a equipe é tomada pelo medo de sofrer alguma violência dos pais e pela complexidade da incerteza jurídica: “Podemos ou não liberar o corpo para que seja feito o velório?”. Consultam a juíza responsável, que (segundo as palavras da ex-estagiária) diz que de modo algum permitirá que o corpo da criança seja levado para “aquela favela” (em referência ao lugar de moradia do pai). A decisão final do Estado frente ao caso é essa: a criança não poderia ser velada. Deveria ser enterrada imediatamente. O impasse se mantém até que a mãe, que já não vivia com o pai da criança, se diz contrária ao velório porque não queria que sua filha fosse velada na casa da outra (atual companheira do pai). Por fim, a equipe e os pais dão prosseguimento ao enterro da criança, que é sepultada sem direito ao velório.

Sobre esse caso é importante considerar que mesmo antes do desfecho ser conduzido pela negação da mãe, ele já é anunciado pela decisão da representante da justiça. A família, na interpretação da justiça, não tinha mais nenhum direito sobre a criança, mesmo sobre o corpo morto. Aqui se exerce um tipo de poder diferente, que mesmo Foucault em sua analítica das formas de controle e disciplinamento compreende como liminar:

Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no "como" da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está do lado de fora, em relação ao poder: e o que cai fora de seu domínio, é sobre o que o poder só tem domínio de modo geral, global, estatístico. Isso sobre o que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade. E, nessa medida, é normal que a morte, agora, passe para o âmbito do privado e do que há de mais privado. Enquanto, **no direito de soberania, a morte era o ponto em que mais brilhava, da forma mais manifesta, o absoluto poder do soberano**, agora a morte vai ser, ao contrário, o

momento em o indivíduo escapa a qualquer poder, volta a si mesma e se em si mesma, de certo modo, em sua parte mais privada. O poder já não conhece a morte. No sentido estrito, o poder deixa a morte de lado (FOUCAULT, 1999, p.295-296, grifo nosso).

Nesse caso em particular, apesar da difícil interpretação, podemos ensaiar que o poder se exerce aí não sobre o corpo morto, mas sobre a sua família. É à família que é negado o ritual de passagem, já que a celebração da morte através do velório, é um ritual de reconhecimento da humanidade da criança morta, mas também dos pais. Portanto, foi negada à família o pertencimento à categoria abstrata (mas que tem efeitos bastante práticos) de “ser gente”. Por outro lado, podemos compreender que o poder no cenário brasileiro apresenta configurações bastante singulares e que, configura-se como o imbricamento de aspectos soberanos, disciplinares e de biopoder, o que o caso parece evidenciar.

O poder levado ao extremo e exercido por uma figura autoritária, para além das normas e dos limites jurídicos, seria talvez uma distorção da lógica disciplinar, ao mobilizar a soberania como modalidade que subsiste, e se exerce como um poder negativo, um poder que pune e faz sofrer, ao tempo em que demarca uma distância social. Nesse sentido, outra situação referente a uma Casa de Acolhimento, em especial às práticas de uma ex-gestora que foi desligada em meados de 2016, parece ser deveras significativa, sobre como nos meandros de uma instituição menos vigiada, no íntimo de uma instituição que mobiliza o sentido de Casa, podem acontecer práticas que manifestam uma pedagogia da humilhação.

No segundo dia ela virou para uma criança, que tinha desenhado no braço, qual é a criança que não risca o braço? É tatuagem... a mãe dessa menina era toda tatuada, então é uma referência. Caramba, eu sou louca por essa menina... eu a encontrei recentemente na rua, numa situação deplorável. Ela gritou: Fulana, eu vou pegar o bombril e vou esfregar o seu braço até arrancar o seu couro, porque não é para fazer isso. Uma forma altamente arrogante, prepotente, indecente... aquilo ali me subiu? Sabe? Meu segundo dia de trabalho e eu precisava do emprego. Aí eu... “puta que pariu”, vou ter problemas, até certo ponto eu engulo, chega uma hora que eu chuto o balde, né? Aí fui indo e foi onde eu comecei a ver tantas coisas erradas [...] Eu fui percebendo que essa pessoa não tinha perfil para trabalhar lá? Porque ela era autoritária e ela era do tipo que ela foi professora... eu acho que hoje ela deve ter 80 anos, e eu acho na época dela ainda era palmatória e ela queria essas práticas. E ela induzia... ela dizia, “Eu não posso bater, mas vocês podem”... ou seja, os mais velhos batiam nos mais novos. Ela dizia para os adolescentes... [...] Por exemplo, a casa é das crianças, né? No dia

das mães, ela fez um almoço e proibiu as crianças de participarem com a gente. Que que é isso? Uma menina que ia fazer quinze anos, a prefeitura disponibilizava tudo, para ela participar de uma festa, mas ela dizia assim “isso para ela não precisa, ela nunca teve nada, ela não precisa não. Gente pobre não precisa disso”. [...] João Paulo²³ tinha mãe e ele ficou quase um ano, e o estatuto da criança e adolescente é claro que é para a gente fortalecer o vínculo, né? Lá as mães quando chegavam ela proibia as visitas, entende? Porque o menino tá de castigo. Ela adorava punir as crianças. Qual era o principal castigo? Não ir para a praça. Não sair e não fazer nada. João Paulo queria jogar bola... ah porque não tem carro, não tem. A gente tentava arranjar uma solução, mas ela sempre impedia de fazer alguma coisa por eles. Ela sempre privava as crianças. Pronto... banho frio. Tava frio naquele tempo. Chuveiro queimado e ela não deixava esquentar água. “Esses meninos passavam fome na rua, nem tomavam banho, vão tomar é banho frio... e não vai gastar o gás não”. As crianças escutavam... [...] Ela instigava de uma forma para causar a violência... teve um cuidador lá... que porque as crianças não queriam tomar banho... (11) onze horas da noite, ele mandou sentar na cadeira, pegou um balde de água fria e jogou nos meninos. Teve duas meninas e um menino que pularam na piscina. Ele deixou até uma (1 hora) da manhã no frio, porque pularam na piscina. [...] teve uma menina que foi para lá... quatro anos de idade, ela foi abusada sexualmente. Quando ela chegou lá... o estímulo sexual, se você estimula... a criança não sabe o que é se masturbar, mas a criança vai sentar no colo e vai se esfregar porque é um estímulo e é gostoso. Aí essa menina estava sentada, eu acho que no lastro da cama ou em algum lugar e tava assim. As cuidadoras que também são muito despreparadas, aí chegou uma *puxa saco* dela “Olha dona Marinalva²⁴, Denise²⁵ tá se coçando de novo e não sei o quê?”... Como se a criança soubesse o que estava fazendo. Isso é um relato, eu não presenciei, mas sei que aconteceu. Foi uma cozinheira que me disse que presenciou isso. Aí Marinalva chegou na cozinha, “ô fulana, tem abacaxi aí”. Ela disse “não dona Marinalva ainda não chegou não”. “Ah porque se tivesse eu ia botar Denise em cima, para ela roçar que eu queria ver ela ficar roçando de novo, em cima de um abacaxi” (ex-psicóloga de Casa de Acolhimento).

A inserção desse relato busca fazer refletir sobre como essas situações-limite em que se conduz uma intervenção severa e radical no interior das famílias, podem representar, ao contrário de uma proteção dos vulneráveis, uma condição para o exercício de violências de diversas ordens. De modo algum a ideia aqui é dizer que essa postura da antiga coordenadora desse serviço é generalizável. Certamente, as violências que acontecem no cotidiano dos serviços são bem mais sutis e por vezes, muito menos conscientes do que a história que acaba de ser relatada. A situação-limite, nos assevera, no entanto, até onde o exercício do poder sobre a vida dos

²³ Nome fictício de uma criança acolhida

²⁴ Nome fictício da ex-gestora

²⁵ Nome fictício da criança acolhida

pobres pode chegar, muito embora represente, inclusive, uma mudança de rota do projeto do poder disciplinar, uma vez que este tipo de poder, que parece exercer-se com grande força nesse cenário, se transveste como poder positivo, que visa aumentar a potência do corpo.

Retomando mais uma vez o debate sobre a judicialização da assistência social, sobre o qual falamos de modo insistente nesse capítulo, é importante sinalizar, de acordo com o que afirma Lemos, Galindo e Costa (2014, p. 431) que esse fenômeno: “[...] implica uma primazia da norma sobre a lei nos processos de subjetivação atuais, baseados nas práticas punitivas, mas sem perder de vista a articulação com a lei e com a produção de saberes”.

Nos interessa agora, saber como essa normalização da vida se exerce no interior da visita domiciliar, sobre como os técnicos mobilizam a judicialização da Assistência Social em favor da legitimação do seu trabalho e da sua intervenção, e de como transitam em territórios inseguros, especialmente no que diz respeito à tomada de decisões coagidas pelo aparato judicial que circunda a prática.

8.4 - VISITAS DOMICILIARES: SOBRE CHEIROS, ORGANIZAÇÃO, FALTA DE CUIDADO E NEGLIGÊNCIA.

Como explicita Donzelot (1986) a aliança da medicina doméstica com as “mães”, que permitiu o avanço das orientações médicas para o interior das famílias burguesas, se abateu de uma outra forma sobre as famílias pobres, estruturando-se como estratégias de cunho higienista e arquetônico. Era preciso adentrar nas casas dos pobres, reestruturar o interior das moradias escuras, sujas e promíscuas, possibilitando a desodorização necessária ao projeto civilizatório em curso. O objeto de responsabilização ainda eram as mulheres, mas não mais como elos de uma aliança. Às mulheres pobres coube, nesse empreendimento, a culpa pelos filhos que “vagueavam” e pelos esposos que “bebiam”. Assim sendo, a inserção das mulheres no processo de *familização* dos pobres se deu pela via de uma expressiva carga afetiva.

Com essa motivação, de intervir sobre o interior das casas dos pobres, se estruturam os projetos das habitações sociais no século XIX e XX, visando reestruturar a moradia popular, retirá-la da penumbra em que se encontrava, e alçá-

la à um espaço vigiado e iluminado. Vê-se que se trata, portanto, de uma das expressões do panoptismo: é preciso dar corda na engrenagem obsessiva para tornar visível o interior das casas populares. A constituição arquitetônica desses espaços favorece isso, instaurando a vigilância dos pais sobre as crianças, a separação dos cômodos, a extinção da prática de ter inquilinos “estranhos” à família, e inaugura uma frutífera e perspicaz célula do setor social: a visita domiciliar.

Inicialmente, a habitação deve conquistar um espaço entre o antro e a caserna. O antro é o resultado do hábito rural e artesanal que consiste em considerar o local familiar como um esconderijo, um reduto protegido dos olhares alheios e onde se amontoam as riquezas assim como faz o animal com sua presa; em torná-la uma pequena fortaleza onde se pode esconder durante o dia e sair à noite. Essa imagem do habitat popular que assusta os higienistas não chega a ser, por certo, o produto de uma concepção tão primitiva da existência: além das aberturas das casas populares tinha uma certa relação com o uso, herdado do Antigo Regime, que consistia em calcular o imposto sobre o número de portas e janelas [...]. Ao lutarem contra a insânia e a imoralidade desses casebres e porões, os higienistas também lutavam contra uma concepção do habitat como abrigo, como lugar de defesa e autonomia. Queriam substituir a força autárquica pela força de trabalho, fazer da habitação um espaço sanitário e não mais um espaço “militar”, banir o que nela havia de propício a alianças ocultas e fusões suspeitas (DONZELOT, 1986, p. 43).

O avanço sobre a moradia e o modo de viver dos pobres não se deu somente na França, perpetuando, portanto, um sistema que fará parte dos grandes projetos de reforma urbanística, e diante dos quais se aliam discursos médico-sanitaristas, jurídicos e arquitetônico-urbanistas. Um dos elementos dessa intrusão no seio das casas dos pobres é a preocupação com a higiene. Os cheiros e a limpeza são aparentemente objetos centrais de uma intervenção conduzida por classes sociais hipersensíveis aos odores. Esse fenômeno será denominado por Rago (2014, p.214) como desodorização do espaço urbano, que ocorre no Brasil especialmente na primeira metade do século XX.

A habitação do pobre não escapará ao desejo de disciplinarização do proletariado manifestado pelos dominantes. Na moradia operária, a burguesia industrial, os higienistas e os poderes públicos visualizam a possibilidade de instaurar uma nova gestão da vida do trabalhador pobre e controlar a totalidade de seus atos, ao reorganizar a fina rede das relações cotidianas que se estabelecem no bairro, na vila, na casa e, dentro desta, em cada compartimento. Destilando o gosto pela intimidade confortável do lar, a invasão da habitação popular pelo olhar vigilante e pelo olfato atento do poder assinala a intenção de

instaurar a família nuclear moderna, privativa e higiênica, nos setores sociais oprimidos.

É possível perceber essa mesma marca higienista nas incursões das visitadoras sociais, profissão que emerge no Brasil em meio ao pleno desenvolvimento das indústrias, na primeira metade do século XX. No seio da estrutura das Vilas Operárias²⁶, essas profissionais marcadas pela “boa vontade” adentram nas casas e oferecem orientações sobre o cuidado com os filhos, a organização e limpeza da casa, a revisão de hábitos nocivos e até dicas de decoração (VIEIRA, 2013). Todas essas orientações, como também observado por Donzelot (1986) sobre o contexto europeu e em meados do século XIX, recaem sobre as mulheres: “Essas visitadoras esmeravam-se em salientar a responsabilidade da mulher na boa qualidade das relações intrafamiliares e no bom rendimento de cada membro da família em suas atividades diárias” (VIEIRA, 2013, p. 89). O conteúdo da atuação “benfazeja” das visitadoras era guiado, sobretudo, pelos saberes médico-higienistas:

A categoria das *visitadoras sociais* se estabelece nessa junção com práticas médicas higienistas, que, no decorrer das primeiras décadas do século XX, adquiriram um peso político importante. Esse encontro é determinante para a evolução de uma forma especializada de assistência no campo preventivo da saúde. As orientações concernentes ao cuidado com a alimentação, ao descanso físico e ao lazer, administradas por essas mulheres, são predeterminadas pelos discursos médicos e higienistas que definiam os modos de operação, os tipos de intervenção e os tratamentos adequados (VIEIRA, 2013, p. 108).

Tendo em vista que esta, é uma das origens históricas da profissão de Assistente Social no Brasil, não temos dúvida que tanto expressam a importância de um duplo movimento, já que as autoridades médicas higienistas encontram nessas trabalhadoras, a via para acesso ao interior das casas, ao tempo em que emprestam a elas a legitimidade e o “repertório de saber” necessário para investir a intervenção. Essa fórmula, que expressa obviamente uma interdependência desigual, que submete o trabalho da A.S ao domínio de um saber-poder com mais recursos, parece se repetir no contemporâneo, emergindo das narrativas encontradas em nossa pesquisa.

²⁶ Tipologia de empreendimento de habitação social, patrocinada por grandes indústrias, e cujo objetivo evidente era modelar a vida dos operários de modo a repercutir no aumento da produção.

Talvez para fortalecer esse argumento, que reflete o problema de legitimação da intervenção das profissões sociais, é importante evidenciar que a aliança entre as *visitadoras sociais* e o discurso médico-higienista também ocorre na França, no início do século XX, evidenciando-se como uma tendência que pode ser relativamente generalizável (VERDÈS-LEROUX, 1986). É importante demarcar, no entanto, que as investidas mapeadas, tanto na Europa entre os séculos XIX e XX, como no Brasil na primeira metade do século XX, tem como alvo a família operária. Trata-se de um elemento que deve ser ativado, promovido, cujas energias precisam ser aumentadas para que, de fato, coadunem com os interesses do capital em ascensão.

Ainda que essas intervenções sejam voltadas para a potencialização dos corpos, como sugere Foucault (1979) ao insistir na importância do poder disciplinar na constituição dos estados modernos e como força motriz do capitalismo, segundo Verdès-Leroux (1986, p.32) é possível perceber uma mudança no repertório e nas práticas assistenciais, advinda exatamente dessa relação com o saber médico. Introduce-se um critério classificatório, que permite “[...] estabelecer uma separação entre os “recuperáveis” e os “irrecuperáveis” – entendidos estes últimos como os que não se tem esperança de integrar à produção, de maneira estável [...]”.

Essa fronteira classificatória parece estar presente, de maneira sutil e camuflada, na própria hierarquização dos serviços da Assistência Social. A atuação na PSB parece mais afeita aos pobres recuperáveis, àqueles que tem “potencialidades a desenvolver”; já na PSE, intervêm-se sobre a camada dos pobres “irrecuperáveis”, que apresentam um defeito que fratura a norma, e que estão, por isso sob os olhares da justiça. Esse limite de classificação, no entanto, acaba por colocar um obstáculo para a identidade profissional de assistentes sociais e psicólogos: é possível dar continuidade aos atributos, que compõem a identidade profissional, associados ao cuidado, à compreensão, à empatia e o “bem fazer”, quando sua ação expressa “a soberania” da lei? Essa é uma questão que guia o desenvolvimento deste capítulo.

Retomando a perspectiva higienista, associada à gênese das intervenções sociais nas famílias pobres, é importante referir-se ao seu impacto no trabalho de técnicas do CREAS. Nesse sentido, a dimensão dos cheiros salta das narrativas sobre “casos marcantes”, em especial nos relatos de situações que estão mais alinhavadas pelas tramas do complexo tutelar e da capilarização do poder judiciário. São o cheiro e a sujeira, os primeiros elementos a aparecerem nas cenas narradas com a

intencionalidade de caracterizar a situação de negligência. Abrir esse debate não é negar o quanto impactante podem ser as visitas, em especial, pelas condições de extrema precariedade e risco de vida em que algumas pessoas são encontradas. A questão aqui é possibilitar a percepção de como a dimensão higiênica da vida dos pobres parece apresentar-se como relevante elemento na composição da interpretação da negligência, e assim sendo, concretiza-se como algo contundente no desdobramento jurídico dos casos.

Diante desse caso, cheguei a pensar se tinha perfil do serviço. Porque eu fiquei bem chocada com a realidade que eu vi, não só da casa.... A questão da higiene, porque assim, de uma moradia saudável tá longe. Em termos de sujeira, de higiene, cheiro... porque ele usa fraldas descartáveis e assim, as fraldas no chão, expostas assim... as fezes... uma situação bem limite, que hoje essa realidade assim, em relação a essa higienização ela melhorou... ainda não é adequada, mas ela melhorou. E aí nesse sentido assim, de sabe... o meu questionamento pessoal assim, que eu ainda nem trouxe para a coordenação... era saber se eu tinha esse perfil assim... de lidar com essa realidade. Com essas questões, mas aí tá sendo um aprendizado assim... cada dia um aprendizado (Entrevistada 01, Psicóloga, CREAS).

Quando eu chego, estava lá a polícia e o SAMU, examinando a idosa. Quando eu entro na casa... ai dá vontade de... (faz uma expressão de nojo)... parecia que vem o odor. Porque a casa, vamos dizer assim, é como se ela fosse nos fundos, sabe? Tem um terraço, estreito, mas que entraria um carro, dois carros.... um atrás do outro. Realmente quando a gente chama assim, e é um portão de madeira, você não consegue visualizar com tanta facilidade a casa, nem ter tanto acesso, nem o odor chega tão facilmente na frente. Quando eu cheguei na casa, a minha sorte é que eu estava com outra profissional, até uma psicóloga, porque quando eu saí entrando assim, ela estava na porta da casa, sendo atendida pelo SAMU. Aí o SAMU me relatou dizendo que ela estava nua e os vizinhos, já tinham feitos alguns relatos dizendo que ela estava nua. O que esse cuidador faz... de manhã ele sai para trabalhar... em torno de 7 horas da manhã. Então ele deixa ela e volta no final do dia... 7 horas da noite. Então ele deixa ela na casa... a casa quando eu entro... tem a porta que o SAMU tá atendendo ela e tem a porta lateral, quando eu fui chegando pela lateral eu volto correndo, porque eu ia vomitando dentro da casa da idosa, com o odor que tinha... o banheiro, porque assim o banheiro quando eu fui entrando, não tava assim... era aberta a porta, então não foi assim, eu abri, não precisava você... porque já passou dessa época que profissionais saiam abrindo porta de armário para ver o que tem. Não precisava. A casa estava imunda. É a palavra que eu consigo descrever que aquela casa estava... tipo, tinha roupa espalhada por toda a casa. (Entrevistada 02, Assistente Social, CREAS).

Lá tinha muitas galinhas e tinha os cachorros fei, fei fei, feio... aí os pirrai tudo pelado, no meio do mato, que era no meio do mato a casa. Aí os meninos lá tudo brincando... os menorzinhos, tudo pelado, sem

tomar banho... uma imundície.... uma imundície... (Entrevistada 06, Psicóloga CRAS).

De acordo com Pussetti e Brazzabeni (2011) a construção social dos “indesejados” como vulneráveis e/ou violentos, compõe a justificativa da intervenção social, visto que delinea a imagem desses indivíduos como incapazes de gerir a própria vida, e assim sendo, como passíveis à compaixão e ao controle dos serviços e técnicos da assistência social, nos termos do que bem Fassin (2014).

Por outro lado, essas situações confrontam os técnicos com as expressões mais radicais da questão social, e assim, mobilizam, através de uma estrutura afetiva, aquilo que de alguma forma o judiciário os investe para mobilizar, a identidade de missionários, pressionados pela necessidade de legitimar o seu papel, e pela responsabilidade atribuída de garantir a vida dos usuários vulneráveis. Assim sendo, é das tramas do poder disciplinar que se evoca, sem contradição aparente, o poder pastoral, como uma força social que mobiliza a compaixão e orienta as intervenções. Assim sendo, a força afetiva dos encontros sociais radicais que acontecem no interior das práticas na Proteção Social Especial não pode ser desconsiderada, como também não devemos esquecer o que esses processos mobilizam em termos de sofrimento profissional e frustração.

Foi uma situação que a gente ficou muito impactada porque, era uma idosa... o quartinho bem precário mesmo... fechado... fechado mesmo, então a outra idosa veio, abriu a porta, e a idosa estava lá, deitada numa cama... com muita sujeira... muita sujeira mesmo... então assim, a cama o colchão preto... com muita sujeira... e ela dormindo ali, enrolada... um mal cheiro terrível... ela, a roupa suja, enrolada, cabelo sujo... toda sabe... bem assim... a gente ficou muito impactado porque, como é que uma criatura em pleno século XXI e estava naquela situação, de completamente isolamento mesmo... era um bicho... era assim... desumano (Entrevistada 07, psicóloga do CRAS, sobre passagem pela PSB de um município que não tinha CREAS, e em que o CRAS cumpria essa função).

Então assim o quarto muito sujo. O quarto muito sujo de sangue.... ela tinha muita ferida pelo corpo e ela já tava toda atrofiadazinha, bem pequeninha.... ela tinha dois benefícios, e a filha fazia uso, ela e o marido, só para fazer uso de bebida alcóolica. A casa muito suja, muita roupa espalhada pelo chão. Sabe aquele pessoal assim, que usa roupa e joga, não usa mais aquela né? Não lava... a casa mais pequena, mas tinha muito grude. Muito comida, muito resto no chão, as panelas... em todo canto. E aí fizemos um relatório para o ministério público, informando realmente que acontecia aquela situação de negligência com a idosa e foi decidido que ela ia ser abrigada.

(Entrevistada 10, Assistência Social, CRAS, falando de uma experiência durante sua passagem pelo CREAS).

[...] ela deitada nua, num colchão, num local bastante sujo, insalubre. Ao redor da pessoa tinha vários pés de galinha, porque a alimentação mais fácil era pé de galinha, era como se ela comesse e jogasse ali mesmo. Porque não tinha a limpeza do espaço e o colchão já tinha o jeito do corpo dela. Então. O cheiro era horrível. Quando a gente saiu dali que conversou com ela. Ela contou toda a história, como tinha ficado assim... que foi pedir ajuda ao serviço de saúde, que veio a enfermagem com a ambulância tudo, que retirou ela daquele colchão, ficou aquela água com sangue, com pus. Ela tava praticamente podre. Uma pessoa podre viva. É tanto que quando a gente tirou ela da situação, que ela foi pro hospital, ela passou quinze dias viva. Ela começou a estourar escaras até no rosto. Esse caso me marcou muito, porque era um ser humano. Ela faleceu depois de quinze dias. Nesse período de quinze dias foi localizada outra filha e que nesse período de quinze dias precisou o ministério público determinar que fossem acompanhadas pela filha, mas elas deram trabalho. Tenho fotografias desse caso, porque precisei construir relatórios. Era um caso que as famílias não queriam lidar... na conversa a gente soube que não ia ter sucesso, então teve que ser comunicado ao Ministério Público (Entrevistada 12, Assistente Social, CREAS).

Os cenários descritos acima, embora também mencionados por alguns técnicos de CRAS, são mais característicos das descrições feitas por profissionais do CREAS. São roteiros desoladores, que mobilizam medo, raiva, nojo, piedade e que se comunicam profundamente com o propósito da “ajuda” e da “salvação”, que caracteriza o poder pastoral. O poder pastoral como poder personalista, tende a salvar a ovelha vulnerável, ferida, e ao mesmo tempo, identificar aquilo e aqueles que se constituem ameaça contra ela, sobre os quais é preciso nutrir certa desconfiança. A atuação no CREAS está mais pressionada a demonstrar a anormalidade da família, o seu desencaixe da norma, a sua culpa e erro, pois esses elementos amparam a legitimidade de uma intervenção corretiva.

Entretanto, nas narrativas de técnicos de CRAS, embora não apareça com tanta frequência o cenário da sujeira das casas, delineiam-se representações sobre os usuários dos serviços que os desvalorizam ou expressam a sua fragilidade. De modo comparativo é como se no âmbito do CREAS as famílias necessitassem de intervenção porque são desleixadas com os seus membros mais vulneráveis, ou porque são ativamente violentas com esses membros. De um jeito ou de outro a vida se encontraria sob risco e, portanto, demandaria uma intervenção radical tal qual encontramos na Proteção Social Especial. Já no âmbito do CRAS, a necessidade da intervenção se dá porque as famílias são fracas, não conhecem suas potencialidades,

são vulneráveis e dependentes, desprovidas de vontade ou ignorantes. Como exemplo disso, seguem dois trechos de entrevistas de técnicas do CRAS, que evidenciam a ignorância como um traço das famílias acompanhadas:

Era muito difícil porque ela era muito ignorante mesmo... não tô dizendo assim de ser grossa, mas ela tinha dificuldade na fala. Era bem complicado, eu falava uma coisa, quando eu chegava no mês seguinte para fazer a visita, ela não entendia nada do que eu tinha falado, tinha que explicar tudo de novo, tinha que explicar para os filhos dela. O esposo era outro, porque era bem difícil de entender também. Quem ajudava a gente a orientar eles eram os filhos. Era bem difícil de entender, você explicava A, B, só entendia o A ou só entendia o B (Entrevistada 06, psicóloga, CRAS).

Uma adolescente de 16 anos, casada com um rapaz de 26. Nem ela, nem ele tinha documentação nenhuma... gestante... na segunda gestação. Já tinha uma criança com dois anos já. E por falta de documentação do pai, a criança foi registrada em nome da mãe. Então assim, não sabia ler, eles não são alfabetizados, teve até uma hora que eu me assustei porque eu perguntei: qual é a idade do teu esposo? Aí ela disse 60 anos. Aí eu... “oi?” qual é a idade do teu esposo? 60 anos [...] ela era tão desorientada a bichinha, aí eu disse assim... tu tem algum documento desse teu marido? Aí ela disse o pai dele mora aqui. Aí veio o pai e eu perguntei, olha... qual é a idade do teu filho? Aí ele disse ele tem 26 [...]. O que eu fiquei rindo depois foi da inocência dela... não sabia nem a idade do marido (Entrevistada 07, Assistente Social, CRAS).

No primeiro momento é como se eles se sentissem meio com medo: “Ela vem aqui fazer o quê?”, mas eu vou lá, na melhor das intenções... é como se fosse, eu acho que eu não sei nem como te falar, mas o que eu vejo, é como se eles fossem uns bichinho ali acuado, que quando a gente chega com algo novo, eles tem a vontade, mas é como se algo puxasse eles para a realidade que é deles e pronto (Entrevistada 16, Psicóloga, CRAS).

Assim sendo, as situações reveladas nas visitas, a constituição dos objetivos e a própria construção do problema que mobiliza a intervenção (a vulnerabilidade na PSB ou a violação de direitos na PSE), produzem formas “sutilmente” diversas de representar aos usuários, assim como, à própria identidade profissional. No que diz respeito aos técnicos da PSE, é importante apontar que se sentem responsáveis (porque investidos judicialmente) pela proteção dos direitos (e da vida) dos usuários vulneráveis: crianças e idosos. Essa dimensão pressiona os profissionais, que uma vez em “terra de missão”, como sugere Donzelot (1986), precisam se posicionar, defendendo não somente os direitos, mas a legitimidade da intervenção profissional como capacidade de cuidar e salvar a vida.

A gente recebeu que estava sendo negligenciada essa senhora. Quando eu cheguei lá, ela se encontrava só na cama. A porta tava até aberta, aí quando eu bati... ela não se levantava né? Aí disse: Quem é? Pode entrar. Aí quando entrei, a casa horrível, aquela casa com um odor triste, né? Bem insalubre mesmo. E ela deitada numa cama lá e eu fazendo perguntas a ela, com quem que ela vivia... e o no relatório que veio, já dizia que ela fazia muito tempo que morava com um filho, mas que esse filho bebia, e ela passava o dia todo sozinha. E na fala dela ela dizia, “não, eu tô muito bem!”. Mas a gente tava vendo, a casa insalubre, né? Que era até constrangedor ficar... Eu perguntei a ela, ela... “não eu moro com meu filho”... aí eu, mas a senhora tem uma alimentação boa? O ambiente né? Ela tava deitada numa cama de casal, ela bem suja... ao redor dela tava um saco de bolacha, uma aparadeira, cheia de fezes, um balde de água... esse balde que é de margarina de 3 quilos, com água e uma faquinha de cerra perto dela e uma bolsinha de pano. E o odor de urina terrível... [...] Aí chegou uma pessoa vizinha aí disse que ela vivia daquele jeito, não se alimentava, o filho dela chegava de noite, não fazia a alimentação, a casa era daquela forma... ela pagava aluguel. Aí fui perguntar a ela, e ela bem resistente, “Olha, a senhora não quer ir para um lugar onde a senhora vai ser bem tratada, vai ter o remédio na hora certa, banho, alimentação, que a gente tava pensando em acolher, já que não tinha nenhuma família, só esse filho e esse filho a gente ia propor para ele um tratamento. Aí ela disse, “eu não vou para lugar nenhum, eu não vou sair da minha casa”. Aí eu disse então vamos conversar para arranjar uma pessoa para ajudar a senhora. Ela disse, “eu não quero ninguém aqui e você não vai mandar na minha casa, que minha casa vai ficar assim e eu sou bem cuidada, que eu vivo com meu filho e meu filho toma conta de mim”. Aí eu, mas não é assim. [...] (Entrevistada 05, Psicóloga, CREAS)

Sobre esse trecho é importante discutir pelo menos dois pontos que figuram como elementos estruturantes da atuação diante da violação de direitos:

1) a família sob suspeita: percebe-se que o relatório do Ministério Público orienta para a desconfiança acerca do filho, que “bebe o dia todo”, e assim sendo, favorece um tipo de abordagem que o coloca somente como objeto da intervenção, “a gente ia propor tratamento” e nunca como interlocutor. Ainda sobre a desconfiança que paira sobre as famílias, lembro de um caso narrado por uma estagiária no ano de 2015. A situação se desenrolou em um município vizinho ao que é investigado nessa tese, mas se conecta de maneira adequada ao debate. Uma mãe é denunciada por maus tratos, em virtude de um suposto hematoma que apareceu no rosto de uma criança de um ano. O CREAS é acionado, assim como o Conselho Tutelar, para investigar a situação. Após algumas visitas e conversas com membros da família, os técnicos constroem uma convicção de que houve a violência, e culpabilizam a mãe,

mesmo que essa tenha afirmado não saber como a criança ficou com um hematoma. A criança é, então, por intervenção do CREAS e do Conselho Tutelar, encaminhada a um hospital na capital. O caso mobiliza os profissionais da rede socioassistencial do município, as fotos da criança circulam no grupo de *whatsapp* dos técnicos dos serviços do município, reiterando a sensibilização e a punição antecipada da mãe. O desfecho é inusitado: o diagnóstico médico aponta para uma possível picada de aranha.

2) Retomando o caso discutido aqui, podemos apontar que a intervenção é representada pela idosa como intromissão/invasão. Essa é uma representação depreciativa sobre a atuação, que em alguma medida, se choca com a identidade auto-atribuída da profissional e assim sendo, gera um desconforto que precisa ser assimilado. Sobre a percepção da intervenção como “intromissão” é possível encontrar um conteúdo semelhante em outras entrevistas:

Ele argumentou como se o atendimento do CREAS na época não fosse humanizado. Que ele sabia o que era melhor para o filho dele e como se o técnico que chegasse lá, quisesse mandar na vida dele. Que poderia até assim... eu não sei o que aconteceu, né? Mas assim, ele tem uma resistência em realmente, porque ele privava esse filho [...] No sentido, como se fosse uma intromissão, né? Porque a gente entra na casa das pessoas, então é preciso ter um certo cuidado. Apesar de que no caso dele eu acho que, não foi o técnico em si, eu não tenho conhecimento, mas é porque ele realmente não permitia, então ele achava que era uma invasão, entendeu? Uma equipe chegar e dizer como devia funcionar, porque existe um aconselhamento não é? A gente orienta né? (Entrevistada 01, Psicóloga, CREAS).

“Caramba! Você chega na casa do outro, sem poder dizer assim... não é que não pode, mas se eu chegar e dizer assim: “ó! Foi uma denúncia que recebi” o povo vai pensar... é a polícia!?”. Ninguém vai entender que é uma denúncia em outra... porque o intuito da gente enquanto CREAS é muito mais de orientação, no sentido de aconselhamento, encaminhamento, intervenções pontuais para que essa família supere essa situação. A gente não tem o intuito de punir aquela família... até porque ela já é punida pelos outros diferentes... pelo sistema que nós vivemos né? (Entrevistada 02, Assistente Social, CREAS).

O segundo trecho citado nos mobiliza a refletir sobre as estratégias utilizadas pelos técnicos para conseguir adentrar nas casas e iniciar uma conversa com as famílias: não dizer imediatamente que se trata de uma denúncia. “Aí muitos casos a gente tem que... a gente fala que recebeu encaminhamento para fazer o acompanhamento da família” (Entrevistada 01, psicóloga, CREAS). É contra a

interpretação da intromissão que se dissimula o aspecto punitivo da atuação do CREAS. Por outro lado, aparece o esforço de dissimulação da lógica investigativa que pode ser expressa pela denúncia, a citação da entrevistada 02, problematiza a perspectiva punitiva. Sendo assim, mobiliza uma atuação que mesmo entrelaçada pelos condicionantes discutidos nessa tese, pode em certo grau, possibilitar outros caminhos.

A ambiguidade de propósitos, de representações e de disposições sociais para a prática parece refletir o conjunto de forças que operam sobre a atuação. Para avançar nesse debate, retomamos a narrativa da história sobre a idosa. A psicóloga começa então uma verdadeira jornada, sendo levada pela vizinha para conhecer a irmã da visitada, que morava na rua dos fundos. A mesma, se nega a ajudar, argumentando que a usuária em questão, “foi muito ruim na vida e que merece estar naquela situação.” De posse de uma informação, de que a idosa visitada possuía um neto que morava nos Estados Unidos, que a apoiava financeiramente assumindo as despesas do aluguel, a técnica pede o contato telefônico do mesmo à irmã. Ela indica a casa de uma amiga de infância do referido neto, onde a técnica consegue os contatos desse familiar. A partir daí se inicia uma nova fase da intervenção.

Aí contei a situação (à amiga do neto)... olha você fala com ele, pra saber o que ele pode fazer para ajudar a avó, porque, ou ela precisa de uma cuidadora ou ela vai ser acolhida, numa... num abrigo de idosos, porque na situação que ela se encontra ela não pode. Fazia tempo (com ênfase) que ela não tomava banho. Fazia seis meses que ela não tomava banho. A gente recebeu um ofício do Ministério... a amiga dela... uma amiga de infância que denunciou, foi lá no ministério denunciou. Aí mandaram o relatório para cá pedindo para gente averiguar se era verdade. Aí pedia essa menina para entrar em contato com o... o... neto e explicar a situação. Aí ela me deu o retorno, disse que ele disse que não podia vir, por causa de questão de visto, essas coisas, que tava trabalhando lá, mas que poderia mandar o dinheiro para pagar uma cuidadora... que ele já mandava, uma certa quantia, para pagar o aluguel. Mas que ele poderia... que providenciasse a cuidadora, que poderia. Então assim, eu precisei da ajuda dessa amiga dela que denunciou, que tava bem presente lá. Da irmã dela, nem tanto, a irmã dela só ia lá para reclamar, mas não ajudava em nada. Então essa senhora arrumou uma cuidadora, colocou lá essa amiga. Eu pedi para outra amiga ficar recebendo o dinheiro para pagar essa cuidadora, e essa cuidadora ficou em contato por *whats app* com o neto, para dizer sempre como a vó tava. Aí passou um tempo e quando eu voltei lá de novo para saber se tinha cuidadora, a situação tava a mesma coisa, aí eu ligava... demorou nessas idas e vindas nas visitas, a resistência dela de não querer a cuidadora. Toda vez que chegava uma lá, ela dizia coisa e botava para fora, que não queria. Aí

eu peguei e fui para uma conversa séria com ela: “A *senhora não vai querer não? Se a senhora não colaborar... nessas condições a senhora não pode ficar... e se senhora não colaborar, foi o juiz que mandou aqui, e se senhora não colaborar, eu vou ter que levar a senhora para um abrigo*”. Aí ela não queria saber, ela disse que ninguém tirava ela da casa dela. “*Eu vou ter que levar a senhora... para um abrigo, para poder a senhora ser bem tratada*”. Aí ela pegou a faquinha de cerra que ela tava, aí disse “*Ó aqui ó! Me leve para o abrigo que eu faço isso ó!*”. Aí disse que se furava, que se matava, mas ninguém ia levar ela. Aí eu disse (com um tom maternal): “*olha... então colabore, a gente só quer ajudar a senhora... a senhora com uma pessoa aqui, a pessoa vai ajudar a senhora... vai dar banho na senhora... fazer a alimentação na horinha certa... vai limpar sua casinha... a senhora vai ter uma pessoa para conversar... Aí... ela disse. “Tá certo! Mande trazer que vou ver!”* (Entrevistada 05, Psicóloga, CREAS).

O esforço da psicóloga para salvar a idosa é quase missionário. Entra em contato com familiares, com vizinhas, com amigas, mobiliza o neto que se encontra nos Estados Unidos, consegue articular uma cuidadora, e diante de toda essa atuação orientada para “fazer o bem”, esbarra na vontade da idosa. A vontade seria então um empecilho, um obstáculo ao salvamento, uma rebeldia contra a vida e a norma. É justamente diante desse limite que o *poder benfazejo* exercido aqui, abaixa a sua guarda e revela a faceta daquilo que é revestido, mas que raramente deve ser desmascarado, sob pena de desacreditar as boas intenções - o peso da soberania da lei: “Se a senhora não colaborar, **foi o juiz que mandou**, e se a senhora não colaborar, vou ter que levar a senhora para um abrigo”. Em outra entrevista isso aparece quase como um descuido: “A gente orienta, mas o usuário não quer **acatar**” (Entrevistada 03, AS, CREAS).

A idosa se rebela, afinal, não existe poder sem resistência, sem enfrentamento, como sugere Foucault (2008), ao discutir sobre as contra-condutas inerentes à prática do poder pastoral. A sua rebeldia expressa-se na ameaça de acabar com a própria vida, e assim, escapar às tramas do poder. É um grito radical da vontade, um esforço-limite para se fazer ouvida. Diante disso, a técnica mais uma vez reveste a sua atuação de cuidado, muda o tom da voz: “Olha... então colabore, a gente só quer ajudar a senhora”. Por fim, permeada por uma ameaça da lei, por um lado, e por um cuidado bem-intencionado por outro, a idosa cede: “Tá certo! Mande trazer que eu vou ver”.

Nesse novo momento da história, a técnica continua a acompanhar o caso e percebe melhorias. A sua intervenção condicionada pelo controle e pela compaixão

(FASSIN, 2014) produziu frutos, ajudou a mudar aquela realidade e produziu a “salvação” da usuária. Cumpriu-se o efeito do poder pastoral.

Aí foi quando essa amiga contratou essa menina. E no dia que eu fui lá, ela estava passando a ordem para essa moça, e eu também falei alguma coisa sobre a casa, o que ela deveria fazer, e os cuidados que a gente tava pretendendo com a idosa. Aí o neto dela ficou sempre em contato pelo *whatsapp* com ela e essa ela aceitou, né? Então quando a gente já voltou lá... da porta da casa a gente já sentiu o cheiro da limpeza. Ela fez um... o quintal ninguém entrava no quintal não, porque era cheio de coisa velha, de coisa podre. Os armários da cozinha você abria, era bolsa de pão mofado chega tava verde. A geladeira nem se falava, do nojo. Então essa menina limpou tudo... o quintal, a gente viu a cor do quintal, quando a gente chegou lá... a casa tava toda cheirosinha. O fogão, ela disse que teve que jogar fora, e o fogão da senhorinha, ela disse que teve que jogar fora porque estava podre. Aí o neto mandou dinheiro para comprar novo. Já tava o fogão novinho e o colchão novinho. A senhorinha tava já de cabelo cortado, toda tomada banho. A perna dela tinha crosta assim preta, que fazia seis meses que ela não tomava banho. E a menina a cuidadora tava passando um óleo, e tava tirando aos poucos o preto da perna dela, e assim, eu fiz, mais três visitas e depois passei o caso para o CRAS, que ia ficar acompanhando para ver como é que ela tava, e ao mesmo tempo para a saúde... para a saúde ficar, já que ela era acamada, para a saúde ficar vendo... [...] Então começou a ter a visita da equipe do SAD (Serviço de Atendimento Domiciliar), para ficar cuidando dela... E mais umas três visitas que eu fiz... ela tava bem cuidada, a casa cheirosinha, a comida no fogo, tudo direitinho. Então assim, eu fechei o caso, mandei o caso para o Ministério, informando como estava [...] A cuidadora dava a maior atenção a ela... ela gostava da cuidadora. Estava conversando melhor, estava mais maleável... e essa outra amiga que era vizinha dela, sempre tava lá, dando uma olhadinha [...]. Fiz o relatório, entreguei ao Ministério, e fiz um para o CRAS ficar acompanhando, porque a violação já tinha sido cessada, a gente não tinha mais nada haver (Entrevistada 05, Psicóloga, CREAS).

A intervenção cessa momentaneamente, tendo logrado ser bem-sucedida na interpretação da técnica. Entretanto, pouco tempo depois, a mesma psicóloga é surpreendida por uma denúncia que chega ao Ministério Público, o nome no documento não deixava dúvidas, tratava-se da mesma pessoa. Aqui, se inicia uma nova e radical etapa da intervenção. Na interpretação da técnica tudo que poderia ser feito para promover o bem, dentro dos limites da assimilação da vontade da idosa, havia sido feito. Agora era preciso mobilizar o poder investido pelo judiciário, sob o argumento de preservação da vida.

Quando foi em Dezembro, aí eu recebi um relatório... a gente recebeu um telefonema da UPA, dizendo que uma senhora chamada fulana de

tal, estava lá, estava muito mal cuidada. Estava é... com várias escaras, que tava debilitada, estava desnutrida, que tava... numa situação de negligência. E que só tinha com ela a cuidadora lá... as irmãs não queriam saber, o filho não ia lá... e ela precisava ser transferida para Recife e não tinha ninguém para acompanhar, que a cuidadora disse que não ia. Quando eu vi o nome eu disse: “Oxe, é essa mulher? Essa mulher não tava bem?”. Aí foi transferida... conseguiu ser transferida para um hospital da capital. Quando eu cheguei lá essa mulher estava num estado. Olha, cada hematoma nela... roxo. Eu não vi, mas disseram que as costas dela estava uma ferida só, que a blusa tava pregada. “Diz uma coisa, como essa mulher ficou assim, se ela estava recebendo visita do SAD? Tava com uma cuidadora?” (se pergunta). Aí eu perguntei à cuidadora dela. Aí ela disse: “Olha, ficou assim de uma hora para outra. Foi abrindo as feridas e foi ficando assim... ficando assim... quando chegou...”. E assim, os relatos da UPA é que ela tinha chegado bem suja lá. Aí é assim, foi uma coisa que eu fiquei sem compreender, o porquê que ela tinha chegado naquele estágio em tão pouco tempo. Coisa de dois meses. “Meu Deus como foi que essa criatura ficou desse jeito? Com uma cuidadora?”. Aí depois, segundo os relatos da vizinhança... a cuidadora ficava lá até três horas, depois ia embora, depois ela continuava mijada. “Mas a equipe da saúde não tava indo lá?” (reflete). “Agora não tem condição dessa mulher ficar só, tem que acolher mesmo”. Porque o estado que ela estava... ela estava precisando de cuidados. Eu não sei como foi que ela saiu do hospital ainda. Ela estava dessa finura, e as escaras estavam horríveis... estava com infecção urinária. Horrível o estado dela... eu olhei assim e disse “Não... essa não é a mulher que eu deixei não”. E ninguém ia lá... ninguém da família ia lá... as irmãs muito menos. “Não tenho tempo para tá atrás de fulana não. Ela tá pagando o que ela fez”... elas diziam. E a cuidadora, toda na dela, “não, ela ficou assim de uma hora para outra”. Disse que a equipe de fisioterapia ia lá.. e a equipe que ia fazer os curativos iam lá... mas só que eles iam uma vez por semana, e repassavam para a cuidadora fazer. Mas a cuidadora disse que não sabia fazer, que preferia não fazer. Aí apodrecia né? Aí eu disse “Essa mulher não tem condições, não tem ninguém da família e ela precisa ser acolhida. Aí fiz contato com o pessoal de um abrigo (numa cidade pequena próxima)... que tem um lar de idosos... fiz contato, arrumei uma vaga, para ela sair do hospital direto para o Abrigo. O pessoal do hospital falou com o neto por telefone. Ele não queria abrigar porque ela pedia muito para não ser abrigada. Aí tiraram fotos e mandaram para ele via *whatsapp*, dizendo “Olha as condições que sua mãe tá”... que ele chamava ela de mãe. “Não condições dela ficar só... a não ser que vocês venham cuidar dela aqui, porque mesmo colocando uma cuidadora a gente viu que não deu certo. E ela precisa ser assistida, porque ela precisa de cuidados médicos e precisa de cuidados também porque ela é uma idosa”. E ele resistiu, mas por fim, ele concordou. Então quando ela teve alta lá do hospital, eu levei ela para o abrigo...

O que fazer diante dessa situação, tendo por um lado a responsabilidade jurídica pela vida a atravessar o seu ato profissional, e por outro uma profunda disposição para cuidar e guiar? Nesse sentido, a reflexão sobre esse caso não busca

individualizar as intervenções da profissional. Ao contrário disso, procuramos mostrar as linhas de força que permeiam as práticas, modelando as relações e as identidades, e empurrando os agentes à interpretações e tomadas de decisão que cabem no “sentido” amplo e histórico que mobiliza as práticas de Assistência Social, na sua relação de intimidade com o judiciário, e no exercício complexo de diferentes modalidades de poder, imbricadas nos acontecimentos. É com boas intenções e em prol da vida que a técnica decide “acolher” a idosa em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), mas ao contrário da primeira intervenção, as coisas não transcorrem para um desfecho feliz, o que parece provocar desconfortos na interpretação e legitimidade da intervenção.

Levei tudo para o abrigo, levei medicamentos... E falei com o coordenador lá. “Ele disse, pode ficar calma que aqui ela vai ter tanto atendimento médico”... que lá tem tanto atendimento médico, como de enfermagem. Aí eu passei o contato do filho (o neto a quem ela chamava de filho) ... e da filha... que essa filha só veio aparecer depois que [silêncio]. Aí ele sempre mantinha contato com o filho dela, mostrava, fazia chamada de vídeo para ela falar... E quando foi no início desse ano. Aí o coordenador me ligou dizendo... “Ó... dona Josefa tá bem fraquinha”. Aí eu perguntei: “Fraquinha como?”; ele diss: “Ela não tá mais comendo, ela tá como se fosse com depressão sabe?”, por conta da família, porque uma... a família não está por perto para cuidar, né? E tanto é que a filha ligou, parece que no dia do aniversário dela... ela mandou o coordenador comprar um bolinho e levar para ela e fazer uma chamada de vídeo, e ela não quis falar com a filha. E ela foi ficando debilitada, e depois eu já soube em outro dia que ela tinha falecido.

A idosa se recupera dos agravos da saúde física, passa ser cuidada e higienizada diariamente, além do que, a ter uma alimentação acompanhada e orientada por nutricionista. É o cenário perfeito. Uma instituição que cuida de todos os atos da vida dela e que dispõe de profissionais que cuidam intensamente e controlam cada ato do seu cotidiano. Em oposição à sujeira e às incertezas de cuidado que a vida na casa da idosa representa, a instituição de acolhimento emerge enquanto cenário ideal, iluminado, limpo e acolhedor. Essa imagem aparece desde o primeiro momento na narrativa. É ela que guia a primeira pergunta interventiva da técnica à usuária: “Olha, a senhora não quer ir para um lugar onde a senhora vai ser bem tratada, vai ter o remédio na hora certa, banho, alimentação? que a gente tava pensando em acolher”. O antídoto para toda a desordem encontrada na casa é antecipado no primeiro ato dessa narrativa e não é implantado por causa da postura

da idosa, que no primeiro momento rechaça a intervenção, e diante da insistência, ameaça cometer suicídio.

E é a morte o desfecho. Final dolorido para a saga de uma personagem tão bem-intencionada? Certamente isso representou um desfecho de difícil assimilação, do ponto de vista da identidade profissional. Mas revela, sobretudo, o contexto de ambiguidades que interferem na prática: guiar ou deixar que a pessoa encontre por si o caminho? Intervir para o bem ou permitir que a pessoa tendo escolhido um caminho inadequado seja conduzida para a morte? Responder ao investimento da responsabilidade jurídica ou atuar passivamente, aceitando as consequências de uma não-ação? É sobretudo pela complexidade dessas perguntas em cenários em que vida e morte se emparelham, como possibilidades reais, que discordamos do julgamento individual acerca da ação. E se trazemos essa história à tona, ato por ato, é porque buscamos refletir sobre o fato de que a prática individual de uma profissional desse serviço está sempre pressionada pelo exercício do poder, pela busca da legitimidade e por disposições sociais do campo profissional.

O agravamento da saúde da idosa que a leva ao hospital e a própria morte na situação de acolhimento, produz escapatórias ao poder, ao seu domínio e refinamento. Não há algo mais desconcertante para o poder disciplinar (voltado a aumentar a potência, a utilidade e a vida) e para o poder pastoral (como poder fundamentado no fazer o bem), do que a morte, o aniquilamento da existência. Não é como se a morte em si fosse um ato consciente de resistência ao poder, mas, sem dúvida, representa uma linha de fuga. Uma fuga para fora dos domínios do poder.

O acompanhamento da psicóloga não cessa aí. É preciso agora dar conta do velório e enterro da idosa. O vínculo construído, a responsabilidade assumida e investida pela função (característica do poder pastoral, já que o bom pastor vela por suas ovelhas), produz a necessidade de uma nova incursão. A técnica é acionada pelo coordenador da instituição de Acolhimento, que sinaliza a necessidade de entrar em contato com a família para saber se querem velar e enterrar o corpo na cidade de origem da senhora. Nessa nova jornada a profissional não tem sucesso, tanto as irmãs, como a amiga, afirmam não ter condição para fazer o velório e o enterro, alegando questões financeiras e de mobilidade, já que ambas eram idosas. O neto/filho que morava nos Estados Unidos, e a filha que lá também residia, e que aparece tardiamente na nossa história, são informados da situação e depois de uma postura negativa, aceitam também que a idosa seja enterrada na cidade em que se

localizava a Casa de Acolhimento. Trata-se de um desfecho triste, mas apaziguador, já que os familiares se resignam diante do enterro (sem velório) providenciado pela instituição. Por outro lado, também é um desfecho que pode ser acomodado e aliviar qualquer tipo de fissura na identidade profissional, já que fruto de uma infelicidade, em suma, de um desdobramento não intencional e, portanto, fortuito, da intervenção.

Mas a postura da “filha dos Estados Unidos”, essa personagem que aparece tardiamente na narrativa, desmonta essa possibilidade, ao acusar a técnica pela morte da mãe e pelo enterro “indigente”. Entre ameaças de processos judiciais e xingamentos, interrompe a possibilidade de uma auto interpretação positivada frente ao caso. É preciso assim encontrar formas de interpretar essa atitude, e o caminho encontrado revela um ato queixoso contra a falta de reconhecimento por toda uma jornada de cuidado e boas intenções. Trata-se de uma filha ingrata.

Depois o coordenador de lá me ligou, dizendo que essa mulher, a filha dos Estados Unidos, tava dizendo que não era para ter enterrado, que ela tinha família, que era para ter esperado a família, que era para ter embalsamado o corpo para ter esperado, que não podia ser assim, que... aí... ele disse “olha, eu falei com você e você não me disse nada disso... a família não quis”. Aí ela pegou... deram meu telefone particular, aí ela ligou para mim... mas essa mulher falava tanta coisa.... dizia que ia me denunciar, porque a mãe dela não era nenhuma cão sem dono, que eu deveria ter esperado a família resolver o que ia fazer. Eu disse “Minha senhora, eu fui atrás de todas a família aqui em Caruaru, todo mundo me disse que não queria nem saber... Eu ia esperar pela senhora, vir dos... a senhora viria dos Estados Unidos?”. (interpreta a filha) “Não, mas eu ia mandar, eu ia pagar um carro para levar todo pessoal para lá... você não esperou eu fazer nada”. Eu disse “O corpo é que não esperava”. Eu sei que ficou... ela removeu tanto, removeu tanto, disse que ia botar um processo, e até hoje eu tô esperando. Disse que tinha consultado um advogado, e que o marido dela nos Estados Unidos é advogado e disse que isso não podia ter acontecido. *Aí assim (emocionada) é uma decepção, porque eu fiz tanto pela mãe dela. Coisa que ela não fez, de longe né? E assim, sempre tava vendo, sempre tava vendo o melhor para a mãe dela, e no final, tanto a senhorinha veio a falecer, que a gente queria o melhor para ela, mas infelizmente chegou o dia dela. Como esse reconhecimento, que eles não reconheceram o que a gente fez... por ela. Aí é desses altos e baixos que é feito trabalho aqui.* (Entrevistada 05, psicóloga, CREAS).

No final, com o acréscimo do epílogo da *filha ingrata*, resta a decepção e o sentimento de que falta reconhecimento. O seu ato missionário e voltado para o bem é questionado, o que coloca em dúvida a própria identidade profissional. Nem mesmo perspectivas teóricas comuns na da psicologia da morte e do morrer são utilizadas

para dar sentido às últimas cenas da história. Seriam bastante adequadas na acomodação da identidade profissional pois isolariam a revolta como uma expressão da subjetividade, enquadrando o ato da *filha ingrata* como produto do luto, afinal são inúmeras as formas de expressão do sofrimento e a psicologia do luto compreende a raiva como uma reação comum. A técnica não reage em defesa da psicologia, mas do lugar de intervenção de que é investida. A questão aqui não é a argumentação em torno de decisões teoricamente fundamentadas e que remetem a um universo científico e profissional. A defesa feita, e de certa forma, a lamúria expressada, diz respeito:

1) Aos ataques proferidos pela *filha ingrata* à missão do pastorado. Isso parece fazer sentido se pensarmos na perspectiva foucaultiana, já que o pastor precisa ser mobilizado por uma referência positiva de si, como alguém que se entrega com muita seriedade ao cuidado do rebanho, e que desempenha o seu trabalho sempre com o propósito de fazer o bem, de guiar de um ponto a outro, costumeiramente, de zonas escuras e perigosas, para pastos verdes e seguros (FOUCAULT, 1999). Assim sendo, se faz tudo isso com entrega e boa intenção, poderia ser culpado pelo desvio ou morte de alguma ovelha?

2) Ao que essa *ingratidão* confronta no que diz respeito a uma identidade social pautada na *vocação*, no *amor* e na *entrega*, construída através da longa história de desenvolvimento do campo social, e que se estrutura através de um *habitus* (VERDÈS-LEROUX, 1986), capaz de ser generativo das disposições profissionais, mesmo em um contexto regulamentado por um horizonte normativo e técnico. Afinal, como já dito nessa tese a própria utopia dos documentos de assistência social, por mais esforço de delimitação técnica que represente, acaba por evocar o referido *habitus*.

Por outro lado, como bem sugere nossa narradora, é desses altos e baixos que o trabalho na Assistência Social é composto, e se por um lado, situações como essa produzem fissuras na idealização identitária, sempre podem ser acomodadas pelo fato de serem pressionadas pelo estatuto jurídico, que orienta a “fazer o que deve ser feito”. Ainda assim, a culpa pode atravessar essas decisões, revelando-se como fonte de tensão e sofrimento para os profissionais:

O lar era um lugar mais assim... tinha médico, tinha enfermeiro, tinha pessoas que, mesmo simples, ofertava algo que os idosos estavam precisando no momento. Nesse sentido, mesmo tirando da família, eu

sabia que eles iam ser bem cuidados. Que era o que eles estavam precisando. Depois de um mês o idoso faleceu. Até deu um sentimento assim... “Eita foi eu que tirei”. Mas eu sabia que ele tava com recorrências de internamento e ele era bastante idoso, se não me engano era 82, já era acamado. Aí fui vendo a realidade dele, que o melhor para ele e a esposa dele naquele momento era a institucionalização mesmo, pois sempre que precisasse ia ter uma comida, ia ter o banho... eu fui me acalmando nesse sentido, né? (Entrevistada 04, Psicóloga, CREAS).

Ao contrário dessas narrativas, revestidas de um tom trágico, e que dado os desfechos constituem um problema para legitimidade da intervenção, outras são evocadas e servem para fundamentar o sentido da profissão e mobilizar o reinvestimento emocional no trabalho, que por vezes pode sofrer duros golpes com a frustração diante de situações de difícil e improvável resolução com “final feliz”. É nesse sentido que retomamos a entrevista da psicóloga que se indigna com a *filha ingrata* para evidenciar quando o ato profissional encontra a sua máxima potência de sentido, quando ela consegue reaproximar um filho, distanciado e malquisto pela família pelo uso de drogas, de sua mãe:

A primeira vez que eu liguei *Ave Maria!* “Essa pessoa não existe para mim”. E eu fui tentando, conversando, sensibilizando. Aí quando foi um dia eu pedi para ela conversar com ele e quando eles conversaram ele chorou bastante, mas ela bem assim durona. E com o tempo eu fui sensibilizando, dizia “Olha... ele é seu filho, é uma pessoa que tá precisando da senhora agora, a gente sabe o que foi que aconteceu...”. E fui falando com ela. Eu sei que com o tempo eu consegui que ela conversasse com ele direito, que ela escutasse ele, que ele pediu perdão, e que assim... ela já tava mais maleável mas os irmãos não. Ela disse “olha tem que falar com meus filhos, porque eles não querem”. E era uma família assim, da classe social boa, casa grande com piscina. E teve um momento assim, que ela tentou... Eu sensibilizei ela e ela sensibilizou os outros filhos e decidiram, é... trazer ele de volta para casa, enquanto ele tava doente para cuidar, mas depois que cuidasse... Ela disse “olha, eu tenho um quarto que fica no fundo da casa, foi ajeitar botar uma cama, botar uma televisão e vou botar ele para ficar lá, que eu não quero ele na minha casa. Até porque eu tenho um neto”... e ela não queria que tivesse contato, mas queria ajudar, porque era humana e porque era filho, nesse quatinho dos fundos. “Não tem problema, o importante é que a senhora esteja perto dele”. Aí fizemos uma solicitação de passagem e ele foi. E quando ele chegou lá, com um tempo ela me ligou, agradecendo o que eu tinha feito por ela, que ela tinha recuperado o filho, que o filho já tava dentro da casa dela e que tava todo mundo muito feliz, e que ele tava muito mudado, e que... graças a Deus que eu não tinha escutado ela no primeiro momento, que eu insisti... que assim que ele chegou lá, ela tinha feito o quatinho, mas eles conversaram tanto, passaram a madrugada toda conversando, que ele foi ficando em casa, ficando...

depois ela me ligou de volta, me chamando para visitar a casa dela... que a casa dela tava de portas abertas... Assim eu me senti feliz porque eu uni ele à família novamente, sabe?” (Entrevistada 05, Psicóloga, CREAS).

O reconhecimento e a gratidão parecem ser elementos que ancoram a prática profissional nesse campo, sobretudo se pensarmos na precariedade profissional de diversas ordens. É como se fosse um elemento compensatório, uma bússola que orienta o trabalho. Talvez por isso, boa parte dos técnicos embora aponte a falta de reconhecimento atrelada ao baixo salário e às condições instáveis de vínculo trabalhista, explicitem que a principal fonte de reconhecimento advém dos usuários, da diferença que conseguem fazer em suas vidas, ou até mesmo do vínculo que com eles desenvolvem. Sendo uma fonte importante de legitimidade, diante da qual há uma expectativa do *interventor* de deferência social por parte do *intervencionado*, podemos pensar que essa é uma das formas de “pagar” o ato de *entrega e salvação*.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar ao final dessa tese que o trabalho dos técnicos de psicologia e serviço social nos serviços socioassistenciais municipais é alvo de uma série de condicionamentos que advêm, desde as disposições sociais engendradas nas trajetórias dessas duas profissões no Brasil, sobretudo condicionadas pelos interesses sociais e econômicos que as atravessaram, à própria constituição do campo da assistência social, e sua importante relação com as práticas de controle, disciplinarização e assujeitamento, que mobilizaram o setor, no início das suas atividades, a intervir sobre a vida do operariado, modelando-o às disposições necessárias para o trabalho no regime capitalista, e nos dias atuais, a funcionar com a intenção de introduzir uma cultura disciplinar na vida de pessoas em situação de extrema pobreza.

A coincidência conveniente entre as disposições sociais das duas profissões, calcadas no horizonte da ajuda, no que diz respeito ao serviço social, e do cuidado, no que diz respeito à Psicologia, e a fórmula do poder pastoral, que atuando em conformidade com o poder disciplinar e o biopoder, se institui em uma dimensão da individualidade e assim sendo, demanda um interventor, para melhor dizer um *guia*, parece ser bastante eficaz, de modo que configura uma dimensão importante da captura do sentido do trabalho e das identidades nesse contexto.

É importante apontar também que a lógica do poder pastoral, o sentido que essa modalidade de poder impõe nas relações entre técnicos e usuários dos serviços, parece estar em conformidade com as disposições sociais bastante profundas, presentes, inclusive, no período anterior à apropriação das ações de Assistência Social como função à cargo do estado. Tanto no discurso de alguns técnicos da Assistência Social da contemporaneidade, nas narrativas sobre seu exercício que por vezes expressa a dimensão do pastorado, quanto nos relatos históricos sobre os benfeitores do regime de caridade da idade média, há a construção de narrativas sobre si que exaltam virtudes morais positivas, como a *vocação*, a *entrega*, a *generosidade*, o *cuidado*, a *empatia*, a disposição para *ajudar*. Ao tempo em que apresentam uma narrativa sobre os usuários que realçam as virtudes morais negativas, a falta de cuidado com os vulneráveis, a sujeira das casas, a falta de

estrutura nos ambientes, a super lotação, a fraqueza dos pais frente à desobediência dos filhos, a imoralidade e promiscuidade dos lares.

Em contraponto, enquanto a relação caritativa se instaura pedindo em troca (não explicitamente) a deferência ao doador e o possível apoio político, a relação entre técnicos da Assistência Social contemporânea e os usuários é permeada por dispositivos disciplinares que exigem mudanças no comportamento e na organização familiar, que permitem identificar as famílias que “falham” em cumprir as condições e acompanhá-las no processo de superação dessas fissuras, ou, caso esses afastamentos da norma social e jurídica sejam graves e/ou a família não aceite aderir às orientações, comunicar aos órgãos de justiça e fazer a lei ser aplicada sobre a família, determinando muitas vezes a retirada de vulneráveis negligenciados: idosos e crianças.

Os técnicos se sentem, de um modo ou de outro, como cumpridores de uma missão, que realizam mesmo contra condições adversas de salários e vínculo empregatício. O sentido de missão parece permitir que esses profissionais se engajem e se envolvam no trabalho, assimilando um importante grau de identificação com a tarefa, mais fundamentado no reconhecimento dos usuários do que da própria gestão. O reconhecimento dos usuários e a identificação com a tarefa, parece fidedignamente ajustado aos adjetivos usados para produzir uma “narrativa de si”, enquanto técnicos da Assistência Social, conforme apresentado no capítulo 6.

Os técnicos da PSB realizam intervenções em cenários em que o problema dos usuários acompanhados é a pobreza extrema. Assim sendo, encontram como alternativas pragmáticas, fornecidas pela posição em que se encontram, os Benefícios Eventuais e os Encaminhamentos para atendimentos em serviços de outras Políticas Públicas, a exemplo da Educação e da Saúde. Os Benefícios Eventuais, na medida em que podem ajudar a suprir necessidades emergenciais, tendem a conferir aos técnicos um aumento na legitimidade do trabalho, ao tempo em que se conectam com disposições sociais bastante enraizadas na cultura assistencialista. É importante sinalizar que alguns entrevistados demonstraram ter consciência sobre isso, muito embora, percebam os benefícios eventuais, a exemplo da Cesta Básica, como recurso imprescindível diante das situações de penúria, que encontram nas visitas domiciliares.

Entretanto o Benefício Eventual pode estar ocupando, simbolicamente, um lugar contraditório no sistema de trocas que sustenta a relação entre usuários e

técnicos da A.S. Parece ser a “moeda” que permite, através da relação de dívida perante a quem ajudou, a “abertura” a um processo de intromissão na vida das famílias atendidas, em que se escarafuncha a casa - os armários e o cotidiano dos usuários, o consumo de álcool/drogas e a sujeira da casa. Essas intervenções, muitas vezes invasivas, apareceram nas narrativas, articuladas a uma defesa da autonomia, do estímulo para que os familiares se organizem financeiramente, e recuperem a capacidade de se autoprover.

Mesmo com a preocupação verbalizada de “reinserção econômica e geração de renda”, os serviços contam com escassos mecanismos de preparação para inserção no mercado de trabalho ou para estimular empreendimentos de geração de renda. Oferecem cursos, é verdade, mas sempre associados a atividades de baixa rentabilidade ou que demandam maquinários que os usuários não têm. Além disso, como sinalizado por algumas técnicas, os cursos não consideram a demanda dos territórios, ou seja, são escolhidos à revelia das necessidades da população que atendem.

Ainda no que diz respeito à busca por tornar as famílias independentes dos benefícios da Assistência Social, é possível perceber que o cerne dos objetivos da política, ao apontar para o *desenvolvimento de potencialidades individuais e familiares*, individualiza a questão social e passa a tratá-la como resultado de algo que está em falta na família e nos indivíduos que a compõem, no que diz respeito ao seu comportamento, inclinação ou vontade. Essa perspectiva se assemelha ao movimento realizado na profissão de serviço social na França, em meados de 1970, e que é por Verdès-Leroux intitulado de *psicologização do social*. No caso francês a introdução da técnica *case-work*, advinda da psicologia norte-americana, cumpriu o papel de apresentar uma imagem neutra e cientificizada do serviço social, dissimulando o sentido de ajuda, e assim foi um processo importante para o acréscimo na legitimidade dessa profissão.

No Brasil na Assistência Social contemporânea, podemos apontar uma tendência parecida, pois, a Política de Assistência Social, especialmente a PSB, expressa um discurso semelhante aos compromissos assumidos com perspectivas teóricas referendadas pelo Banco Mundial, como sugere Santos Junior (2010). Noutro sentido, é preciso apontar que as normativas que orientam a política também incorporam o “espírito” das lutas sociais por políticas públicas e expressam, mesmo no que diz respeito à contraditória busca por “autonomia”, possibilidades de

interpretação alinhadas com micro revoluções e rupturas com as finas e sofisticadas teias de poder. Isso é o que parece apontar as narrativas de técnicos que expressam práticas orientadas pela educação sobre os direitos, com vistas a instrumentalizar os usuários para que se contraponham, inclusive, à própria gestão municipal.

É preciso apontar, porém, que esses movimentos são frágeis e poucos, se compararmos com a presença marcante de práticas de intervenção pautadas na intervenção como uma missão de salvação, em especial, quando essas práticas acontecem na PSE. Nesse nível, tanto os profissionais estão mais condicionados pelo poder judiciário, uma vez que recebem muitas das demandas por visitas diretamente do Ministério Público, como também enfrentam situações limite, nas franjas do que a questão social e todos os seus desdobramentos podem produzir de mais radical.

Tanto nesse, como no nível da PSB, os técnicos da Assistência Social, parecem estrategicamente posicionados, dentro de um conjunto de dispositivos voltados ao poder disciplinar. É nas zonas de menos integração social em que estão instaladas as instituições sociais de controle da vida e do risco, é nessas zonas que incidem o maior acúmulo de forças na regulação do comportamento. Isso reflete o projeto do poder disciplinar de fazer ver, a todo custo, as intimidades das zonas que são consideradas obscuras da humanidade.

Nesse sentido pulularam instituições e intervenções na vida dos pobres urbanos no Brasil desde a década de 1990. A presença constante e ameaçadora do Conselho Tutelar, dos órgãos de justiça e dos serviços socioassistenciais, na regulação da vida de famílias, principalmente daquelas chefiadas por mulheres, que precisam deixar os filhos sozinhos ou sob o cuidado de vizinhas, para trabalhar ou resolver problemas cotidianos, produz, em cenários de bairros de periferia, mecanismos de depreciação e de punição com impactos importantes. Não é possível precisar, por exemplo, qual o “sentido” do mecanismo da denúncia, e nem foi o objetivo desse trabalho fazê-lo, mas a sua presença, anotada nesse trabalho, ratifica a circulação do poder disciplinar entre os pobres e demonstra a capilarização do judiciário.

Ao mesmo tempo, essa ampliação das instituições produz impactos positivos sobre a vida da população, permitindo acesso a renda mínima, à complementação nutricional e à espaços de orientação e reflexão. A balança entre o aumento de poder e a capacidade de “aumentar a potência da vida” é uma contradição irresolúvel, que por isso mesmo deve ser objeto de reflexão contínua.

Em suma, a orientação da prática de técnicos da assistência social, quase que sem grandes diferenças, em termos de tempo de formado ou de atuação, parece orientada por um ideal salvacionista, que tanto veste bem a carapuça do poder pastoral, como também expressa a continuidade das regularidades do campo, e ainda parece ser bem ajustada à auto representação positiva, marcada pela disponibilidade e pela boa intenção, que revestem as práticas.

Nesse sentido a produção das identidades profissionais nesse campo, está envolta em um sistema de disposições e regimes de poder e verdade, que alinham uma rede sofisticada que condicionam as expectativas e as práticas profissionais a compreenderem a pobreza enquanto originada nas falhas de desenvolvimento das capacidades individuais, e assim sendo, ofertam um lócus de intervenção tangível, o indivíduo ou a família. A questão social, como um produto de relações de produção excludentes e de alijamento de grandes grupos sociais, permanece assim, intocável.

As saídas, as linhas de fuga, ou as zonas escuras aonde o panóptico não vê, parecem nessa tese, estarem associadas por um lado à possibilidade de acréscimo de capital cultural *técnico*, pois, como vimos, esse capital, por fazer funcionar a burocracia da estrutura de serviços, constitui-se com elemento importante no campo, produzindo legitimação e reconhecimento.

Os acréscimos de poder possíveis a partir dessa via, permitem aos técnicos ampliação de espaço para intervir na própria gestão da Política e no embate com outros profissionais, seja na articulação intersetorial, com profissionais da saúde, por exemplo, seja na intermediação de problemas junto ao judiciário. Ao tempo em que pode permitir também novas interpretações sobre o próprio sentido da Política, pois, se autonomia pode ser considerada como o desenvolvimento de capacidades individuais e familiares, também pode ser entendida como processo de libertação, enfrentada em um campo mais amplo, mesmo que seja no âmbito comunitário. A questão aqui é encontrar meios para estimular mudanças, sem “arrebanhar” os usuários.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a dimensão do capital cultural associado à compreensão do conjunto de normas e orientações é bem maior do que o referente à capacidade de interpretação científica (das ciências humanas) dos fenômenos que atravessam a Política. Esse parece ser um ponto sensível e permite alertar aos profissionais desse campo sobre a armadilha que o domínio da norma representa. Mesmo considerando que trata-se de um capital técnico, é preciso pensar

que este expressa a capilarização da lógica judiciária, de tal forma, que aprisiona a prática profissional a um molde, enquanto desvaloriza o conteúdo das relações estabelecidas nos “encontros radicais” da experiência profissional.

Esse processo de *normatização* do trabalho, através da introdução da *norma*, enquanto capital cultural de caráter técnico e a intensificação do trabalho de que falamos no capítulo 5, tem produzido um cenário de *desespecialização* das profissões, o que repercute na fragilização das identidades profissionais e dos projetos ético-políticos desenvolvidos ao longo das histórias dessas especialidades no Brasil. A *reconceitualização da Assistência Social e a psicologia social comunitária* são, assim, apagadas das práticas profissionais.

Isso está escancarado no fato de que apenas uma das entrevistadas cita nominalmente esses movimentos (abordagens teórico-práticas), e que pouquíssimos expressem interpretações sobre a pobreza coerentes com essas perspectivas. É preciso que não se aceite o regime de verdade e que se tome a *norma* política com desconfiança. É preciso questionar os projetos instituídos, forçando-os às inflexões necessárias nos pontos em que se apresentam limitados por uma perspectiva individualista e culpabilizadora das famílias.

Assim sendo, um caminho para escapar à repetição das práticas pastorais parece ser a criação de espaços de crítica coletiva. Esses espaços, de algum modo, já existem institucionalizados e correspondem às reuniões para *estudo de caso*, aos conselhos e conferências. Entretanto, tanto são estrangulados pelo cotidiano de intensificação do trabalho, como são muitas vezes condicionados por uma abordagem tecnicista e reducionista, não permitindo pensar para além das histórias individuais. É preciso reinventar esses espaços, como possibilidades de encontro e compartilhamento de experiências entre os técnicos, como também enquanto dispositivos empunhados para desarmar os sentidos corriqueiros das intervenções, estranhá-las e encontrar “saídas aonde não há portas”.

A coletivização do projeto de uma assistência social, precisa reencontrar-se, como temos dito, com os debates históricos sobre os projetos de *compromisso social* produzidos pelas profissões estudadas nessa tese, mas não pode ser realizada estritamente no campo profissional. As/os usuárias/os precisam fazer parte da “roda”, expressar suas opiniões sobre os processos de atendimento, de visitas domiciliares, de acompanhamentos, de trabalhos com grupos, de incentivo à geração de renda, enfim, ao final dessa tese, não vemos outra forma de alcançar práticas de assistência

social mais justas e menos desmobilizadoras das “forças sociais”, sem a integração das/dos usuárias/os.

Tenho consciência de que desenvolvi uma tese profundamente crítica sobre a prática profissional e que assevera os limites da Assistência Social no enfrentamento à questão social. Mais do que isso, essa tese aponta para “armadilhas invisíveis” que guiam a prática profissional, exigindo intervenções que, voltadas para fazer o bem, acabam por produzir a *despossessão* da autonomia das/dos usuárias/os. Nesse processo, a busca por reconhecimento junto aos usuários, na forma de gratidão e responsabilização diante dos problemas, expressa uma das facetas da identidade profissional, diante de atos que constroem a capacidade de decidir dos indivíduos e famílias, sustentados pelo ideal salvacionista.

A busca por reconhecimento diante dos *atos heroicos* e a luta por uma interpretação positiva da prática, enquanto *bondade, entrega, empatia, humanidade*, podem expressar uma forma de compensação, em virtude da baixa legitimidade da atuação, no que tange à defesa do conteúdo técnico-científico, à falta de respeito de profissionais de serviços da rede intersetorial, aos baixos salários, e à dificuldade de aceitação das intervenções por parte dos usuários.

Essa *compensação* naturaliza a precarização profissional ao criar condições para a produção de uma interpretação do trabalho na assistência social como uma *vocação*. É como se o efeito de *eufemização* das trocas econômicas, e dos interesses subjacentes, de controle e disciplinarização, atingisse também as/os técnicas/os, envolvendo o trabalho em uma condição espiritual, e assim sendo, criando tabus à reivindicação de melhorias nos salários e nos vínculos, ao tempo em que produz o aprisionamento (através de uma identificação profunda) dos sujeitos com o seu papel profissional: “a assistência social te pega”.

Não quero nessa altura da tese ser injusto, embora acredite que um trabalho de pesquisa sempre o é, pois promove traduções de fenômenos a partir de lógicas exógenas à vida dos sujeitos pesquisados. A *tradução*, no sentido da decodificação e codificação em outra língua (a teoria), promove, assim sendo, não somente a injustiça, como a violência. Essa consciência constitui uma das preocupações para uma *vigilância epistemológica*, tal qual sugere Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) e Bourdieu (1997).

Dito isso é importante alertar que as/os profissionais entrevistados não são passivos diante das dinâmicas de poder e fragilização de que essa tese trata. A

abertura para falar, quase que em tom de denúncia, de suas condições trabalho, durante as entrevistas, bem como para expor a complexidade da atuação e revelar os processos de adoecimento que estão associados à vivência como técnico de serviços socioassistenciais, revelam uma linha de fuga que aponta para a *contra conduta*.

Nesse sentido, compreendo que essa tese pode auxiliar a profissionais desses serviços em processos de *contra conduta* às lógicas, tanto formais como incorporadas, do saber-fazer. Como alerta Foucault (2008) mapear o poder permite ampliar a consciência sobre as táticas, e assim sendo, reverbera na conquista de *rotas de escape*, que permitam, no próprio bojo da Política de Assistência Social, traçar caminhos subversivos.

Não é intenção da tese também, fazer coro a interpretações que municiem o desmantelamento em curso. Dessa forma, embora essa tese aponte para a incapacidade da PNAS e dos seus serviços na resolução da questão social, não podemos deixar de compreender que há um importante avanço no que diz respeito ao cenário anterior à sua implantação. Mesmo com limitações essa Política tem permitido a *despessoalização* e o enfraquecimento do clientelismo-paternalismo.

Ao avançar a consciência sobre a Assistência Social como direito, desmonta-se a lógica de dívida e da retribuição, sobre a qual se fundam as tradições relações entre elites e pobres no Brasil. Também não se deve deixar de considerar que essa Política interfere diretamente no cenário da fome, permitindo prevenir a morte como desdobramento corriqueiro das condições sociais. Mesmo considerando o viés que atravessa a relação entre *ajudados* e *ajudantes*, não podemos aceitar a tese de que, exercendo a assistência social o amortecimento das lutas sociais, seria necessário estrangulá-la, deixar minguar, para que as lutas ascendessem. As lutas também podem ser feitas por dentro da própria lógica institucional, e isso não estanca a possibilidade de surgirem também fora dela, tal qual as imagens poéticas dos Secos e Molhados: “E no centro da própria engrenagem, inventa a contra-mola que resiste”.

Sendo assim, tendo em vista que as *normativas* da Política apontam para a importância de difundir a consciência sobre os direitos sociais, podemos compreender que esse percurso se estrutura como uma possível circulação de capital cultural (técnico), e pode desequilibrar a balança da justificação (relativamente estável) de intervenções focalistas. Para isso é preciso que a consciência sobre os direitos seja assimilada, não somente enquanto uma *capacidade individual*, mas, sobretudo, como um processo de luta que, sendo coletivo, destitui o imaginário limitador da vergonha

individual do assistido, e escancara a contradição de um sistema que existe para dissimular as origens injustas da distribuição do capital econômico.

Nem a *norma* nem a *vocação* nos ajudarão a encontrar esse caminho. Nós somente o trilharemos emparelhados, enquanto profissionais e enquanto usuários. Assim sendo, as profissões devem buscar na sua própria história e especificidades, o seu “potencial de revolta”, calcado no fortalecimento das identidades e no combate à desespecialização. De maneira autônoma ou através dos órgãos de representação, trabalhadoras/es da Assistência Social, de cada profissão, devem promover espaços para discutir a luta por melhores condições de salário e vínculo, ao tempo em que, para avançar na compreensão teórica dos fenômenos e das intervenções. A organização social auxiliará também na construção de limites à intervenção judicial, uma vez que, embora amparados pelo enorme poder político que detém, os juízes estão desrespeitando leis e normativas que orientam a Política, ao solicitar tarefas de outra esfera burocrática.

A coletivização das questões que atravessam a prática profissional nesse contexto, também deve avançar sobre as decisões mais cotidianas, nos estudos de caso, no planejamento dos acompanhamentos e dos grupos sócio-educativos, uma vez que somente a revisão crítica pelos pares (tal qual afirma Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) sobre a vigilância epistemológica, pode fazer-nos levar à consciência as disposições incorporadas e as lógicas de poder de que participamos.

A coletivização das questões que atravessam a prática profissional nesse contexto, também deve avançar sobre as decisões mais cotidianas, nos estudos de caso, no planejamento dos acompanhamentos e dos grupos sócio-educativos, uma vez que somente a revisão crítica pelos pares (tal qual afirma Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) sobre a vigilância epistemológica, pode fazer-nos levar à consciência as disposições incorporadas e as lógicas de poder de que participamos.

Assim sendo, uma das possibilidades de desenvolver identidades profissionais menos vulneráveis, mais legitimadas e com aumento considerável na compreensão sobre os fenômenos que afligem a vida da população acompanhada, bem como das lógicas de poder que permeiam os seus atos profissionais, é a constituição de “Conselhos de Profissionais”, intencionados a proporcionar o compartilhamento de situações profissionais e de dúvidas sobre a conduta, sobre os caminhos a serem seguidos.

Essa revisão coletiva dos atos profissionais, permitiria a construção de atuações mais reflexivas, ao tempo em que possibilitaria um fortalecimento no diálogo com os gestores sobre as condições de trabalho e com o Judiciário, em virtude do impacto de suas demandas sobre a qualidade e efetividade das ações da A.S. Esse caminho certamente não irá imunizar a atuação profissional das armadilhas do poder, isso não é possível, nem mesmo desejável, afinal não há vida social sem relação de poder. Mas pode proporcionar um ato mais reflexivo e permitir ajustes de rota.

Devemos também estar “ombreados” com os usuários, mas orientados por uma lógica da relação e da intervenção que nutra a sua dimensão dialógica. Tenho percebido ao longo desses anos de prática como psicólogo e como supervisor acadêmico de estágio, que não há outra alternativa para o nosso trabalho frente aos usuários da assistência social, se não investir radicalmente na perspectiva freiriana que permite interrogar a vida, sem determinar formas corretas de resposta aos desafios do cotidiano. A própria *estética da existência* foucaultiana parece apontar para isso ao nos permitir formular uma compreensão plástica e dinâmica da intervenção profissional nesse setor.

Nesse sentido, não pode haver reflexividade genuína sobre os atos profissionais nos serviços de Assistência Social, se eles não forem também objeto de análise e reflexão por parte dos usuários. É preciso efetivar a participação social no SUAS, de uma forma profunda e central na organização dos serviços. As pessoas precisam pensar sobre o que representa a “Assistência Social”, precisam decidir sobre o funcionamento e organização, e precisam ter espaço para dizer como percebem e se sentem acerca das “intervenções profissionais”. Esses espaços funcionariam como “Conselhos Locais de Assistência Social” e deveriam ser guiados pelo respeito à participação dos usuários e o cuidado ético frente ao que é partilhado.

Entendemos que ambos os espaços, o de um “Conselho de profissionais” e o de um “Conselho Local de usuários”, somente podem ser promissores em uma experiência social democrática radicalmente. Nesse sentido, embora estejamos apontando esse caminho como uma estratégia de “aperfeiçoamento” da reflexividade da prática profissional na Assistência Social, não vemos ainda condições adequadas para que esses instrumentos possam apresentar bons resultados, caso instalados. A condição de remuneração e contrato dos profissionais já se apresenta como um obstáculo de difícil transposição. Se somarmos a isso, o medo dos usuários de que suas críticas interfiram no recebimento de benefícios; a dificuldade comum dos grupos

políticos de assimilar críticas proferidas pelos próprios agentes; a dificuldade dos profissionais de se verem confrontados com críticas a sua prática; e a discrepância de poder na relação com o Judiciário; acabamos por enxergar a complexidade dos problemas discutidos nessa tese.

Ao apresentar esse cenário pessimista não esperamos como resposta dos profissionais e estudiosos do setor, a resignação e a descrença na mudança. Esperamos ao contrário disso, que as investidas que essa tese realizou, contra o romantismo de que se reveste a atuação de técnicos sociais na A.S, permita a evocação de novos cenários de atuação, em que se apresente como alternativa mais do que a reafirmação da norma, o estímulo a criação de novos significados, mobilizados pela criatividade e inventividade.

Assim sendo, findamos lembrando de Tom Zé e de seu Dom Quixote, pois “[...] Somente os dementes, os loucos, os teatros, os corações, os quixotes, os palhaços, podem vencer os dragões aliados, aos caminhões e aos supermercados” e de Leminsky, afinal “en la lucha de las classes todas las armas son buenas, pedras, noches, poemas” e, por mais que não rime – peço perdão à Leminski – a pesquisa, a teoria e a ciência.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII: continuidades e alteridades. **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 26, nº44, p.347-371, jul/dez, 2010.
- AGUINSKY; B; ALENCASTRO, E. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. **Katálisis**. Vol. 9, n.1 jan/jun 2006.
- BHABHA. H. **O local da cultura**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 1998.
- BOCK; A; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 14ª edição, Saraiva, São Paulo, 2009.
- BOCK, A. A Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. IN: BOCK, A. (org.). **Psicologia e Compromisso social**. São Paulo, Ed. Cortez, 2003.
- BORBA, S. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo** – São Paulo : Cortez, 2014.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, Organização e Seleção de Sérgio Miceli. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu**. Ortiz, R. (org). Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO; FERREIRA (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed, FGV, 1998.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Bertrand Brasil, 1989. 2ª edição, Vozes, Petrópolis, 2000.
- BOURDIEU, P et al. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 22 de setembro, 1988.
- BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8742/1993**, 7 de dezembro, 1993.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social/ Norma Operacional Básica**. Ministério do Desenvolvimento Social. 2005
- BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.
- BROZEK, J; MASSIMI, M. **Historiografia da Psicologia Moderna**. São Paulo, Loyola, 1998.

- CAMPOS, R. T.; CAMPOS, G. W. S. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In: CAMPOS, G.W. S. et al. (Orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. HUCITEC, 2006.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Setembro de 2005.
- CIAMPA, A.C. **A Estória do Severino e a História da Severina** - Um Ensaio de Psicologia Social. ed. Brasiliense, São Paulo, 1990.
- COIMBRA, C. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”**. Oficina do autor, 1995.
- CRUZ, L; GUARESCHI, N. (orgs). **Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas**. Petrópolis. Vozes, 2009.
- DONZELOT, J. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- FASSIN, D. Compaixão e repressão: A economia moral das políticas de imigração na França. **Porto Urbe**, 15, 2014.
- FIGUEIREDO, R; CRUZ, F. Psicologia: profissão feminina? A visão dos estudantes de Psicologia. **Revista Estudos Feministas**. Volume 25, N.2, p. 803-828, 2017.
- FIGUEIREDO, L. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)**, 7ª edição, Ed. Escuta, São Paulo, 2007.
- FIGUEIREDO, L; SANTI, P. **Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência**. 3ª edição, São Paulo: EDUC, 2008.
- FISCHER, B. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no estado novo. IN: LARA, S; MENDONÇA, J. (orgs). **Direitos e Justiça no Brasil: Ensaio de história social** – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1997.
- FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Os Anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. **Do Governo dos Vivos**. Curso no Collège de France (1979-1980). Tradução Eduardo Brandão, São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- FOUCAULT, M. *Omnes et singulatim*: Por uma crítica da “razão política”. **Novos estudos**, n26, CEBRAP, março de 1990.
- GATTAZ, A. C. **A busca da identidade nas história de vida**. IN: Xth Internacional Oral History Conference – proceedings. Rio de Janeiro. Vol. 2, p. 875-884. 1998.

GOFFMAN, E. A Representação do Eu na vida cotidiana. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GÓIS, C. **Saúde Comunitária: Pensar e Fazer.** HUCITEC, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 5ª ed, Rio de Janeiro: DPA, 1994.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41ª Edição. São Paulo. Cortez, 2014.

LANE, S. Histórico de fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. IN: CAMPOS (org), **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia.** Petrópolis, Vozes, 2008.

LANE; CODO (orgs). **Psicologia Social: O homem em movimento.** Editora Brasiliense, 1984.

LANNA, M. **A dívida divina: Troca e patronagem no Nordeste brasileiro.** Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1995.

LEMOS; GALINDO; COSTA. Contribuições de Michel Foucault para analisar documentos e arquivos na judicialização/jurisdicionalização. **Psicologia em Estudo**, Maringá, V. 19, n. 3, p. 427-436, jul/set 2014.

LIMA; SHNEIDER. Características da atuação do psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina. **Psicologia: Ciência e Profissão.** V.38, nº2, 347-362, 2018.

LIMA; RODRIGUEZ. Metodologismo, produto de uma época. IN: DIAS, J. (org.) **Serviço social: intervenção na realidade.** Centro Latinoamericano de trabajo social. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

LULLIER, L; ROSLINDO, J; MOREIRA, R. **Quem são as psicólogas brasileiras?** Conselho Federal de Psicologia. 2013.

MACÊDO et al. Ações do profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. **Psicologia: Ciência e Profissão.** 2015, 35(3), 809-823.

MARTINELLI, M. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** 6 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MARINS, M. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. **Sociologia & Antropologia.** Vol. 4. Nº2. Rio de Janeiro, 2014.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 5ª Ed, Petrópolis. Vozes, 1981.

MELIN, J. Trajetória da proteção social brasileira à infância e a adolescência nos marcos das relações sociais capitalistas. **Serviço Social & Saúde**, Campinas- SP, V. 11, n.2 (14), p. 167-184. Jul/Dez, 2012.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

NASCIMENTO, M. L. Pelos caminhos da judicialização: Lei, denúncia e proteção no contemporâneo. **Psicologia em estudo**. Maringá, V. 19. n.3, p. 459-467, jul/set, 2014.

NASCIMENTO, M. L. Abrigo, pobreza e negligência: Percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**. 24 (n. spe.): 39-44, 2012.

NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. Editora Escala. S/ DATA.

ORTIZ, R. A procura de uma sociologia da prática. IN: **Pierre Bourdieu**. Ortiz, R. (org). *Grandes Cientistas Sociais*, São Paulo, Ática, 1983.

PENNA, M. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

PORTELLI, A. A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo. IN: WHITAKER, D; VELOSO, T. (orgs). **Oralidade e Subjetividade**: os meandros infinitos da memória. EDUEP, Campina Grande, 2005.

PUSSETTI, C; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica**, out. 2011,15(3): 467-478.

QUEIROZ, M. **Relatos orais**: do indizível ao dizível. In: Von Simson, O. (org.) *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890:1930. 4ª edição. Paz e Terra; São Paulo- Rio de Janeiro, 2014.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n.104, p. 750-772, out/dez. 2010.

SANTOS JÚNIOR. **As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, IFCH. 2010.

SARTI, C. **A família como espelho**: Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas. Autores Associados, 1996.

SAWAIA, B. A Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: Lane STM; SAWAIA, B (orgs). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo (SP): Brasiliense-EDUC; 1995. p.157-68.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. IN: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**. Florianópolis , v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SWAAN, A. **A cargo del estado**. Traducción de Joseph M. Apfelbäume. Barcelona, Pomares, 1992.

SPOSATI. **A assistência Social no Brasil 1983-1990**. Editora Cortez, 1989.

VERDÈS-LEROUX, J. **Trabalhador Social**: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. Tradução René de Carvalho. São Paulo, Cortez, 1986.

VIEIRA, A. “**A colaboração lhe Bate à Porta...**”: visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953). Rio de Janeiro, EdUERJ, 2013.

VINUTO, J. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temática**. Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez, 2014.

WOLF, E. **Antropologia e poder**. FELDMAN-BIANCO B; RIBEIRO, G. L (orgs). Tradução de Pedro Maia Soares. Ed. Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: WOODWARD, K; SILVA, T; HALL, STUART (orgs). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. Editora Vozes, 2000.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Questionário socioeconômico (GRUPO 1)

1) Código do/da entrevistado/a _____

2) Sexo/gênero/orientação: _____

3) () Assistente Social () Psicólogo/a

4) Grau de escolaridade:

Superior completo () Especialização incompleta () Especialização completa ()

Mestrado incompleto () Mestrado completo () Doutorado incompleto ()

Doutorado completo ().

Descrever os cursos de pós-graduação, completos ou incompletos:

5) Renda familiar média:

1 salário mínimo () até 2 salários mínimos () até 3 salários mínimos ()

até 4 salários mínimos () até 5 salários mínimos () mais de 5 salários mínimos ()

6) Religião _____

7) Situação conjugal:

Solteiro/a () Viúvo/a () Casado/a ou convivência estável ()

8) Tempo de formado/a:

Até 1 ano () 1 a 2 anos () 2 a 3 anos () 4 a 6 anos ()

6 a 10 anos () de 10 a 15 anos () 15 anos ou mais ()

9) Instituição de ensino em que se formou: _____

10) Município em que se formou: _____

11) Passou por outro curso de graduação? Qual?

12) Teve alguma dúvida com relação à escolha do curso?

13) Atua em que serviço _____

14) Localização do serviço em que atua:

() Zona Urbana () Zona Rural () território de comunidade tradicional()

15) Exerce outra atividade profissional? _____

16) Tempo de atuação em serviços da assistência social

3 meses a 1 ano () 1 a 2 anos () 2 a 4 anos () 4 a 6 anos ()

6 a 10 anos () mais de 10 anos ()

17) Quantidade de serviços em que atuou: _____

18) Quais:

19) Quantidade de municípios em que atuou: _____

20) Quais:

21) Linha temporal (estágio/trabalho)

Apêndice 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a),

Convidamos você a participar da presente pesquisa intitulada **IDENTIDADES E TRABALHO NOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS QUE PSICÓLOGOS/AS E ASSISTENTES SOCIAIS ATRIBUEM À SUA PRÁTICA** que visa “Compreender como a identidade se configura no âmbito da prática profissional de assistentes sociais e psicólogos de equipes municipais de serviços da Assistência Social” e está sendo desenvolvida por Marcos Pablo Martins Almeida, professor do curso de Psicologia no UNIFAVIP/WYDEN.

Solicitamos a sua colaboração que consistirá no preenchimento do questionário sócio-econômico e em uma entrevista. Salieta-se que, a fim de manter a integralidade de sua colaboração, sua participação será gravada por meio de um gravador de áudio e as respostas serão transcritas para a análise dos resultados, o aceite em participar da pesquisa, na condição de participante da pesquisa, significa que você está ciente e concorda com uso do dispositivo eletrônico de áudio. Lembramos ainda que, por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Através da sua participação você está contribuindo para a tentativa de fortalecimento das pesquisas sobre as identidades e práticas de profissionais no campo da assistência social, permitindo compreender melhor quais são os condicionantes e os repertórios que andam juntos e para além da orientação técnica das profissões, no que diz respeito à interpretação e conformação da prática.

Esclarecemos ainda que sua participação no estudo é voluntária, portanto, para participar deste estudo o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a) e não receberá qualquer tipo de bonificação. No entanto, você será ressarcido(a) por todas as despesas que venha a ter com a sua participação nesse estudo. Informamos que essa pesquisa pode oferecer riscos ou incômodo de constrangimento, já que envolve o acesso a informações sobre as percepções dos participantes sobre o tema estudado. No entanto, garantimos que serão tomadas as devidas cautelas para evitar condições que possam vir causar danos previstos ou não, e que será prestada a devida assistência para atender possíveis complicações decorrentes da pesquisa. Caso

decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Esta pesquisa está diretamente regulada pelos preceitos éticos regulamentados pela Resolução CONEP/CNS 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, sendo essa regulação fiscalizada e acompanhada pelos comitês de Ética em Pesquisa (CEP). Particularmente essa pesquisa foi submetida a apreciação do CEP- UNIFAVIP/Wyden e a coleta de dados somente terá início após aprovação pelo mesmo. Vale esclarecer que os CEPs têm por objetivo proteger os participantes de uma pesquisa, procurando garantir sua integridade e dignidade e contribuir para que a pesquisa seja realizada de maneira ética, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com o pesquisador responsável Marcos Pablo Martins Almeida, telefone: 83 9.88091838. E-mail: pablofavip@gmail.com. Você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do UNIFAVIP/WYDEN. Telefone: (81) 3722-8087. E-mail: cep@unifavip.edu.br.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXOS

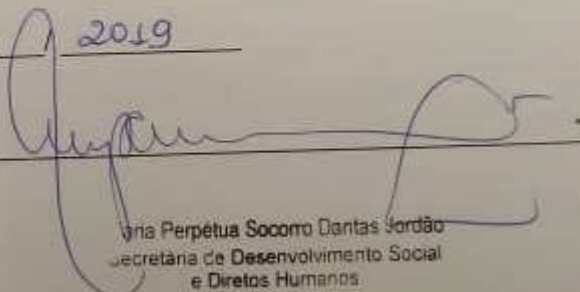
Anexo 1 – Carta de Anuência

Carta de Anuência

Eu, Maria Perpétua Socorro Dantas,
registrada no CPF sob o nº 774.824.764-16, responsável legal
pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Caruaru-PE,
CNPJ: 13.454.844/001-54, declaro para os devidos
fins que autorizo a realização da Pesquisa intitulada: "**identidades e trabalho
nos serviços da assistência social**: um estudo sobre os sentidos que
psicólogos/as e assistentes sociais atribuem à sua prática", sob a
responsabilidade do pesquisador Marcos Pablo Martins Almeida, a ser realizada
no âmbito dos Serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial,
assim como declaro ter ciência dos objetivos da mesma e dos instrumentos de
coleta de dados que serão utilizados. A realização da pesquisa está
condicionada à inscrição no Comitê de Ética de Pesquisa e a utilização de Termo
de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme preconiza a resolução
510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

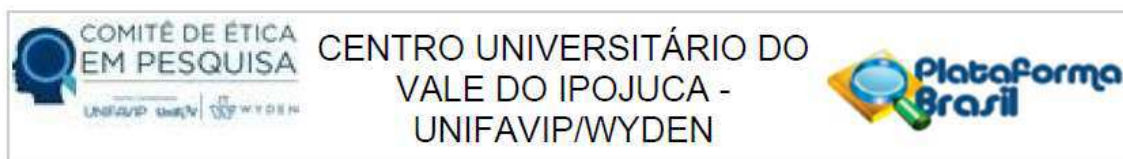
Atenciosamente,

Data: 12 / 06 / 2019



Maria Perpétua Socorro Dantas Jordão
Secretária de Desenvolvimento Social
e Direitos Humanos
Matricula: 46.358-2

Anexo 2 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IDENTIDADES E TRABALHO NOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE OS SENTIDOS QUE PSICÓLOGOS/AS E ASSISTENTES SOCIAIS ATRIBUEM À SUA PRÁTICA.

Pesquisador: Marcos Pablo Martins Almeida

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 15699019.6.0000.5666

Instituição Proponente: Sociedade de Educacao do Vale do Ipojuca S/A

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.403.421

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa visa compreender a construção de identidades profissionais de assistentes sociais e psicólogos que atuam em serviços da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade do Município de Caruaru-PE. Para tanto, serão compostos dois grupos de participantes: 1) Grupo principal: Composto por 30 assistentes sociais e psicólogos que atuam na PSB e PSE (Média Complexidade) no município de Caruaru-PE, com a finalidade de compreender as narrativas identitárias. Grupo 2) Pessoas que tenham tido experiências nos serviços da rede socioassistencial de municípios do agreste pernambucano, na condição de estagiários, técnicos dos serviços ou gestores, e que tenham cursado ou estejam cursando Psicologia ou Serviço Social, com a finalidade de compreender o campo social. Serão utilizados o questionário socioeconômico e as entrevistas aberta e semi-estruturada. A análise seguirá as orientações da Análise de Conteúdo Temática

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL:

Compreender como a identidade se configura no âmbito da prática profissional de assistentes sociais e psicólogos de equipes municipais de serviços da Assistência Social.

Endereço: Av. Adjar da Silva Casé, 800

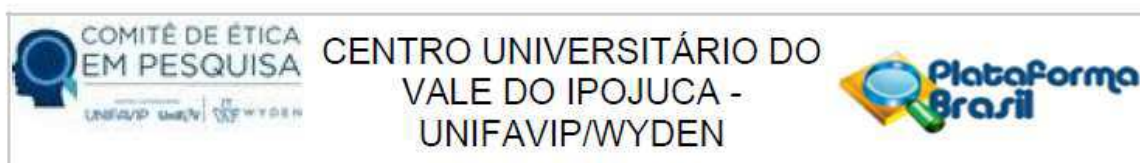
Bairro: INDIANOPOLIS

UF: PE **Município:** CARUARU

Telefone: (81)3722-8087

CEP: 55.024-540

E-mail: cep@unifavip.edu.br



Continuação do Parecer: 3.403.421

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1) Discutir sobre o campo social dos serviços municipais da assistência social do agreste pernambucano, apontando elementos presentes na composição das representações e das práticas profissionais.
- 2) Descrever e analisar as representações elaboradas pelos técnicos, acerca dos usuários dos serviços e suas necessidades, tendo em vista a importância da alteridade para a construção da identidade;
- 3) Descrever e analisar as representações elaboradas pelos técnicos sobre a sua prática profissional;
- 4) Discutir sobre as diferenças identitárias e de representações sobre os usuários e as práticas, em narrativas de técnicos da assistência social que atuam na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
- 5) Apresentar e refletir sobre as diferenças identitárias e de representações sobre os usuários e as práticas, em narrativas de psicólogos/as e assistentes sociais.
- 6) Refletir sobre os impactos das definições identitárias na modelagem das práticas profissionais;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

É importante lembrar que todas as pesquisas trazem algum grau de risco para os participantes. Essa pesquisa traz o risco de desencadear memórias de situações de sofrimento, ao mobilizar o compartilhamento de experiências sobre processos de trabalho e escolhas pessoais. Caso o processo de aplicação dos instrumentos de coleta de dados produza um nível de sofrimento que requeira um acolhimento ou acompanhamento psicológico, encaminharemos o participante para o Núcleo Interdisciplinar de Saúde, aonde funciona o serviço-escola de Psicologia do UNIFAVIP/WYDEN.

BENEFÍCIOS

Enquanto benefícios, pode-se prever a ressignificação das identidades e dos processos de trabalho, através da promoção de um espaço de escuta e de narrativa sobre as experiências vividas no cenário dos serviços da assistência social. Além disso, o pesquisador se compromete a dar uma devolutiva dos

Endereço: Av. Adjar da Silva Casé, 800

Bairro: INDIANOPOLIS

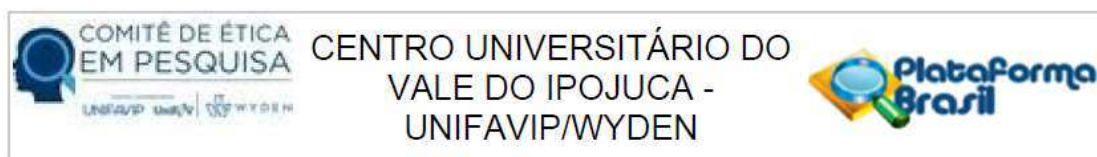
UF: PE

Município: CARUARU

CEP: 55.024-540

Telefone: (81)3722-8087

E-mail: cep@unifavip.edu.br



Continuação do Parecer: 3.403.421

resultados para o grupo pesquisado, o que auxiliará no aperfeiçoamento da prática profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1 – Projeto Detalhado/Brochura do Investigador: "projetoCEP.pdf"
- 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: "TCLEMarcosPabloMartinsAlmeida.pdf".
- 3 – Preenchimento da Plataforma Brasil: "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1379019.pdf"
- 4 – Carta de Anuência: "cartadeanuencia.pdf"
- 5 – Folha de Rosto: "folhaderostoassinada.pdf"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O presente protocolo não possui óbices éticos para sua execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Lembramos que o (a) pesquisador (a) responsável assume o compromisso de encaminhar ao CEP/UNIFAVIP-Wyden o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto nas normativas vigentes, Resolução CNS nº 510/16 e 466/12.

O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1379019.pdf	13/06/2019 20:43:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	cartadeanuencia.pdf	13/06/2019 20:42:47	Marcos Pablo Martins Almeida	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLEMarcosPabloMartinsAlmeida.pdf	13/06/2019 20:42:31	Marcos Pablo Martins Almeida	Aceito

Endereço: Av. Adjar da Silva Casé, 800

Bairro: INDIANOPOLIS

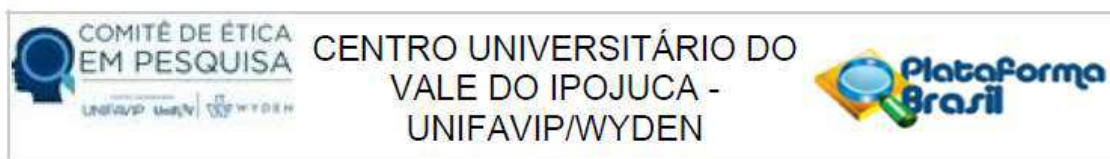
CEP: 55.024-540

UF: PE

Município: CARUARU

Telefone: (81)3722-8087

E-mail: cep@unifavip.edu.br



Continuação do Parecer: 3.403.421

Ausência	TCLEMarcosPabloMartinsAlmeida.pdf	13/06/2019 20:42:31	Marcos Pablo Martins Almeida	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoCEP.pdf	13/06/2019 20:41:59	Marcos Pablo Martins Almeida	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	13/06/2019 20:39:46	Marcos Pablo Martins Almeida	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CARUARU, 19 de Junho de 2019

Assinado por:
Aline Oliveira Machado
(Coordenador(a))